

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PSD  
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PL  
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT  
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB  
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – Republicanos  
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – Avante

## SUMÁRIO

### 1 – ATAS

1.1 – 66ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura  
1.2 – Comissões

### 2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

2.1 – Plenário  
2.2 – Comissão

### 3 – COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO PRESIDENTE

### 4 – REQUERIMENTOS APROVADOS

### 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



**ATAS**

## ATA DA 66ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 16/11/2022

### Presidência do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofício nº 915/2022 (encaminhando o Projeto de Lei nº 4.054/2022), do procurador-geral de Justiça; Propostas de Ação Legislativa nºs 182 a 234/2022; ofícios – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projeto de Lei nº 4.053/2022; Requerimentos nºs 12.028 a 12.035/2022; Requerimento Ordinário nº 1.262/2022 – Comunicações: Comunicações da Comissão da Pessoa com Deficiência e dos deputados Sávio Souza Cruz, Tito Torres e Betinho Pinto Coelho – Oradores Inscritos: Discurso do deputado Virgílio Guimarães – Questões de Ordem – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Comunicação da Presidência – Leitura de Comunicações – Despacho de Requerimentos: Requerimento Ordinário nº 1.262/2022; deferimento – Questão de Ordem – Encerramento – Ordem do Dia.

### Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Doutor Jean Freire – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Beatriz Cerqueira – Bernardo Mucida – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Dalmo Ribeiro Silva – Doorgal Andrada – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Mário Henrique Caixa – Mauro Tramonte – Professor Cleiton – Sávio Souza Cruz – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme.

**Abertura**

O presidente (deputado Dalmo Ribeiro Silva) – Às 14h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

**1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****Ata**

– O deputado Guilherme da Cunha, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

**Correspondência**

– O deputado Virgílio Guimarães, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

**OFÍCIO Nº 915/2022**

**(Correspondente ao Ofício nº 2362/2022/GAB-PGJ)**

Belo Horizonte, 11 de novembro de 2022.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

A par de cumprimentá-lo, aprez-me encaminhar a Vossa Excelência, em atendimento ao que preceitua o art. 37, inciso X, da Constituição da República, bem como ao disposto na Lei Estadual nº 19.923, de 22 de dezembro de 2011, e nos termos do art. 66, § 2º, c/c o art. 122 da Constituição do Estado de Minas Gerais, e do art. 18, incisos VIII e XV, da Lei Complementar nº 34, de 12 de setembro de 1994, para deliberação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso projeto de lei, que dispõe sobre a revisão de vencimentos do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Na oportunidade, reitero meu apreço e consideração a Vossa Excelência e à Assembleia Legislativa.

Darcy de Souza Filho, Procurador-Geral de Justiça.

**PROJETO DE LEI Nº 4.054/2022**

Fixa o percentual, relativo ao ano de 2022, para revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Ministério Público do Estado.

Art. 1º – O valor dos multiplicadores a que se refere o item IV.2 do Anexo IV da Lei nº 13.436, de 30 de dezembro de 1999, que contém a Tabela de Escalonamento Vertical de Vencimentos dos servidores do Ministério Público do Estado, fica reajustado, a partir de 1º de maio de 2022, em 12,13% (doze vírgula treze por cento), nos termos do inciso X do *caput* do art. 37 da Constituição da República.

Parágrafo único – Em virtude da aplicação dos índices previstos no *caput*, o quadro de multiplicadores da Tabela de Escalonamento Vertical de Vencimentos constante no item IV.2 do Anexo IV da Lei nº 13.436, de 1999, passa a vigorar na forma do Anexo desta lei.

Art. 2º – O disposto no art. 1º aplica-se aos servidores inativos e pensionistas que fazem jus à paridade, nos termos da Constituição da República e da Constituição do Estado.

Art. 3º – As despesas resultantes da aplicação desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Ministério Público do Estado.

Art. 4º – A implementação do disposto nesta lei observará o previsto no art. 169 da Constituição da República e as normas pertinentes da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

## ANEXO

(a que se refere o parágrafo único do art. 1º da Lei nº ...)

### “ANEXO IV

(a que se refere o art. 9º da Lei nº 13.436, de 30 de dezembro de 1999)

#### Tabela de Escalonamento Vertical de Vencimentos

(...)

#### IV.2 – Multiplicadores

| Padrão         | Valor R\$ |
|----------------|-----------|
| MP-01 ao MP-44 | 1.587,72  |
| MP-45 ao MP-60 | 1.561,91  |
| MP-61 ao MP-79 | 1.538,24  |
| MP-80 ao MP-98 | 1.501,68  |

## JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei versa sobre a fixação do percentual de revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, relativamente ao ano de 2022, em atendimento ao que preceitua o art. 37, inciso X, da Constituição da República, bem como ao disposto na Lei nº 19.923, de 22 de dezembro de 2011.

Em seu artigo 1º, o projeto fixa o índice de revisão geral para o ano de 2022 em 12,13% (doze vírgula treze por cento), que corresponde à previsão do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA para o período.

Em razão da aplicação desse índice, o valor do padrão MP-01 da Tabela de Escalonamento Vertical de Vencimentos, passa a ser de 1.587,72.

Por sua vez, o art. 2º reforça a necessidade de aplicação das regras normativas desta lei aos servidores inativos e pensionistas que fazem jus à paridade, nos termos da Constituição da República e da Constituição do Estado.

## DECLARAÇÃO – LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000

Para atendimento ao disposto no inciso II do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, com embasamento nas informações prestadas pela Diretoria-Geral e Procuradoria-Geral Adjunta Administrativa, DECLARO, na condição de ORDENADOR DE DESPESAS, que o aumento de despesa em virtude da concessão da revisão dos vencimentos e proventos dos servidores do Ministério Público do Estado de Minas Gerais referente à data-base do ano de 2022 no percentual de recomposição de 12,13% e demais disposições constantes da minuta de Projeto de Lei anexa ao Ofício nº 2362, apresenta adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual de Ação Governamental e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Darcy de Souza Filho, Procurador-Geral de Justiça.

### ESTIMATIVA DE IMPACTO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO

– A estimativa de impacto financeiro e orçamentário está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/716/50/1716050.pdf>

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 182/2022

Encaminha Sugestão de alteração do Programa 39 – Políticas de Trabalho e Emprego, do projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício de 2023.

Proponentes: Geraldo Magela da Silva (Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais), Graziela Moraes Macedo (Centro Estadual de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores), Magno Robério Gonçalves Almeida (Providens – Ação Social Arquidiocesana), Thais Helena Teixeira (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg), Valter Aparecido de Carvalho (Associação de Artesãos de Itamarandiba), Alaíde Lúcia Bagetto Moraes (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg), Humberto Wagner Gusmão (Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária), Robert Morubixaba de Oliveira, Luciana Caldeira de Paula Ricardo (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea), Neuzete Fatima Lima (Conselho Estadual de Alimentação Escolar – CAE-MG), Adriana Santos Nascimento Pereira (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Josiane Maria Pascoal de Moura (Conselho Estadual de Alimentação Escolar – CAE-MG), Cecília Aparecida do Carmo, Maria Aparecida da Silva, Célia de Lima Carvalho (Conselho Estadual de Alimentação Escolar – CAE-MG), Felipe Rodrigues Ávila (Associação dos Técnicos Agrícolas de Minas Gerais), Agmar Pereira Lima (Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais), Joana Alves Louback (Aprender Produzir Juntos), Amâncio Oliva Neto, Lílian Menezes de Almeida (Instituto Ser Feliz), José Milton Oliveira Reis (Prefeitura Municipal de Salinas), Solange Aparecida de Araújo (União Futebol Clube), Allan Willian Lima Montead Filho, João Victor Araújo dos Santos (Associação Buritis de Esporte e Cultura), Rita Gomes Lopes (Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais), Jefferson da Silva Assunção (Universidade do Estado de Minas Gerais), Rogério Dias dos Santos Junior, Flaviana Gomes da Silva (Conselho Regional de Fonoaudiologia), Tannia Aparecida da Silva Oliveira (Conselho Estadual de Alimentação Escolar – CAE-MG), Letícia Correa Borba (Universidade do Estado de Minas Gerais), Alisson Correia Dias.

Proposta 2: 4076 – Promoção de Ações de Fomento à Geração de Renda e Empreendedorismo

Proposta 2:

1 – Instalar 300 quintais produtivos para produção de alimentos de qualidade para consumo familiar e comercialização. O custo estimado de cada quintal, considerando material e instalação, é de R\$5 mil reais. Serão firmadas parcerias com prefeituras e entidades locais para instalação, acompanhamento e comercialização dos produtos.

Unidade de medida: pessoas.

Produto: quintal instalado/pessoa apoiada.

Público-alvo: Mulheres agricultoras familiares ou em situação de vulnerabilidade social em áreas periurbanas nas 13 regiões intermediárias.

Valor total estimado: R\$1.500.000,00.

2 – Fortalecer projetos de economia solidária para a população em situação de rua no âmbito da ação 4076. Solicitamos a inclusão das pessoas em situação de rua na ação 4076 e o aumento de 50% na meta física e na meta financeira.

Proposta 7: Ação 4088 – Fomento aos Empreendimentos da Economia Popular Solidária

1 – Realização de feira anual de rodada de negócios. Será necessário um recurso de R\$100 mil reais para locação de espaço, transporte e alimentação dos participantes.

2 – Definição de orçamento para manutenção da execução das 15 feiras regionais e uma estadual anualmente. O valor total estimado para a execução das 16 feiras é de R\$1 milhão.

3 – Finalidade: Fomentar os empreendimentos de negócios sociais, de economia popular solidária e agricultura familiar do estado, visando proporcionar a melhoria da organização dos seus negócios e a promoção da geração de renda das pessoas.

Como: Promover atividades de formação em gestão e administração dos empreendimentos e da produção. Seriam alcançados dirigentes e gestores dos empreendimentos e negócios coletivos e individuais / familiares; Fomentar o acesso a mercados, empreendedorismo e desenvolvimento dos negócios; Custear equipamentos e materiais de consumo para consolidação dos empreendimentos.

Produto: Pessoa apoiada e empreendimento apoiado.

Público-alvo: Empreendimentos econômicos solidários e agricultores familiares.

Abrangência: Estado.

Nº de empreendimentos: 200 / Nº de agricultores: 200

Total de beneficiários (empreendimentos): 400.

Valor total: R\$2 milhões.

4 – Ampliar o público beneficiário para pessoas em sofrimento mental atendidas nos CAPS, promovendo a inclusão social destas pessoas através do trabalho.

Criação de espaços culturais para valorização e fruição da produção local.

Criação de dois espaços regionais como iniciativas piloto com possibilidade de expansão para outros polos do estado (inicialmente: Montes Claros e Teófilo Otoni).

Custo de pessoal para um ano: R\$300 mil.

Custo de estruturação: R\$250 mil.

Disponibilização do espaço pela prefeitura.

Valor total para cada espaço: R\$550 mil.

Proposta 36: Criação do Programa Estadual de Formação e Assessoramento Técnico da Economia Popular Solidária.

Proposta 37: Criação do Programa Estadual de incentivo e fortalecimento à produção, comercialização e consumo solidário.

Proposta 38: Busca fortalecer as finanças solidárias e os empreendimentos com a criação de programas de financiamento e fomento, além de desenvolver o sistema estadual de finanças solidárias.

Proposta 39: Busca consolidar a política pública de Economia Popular Solidária no Estado de Minas Gerais, criando marcos regulatórios específicos e fortalecendo mecanismos de gestão e participação social.

Assim, o plano reuniu diversas propostas construídas de forma participativa e democrática, que formam, em seu conjunto, um arquivo com todas as necessidades dos grupos para desenvolvimento dos seus empreendimentos.

O plano é o documento legítimo que representa os interesses dos representantes estaduais (EES, Entidades de Apoio e Gestores Públicos) sendo a principal diretriz desta política pública no Estado de Minas Gerais.

Proposta 50: 4424 – Apoio às Feiras Livres e Congêneres

Apoio em investimento para formação e estrutura nas feiras de Economia Solidária em Contagem/MG.

Proposta 282: Ação 4076 – Especificar na finalidade o apoio para o transporte da produção (agrícola, pecuária, artesanato) das comunidades quilombolas e indígenas com a disponibilização de veículo para este fim.

Proposta 319: Ação 4076 – (1) Alterações voltadas especificamente para as comunidades quilombolas do Estado:

- Criar ações de geração de renda a partir dos recursos de cada território quilombola, respeitando Suas especificidades e agregando valor às suas produções;

- Garantir equipamentos e assistência técnica nos territórios quilombolas do Estado;

- Doação de implementos agrícolas, kit feira (?), instrumentos de segurança hídrica e irrigação especificamente para as comunidades quilombolas;

- Fomento à promoção do artesanato produzido nos quilombos dos territórios do Norte de Minas, Mucuri e Vale do Jequitinhonha, com valores a serem definidos pela equipe técnica.

(2) (ANEXO)

Acrescer R\$350.000,00 anuais na meta financeira da Ação 4076, destinados ao Vale do Mucuri para fomento às ações da Associação Produzir Juntos (APJ) de realização das feiras regional e microrregionais de EPS (realização de 4 feiras microrregionais em municípios núcleos e feira/seminário regional em Teófilo Otoni; custeio de 5 eventos no total, cada um com 2 dias de duração, contemplando equipe técnica, deslocamentos, infraestrutura, refeições e hospedagem para 70 expositores em cada evento).

Proposta 321: Ação 4088 – Colocar recursos para as seguintes ações voltadas para o fortalecimento da Economia Solidária do Estado:

- Fomento às finanças solidárias: bancos comunitários, fundos de crédito e cooperativas de economia solidária – Banclisa Teófilo Otoni: R\$300 mil;

- Recursos para continuação do projeto de feiras de economia solidária regionais e estadual;

- Recursos para criação de centrais regionais de economia solidária e pontos fixos nas cidades-polo: R\$600 mil para central de comercialização solidária do Vale do Mucuri – na APJ – Teófilo Otoni, Vale do Mucuri.

- Recursos para estruturação dos fóruns municipais, regional e estadual de economia solidária e feiras microrregional e regional no Vale do Mucuri, no valor de R\$350 mil;

- Recursos para formação permanente e assistência técnica: R\$300 mil.

(ANEXO)

- Acrescer R\$600 mil reais na meta financeira em 2023 e R\$250 mil nos anos de 2024 a 2026, destinados ao Vale do Mucuri para fomento às ações da Central de Comercialização Solidária do Vale do Mucuri.

Proposta 351: Cursos de engajamento, fortalecimento comunitário e desenvolvimento local.

Este plano prevê a formação/capacitação de lideranças comunitárias e gradativamente caminha para o trabalho de organização local viabilizada a partir da aplicação de metodologias participativas.

Eixos a serem trabalhados: participação social; trabalho, emprego e geração de renda; agricultura urbana e familiar; corte e costura; comunicação local – educomunicação.

Unidade responsável: Sedese (1481).

Finalidade: realizar cursos de engajamento, fortalecimento comunitário e desenvolvimento local a partir da formação de lideranças para o trabalho.

Público-alvo: lideranças comunitárias formais e informais, mulheres, juventudes, pequenos comerciantes locais, pequenos agricultores, etc.

Produto: lideranças e trabalhadores qualificados.

Unidade de medida: lideranças e trabalhadores.

Região Intermediária de Belo Horizonte.

Meta física: 200 trabalhadores (2023-2024).

Estimativa financeira: R\$300 mil.

Sala de Reuniões, 16 de novembro de 2022.

Iniciativa Popular

**Justificação:** Proposta 2: Proposta 2 – 1) Visando fortalecer o protagonismo das mulheres, na geração de renda, com autonomia produtiva e também visando a segurança alimentar das famílias, pela produção de alimentos de qualidade, propõe-se o incentivo à instalação de quintais produtivos junto às agricultoras familiares e mulheres residentes de áreas periurbanas.

2 – Temos em funcionamento 2 grupos de economia solidária: Sabor do Canto (grupo de culinária) e Pop Limp (que produz produtos de limpeza). Ambos promovem trabalho e renda para a população em situação de rua e estão vinculados à Pastoral Nacional do Povo da Rua. Gostaríamos de propor a ampliação deste programa para a geração de trabalho e renda para a população de rua, uma vez que essa população é grupo prioritário em serviços já tipificados.

Proposta 7: 1 – Para a garantia de renda fixa para os empreendimentos da Economia Solidária e da agricultura familiar, faz-se necessária a realização de uma feira anual de rodada de negócios. O evento seria um encontro dos empreendimentos com possíveis compradores e acordo de negócios.

2 – Considerando a importância dos espaços das feiras de Economia Popular Solidária para a geração de renda para os empreendimentos que delas participam, ressaltamos a importância de sua manutenção, garantindo orçamento para sua execução, de forma regional e no Estado.

3 – Considerando o alinhamento das pautas e importância do segmento, sugere-se a inclusão da categoria Agricultura Familiar como beneficiária da ação.

4 – Ampliar o público beneficiário para pessoas em sofrimento mental atendidas nos CAPS, promovendo a inclusão social destas pessoas através do trabalho.

Criação de espaços culturais para valorização e fruição da produção local. Gestão destes espaços preferencialmente por associação de artesãos a partir de incubadoras de produção solidária como suporte técnico.

Criação de dois espaços regionais como iniciativas piloto com possibilidade de expansão para outros polos do estado (inicialmente: Montes Claros e Teófilo Otoni).

Interface com a Saúde, com a Cultura e o Desenvolvimento Social.

Proposta 36: Formação e Assessoramento são gargalos presentes no dia a dia dos empreendimentos econômicos solidários

Proposta 37: Demandas levantadas junto aos EES do Estado de Minas Gerais

Proposta 38: Demanda levantada nas regionais do fórum mineiro de EPS

Proposta 39: Demanda levantada nas regionais do fórum mineiro de EPS

Proposta 50: A economia solidária é uma política de geração de renda que, nos últimos anos, sofreu muito com a ausência de orçamento via estado para uma execução mais robusta nas regionais do Estado de MG.

Proposta 282: Viabilizar o escoamento da produção das comunidades quilombolas e indígenas por meio da comercialização nas feiras e da entrega dos produtos nos comércios locais.

É comum que essas comunidades não consigam participar das feiras por não ter como transportar sua produção.

Proposta 319: (1) O reconhecimento e a titulação dada aos territórios quilombolas foram e continuam sendo fundamentais para resgatar todo o passado de (?) e devolução dos territórios perdidos pelos seus verdadeiros donos. (?) é fundamental ter políticas específicas voltadas às comunidades tradicionais, tanto no sentido de garantir política pública de assistência social, como de garantia de (recursos?) básicos que garantam a valorização da (riqueza?), agregando valor à produção, garantindo assim a geração de renda, a educação, a saúde e a garantia de permanência dos mais velhos e das atuais gerações nas comunidades quilombolas.

(2) (ANEXO)

Os seminários e feiras da EPS, além do papel de fomento à comercialização solidária propriamente dita, serão também estratégias para promover a união e organização dos empreendimentos e das redes de apoio, além de dar visibilidade à produção local para os consumidores e difundir junto à população os princípios e propósitos da EPS.

Proposta 321: No nosso entendimento, a economia solidária é o principal instrumento de desenvolvimento das nossas regionais e das cidades do interior, que a cada ano vão ficando mais pobres. Sendo a economia solidária uma estratégia dos governos, os municípios terão políticas públicas estruturadas e não projetos soltos de um governo. Apenas projetos e programas voltados para o desenvolvimento das riquezas locais, construídas com os atores locais e com planejamento estratégico de curto, médio e longo prazo, de fato poderão promover o desenvolvimento sustentável das nossas cidades e regiões.

(ANEXO)

Contribuir para a geração de trabalho e renda das populações mais vulnerabilizadas do Vale do Mucuri, proporcionando o desenvolvimento social e econômico através da estruturação da Central de Comercialização Solidária com sede em Teófilo Otoni, segundo os princípios e práticas da EPS, sendo este um EES vinculado ao Instituto para o Desenvolvimento Sustentável (Ides) e incubado pela APJ.

Os recursos financeiros solicitados atenderão no primeiro ano à melhoria da infraestrutura física da Central de Comercialização Solidária do Vale do Mucuri. Nos quatro anos (2023 a 2026) será assegurado suporte técnico aos EES.

Proposta 351: A Fundação Dirce Figueiredo, com atuação no território que compõe a APA Corte(?), incluindo os municípios de Matozinhos, Capim Branco e Pedro Leopoldo. Para justificar a elaboração deste curso, faz-se necessário ressaltar que uma formação de capacitação para o público em questão por si só é insuficiente para a ativação da participação social e, consequentemente, para o alcance de resultados concretos efetivos e duradouros.

Assim, de forma propositiva e progressista, o modelo proposto parte do princípio de uma formação inicial para lideranças comunitárias, apontando para a construção gradativa de um plano de desenvolvimento local elaborado e colocado em prática pelas lideranças comunitárias e demais colaboradores atuantes em suas comunidades.

Assim, desenvolvendo um conjunto de ações estruturais para o desenvolvimento de um plano de capacitação e instrumentalização comunitária, visando a organização e o enfrentamento dos problemas da região.

– À Comissão de Participação Popular.

**PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 183/2022**

Encaminha Sugestão de alteração do Programa 65 – Aprimoramento da Política Estadual de Assistência Social, do projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício de 2023.

Proponentes: Grazielle Vieira Cachapuz Machado (Conselho Estadual de Assistência Social), Arlete Alves de Almeida (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social), Gabriela de Almeida Loiola (Conselho Estadual de Assistência Social), João Humberto Zago (Jh9.Org), Jeane Araujo Jorge Magnane (Conselho Estadual de Assistência Social), Marilene Faustino Pereira (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg), Isac dos Santos Lopes (Conselho Estadual de Assistência Social), Paulo Henrique Souza Bressane (Colegiado dos Gestores Municipais de Assistência Social do Estado de Minas Gerais), Graziela Moraes Macedo (Centro Estadual de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores), Jacqueline Caldeira Menezes Bossi, Aparecida Donizetti Ferreira de Oliveira (Associação Defesa do Folclore), Dannielle Alves Cantuário (Prefeitura Municipal de Serranópolis de Minas), Claudia Lucia Silveira (Instituto de Incentivo a Extração de Alimentos e Estimulo Ambiental), Simone Maria da Penha de Oliveira, Lílían Menezes de Almeida (Instituto Ser Feliz), José Milton Oliveira Reis (Prefeitura Municipal de Salinas), Rita Gomes Lopes (Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais), João Victor Araújo dos Santos (Associação Buritis de Esporte e Cultura), Joana Alves Louback (Aprender Produzir Juntos), Agmar Pereira Lima (Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais), Allan Willian Lima Monteado Filho, Amâncio Oliva Neto.

Proposta 3: Proposta 3 – Ação 7005 – Alterar Meta Financeira para: R\$3.598.773.600,00 (três bilhões, quinhentos e noventa e oito milhões, setecentos e setenta e três mil e seiscentos reais) para beneficiar 1.499.489 famílias em situação de extrema pobreza cadastradas no Cad-Único (referência setembro de 2022).

Proposta 6: Ação 4130 – Alterar meta física para 196 municípios de pequeno porte I e alterar meta financeira para R\$11.999.393,00 (onze milhões, novecentos e noventa e nove mil e trezentos e noventa e três reais), para ampliar a oferta de CREAS.

Proposta 157: Ação 4226 – Pedido de recursos para a OSC Associação e Projeto Águia, situada no município de Guaranésia-MG,

Proposta 175: Ação 4130 – Cofinanciamento do Estado para o serviço de proteção social especial aos municípios de pequeno porte I que não possuem Creas implantado.

Proposta 176: Ação 4132 – Cofinanciamento estadual específico para a oferta de serviço de proteção social básica nos municípios de pequeno porte I e pequeno porte II

Proposta 252: Ação 4226 – Doação de kits com computador, impressora, mesas e cadeiras para associação

Proposta 253: Ação 4226 – Pedido de doação de equipamentos de cozinha industrial.

Ação 4534

Proposta 270: Ação 4132 – Recompor o Piso Mineiro da Assistência Social no valor de R\$43.536.163,00 para atender em R\$3,00 por família cadastrada no Cad-Único (3.479.484 famílias – base de agosto de 2022).

Proposta 274: Ação 4133 – Acrescer R\$1.000.000,00 (um milhão) para realização da Conferência Estadual de Assistência Social.

Proposta 275: Ação 4534 – Alterar o valor da ação para R\$8.093.278,80 para o cofinanciamento de 101 municípios da série histórica de assistência social.

Proposta 276: Ação 4131 – Acrescer R\$1.820.058,00 para o reajuste das parcerias com as OSCs que executam o serviço Casa Lar para pessoas com deficiência egressas da extinta Febem,

Proposta 277: Vincular os recursos do Fundo de Erradicação da Miséria, instituído pela Lei nº 19.990/2011, exclusivamente para a política de assistência social, com vigência indeterminada.

Proposta 278: Transferir as Ações 4226 – Apoio financeiro e material aos serviços socioassistenciais e 2081– Assessoramento à política estadual de assistência social da Unidade Orçamentária 1481– Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social para a Unidade Orçamentária 4251 – Fundo Estadual de Assistência Social.

Proposta 306: Ação 4226 – Inclusão da Região Intermediária de Belo Horizonte, com acréscimo de meta física em 1 e meta financeira em R\$300.000,00 (trezentos mil reais) para aquisição de 1 (um) veículo modelo *pick-up*; aquisição de mobiliário; eletrodomésticos para a cozinha industrial; equipamentos para melhoria e aperfeiçoamento dos atendimentos prestados pela OSC e que não são cobertos pela parceria com o município de Contagem.

Sala de Reuniões, 16 de novembro de 2022.

Iniciativa Popular

**Justificação:** Proposta 3: Proposta 3: 1– É de responsabilidade do Estado diminuir a fome das famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

2 – Erradicar a fome até 2023 é um dos objetivos do milênio da ONU.

3 – O aprofundamento da crise econômica e social devido à pandemia de Covid-19 sendo necessário erradicar a pobreza e extrema pobreza.

4 – Erradicação das pobreza e desigualdades sociais são objetivos do PPAG 2023.

5 – O agravamento da pobreza e extrema pobreza, o retorno da fome, o aumento das violações de direitos dentre outras expressões das questões sociais que têm se manifestado nos últimos anos, agravados pela Covid-19 que superou a margem de 1.079.759 famílias mineiras, cerca de 4 milhões de pessoas.

Proposta 6: 1 – O grande número de municípios pequenos sem cobertura assistencial para pessoas e famílias em situação de risco social e violação de direitos humanos.

2 – O diagnóstico de situação de violação de direitos humanos apresentado pela Sedese ao Ceas, em setembro de 2022.

Proposta 157: A Associação e Projeto Águia, com sede na Praça Getúlio Vargas, 22, Centro, Guaranésia – MG, CEP: 37810-000, representada pelo seu presidente em exercício Paulo Cesar Serafim, tem a finalidade de complementar a rede de proteção social básica do município, por meio da oferta de Serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos (SCFV).

Possui como público-alvo, crianças e adolescentes da faixa etária entre 06 e 15 anos, adolescentes e jovens de 15 a 17 anos e jovens de 18 a 29 anos. O serviço é ofertado por uma equipe multidisciplinar, com atuação de forma preventiva e de redução de vulnerabilidades sociais e enfrentamento as situações de risco e violação de direitos, através de atividades que buscam proporcionar o desenvolvimento de potencialidades, habilidades e talentos, além do fortalecimento de vínculos sociofamiliares, socioafetivos, convívio grupal e comunitário e o desenvolvimento de relações de solidariedade e respeito mútuo. Visa contribuir para a inserção, reinserção e permanência das crianças, adolescentes e jovens no sistema educacional e no mundo do trabalho, além de contribuir para o desenvolvimento da autonomia e protagonismo social. A Associação e Projeto Águia através da oferta do SCFV atualmente atende um total de 80 usuários do serviço e abrange para o trabalho social com a família de todos usuários, todavia apresenta como meta a expansão da oferta de serviço, atingindo um total de 200 usuários do serviço e seus familiares. Assim, faz-se necessários recursos financeiros para a manutenção e ampliação da oferta do serviço socioassistencial.

Proposta 175: Muitos municípios de pequeno porte possuem alta demanda de atendimento às famílias em situação de risco social, violência e violação de direitos por serviço de proteção social especial. Diante disso, alguns implantam e executam com

financiamento próprio de maneira integral sem cofinanciamento do Estado ou União, o que dificulta em muito sua manutenção, devido aos poucos recursos disponíveis para investimento na assistência social.

Nessa perspectiva torna-se essencial que o estado defina aporte de recursos financeiros para cofinanciar a oferta de serviço de proteção social especial nos municípios de pequeno porte I e prestar apoio técnico e capacitação às equipes.

Proposta 176: Muitos municípios de pequeno porte possuem alta demanda de atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, no entanto o valor cofinanciado pela União é ínfimo frente ao custo de manutenção de equipe e custeio das unidades. Diante disso, torna-se extremamente difícil para os municípios de pequeno porte manter o funcionamento dos serviços devido aos poucos recursos municipais disponíveis para investimento na assistência social.

Nessa perspectiva torna-se essencial que o estado defina aporte de recursos financeiros específicos para cofinanciar a oferta de serviço de proteção social básica nos municípios de pequeno porte I e pequeno porte II e prestar apoio técnico e capacitação às equipes.

Proposta 252: A Fraternidade Espirita a Caminho da Luz, desenvolve trabalhos de fortalecimento comunitário e interação social, atendimento as famílias em vulnerabilidades a aquisição de um computador completo irá promover maior interação social e fonte de pesquisas

Proposta 253: A Fraternidade Espirita desenvolve trabalhos de atendimento a famílias em vulnerabilidade social e econômica. A aquisição de equipamentos de cozinha industrial irá promover condições adequadas para produção e distribuição de alimentos a famílias vulneráveis,

Proposta 270: 1 – A Resolução Ceas 753/2022 que aprova critérios para atualização dos valores dos recursos referentes ao Piso Mineiro.

2 – As deliberações de Conferências Estaduais de Assistência Social como afirmação e expansão dessas conquistas, uma história escrita pela sociedade mineira, e deve ser comprometida com a garantia dos direitos sociais e com a democracia.

3 – O aumento do número de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza cadastradas no Cad-Único.

4 – Considerando que o Piso Mineiro é relevante para diversos municípios de Minas Gerais, tendo em vista que esse financiamento é primordial para a execução da política de assistência social no território.

Proposta 274: 1 – A Conferência Estadual de assistência Social, juntamente com o Ceas, é uma instância deliberativa do Suas-MG, conforme disposto nos arts. 9, 10, 11 e 13 da lei nº 12.262/1996.

2 – A competência do Ceas, juntamente com a Sedese de convocar ordinariamente a cada 2 anos a conferência estadual, que é antecedida por pré-conferências regionais.

3 – A não garantia de recursos pela Sedese para sua realização.

4 – Embora seja uma obrigação legal a garantia destes espaços, não houve previsão orçamentária pelo Governo de Minas.

5 – Bem como cumprimento da NOB-Suas, inciso 8 do art. 12, que prevê a responsabilidade dos entes federados: “viabilizar, em conjunto com os conselhos de assistência social, as conferências de assistência social”.

6 – “Art. 118 – Para a realização das conferências, os órgãos gestores de assistência social da União, dos Estados e dos Municípios deverão prever dotação orçamentária e realizar a execução financeira, garantindo os recursos e a infraestrutura necessários”, e para cumprir o Plano Estadual da assistência social – Peas.

Proposta 275: 1 – O piso variável é um dos pisos de proteção social no âmbito do Suas-MG, regulado pelo Decreto nº 48.269/2021.

2 – Os pisos fixo e variável corresponde à forma de operacionalização do financiamento no Estado de Minas Gerais, cujas normas gerais foram definidas pela Lei nº 12.262/1996, atualizada pelas Leis nºs 19.444/2011 e 19.579/2011.

3 – O piso variável é destinado ao cofinanciamento de serviços e programas socioassistenciais, conforme prioridades da política estadual de assistência social, atendendo às especificidades e diversidades dos territórios mineiros, chamada “série histórica”.

4 – A existência de serviços e programas municipais de 101 municípios da rede histórica sem cofinanciamento desde o ano de 2016.

5 – Que os pisos são transferências de recursos financeiros fundo a fundo para o financiamento de ações socioassistenciais.

6 – Que desde 2016 o Estado não cofinancia esses municípios, gerando uma dívida no valor de R\$24.279.836,40

Proposta 276: 1 – A parceria estabelecida com 22 entidades para execução do serviço há 25 anos com necessidade de ajustes e recomposição considerando o custo real do serviço.

2 – O acordo estabelecido pelo Governo para esse reajuste no ano de 2023 e esse valor não ter sido garantido pelo Governo no orçamento.

3 – O rompimento de algumas parcerias no decorrer dos últimos 2 anos pelo alto custo do serviço e o valor defasado do repasse.

Proposta 277: 1 – A garantia de que os recursos do orçamento serão destinados à cobertura da política estadual de assistência social.

2 – O dever do Estado de garantir a proteção social às pessoas e famílias em vulnerabilidade social.

3 – O mecanismo constitucional que permite dar prioridade aos gastos do orçamento público a esta área.

4 – As deliberações de competências da assistência social de vinculação de receita para assistência social.

Proposta 278: 1 – A Lei nº 23.304/2019 que estabelece a estrutura do Poder Executivo do Estado, onde o art. 27 dispõe sobre a organização da Sedese e de suas políticas públicas onde tem uma Subas.

2 – O Feas foi criado em 1996 pela Lei nº 12.227 para garantir condições financeiras para o desenvolvimento das ações de assistência social a cargo do Estado e administrar os recursos destinados a esse fim.

3 – Que os produtos e serviços dispostos nas 2 ações do PPAG estão estruturadas no programa 065 com objetivo de assistência social.

4 – Que a classificação funcional das 2 ações estão vinculadas à função 080 (assistência social) e subfunção 244 (assistência comunitária): 08.244.065.2081 e 08.244.065.4226.

5 – A diretriz de comando único da política de assistência social.

6 – A defesa e reafirmação das bases estruturais do Suas.

7 – Estabelecimento e garantia do comando único do Suas, afirmando sua identidade pública e sua finalidade de financiamento público.

Proposta 306: O Instituto Ser Feliz existe desde 1980, atendendo cerca de 340 beneficiários no âmbito da assistência social. Com unidades em 4 regiões na cidade de Contagem, os beneficiários encontram-se em situação de vulnerabilidade social. Os atendimentos sociais e gratuitos do instituto entram onde o poder público ainda possui ou se faz presente. Oferecemos atividades como natação, pilates, hidroginástica, artesanato, futebol, fisioterapia, segurança alimentar, zumba, geração de emprego e renda, além de assessoria social, psicológica e jurídica.

A OSC é de extrema relevância municipal e é reconhecida como grande parceira ao município de Contagem.

– À Comissão de Participação Popular.

**PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 184/2022**

Encaminha Sugestão de alteração do Programa 43 – Fomento ao Esporte, à Atividade Física e ao Lazer, do projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício de 2023.

Proponentes: Hailton Dias de Moura (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), Marcos Vinicius Dias Nunes (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Adriana Teixeira Jardim (Associação dos Moradores da Comunidade Barreiro), José Ribeiro (Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais), Aparecida Donizetti Ferreira de Oliveira (Associação Defesa do Folclore), João Victor Araújo dos Santos (Associação Buritis de Esporte e Cultura), Joana Alves Louback (Aprender Produzir Juntos), Agmar Pereira Lima (Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais), Allan Willian Lima Montead Filho, Lillian Menezes de Almeida (Instituto Ser Feliz), Solange Aparecida de Araújo (União Futebol Clube), Rita Gomes Lopes (Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais), João Humberto Zago (Jh9.Org), Maicon Douglas dos santos silva (Prefeitura Municipal de Serranópolis de Minas), Vinicius de Aguiar e Araujo (Prefeitura Municipal de Jequitinhonha), Robélia Maria de Jesus Gomes (Prefeitura Municipal de Jequitinhonha), Amâncio Oliva Neto.

Proposta 4: Proposta 4:

Ação 4086 – Acréscimo de 135 unidades na meta física e de R\$8.250.000,00 na meta financeira, a serem distribuídos da seguinte maneira:

– R\$500.000,00 para custeio de alimentação, transporte, hospedagem, premiação e arbitragem para realização da “Copa Estadual da Juventude Rural”.

– R\$2.500.000,00 para provisão de 50 kits de material esportivo para municípios de baixo Índice de Desenvolvimento Humano.

– R\$500.000,00 para custeio de alimentação, transporte, premiação, material esportivo e arbitragem para realização dos “Jogos de Integração entre as Comunidades” nos municípios de BH, Sete Lagoas, Funilândia, Baldim, Jequitibá, Jordânia e Prudente de Moraes.

– R\$750.000,00 para reforma de duas quadras poliesportivas no Morro das Pedras, em BH, e de uma em Funilândia.

– R\$4.000.000,00 para implantação de 80 parques infantis em comunidades em situação de vulnerabilidade social.

Proposta 30: R\$100.000,00 para construção de quadra de esporte na Comunidade Barreiro, no município de Araçuaí.

Proposta 60: Programa 4531 – Promoção dos Jogos Indígenas” – Ação: 43 – Fomento ao Esporte, à Atividade Física e ao lazer

Proposta 174: Unidade Responsável: 1481 – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social

Programa: 043 – Fomento ao Esporte, à Atividade Física e ao Laser (Programa Multissetorial)

Ação: 4092 – Promoção do Esporte e Lazer como Instrumento de Desenvolvimento Social

Produto: OSC – Associação e Projeto Água, Município de Guaranésia-MG.

Proposta 322: Ação 4086 – Acréscimo de uma unidade na meta física e de R\$600.000,00 na meta financeira para realização de reforma, aquisição e instalação de equipamentos visando à melhoria da estrutura física e segurança do Centro Cultural e Esportivo da Abesc. Previsão de 400 atendimentos semanais por meio de atividades esportivas e culturais.

Proposta 323: Nova Ação: Projeto “Craque na Bola, Craque na Escola”, a ser desenvolvido pelo União Futebol Clube do Município de Divino.

Utilizar espaços de clubes com finalidades sociais para preparação de atletas para participação em eventos esportivos em todos os níveis (municipais, regionais, estaduais, etc) com fornecimento de materiais e auxílio financeiro para permanência no projeto sem comprometimento de sua subsistência.

Incentivar campeonatos em todas as modalidades esportivas a nível regional buscando a participação efetiva dos poderes públicos municipais que compõem a região trabalhada, em especial a região do município de Divino/MG.

Meta financeira de R\$500.000,00 para utilização na adequação de espaço físico e implementação dos projetos.

Proposta 333: Acréscimo de 1 meta física na região intermediária estadual e acréscimo de

R\$300.000,00 para realização dos Jogos Estaduais Quilombola

Sala de Reuniões, 16 de novembro de 2022.

Iniciativa Popular

**Justificação:** Proposta 4:

Oferta de atividades esportivas e de lazer focalizadas em público em situação de vulnerabilidade social, promovendo as garantias fundamentais, o bem-estar e a integração entre as comunidades.

Proposta 30: A Comunidade do Barreiro, responsável por abrigar mais 350 moradores é uma das comunidades rurais mais antigas do município de Araçuaí. No entanto, a comunidade sofre as mazelas pelo esquecimento político e não conta com nenhum instrumento de envolvimento da juventude a não ser a realização de torneios de futebol em um campo de terra.

Proposta 60: Retomada dos jogos indígenas que foram suspensos devido a Pandemia, tem aproximadamente 3 anos que não são realizados.

Proposta 174: A Associação e Projeto Águia, com sede na Praça Getúlio Vargas, 22, Centro, Guaranésia – MG, CEP: 37810-000, representada pelo seu presidente em exercício Paulo Cesar Serafim, tem a finalidade de complementar a rede de proteção social básica do município, por meio da oferta de Serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos (SCFV). Apresenta como atividades principais: atividades físicas, esportivas e de lazer para a população, que buscam proporcionar melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento de hábitos saudáveis, promovendo o acesso a direitos e a trajetória para a autonomia e protagonismo social.

A Associação e Projeto Águia tem como objetivo contribuir para a redução da vulnerabilidade social e enfrentamento das situações de risco e violação de direitos. O serviço é ofertado para a população de Guaranésia e apresenta como público-alvo crianças e adolescentes da faixa etária entre 06 e 15 anos, adolescentes e jovens de 15 a 17 anos e jovens de 18 a 29 anos e toda a família. Desenvolve um trabalho com atuação de forma preventiva, por meio de uma equipe multidisciplinar que buscam proporcionar atividades para desenvolver as potencialidades, habilidades e talentos, além do fortalecimento de vínculos sociofamiliares, socioafetivos, convívio grupal e comunitário e o desenvolvimento de relações de solidariedade e respeito mútuo. Visa contribuir para a inserção, reinserção e permanência das crianças, adolescentes e jovens no sistema educacional e no mundo do trabalho. A Associação e Projeto Águia oferta o serviço há mais de 8 anos para a população que apresenta maior vulnerabilidade social e apresenta como meta a expansão da oferta de serviço. Assim, faz-se necessários recursos financeiros para a manutenção e ampliação da oferta do serviço a população usuária e seus familiares.

Proposta 322: O Centro Esportivo e Cultural da Abesc foi implantado em um equipamento esportivo da Fundação João Pinheiro que foi cedido para a Abesc.

Trata-se de um clube com excelente espaço físico, mas que ficou anos sem atividade, deteriorando parte dos equipamentos e a estrutura física. Com o desuso desse espaço, o piso, o alambrado e a iluminação da quadra não estão em condições de serem utilizados, por esse motivo precisam passar por uma reforma, visando viabilizar a utilização dos espaços para a prática esportiva que

já existem no local. De acordo com os termos da cessão desse Espaço do Centro Esportivo e Cultural da Abesc, precisamos fazer o cercamento do espaço.

Trata-se de uma necessidade tanto de contrato como de segurança do patrimônio bem como dos beneficiários que frequentam diariamente o local que já passou por uma ocupação irregular de uma parte (não cedida), entrada irregular de pessoas e retirada irregulares de encanamentos e fios. Dessa forma, faz-se necessário a instalação de cerca em volta de todo espaço que está sobre nossa responsabilidade.

Dessa forma, a melhoria das instalações e equipamentos do Centro Esportivo e Cultural, proporcionará uma ampliação no número de beneficiários, bem como disponibilizara para a população um equipamento esportivo e cultural de qualidade, beneficiando centenas de pessoas.

No Centro Esportivo e Cultural já realizamos algumas ações esportivas e culturais, mas com a execução dessas intervenções possibilitaremos que mais de 300 crianças, adolescentes, jovens e adultos possam usufruir da prática esportiva, atividade física e aprendizado musical de forma continuada e com qualidade.

Proposta 323: As sugestões a seguir visam alcançar o atendimento esportivo e de áreas afins à população de menor poder aquisitivo, preferencialmente.

Sendo inquestionável que o lazer e o esporte são fundamentais para o desenvolvimento físico e mental de todo indivíduo, apresentamos propostas de ações que possuam eficácia para garantir a prática regular de esportes, sem perder de vista o desenvolvimento das áreas de desenvolvimento humano.

Incentivar projetos que associem a prática de esportes às atividades pedagógicas de crianças e adolescentes, utilizando-se de espaços de clubes com finalidade social. Nesses locais, o poder público pode firmar parceria para que o “atleta mirim” receba reforço e acompanhamento escolar por parte de professores, voluntários ou cedidos pelas Secretarias Municipais de Assistência Social e Psicológica, para atendimento individual ou intervenção em famílias que apresentem vulnerabilidade social.

Proposta 333: A criação dos jogos estaduais dos territórios se faz necessária para fortalecimento do turismo, da cultura e do vínculo da juventude quilombola com seus territórios no incentivo à prática dos jogos nos quilombos de Minas Gerais. É grande o número de quilombos existentes em nosso Estado.

– À Comissão de Participação Popular.

### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 185/2022

Encaminha Sugestão de alteração do Programa 159 – Atenção Primária à Saúde, do projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício de 2023.

Proponentes: Nilce Heloísa Campos de Araújo (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Gláucia de Fátima Batista (Conselho Estadual de Saúde), Rogério Dias dos Santos Junior, Juliana Araujo do Espirito Santo (Federação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos de Minas Gerais).

Texto: Alterar a finalidade da Ação 4462 para incluir a população residente e/ou trabalhadora rural como público-alvo desta ação.

Acréscimo de R\$4.000.000,00 a meta financeira da ação, carimbando esse recurso para a implementação da “Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta – PNSIPCF”.

Sala de Reuniões, 16 de novembro de 2022.

## Iniciativa Popular

**Justificação:** Com o objetivo de promover e implementar a “Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta – PNSIPCF –”, a presente proposta se justifica em razão da necessidade do Governo do Estado expressar o compromisso em garantir o direito e o acesso à saúde por meio do SUS, considerando os seus princípios fundamentais de equidade, universalidade e integralidade; produzir dados estratificados sobre essas populações; estabelecer instrumentos e indicadores para o acompanhamento, monitoramento e avaliação da política a ser implementada; incentivar a criação de espaços de promoção da equidade para implementação da política de forma participativa; apoiar ações de educação permanente para os trabalhadores da saúde para atender as especificidades de saúde dessas populações; prestar apoio e cooperação técnica aos municípios.

A proposta justifica-se ainda em razão das especificidades das populações do campo e das florestas e da necessidade de se ofertar atenção integral a essas populações.

Os proponentes consideram também em sua justificativa que os equipamentos públicos de saúde localizam-se em sua maioria nos espaços urbanos, o que contribui para o isolamento social das populações do campo e das florestas; que essas populações vivem com saneamento inadequado; são vítimas de esforços repetitivos relacionados ao trabalho; devem ter seus saberes e práticas tradicionais reconhecidos e valorizados. Por fim, consideram a necessidade de promover territórios mais saudáveis, sustentáveis e solidários.

– À Comissão de Participação Popular.

**PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 186/2022**

Encaminha Sugestão de alteração do Programa 157 – Política Estadual de Atenção Hospitalar, do projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício de 2023.

Proponentes: Juliana Araujo do Espirito Santo (Federação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos de Minas Gerais), Rogério Dias dos Santos Junior, Gláucia de Fátima Batista (Conselho Estadual de Saúde).

Texto: Realizar estudo de custos no âmbito da nova Política de Atenção Hospitalar – VALORA MINAS – especificamente sobre as ações 4453 (módulo Hospitais Plataforma) e 4457 (módulo Valor em Saúde), para que seja feita uma revisão dos valores repassados, bem como que os indicadores sejam revistos de forma a adequá-los à realidade das instituições.

Sala de Reuniões, 16 de novembro de 2022.

## Iniciativa Popular

**Justificação:** São justificativas para a apresentação dessa proposta:

- a defasagem da tabela SUS;
- a dificuldade de custeio dos serviços prestados pelas instituições que executam atividades hospitalares;
- o aumento dos gastos com os diversos compromissos que as instituições assumem;
- as distorções geradas por determinados indicadores da política, como, por exemplo, a concentração em um único indicador por não se enquadrarem nos outros.

A Federação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos de Minas Gerais – Federassantas – é uma instituição que há mais de 30 anos representa os hospitais filantrópicos do Estado e trabalha para resguardar os direitos das instituições filiadas e da população por eles atendidas. Por essa razão, a Federação propõe que esse estudo seja realizado em conjunto, de forma a aperfeiçoar a política, tendo em vista que a instituição já utiliza um modelo de projeto de custos.

– À Comissão de Participação Popular.

### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 187/2022

Encaminha Sugestão de alteração do Programa 34 – Polícia Ostensiva, do projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício de 2023.

Proponentes: Junior José da Silva (Movimento Nacional pelo Direitos ao Transporte Público de Qualidade), Carine Paz Santana, Meirielly, Grazielle, Allef Santos Alves, Vitor Hugo Gonçalves Queiroz, Allisson, Gabriela Ferreira de Sousa, Patrick (Prefeitura Municipal de Juiz de Fora), Gabriel Pinheiro dos Santos, João Vitor, Gustavo dos Santos Alves, Bruno Charles (Polícia Militar de Minas Gerais), Raphael de Oliveira Amorim (Polícia Militar de Minas Gerais), Carlos Daniel Barbosa Dias dos Santos (Polícia Militar de Minas Gerais), Victória Cristina Machado de Campos, Thais, Rudolf Rangel Henrique, Breno Siqueira, Fábio Carvalho (Polícia Militar de Minas Gerais), Filipe Henrique Santos Apóstolo, Miguel Rubens Ramalho (Polícia Militar de Minas Gerais), Gervasio Geraldo Rocha Barcelos (Polícia Militar de Minas Gerais), Dieny Helem da Silva Valério, Arthur Marques Teixeira Soares, Kelly Soares Valente, Ruan Carlos de Oliveira Evangelista (Polícia Militar de Minas Gerais), Flavio Junior Barroso Gomes, Kleber de Oliveira Lago, Caíque Brandel Gardino de Melo, Heitor, William Carvalho, Bruno Henrique Barbosa (Polícia Militar de Minas Gerais), Matheus Luiz de Almeida Santos, Jonathas Chaves Duarte, Julio Marcos, Marcelo Bueno Gontijo, Monick Afonso Ferreira, Suelvio dos Reis Melo, Amilton Guimarães Junior (Polícia Militar de Minas Gerais), Igor Moreno Braga Justino, Wilson Inácio, Alan Passalio, Carlos Augusto, Maycon Oliveira, Áureo de Paula Silva (Polícia Militar de Minas Gerais), Jessica Santos Oliveira, Wanderson Clinton Alves Silva (Polícia Militar de Minas Gerais), Luan (Polícia Militar de Minas Gerais), Carlos Henrique de Souza da Silva (Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados), Wemerson Silva de Oliveira (Sindicato dos Servidores da Polícia Civil de Minas Gerais), Rogério Dias dos Santos Junior, Isabela Ferreira Gomes, Pedro Ivo Nogueira Pereira, Maria de Lourdes Rodrigues da Silva Filha Cordeiro, Tainah Fernandes Teixeira Lessa.

Proposta 10: Ação 4048 – Policiamento ostensivo geral

– Intensificação do policiamento preventivo na mobilidade urbana da RMBH, que inclui:

- A) O transporte público metropolitano – (ônibus, terminais e estações do Move Metropolitano, pontos de ônibus);
- B) Taxistas;
- C) Carros de aplicativos;
- D) Entregadores de aplicativo, tanto que utilizam motocicleta, quanto bicicleta.

– Que os novos policiais militares em formação, façam parte do estágio prático realizando ações preventivas práticas na Mobilidade Urbana, especialmente no transporte público metropolitano.

– É necessário que haja uma maior publicização das atividades de policiamento preventivo na Mobilidade Urbana, para que a Sociedade tenha conhecimento do importante trabalho que vem sendo realizado pela PMMG.

Proposta 11: – Intensificar o trabalho preventivo e de conscientização no transporte público metropolitano da RMBH, com relação a importunação sexual. Inclusive este trabalho poderá ser realizado em conjunto (PMMG com a Polícia Civil), e de forma permanente.

É fundamental que haja a publicização das ações preventivas realizadas, para conhecimento da Sociedade.

Proposta 40: 4058 – Policiamento Ostensivo de Meio Ambiente

Aumentar a meta física e financeira da ação, visando o aumento do policiamento ostensivo e preventivo ao meio ambiente na RMBH.

Meta física: 13.000 em 2023, 14.000 em 2024, 15.000 em 2025; 16.000 em 2026.

Meta financeira: R\$ \_\_\_\_\_ 2023. R\$ \_\_\_\_\_ 2024. R\$ \_\_\_\_\_ 2025. R\$ \_\_\_\_\_ 2026. Deixo a cargo dos técnicos da ALMG e da PMMG a

Território: RMBH

Proposta 41: 4432 – Prevenção à Violência Doméstica

Aumentar metas física e financeira, visando alcançar êxito na finalidade da Ação 4432, e como resposta, frente o aumento do número de casos de violência contra a mulher.

Meta física: 40.000 em 2023, 50.000 em 2024, 60.000 em 2025, e 60.000 em 2026.

Meta financeira: R\$ \_\_\_\_\_ 2023. R\$ \_\_\_\_\_ 2024. R\$ \_\_\_\_\_ 2025. R\$ \_\_\_\_\_ 2026. Deixo a cargo dos técnicos da ALMG e da PMMG.

Território: Estadual

Proposta 42: 4507 – SEGURANÇA RURAL

Aumentar a meta física da ação para 250 nos anos 2023 a 2026.

Meta financeira deixo a cargo dos Técnicos da ALMG e da PMMG.

Território: Estadual

Proposta 61: Gostaria de sugerir a convocação dos excedentes do concurso da PMMG 2021.

Proposta 62: Convocação de todos os excedentes do concurso da PMMG 2022, haja vista que todos estão aptos e prontos somente esperando um sinal verde do governo.

Proposta 65: Convocação dos excedentes do concurso 2022 da PMMG.

Proposta 66: A minha solicitação é para que sejam acrescidas, junto às propostas do programa de polícia ostensiva, propostas para o aumento do efetivo.

Proposta 67: A minha solicitação é para que sejam acrescidas, junto às propostas do programa de polícia ostensiva, propostas para o aumento do efetivo.

Proposta 68: A minha solicitação é para que sejam acrescidas, junto às propostas do programa de polícia ostensiva, propostas para o aumento do efetivo.

Proposta 69: A minha solicitação é para que sejam acrescidas, junto às propostas do programa de polícia ostensiva, propostas para o aumento do efetivo.

Proposta 70: A minha solicitação é para que sejam acrescidas, junto às propostas do programa de polícia ostensiva, propostas para o aumento do efetivo.

Proposta 71: A minha solicitação é para que sejam acrescidas, junto às propostas do programa de polícia ostensiva, propostas para o aumento e recomposição do efetivo da PMMG, através da convocação dos candidatos aprovados no último certame.

Proposta 72: A minha solicitação é para que sejam acrescidas, junto às propostas do programa de polícia ostensiva, propostas para o aumento do efetivo.

Proposta 73: A minha solicitação é para que sejam acrescidas, junto às propostas do programa de polícia ostensiva, propostas para o aumento do efetivo.

Proposta 74: A minha solicitação é para que sejam acrescidas, junto às propostas do programa de polícia ostensiva, propostas para o aumento do efetivo.

Proposta 75: Convocar os excedentes da Polícia Militar e abrir um novo concurso para o cargo de soldado da PMMG.

Proposta 76: Convocar os excedentes do último concurso de Soldados da PMMG.

Proposta 77: Convocar os excedentes do último concurso de Soldados da PMMG.

Proposta 78: A minha solicitação é para que sejam acrescidas, junto às propostas do programa de polícia ostensiva, propostas para o aumento do efetivo.

Proposta 79: A minha solicitação é para que sejam acrescidas, junto às propostas do programa de polícia ostensiva, propostas para o aumento do efetivo.

Proposta 80: A minha solicitação é para que sejam acrescidas, junto às propostas do programa de polícia ostensiva, propostas para o aumento do efetivo.

Proposta 81: A minha solicitação é para que sejam acrescidas, junto às propostas do programa de polícia ostensiva, propostas para o aumento do efetivo.

Proposta 82: Convocação de todos os excedentes do Concurso de Soldados da PMMG para aumento de efetivo no programa 034 – Polícia Ostensiva.

A minha solicitação é para que sejam acrescidas, junto às propostas do programa de polícia ostensiva, propostas para o aumento do efetivo.

Proposta 83: A minha solicitação é para que sejam acrescidas, junto às propostas do programa de polícia ostensiva, propostas para o aumento do efetivo.

Proposta 85: Aproveitamento dos excedentes da Polícia Militar.

Proposta 86: Contratar mais policiais.

Proposta 87: Recomposição do efetivo policial através da convocação dos aprovados no último concurso da Polícia Militar de Minas Gerais.

Proposta 88: Convocar os excedentes da Polícia Militar e abrir um novo concurso para o cargo de soldado da PMMG.

Proposta 89: A minha solicitação é para que sejam acrescidas, junto às propostas do programa de polícia ostensiva, propostas para o aumento do efetivo.

Proposta 90: A minha solicitação é para que sejam acrescidas, junto às propostas do programa de polícia ostensiva, propostas para o aumento do efetivo.

Proposta 91: A minha solicitação é para que sejam acrescidas, junto às propostas do programa de polícia ostensiva, propostas para o aumento do efetivo.

Proposta 92: A minha solicitação é para que sejam acrescidas, junto às propostas do programa de polícia ostensiva, propostas para o aumento do efetivo.

Proposta 93: A minha solicitação é para que sejam acrescidas, junto às propostas do programa de polícia ostensiva, propostas para o aumento do efetivo.

Proposta 94: A minha solicitação é para que sejam acrescidas, junto às propostas do programa de polícia ostensiva, propostas para o aumento do efetivo.

Proposta 95: Convocação dos excedentes do concurso de Soldado da Polícia Militar, tendo em vista o baixo efetivo, a economia e celeridade da administração pública para a solução de um “problema” simples e fácil de resolver.

Proposta 97: Convocar todos os excedentes do último concurso de soldados da PMMG.

Proposta 100: Convocar os excedentes do último concurso de Soldados da PMMG.

Proposta 110: A minha solicitação é para que sejam acrescidas, junto às propostas do programa de polícia ostensiva, propostas para o aumento do efetivo.

Proposta 112: A minha solicitação é para que sejam acrescidas, junto às propostas do programa de polícia ostensiva, propostas para o aumento do efetivo.

Proposta 113: Convocação imediata dos excedentes da Polícia Militar de Minas gerais, cargo de soldado.

Proposta 122: Convocação dos soldados aprovados no concurso da PMMG do ano de 2021.

Proposta 129: A minha solicitação é para que sejam acrescidas, junto às propostas do programa de polícia ostensiva, propostas para o aumento do efetivo.

Proposta 130: Convocação imediata dos excedentes da Polícia Militar de Minas gerais, cargo de soldado.

Proposta 132: A minha solicitação é para que sejam acrescidas, junto às propostas do programa de polícia ostensiva, propostas para o aumento do efetivo.

Proposta 139: Aumentar o efetivo da PMMG convocando os excedentes do último concurso

Proposta 140: A minha solicitação é para que sejam acrescidas, junto às propostas do programa de polícia ostensiva, propostas para o aumento do efetivo.

Proposta 146: A minha solicitação é para que sejam acrescidas, junto às propostas do programa de polícia ostensiva, propostas para o aumento do efetivo.

Proposta 150: A minha solicitação é para que sejam acrescidas, junto às propostas do programa de polícia ostensiva, propostas para o aumento do efetivo.

Proposta 151: A minha solicitação é para que sejam acrescidas, junto às propostas do programa de polícia ostensiva, propostas para o aumento do efetivo.

Proposta 156: A minha solicitação é para que sejam acrescidas, junto às propostas do programa de polícia ostensiva, propostas para o aumento do efetivo.

Proposta 159: A minha solicitação é para que sejam acrescidas, junto às propostas do programa de polícia ostensiva, propostas para o aumento do efetivo.

Proposta 173: A minha solicitação é para que sejam acrescidas, junto às propostas do programa de polícia ostensiva, propostas para o aumento do efetivo.

Proposta 187: A minha solicitação é para que sejam acrescidas, junto às propostas do programa de polícia ostensiva, propostas para o aumento do efetivo.

Proposta 256: A minha solicitação é para que sejam acrescidas, junto às propostas do programa de polícia ostensiva, propostas para o aumento do efetivo.

Proposta 390: Ação 2032 – Realizar as seguintes atividades: contribuir na formação dos policiais militares quanto à abordagem das pessoas com Transtorno do Espectro Autista e outros transtornos psiquiátricos, em parceria com o Conselho Regional de Fonoaudiologia – 6ª Região (Crefono 6). O Crefono 6 poderá indicar fonoaudiólogos especialistas para promover palestras e oficinas junto à Academia de Polícia.

A Proposta sugere acréscimo à meta financeira de R\$500.000,00.

Proposta 418: Ação 2032 – Aumentar R\$790.000,00 na meta financeira, para a capacitação de aproximadamente 400 policiais militares de várias regiões do Estado no curso de patrulha rural promovido pela PMMG:

Meta física 1/2023

Meta financeira: R\$790.000,00.

Proposta 421: Ação 2032 – Aumentar R\$150.000,00 para a capacitação de aproximadamente 60 policiais militares de várias regiões do Estado para atuarem na patrulha de prevenção à violência doméstica:

Meta física: 01/2023

Meta financeira: R\$150.000/2023

Proposta 423: Ação 4507 – Alteração da meta financeira, destinando o valor de R\$350.000,00 para aquisição de viaturas 4x4 para a patrulha rural para o Município de Matias Cardoso.

Proposta 428: Ação 4048 – Intensificação do policiamento preventivo e ostensivo, na mobilidade urbana, que inclui:

- transporte público metropolitano;
- carros de aplicativos;
- taxistas;
- entregadores de aplicativo.

Meta física: 01/2023

Proposta 429: Ação 2032 – Alterar meta financeira para R\$451.000 para capacitação de aproximadamente 360 policiais militares, de várias regiões do Estado, no curso Gepar.

Meta física: 01/2023

Meta financeira: R\$ 451.000/2023

Proposta 431: Ação 4169 – Alterar a meta financeira para R\$3.731.960,00 para reestruturação logística de aproximadamente 60 bases comunitárias e para substituição de 50 motocicletas danificadas, sob gestão da PMMG.

Meta física: 01/2023

Meta financeira: R\$ 3.731.960/2023

Proposta 433: Ação 4558 – Ampliar a atuação da banda de música da PMMG, por meio do acréscimo de R\$100.000,00.

Meta física: 01/2023

Meta financeira: acrescentar 100.000/2023, para a estrutura do centro de atividades musicais da PMMG.

Proposta 434: Ação 4062 – Alteração da meta financeira, destinando recursos para aquisição de material didático e outros materiais como camisetas e mochilas, no valor de R\$200.000,00 para o Proerd, em especial para o atendimento das necessidades do Município de Matias Cardoso.

Sala de Reuniões, 16 de novembro de 2022.

Iniciativa Popular

**Justificação:** Proposta 10: Proposta 10: A intensificação do policiamento preventivo na Mobilidade Urbana, visa promover a redução dos índices de assaltos, e principalmente aumentar a sensação de Segurança por parte dos Usuários do Transporte Público Metropolitano, dos Motoristas de Aplicativo, dos Taxistas, dos Passageiros, dos entregadores de Aplicativo na RMBH.

É importante destacar que graças ao trabalho preventivo da PMMG, os índices de assaltos na Mobilidade Urbana vem caindo na RMBH. No qual somos gratos à PMMG.

A solicitação visa que a PMMG possa aumentar as ações preventivas na Mobilidade Urbana da RMBH, para que os índices de assaltos venham a cair ainda mais, e aumentando a sensação de Segurança por parte da Sociedade Metropolitana.

Proposta 11: A intensificação do trabalho preventivo e de conscientização no transporte público metropolitano da RMBH, com relação a importunação sexual, é de fundamental importância tendo em vista o aumento do número de casos de importunação sexual, que tem ocorrido no transporte público.

Necessitando de uma maior presença da PMMG e da Polícia Civil num trabalho em conjunto dentro dos ônibus, no interior dos Terminais e Estações do Move Metropolitano, levando informação e realizando um trabalho preventivo de grande importância.

Proposta 40: A ação é importantíssima, porém vejo uma necessidade de aumento tanto na meta física como financeira, para o aumento das ações preventivas e ostensivas da Polícia Militar de Meio Ambiente em toda a RMBH. Visando alcançar os importantes objetivos da finalidade da ação.

Proposta 41: É fundamental e necessário o aumento das metas físicas e financeiras da ação para os próximos 04 anos, para todo o Estado de MG, frente ao crescimento do número de ocorrências relacionadas à violência contra a mulher. É preciso que o Estado tenha uma atuação preventiva, ainda mais intensa com relação a este tema, visando proteger as mulheres.

Proposta 42: Tendo em vista a importância da ação e do grande número de comunidades da zona rural no Estado, é necessário o aumento das metas físicas e financeiras para atingir os objetivos da finalidade da ação.

Proposta 61: Como sabemos, o déficit da PMMG encontra-se bastante alto. Portanto, a convocação dos candidatos já aprovados nesse concurso implicaria nos princípios da economicidade e eficiência da administração pública, tendo em vista que um novo concurso seria oneroso e demorado para o Estado. A realização de um novo concurso com todas as suas fases levaria, aproximadamente, 1 ano entre a realização da prova objetiva e ingresso na corporação.

Proposta 62: Minas sempre foi o Estado mais seguro entre todos, porém atualmente o efetivo se encontra defasado, logo a importância da recomposição deste. É a hora do governo fazer a sua parte. O Brasil precisa ser um lugar seguro pra todos.

Proposta 65: Em um projeto do governo federal que entrará em 2023, está o relaxamento de prisão de determinados presos, creio que agora seja um momento oportuno para reforçar a segurança do nosso estado, pois como bem sabemos, um estado seguro é um estado atrativo para investimentos, para que continuemos com o título de estado mais seguro do Brasil, nada cresce na desordem, e quem tem o dever legal para manutenção da ordem pública é a Polícia Militar, fica aqui minha solicitação dos excedentes do concurso 2022 da PMMG.

Proposta 66: O efetivo policial é uma questão que influencia diretamente a qualidade do serviço ofertado, a segurança e sensação de segurança da população mineira, o bem-estar dos profissionais militares e a diminuição da criminalidade no estado. Considerando que atualmente a PMMG atua com um efetivo abaixo do limite prudencial previsto em lei, o trabalho ofertado fica aquém do que poderia ser oferecido caso o número de pessoal estivesse dentro do estipulado em lei.

Portanto, a alternativa mais célere seria a convocação dos excedentes do último concurso, tendo em vista que um processo de concurso público, considerando todos os seus trâmites e etapas, leva em média 2 anos até que o policial esteja em serviço nas ruas.

Proposta 67: O efetivo policial é uma questão que influencia diretamente a qualidade do serviço ofertado, a segurança e sensação de segurança da população mineira, o bem-estar dos profissionais militares e a diminuição da criminalidade no estado. Considerando que atualmente a PMMG atua com um efetivo abaixo do limite prudencial previsto em lei, o trabalho ofertado fica aquém do que poderia ser oferecido caso o número de pessoal estivesse dentro do estipulado em lei.

Portanto, a alternativa mais célere seria a convocação dos excedentes do último concurso, tendo em vista que um processo de concurso público, considerando todos os seus trâmites e etapas, leva em média 2 anos até que o policial esteja em serviço nas ruas.

Proposta 68: O efetivo policial é uma questão que influencia diretamente a qualidade do serviço prestado, a economia que necessita de um ambiente ordeiro para prosperar, a percepção do cidadão de estar seguro, o bem-estar dos profissionais militares e a diminuição da criminalidade no estado. Considerando que atualmente a PMMG atua com um efetivo abaixo do limite prudencial

previsto em lei, o trabalho ofertado fica aquém do que poderia ser oferecido caso o número de pessoal estivesse dentro do estipulado em lei.

Portanto, a alternativa mais célere seria a convocação dos excedentes do último concurso, tendo em vista que um processo de concurso público, considerando todos os seus trâmites e etapas, leva em média 2 anos até que o policial esteja em serviço nas ruas, o aproveitamento de candidatos que já passaram por todas as etapas seria efetivo para sociedade e estaria em consonância com o princípio constitucional da eficiência, que é apresentar o melhor, com menor custo e no menor tempo.

Proposta 69: O efetivo policial é uma questão que influencia diretamente a qualidade do serviço ofertado, a segurança e sensação de segurança da população mineira, o bem-estar dos profissionais militares e a diminuição da criminalidade no estado. Considerando que atualmente a PMMG atua com um efetivo abaixo do limite prudencial previsto em lei, o trabalho ofertado fica aquém do que poderia ser oferecido caso o número de pessoal estivesse dentro do estipulado em lei.

Portanto, a alternativa mais célere seria a convocação dos excedentes do último concurso, tendo em vista que um processo de concurso público, considerando todos os seus trâmites e etapas, leva em média 2 anos até que o policial esteja em serviço nas ruas.

Proposta 70: O efetivo policial é uma questão que influencia diretamente a qualidade do serviço ofertado, a segurança e sensação de segurança da população mineira, o bem-estar dos profissionais militares e a diminuição da criminalidade no estado. Considerando que atualmente a PMMG atua com um efetivo abaixo do limite prudencial previsto em lei, o trabalho ofertado fica aquém do que poderia ser oferecido caso o número de pessoal estivesse dentro do estipulado em lei.

Portanto, a alternativa mais célere seria a convocação dos excedentes do último concurso, tendo em vista que um processo de concurso público, considerando todos os seus trâmites e etapas, leva em média 2 anos até que o policial esteja em serviço nas ruas.

Proposta 71: O efetivo policial é uma questão que influencia diretamente a qualidade do serviço ofertado, a segurança e sensação de segurança da população mineira, o bem-estar dos profissionais militares e a diminuição da criminalidade no estado. Considerando que atualmente a PMMG atua com um efetivo abaixo do limite prudencial previsto em lei, o trabalho ofertado fica aquém do que poderia ser oferecido caso o número de pessoal estivesse dentro do estipulado em lei.

Portanto, a alternativa mais célere seria a convocação dos excedentes do último concurso, tendo em vista que um processo de concurso público, considerando todos os seus trâmites e etapas, leva em média 2 anos até que o policial esteja em serviço nas ruas.

Proposta 72: O efetivo policial é uma questão que influencia diretamente a qualidade do serviço ofertado, a segurança e sensação de segurança da população mineira, o bem-estar dos profissionais militares e a diminuição da criminalidade no estado. Considerando que atualmente a PMMG atua com um efetivo abaixo do limite prudencial previsto em lei, o trabalho ofertado fica aquém do que poderia ser oferecido caso o número de pessoal estivesse dentro do estipulado em lei.

Portanto, a alternativa mais célere seria a convocação dos excedentes do último concurso, tendo em vista que um processo de concurso público, considerando todos os seus trâmites e etapas, leva em média 2 anos até que o policial esteja em serviço nas ruas.

Proposta 73: O efetivo policial é uma questão que influencia diretamente a qualidade do serviço ofertado, a segurança e sensação de segurança da população mineira, o bem-estar dos profissionais militares e a diminuição da criminalidade no estado. Considerando que atualmente a PMMG atua com um efetivo abaixo do limite prudencial previsto em lei, o trabalho ofertado fica aquém do que poderia ser oferecido caso o número de pessoal estivesse dentro do estipulado em lei. Portanto, a alternativa mais célere seria a convocação dos excedentes do último concurso, tendo em vista que um processo de concurso público, considerando todos os seus trâmites e etapas, leva em média 2 anos até que o policial esteja em serviço nas ruas. Minas gerais só tem a ganhar. A população ganha em segurança.

Estamos prontos e aptos para servir.

Que deus nos abençoe

Proposta 74: O efetivo policial é uma questão que influencia diretamente a qualidade do serviço ofertado, a segurança e sensação de segurança da população mineira, o bem-estar dos profissionais militares e a diminuição da criminalidade no estado. Considerando que atualmente a PMMG atua com um efetivo abaixo do limite prudencial previsto em lei, o trabalho ofertado fica aquém do que poderia ser oferecido caso o número de pessoal estivesse dentro do estipulado em lei.

Portanto, a alternativa mais célere seria a convocação dos excedentes do último concurso, tendo em vista que um processo de concurso público, considerando todos os seus trâmites e etapas, leva em média 2 anos até que o policial esteja em serviço nas ruas.

Proposta 75: Estamos com um efetivo baixo, e com tendência de diminuir devido aos militares que irão aposentar até Dezembro/2022. Convocar esses excedentes seria economia para o estado, e a garantia de ter novos soldados nas ruas de uma maneira mais rápida.

Proposta 76: Com a criminalidade aumentando cada vez mais e o efetivo diminuindo, é necessário o reforço da tropa de forma rápida e econômica. Os excedentes estão prontos para servir o Estado. Abrir um novo concurso demanda tempo e gastos. Considerando que atualmente a PMMG atua com um efetivo abaixo do limite prudencial previsto em lei, o trabalho ofertado fica aquém do que poderia ser oferecido caso o número de pessoal estivesse dentro do estipulado em lei, colocando em risco a vida dos policiais na ativa. Portanto, a alternativa mais célere seria a convocação dos excedentes do último concurso, tendo em vista que um processo de concurso público, considerando todos os seus trâmites e etapas, leva em média 2 anos até que o policial esteja em serviço nas ruas.

Proposta 77: Com a criminalidade aumentando cada vez mais e o efetivo diminuindo, é necessário o reforço da tropa de forma rápida e econômica. Os excedentes estão prontos para servir o Estado. Abrir um novo concurso demanda tempo e gastos. Considerando que atualmente a PMMG atua com um efetivo abaixo do limite prudencial previsto em lei, o trabalho ofertado fica aquém do que poderia ser oferecido caso o número de pessoal estivesse dentro do estipulado em lei, colocando em risco a vida dos policiais na ativa. Portanto, a alternativa mais célere seria a convocação dos excedentes do último concurso, tendo em vista que um processo de concurso público, considerando todos os seus trâmites e etapas, leva em média 2 anos até que o policial esteja em serviço nas ruas.

Proposta 78: O efetivo policial é uma questão que influencia diretamente a qualidade do serviço ofertado, a segurança e sensação de segurança da população mineira, o bem-estar dos profissionais militares e a diminuição da criminalidade no estado. Considerando que atualmente a PMMG atua com um efetivo abaixo do limite prudencial previsto em lei, o trabalho ofertado fica aquém do que poderia ser oferecido caso o número de pessoal estivesse dentro do estipulado em lei.

Portanto, a alternativa mais célere seria a convocação dos excedentes do último concurso, tendo em vista que um processo de concurso público, considerando todos os seus trâmites e etapas, leva em média 2 anos até que o policial esteja em serviço nas ruas.

Proposta 79: O efetivo policial é uma questão que influencia diretamente a qualidade do serviço ofertado, a segurança e sensação de segurança da população mineira, o bem-estar dos profissionais militares e a diminuição da criminalidade no estado. Considerando que atualmente a PMMG atua com um efetivo abaixo do limite prudencial previsto em lei, o trabalho ofertado fica aquém do que poderia ser oferecido caso o número de pessoal estivesse dentro do estipulado em lei.

Portanto, a alternativa mais célere seria a convocação dos excedentes do último concurso, tendo em vista que um processo de concurso público, considerando todos os seus trâmites e etapas, leva em média 2 anos até que o policial esteja em serviço nas ruas.

Proposta 80: O efetivo policial é uma questão que influencia diretamente a qualidade do serviço ofertado, a segurança e sensação de segurança da população mineira, o bem-estar dos profissionais militares e a diminuição da criminalidade no estado. Considerando que atualmente a PMMG atua com um efetivo abaixo do limite prudencial previsto em lei, o trabalho ofertado fica aquém do que poderia ser oferecido caso o número de pessoal estivesse dentro do estipulado em lei.

Portanto, a alternativa mais célere seria a convocação dos excedentes do último concurso, tendo em vista que um processo de concurso público, considerando todos os seus trâmites e etapas, leva em média 2 anos até que o policial esteja em serviço nas ruas.

Proposta 81: O efetivo policial é uma questão que influencia diretamente a qualidade do serviço ofertado, a segurança e sensação de segurança da população mineira, o bem-estar dos profissionais militares e a diminuição da criminalidade no estado. Considerando que atualmente a PMMG atua com um efetivo abaixo do limite prudencial previsto em lei, o trabalho ofertado fica aquém do que poderia ser oferecido caso o número de pessoal estivesse dentro do estipulado em lei.

Portanto, a alternativa mais célere seria a convocação dos excedentes do último concurso, tendo em vista que um processo de concurso público, considerando todos os seus trâmites e etapas, leva em média 2 anos até que o policial esteja em serviço nas ruas.

Proposta 82: Fazer que Minas gerais continue sendo o Estado mais seguro do Brasil com o efetivo maior e mais treinado. O efetivo policial é uma questão que influencia diretamente a qualidade do serviço ofertado, a segurança e sensação de segurança da população mineira, o bem-estar dos profissionais militares e a diminuição da criminalidade no estado. Considerando que atualmente a PMMG atua com um efetivo abaixo do limite prudencial previsto em lei, o trabalho ofertado fica aquém do que poderia ser oferecido caso o número de pessoal estivesse dentro do estipulado em lei. Portanto, a alternativa mais célere seria a convocação dos excedentes do último concurso, tendo em vista que um processo de concurso público, considerando todos os seus trâmites e etapas, leva em média 2 anos até que o policial esteja em serviço nas ruas.

Proposta 83: O efetivo policial é uma questão que influencia diretamente a qualidade do serviço ofertado, a segurança e sensação de segurança da população mineira, o bem-estar dos profissionais militares e a diminuição da criminalidade no estado. Considerando que atualmente a PMMG atua com um efetivo abaixo do limite prudencial previsto em lei, o trabalho ofertado fica aquém do que poderia ser oferecido caso o número de pessoal estivesse dentro do estipulado em lei.

Portanto, a alternativa mais célere seria a convocação dos excedentes do último concurso, tendo em vista que um processo de concurso público, considerando todos os seus trâmites e etapas, leva em média 2 anos até que o policial esteja em serviço nas ruas.

Proposta 85: O déficit é muito grande , muito importante dar uma oportunidade para aqueles que já passaram por etapas físicas e psicológicas e estão aptos a servir.

Proposta 86: Ta faltando polícia, tem cidade que tem 4 policiais.

Proposta 87: Visto que o efetivo policial está abaixo do limite prudencial previsto em lei e para que haja a recomposição dos quadros, torna-se indispensável a convocação dos aprovados/excedentes do último concurso CFSD/PMMG. A fim de que Minas continue como o Estado mais seguro do País para se viver e investir.

Proposta 88: Com a criminalidade aumentando cada vez mais e o efetivo diminuindo, é necessário o reforço da tropa de forma rápida e econômica. Os excedentes estão prontos para servir o Estado. Abrir um novo concurso demanda tempo e gastos. Considerando que atualmente a PMMG atua com um efetivo abaixo do limite prudencial previsto em lei, o trabalho ofertado fica aquém do que poderia ser oferecido caso o número de pessoal estivesse dentro do estipulado em lei, colocando em risco a vida dos policiais na ativa. Portanto, a alternativa mais célere seria a convocação dos excedentes do último concurso, tendo em vista que um processo de concurso público, considerando todos os seus trâmites e etapas, leva em média 2 anos até que o policial esteja em serviço nas ruas.

Proposta 89: Podemos observar a rotina dos militares que estão todos os dias nas ruas nos protegendo, o déficit no efetivo policial mostra a dificuldade com a carga horária dos militares, solicito a convocação dos excedentes do último concurso da PMMG, visto que todos estão aptos e preparados para atender a população e servir o estado mais seguro do país, uma alternativa rápida e econômica para a administração pública, lembrando que se não houver a convocação o próximo ano não haverá inclusão de soldados devido ao tempo de duração do próximo concurso. Obrigado!!!

Proposta 90: O efetivo policial é uma questão que influencia diretamente a qualidade do serviço ofertado, a segurança e sensação de segurança da população mineira, o bem-estar dos profissionais militares e a diminuição da criminalidade no estado. Considerando que atualmente a PMMG atua com um efetivo abaixo do limite prudencial previsto em lei, o trabalho ofertado fica aquém do que poderia ser oferecido caso o número de pessoal estivesse dentro do estipulado em lei.

Portanto, a alternativa mais célere seria a convocação dos excedentes do último concurso, tendo em vista que um processo de concurso público, considerando todos os seus trâmites e etapas, leva em média 2 anos até que o policial esteja em serviço nas ruas.

Proposta 91: O efetivo policial é uma questão que influencia diretamente a qualidade do serviço ofertado, a segurança e sensação de segurança da população mineira, o bem-estar dos profissionais militares e a diminuição da criminalidade no estado. Considerando que atualmente a PMMG atua com um efetivo abaixo do limite prudencial previsto em lei, o trabalho ofertado fica aquém do que poderia ser oferecido caso o número de pessoal estivesse dentro do estipulado em lei.

Portanto, a alternativa mais célere seria a convocação dos excedentes do último concurso, tendo em vista que um processo de concurso público, considerando todos os seus trâmites e etapas, leva em média 2 anos até que o policial esteja em serviço nas ruas.

Proposta 92: O efetivo policial é uma questão que influencia diretamente a qualidade do serviço ofertado, a segurança e sensação de segurança da população mineira, o bem-estar dos profissionais militares e a diminuição da criminalidade no estado. Considerando que atualmente a PMMG atua com um efetivo abaixo do limite prudencial previsto em lei, o trabalho ofertado fica aquém do que poderia ser oferecido caso o número de pessoal estivesse dentro do estipulado em lei. Portanto, a alternativa mais célere seria a convocação dos excedentes do último concurso, tendo em vista que um processo de concurso público, considerando todos os seus trâmites e etapas, leva em média 2 anos até que o policial esteja em serviço nas ruas.

Proposta 93: O efetivo policial é uma questão que influencia diretamente a qualidade do serviço ofertado, a segurança e sensação de segurança da população mineira, o bem-estar dos profissionais militares e a diminuição da criminalidade no estado. Considerando que atualmente a PMMG atua com um efetivo abaixo do limite prudencial previsto em lei, o trabalho ofertado fica aquém do que poderia ser oferecido caso o número de pessoal estivesse dentro do estipulado em lei.

Portanto, a alternativa mais célere seria a convocação dos excedentes do último concurso, tendo em vista que um processo de concurso público, considerando todos os seus trâmites e etapas, leva em média 2 anos até que o policial esteja em serviço nas ruas.

Proposta 94: O efetivo policial é uma questão que influencia diretamente a qualidade do serviço ofertado, a segurança e sensação de segurança da população mineira, o bem-estar dos profissionais militares e a diminuição da criminalidade no estado. Considerando que atualmente a PMMG atua com um efetivo abaixo do limite prudencial previsto em lei, o trabalho ofertado fica aquém do que poderia ser oferecido caso o número de pessoal estivesse dentro do estipulado em lei.

Portanto, a alternativa mais célere seria a convocação dos excedentes do último concurso, tendo em vista que um processo de concurso público, considerando todos os seus trâmites e etapas, leva em média 2 anos até que o policial esteja em serviço nas ruas.

Proposta 95: O Estado Mais seguro do Brasil se faz com corpo militar forte. Onde os policiais não precisem dobrar turnos e trabalhar exaustivamente. Convocar os excedentes do concurso de Soldado da Polícia Militar é maneira eficaz e econômica pra o Estado servir e proteger a sociedade.

Proposta 97: Minas Gerais tem um déficit de policiais militares muito grande, o efetivo se encontra desgastado e sobrecarregado. Existem pessoas aptas, que passaram por testes difíceis prontos para servir o cidadão e ajudar a combater não só a falta de profissionais de segurança pública, como também, a criminalidade existente em nosso estado.

Proposta 100: Com a criminalidade aumentando cada vez mais e o efetivo diminuindo, é necessário o reforço da tropa de forma rápida e econômica. Os excedentes estão prontos para servir o Estado. Abrir um novo concurso demanda tempo e gastos. Considerando que atualmente a PMMG atua com um efetivo abaixo do limite prudencial previsto em lei, o trabalho ofertado fica

aquém do que poderia ser oferecido caso o número de pessoal estivesse dentro do estipulado em lei, colocando em risco a vida dos policiais na ativa. Portanto, a alternativa mais célere seria a convocação dos excedentes do último concurso, tendo em vista que um processo de concurso público, considerando todos os seus trâmites e etapas, leva em média 2 anos até que o policial esteja em serviço nas ruas.

Proposta 110: O efetivo policial é uma questão que influencia diretamente a qualidade do serviço ofertado, a segurança e sensação de segurança da população mineira, o bem-estar dos profissionais militares e a diminuição da criminalidade no estado. Considerando que atualmente a PMMG atua com um efetivo abaixo do limite prudencial previsto em lei, o trabalho ofertado fica aquém do que poderia ser oferecido caso o número de pessoal estivesse dentro do estipulado em lei.

Portanto, a alternativa mais célere seria a convocação dos excedentes do último concurso, tendo em vista que um processo de concurso público, considerando todos os seus trâmites e etapas, leva em média 2 anos até que o policial esteja em serviço nas ruas.

Proposta 112: O efetivo policial é uma questão que influencia diretamente a qualidade do serviço ofertado, a segurança e sensação de segurança da população mineira, o bem-estar dos profissionais militares e a diminuição da criminalidade no estado. Considerando que atualmente a PMMG atua com um efetivo abaixo do limite prudencial previsto em lei, o trabalho ofertado fica aquém do que poderia ser oferecido caso o número de pessoal estivesse dentro do estipulado em lei.

Portanto, a alternativa mais célere seria a convocação dos excedentes do último concurso, tendo em vista que um processo de concurso público, considerando todos os seus trâmites e etapas, leva em média 2 anos até que o policial esteja em serviço nas ruas.

Proposta 113: Minas tem o status de ser o “estado mais seguro do Brasil” e isso passa diretamente pelo trabalho da polícia militar. Todavia, pra que isso continue sendo verdade, é necessário ter um efetivo grande nas ruas do interior e capital. É sabido que há um enorme déficit do quadro de soldados da polícia e há excedentes aptos e prontos a servir. Esses, por sua vez, foram aprovados na prova objetiva, teste de aptidão físico e teste psicológico, faltando assim somente a convocação deles. São, aproximadamente, 700 homens e mulheres dispostos a proteger o povo mineiro e fazer com que Minas não seja somente o estado mais seguro do Brasil como o estado mais seguro da América do Sul. Isso tudo passa por vários fatores, mas o principal é o efetivo.

Minas clama por segurança e há excedentes prontos pra isso!

Proposta 122: É necessário reestabelecer os quadros da Polícia Militar de Minas Gerais para manter o bom atendimento no tocante à segurança pública, evitar sobrecarga dos atuais militares e evitar uma situação de desordem pública pela falta de policiamento. Ademais, é mais do que necessário um estado seguro para atrair investimentos e fomentar as boas práticas políticas, proporcionando que as forças estatais de saúde e educação atuem uniformemente em todas as localidades geográficas, inclusive aquelas que possuem os maiores índices de violência.

Proposta 129: O efetivo policial é uma questão que influencia diretamente a qualidade do serviço ofertado, a segurança e sensação de segurança da população mineira, o bem-estar dos profissionais militares e a diminuição da criminalidade no estado. Considerando que atualmente a PMMG atua com um efetivo abaixo do limite prudencial previsto em lei, o trabalho ofertado fica aquém do que poderia ser oferecido caso o número de pessoal estivesse dentro do estipulado em lei.

Portanto, a alternativa mais célere seria a convocação dos excedentes do último concurso, tendo em vista que um processo de concurso público, considerando todos os seus trâmites e etapas, leva em média 2 anos até que o policial esteja em serviço nas ruas.

Proposta 130: Minas tem o status de ser o “estado mais seguro do Brasil” e isso passa diretamente pelo trabalho da polícia militar. Todavia, pra que isso continue sendo verdade, é necessário ter um efetivo grande nas ruas do interior e capital. É sabido que há um enorme déficit do quadro de soldados da polícia e há excedentes aptos e prontos a servir. Esses, por sua vez, foram aprovados na prova objetiva, teste de aptidão físico e teste psicológico, faltando assim somente a convocação deles. São , aproximadamente, 700 homens e mulheres dispostos a proteger o povo mineiro e fazer com que Minas não seja somente o estado mais seguro do Brasil como

o estado mais seguro da América do Sul. Isso tudo passa por vários fatores, mas o principal é o efetivo. Minas clama por segurança e há excedentes prontos pra isso!

Proposta 132: O efetivo policial é uma questão que influencia diretamente a qualidade do serviço ofertado, a segurança e sensação de segurança da população mineira, o bem-estar dos profissionais militares e a diminuição da criminalidade no estado. Considerando que atualmente a PMMG atua com um efetivo abaixo do limite prudencial previsto em lei, o trabalho ofertado fica aquém do que poderia ser oferecido caso o número de pessoal estivesse dentro do estipulado em lei.

Portanto, a alternativa mais célere seria a convocação dos excedentes do último concurso, tendo em vista que um processo de concurso público, considerando todos os seus trâmites e etapas, leva em média 2 anos até que o policial esteja em serviço nas ruas.

Proposta 139: Visando que o Estado está com baixo efetivo na segurança pública, e a convocação dos candidatos excedentes seria uma forma mais rápida e eficaz para aumentar o efetivo, sendo que os mesmos já foram aprovados e todas etapas do concurso e estão prontos para começar a servir.

Proposta 140: O efetivo policial é uma questão que influencia diretamente a qualidade do serviço ofertado, a segurança e sensação de segurança da população mineira, o bem-estar dos profissionais militares e a diminuição da criminalidade no estado. Considerando que atualmente a PMMG atua com um efetivo abaixo do limite prudencial previsto em lei, o trabalho ofertado fica aquém do que poderia ser oferecido caso o número de pessoal estivesse dentro do estipulado em lei.

Portanto, a alternativa mais célere seria a convocação dos excedentes do último concurso, tendo em vista que um processo de concurso público, considerando todos os seus trâmites e etapas, leva em média 2 anos até que o policial esteja em serviço nas ruas.

Proposta 146: O efetivo policial é uma questão que influencia diretamente a qualidade do serviço ofertado, a segurança e sensação de segurança da população mineira, o bem-estar dos profissionais militares e a diminuição da criminalidade no estado. Considerando que atualmente a PMMG atua com um efetivo abaixo do limite prudencial previsto em lei, o trabalho ofertado fica aquém do que poderia ser oferecido caso o número de pessoal estivesse dentro do estipulado em lei.

Portanto, a alternativa mais célere seria a convocação dos excedentes do último concurso, tendo em vista que um processo de concurso público, considerando todos os seus trâmites e etapas, leva em média 2 anos até que o policial esteja em serviço nas ruas.

Proposta 150: O efetivo policial é uma questão que influencia diretamente a qualidade do serviço ofertado, a segurança e sensação de segurança da população mineira, o bem-estar dos profissionais militares e a diminuição da criminalidade no estado. Considerando que atualmente a PMMG atua com um efetivo abaixo do limite prudencial previsto em lei, o trabalho ofertado fica aquém do que poderia ser oferecido caso o número de pessoal estivesse dentro do estipulado em lei. Portanto, a alternativa mais célere seria a convocação dos excedentes do último concurso, tendo em vista que um processo de concurso público, considerando todos os seus trâmites e etapas, leva em média 2 anos até que o policial esteja em serviço nas ruas.

Proposta 151: O efetivo policial é uma questão que influencia diretamente a qualidade do serviço ofertado, a segurança e sensação de segurança da população mineira, o bem-estar dos profissionais militares e a diminuição da criminalidade no estado. Considerando que atualmente a PMMG atua com um efetivo abaixo do limite prudencial previsto em lei, o trabalho ofertado fica aquém do que poderia ser oferecido caso o número de pessoal estivesse dentro do estipulado em lei.

Portanto, a alternativa mais célere seria a convocação dos excedentes do último concurso, tendo em vista que um processo de concurso público, considerando todos os seus trâmites e etapas, leva em média 2 anos até que o policial esteja em serviço nas ruas.

Proposta 156: O efetivo policial é uma questão que influencia diretamente a qualidade do serviço ofertado, a segurança e sensação de segurança da população mineira, o bem-estar dos profissionais militares e a diminuição da criminalidade no estado. Considerando que atualmente a PMMG atua com um efetivo abaixo do limite prudencial previsto em lei, o trabalho ofertado fica aquém do que poderia ser oferecido caso o número de pessoal estivesse dentro do estipulado em lei.

Portanto, a alternativa mais célere seria a convocação dos excedentes do último concurso, tendo em vista que um processo de concurso público, considerando todos os seus trâmites e etapas, leva em média 2 anos até que o policial esteja em serviço nas ruas.

Proposta 159: O efetivo policial é uma questão que influencia diretamente a qualidade do serviço ofertado, a segurança e sensação de segurança da população mineira, o bem-estar dos profissionais militares e a diminuição da criminalidade no estado. Considerando que atualmente a PMMG atua com um efetivo abaixo do limite prudencial previsto em lei, o trabalho ofertado fica aquém do que poderia ser oferecido caso o número de pessoal estivesse dentro do estipulado em lei.

Portanto, a alternativa mais célere seria a convocação dos excedentes do último concurso, tendo em vista que um processo de concurso público, considerando todos os seus trâmites e etapas, leva em média 2 anos até que o policial esteja em serviço nas ruas.

Proposta 173: O efetivo policial é uma questão que influencia diretamente a qualidade do serviço ofertado, a segurança e sensação de segurança da população mineira, o bem-estar dos profissionais militares e a diminuição da criminalidade no estado. Considerando que atualmente a PMMG atua com um efetivo abaixo do limite prudencial previsto em lei, o trabalho ofertado fica aquém do que poderia ser oferecido caso o número de pessoal estivesse dentro do estipulado em lei.

Portanto, a alternativa mais célere seria a convocação dos excedentes do último concurso, tendo em vista que um processo de concurso público, considerando todos os seus trâmites e etapas, leva em média 2 anos até que o policial esteja em serviço nas ruas.

Proposta 187: O efetivo policial é uma questão que influencia diretamente a qualidade do serviço ofertado, a segurança e sensação de segurança da população mineira, o bem-estar dos profissionais militares e a diminuição da criminalidade no estado. Considerando que atualmente a PMMG atua com um efetivo abaixo do limite prudencial previsto em lei, o trabalho ofertado fica aquém do que poderia ser oferecido caso o número de pessoal estivesse dentro do estipulado em lei.

Portanto, a alternativa mais célere seria a convocação dos excedentes do último concurso, tendo em vista que um processo de concurso público, considerando todos os seus trâmites e etapas, leva em média 2 anos até que o policial esteja em serviço nas ruas.

Proposta 256: O efetivo policial é uma questão que influencia diretamente a qualidade do serviço ofertado, a segurança e sensação de segurança da população mineira, o bem-estar dos profissionais militares e a diminuição da criminalidade no estado. Considerando que atualmente a PMMG atua com um efetivo abaixo do limite prudencial previsto em lei, o trabalho ofertado fica aquém do que poderia ser oferecido caso o número de pessoal estivesse dentro do estipulado em lei.

Portanto, a alternativa mais célere seria a convocação dos excedentes do último concurso, tendo em vista que um processo de concurso público, considerando todos os seus trâmites e etapas, leva em média 2 anos até que o policial esteja em serviço nas ruas.

Proposta 390: O Transtorno do Espectro Autista é um transtorno do neurodesenvolvimento que compromete a comunicação, a interação social, manifestando-se por padrões repetitivos de comportamento, autoagressão, interesses restritos, entre outros. Existem níveis dentro do espectro autista, variando de leve a grave (níveis 1 a 3). E as pessoas com transtornos psiquiátricos passam por sofrimento mental e podem ter comportamentos adversos. Faz-se necessário instrumentalizar os policiais militares nessa abordagem, pois eles podem ser surpreendidos com reações adversas como agressão, gritos, choros, etc. O policial conhecendo esses comportamentos poderá reconhecer a pessoa com deficiência, tornando a abordagem mais humanizada e consciente.

Proposta 418: Alterar a meta financeira para R\$790.000,00 para a capacitação de aproximadamente 400 policiais militares de várias regiões do Estado no curso de patrulha rural promovido pela PMMG.

Proposta 421: Alterar na Ação 4432 – prevenção à violência doméstica – a meta financeira para R\$150.000, para capacitação de aproximadamente 60 policiais militares de várias regiões do Estado para atuarem na patrulha de prevenção à violência doméstica, promovido pela PMMG.

Proposta 423: O Município de Matias Cardoso tem uma população de mais de 11 mil habitantes, está situada no norte de Minas em divisa com o Estado da Bahia e tendo uma extensão rural muito extensa verifica-se a necessidade de aquisição de uma viatura caminhonete 4x4 para atuar na área rural.

No município há previsão de ampliação da fonte tecnológica com a instalação da maior usina fotovoltaica do mundo que torna necessário a ampliação da segurança nessas áreas rurais. O caminho até a usina é todo de estrada de terra, demonstrando necessidade de investir em uma viatura específica.

Proposta 428: É fundamental a continuidade do policiamento preventivo e ostensivo na mobilidade urbana da RMBH. E que haja a publicização das atividades, para conhecimento da sociedade.

Proposta 429: Ação 4166 – Grupo especial de policiamento em área de risco geral

Alterar meta financeira para R\$451.000 para capacitação de aproximadamente 360 policiais militares, de várias regiões do Estado, no curso Gepar, promovido pela PMMG.

Proposta 431: Alterar a meta financeira para R\$3.731.960,00 para reestruturação logística de aproximadamente 60 bases comunitárias e substituição de 50 motocicletas danificadas, sob gestão da PMMG.

Proposta 433: É possível a ampliação da segurança pública por meio de atividades culturais, ampliando a atuação da banda de música da polícia militar em áreas públicas como terminais metropolitanos do move, situados na RMBH.

Proposta 434: O Proerd, Programa Educacional de Resistência às Drogas, ajuda as crianças e adolescentes a resistirem às drogas, evitando que no futuro tomem decisões erradas. Ajuda os jovens a se tornarem cidadãos responsáveis e a conduzirem suas vidas de forma segura e saudável.

Tive a oportunidade de participar quando aluna no ano de 2005 e hoje acompanho o trabalho na cidade de Matias Cardoso e vejo como o programa traz resultados positivos evitando que as crianças e adolescentes conheçam e utilizem drogas.

– À Comissão de Participação Popular.

### **PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 188/2022**

Encaminha Sugestão de alteração do Programa 82 – Operação e Segurança Viária, do projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício de 2023.

Proponente: Junior José da Silva (Movimento Nacional pelo Direitos ao Transporte Público de Qualidade).

Proposta 13: Proposta 13: Ação 4232 – Realização pelo DER-MG de uma fiscalização pente fino, em todos os veículos do Move Metropolitano, incluindo a frota reserva. De todas as linhas troncais.

Proposta 23: – Ação Nova: Concurso Público do DER-MG

Unidade responsável: DER-MG

Finalidade: Atender a uma demanda antiga e histórica com relação ao baixíssimo número de Fiscais de Transporte do DER em todo o Estado, mais principalmente na RMBH

Produto: A realização do Concurso Público

Público-Alvo: Servidores ou Usuários do Transporte Público. Estou na dúvida.

Território: Todas as regiões do Estado de Minas Gerais

Meta física: 01/2023 (primeiro semestre do ano)

Meta financeira: deixo a cargo dos técnicos da ALMG e da Seinfra

É mais que urgente, eu diria que é extremamente urgente, que o DER-MG, faça a realização do Concurso Público para Fiscal de Transporte, para atuar em todas as regiões do Estado de Minas Gerais. Pois a situação é bastante caótica.

Concurso Público para (200) vagas no mínimo para atuar exclusivamente na RMBH. Com relação as demais regiões do Estado que também necessita de novos Fiscais de Transporte, eu não tenho ideia de quantos Fiscais de Transporte sejam necessário para cada região. Neste caso deixo a cargo dos Técnicos da ALMG e do DER-MG. Mas gostaria de enfatizar, para que na proposta da nova ação, que deixem separado o número de vagas de Fiscais de Transporte para cada região do Estado. Exemplo: RMBH (200) vagas. Triângulo: (XX) vagas. Governador Valadares e região (XX) vagas, etc....

Proposta 24: Ação Nova: Modernização da Fiscalização do DER-MG

Unidade responsável: DER-MG

Finalidade: Promover a modernização da Fiscalização do DER-MG, através do desenvolvimento de um aplicativo exclusivo para o trabalho dos Fiscais de Transporte que atuam exclusivamente na RMBH

Produto: O desenvolvimento do aplicativo

Público-Alvo: Servidores ou Usuários do Transporte Público. Estou na dúvida.

Território: RMBH

Meta física: 01/2023 (primeiro semestre do ano)

Meta financeira: deixo a cargo dos técnicos da ALMG e do DER-MG

O desenvolvimento de um aplicativo exclusivo para o trabalho dos Fiscais de Transporte que atuam na RMBH, com a fiscalização do transporte público metropolitano.

Proposta 25: Ação: 4232 – Diagnostico e Fiscalização de Transporte e Trânsito

A destinação de pelo menos (50) Servidores de outras Secretarias, Fundações, Autarquias, para trabalhar como Fiscal de Transporte do DER-MG, exclusivamente na RMBH. Uma solução emergencial, até a realização do Concurso Público e nomeação dos aprovados para Fiscal de Transporte.

Sala de Reuniões, 16 de novembro de 2022.

Iniciativa Popular

**Justificação:** Proposta 13: Proposta 13: É necessário que o DER-MG faça uma grande ação de fiscalização de todos os veículos do Move Metropolitano, para fins de verificação do Estado de Conservação dos veículos, dos itens de segurança nos veículos, visando uma operação segura, e de qualidade nas linhas troncais do Move Metropolitano.

Tenho observado seja por reportagens e ao utilizar o sistema de BRT Metropolitano, com veículos com problemas relacionados ao Estado de conservação, o que justifica a realização de uma ação de fiscalização do DER-MG, em todos os veículos que operam as linhas troncais do Move Metropolitano.

Proposta 23:

É o concurso público mais importante a ser realizado pelo governo de Minas Gerais dos últimos anos, tendo em vista o baixo número de Fiscais de Transporte em todas as regiões do Estado de Minas Gerais, principalmente na RMBH, onde a um tempo atrás eram apenas (13) Fiscais de Transporte para fiscalizar o transporte público metropolitano, o transporte público intermunicipal, o transporte clandestino, o táxi metropolitano, as rodovias estaduais que cortam a RMBH, a Rodoviária de BH, o ponto de apoio no Aeroporto de Confins. Ou seja, é humanamente impossível que este baixo número de Fiscais de Transporte na RMBH deem conta de todo esse volume de trabalho.

O projeto do Estado em resolver o problema, a partir do Programa RMBH Fiscaliza, não deu certo, porque não resolveu estruturalmente os problemas da fiscalização do transporte público metropolitano. E basta verificar a realidade para comprovar. O Programa não pode ser visto como solução estrutural, e sim como solução complementar. A solução estrutural sempre foi e continua sendo, o aumento permanente do número de Fiscais de Transporte do DER-MG, para atuar exclusivamente na RMBH, através da realização do Concurso Público em carácter de urgência.

Proposta 24: Ainda hoje, os Fiscais de Transporte quando realizam o registro da autuação com relação ao transporte público metropolitano, utilizam-se de folhas em papel. Algo que atrasa, dificulta e burocratiza demais o trabalho dos Fiscais de Transporte. É preciso desenvolver um aplicativo, para dar maior agilidade ao trabalho dos Fiscais de Transporte no registro e lançamento dos registros de autuação do transporte público metropolitano. Inclusive ter um sistema que permite o complemento as informações do registro da autuação mediante gravação de áudio, que no aplicativo se transforma em texto. Facilitando e proporcionando maior rapidez e eficiência ao trabalho dos Fiscais de Transporte.

Com tanta tecnologia disponível, é mais do que necessário modernizar a fiscalização do DER-MG.

Proposta 25: O baixo número de fiscais de transporte do DER-MG na RMBH é um problema que não pode esperar mais. É preciso que o Governo de MG tome medidas a curto prazo para amenizar este problema. Neste sentido, a destinação destes (50) Servidores no mínimo será de grande importância para o trabalho da Fiscalização do DER-MG na RMBH.

Inclusive, há uns dois anos, o próprio governo de Minas Gerais destinou cerca de 15 Servidores da MGS para atuar como Fiscal de Transporte do DER-MG, ou seja, essa proposta já ocorreu cerca de dois anos atrás. E agora novamente precisa ser feita, até a realização do concurso público e A nomeação dos aprovados para Fiscal de Transporte.

– À Comissão de Participação Popular.

#### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 189/2022

Encaminha Sugestão de alteração do Programa 29 – Promoção de Concessões e Parcerias, do projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício de 2023.

Proponente: Junior José da Silva (Movimento Nacional pelo Direitos ao Transporte Público de Qualidade).

Texto: Ação: 4021 – Rodoanel Metropolitano de Belo Horizonte

Está previsto para 2024 o início das obras do Rodoanel Metropolitano da RMBH. Neste sentido vejo que a obra do Rodoanel tem totais condições de começar pela Alça Norte – no Município de Sabará, no entrocamento com a BR-381 na região do Distrito de Ravena/Sabará, em direção ao entrocamento com a MG 020 no Município de Santa Luzia, criando uma nova conexão metropolitana.

Sala de Reuniões, 16 de novembro de 2022.

Iniciativa Popular

**Justificação:** A região é carente de investimentos em infraestrutura, necessita de um aquecimento na economia, já que trata-se de uma região onde grande parte das pessoas trabalham em um outro município, com poucas oportunidades de Emprego na região. E uma obra desta magnitude e importância, vai proporcionar uma grande geração de empregos e renda nesta região, além de criar uma outra opção de rodovia para a caótica BR-381, sempre congestionada no trecho entre Ravena/Sabará a BH.

– À Comissão de Participação Popular.

**PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 190/2022**

Encaminha Sugestão de alteração do Programa 73 – Mobilidade em Minas Gerais, do projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício de 2023.

Proponentes: Junior José da Silva (Movimento Nacional pelo Direitos ao Transporte Público de Qualidade), Samuel Santos Rocha Machado, Francisco Pereira Damasceno (Instituto Sociocultural do Jequitinhonha), João Roberto de Souza Silva (Instituto Sociocultural do Jequitinhonha), Maria Aparecida Alves dos Santos (Associação de Artesãos de Itamarandiba), Amílcar Vianna Martins Filho (Instituto Cultural Amílcar Martins – Icam), Nilce Gomes de Jesus Pinho (Grupo Cultural Sementes do Vale), Maria do Carmo Barbosa Sousa, Valter Aparecido de Carvalho (Associação de Artesãos de Itamarandiba), Robson de Oliveira Amano, Maria de Lourdes Rodrigues da Silva Filha Cordeiro, Luiz Gonzaga Medeiros (Instituto Sociocultural do Jequitinhonha), Hailton Dias de Moura (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), Emanuelle Bambirra Cabral Gomes, Rogério Dias dos Santos Junior.

Proposta 16: Ação: 1065 – Melhoria da Mobilidade Urbana no Estado de Minas Gerais – Implantação da integração tarifária do Metrô com as (91) linhas Metropolitana que acessam os Terminais Metropolitanos São Gabriel, Vilarinho e Eldorado, onde localizam-se as Estações do Metro São Gabriel, Vilarinho e Eldorado.

Proposta 17: A realização do II Seminário de Regiões Metropolitanas. Organizado pela ALMG. Com foco total na Mobilidade Urbana.

O Seminário tem a finalidade de discutir, e construir soluções para os imensos desafios relacionados a Governança Metropolitana da Mobilidade Urbana, especialmente dos sistemas de transporte público da RMBH. A organização deste importantíssimo Seminário a cargo da ALMG, mais especificamente das Comissões de Transporte, Comunicação, e Obras, e de Assuntos Municipais de Regionalização.

Convidados: Seinfra, Agência RMBH, BHTrans, Sumob-BH, CBTU, Representantes dos Usuários

Proposta 18: 1065 – Melhoria da Mobilidade Urbana no Estado de Minas Gerais

Implementação do Bilhete Único Metropolitano, com integrações tarifárias, em todos os sistemas de transporte público da RMBH, principalmente do transporte público metropolitano gerenciado pela Seinfra, o transporte público municipal gerenciado pela BHTrans, e o Metro gerenciado pela CBTU.

Proposta 19: 4160 – Gestão do Transporte Coletivo Rodoviário de Passageiros

Alteração na meta financeira:

Em (2023) de R\$909.700 para R\$1.000.000;

Em (2024) de R\$973.379 para R\$2.000.000;

Em (2025) de R\$1.041.516 para R\$2.500.000;

Em (2026) de R\$1.114.422 para R\$3.000.000.

Alterar o nome da ação, proposta: Gestão do Transporte Coletivo Intermunicipal e Metropolitano de Passageiros

Proposta 20: 1065 – Melhoria da Mobilidade Urbana no Estado de Minas Gerais

A maximização dos pontos de recarga em todos os Municípios da RMBH, com foco nos diversos bairros, por onde circulam as linhas do transporte público metropolitano.

Ainda dentro do tema, é fundamental dar sequência na realização dos estudos técnicos, e posteriormente nos testes operacionais, visando a variação e modernização na forma de pagamento das tarifas nos validadores dos ônibus do transporte público metropolitano, nas estações e terminais do Move Metropolitano, através do pagamento via cartões de débito e crédito por aproximação, PIX, *QR code*, *smartphone*.

Proposta 21: Ação 4160 – Gestão do Transporte Coletivo Rodoviário de Passageiros

– Inclusão de dois Representantes titulares, e dois Suplentes dos Usuários do transporte público metropolitano e intermunicipal, no Conselho de Transporte Coletivo Intermunicipal e Metropolitano da Seinfra, mediante a elaboração de uma nova Resolução, sob responsabilidade do Secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade.

Proposta 22: – Ação Nova; Concurso Público Seinfra

Unidade responsável: Seinfra

Finalidade: Atender a uma demanda da Secretaria com relação ao baixo número de Servidores, que atuam com a Gestão do Transporte Público Metropolitano

Produto: A realização do Concurso Público

Público-Alvo: Servidores ou Usuários do Transporte Público. Estou na dúvida.

Território: RMBH

Meta física: 01/2023

Meta financeira: deixo a cargo dos técnicos da ALMG e da Seinfra

– A realização do Concurso Público com (20) vagas para Técnico em Transporte Público e (05) auxiliar de escritório. Para atuar exclusivamente na Superintendência de Transporte Intermunicipal e Metropolitano, especialmente na Diretoria de Gestão do Transporte Metropolitano da RMBH.

Proposta 26: Ação: 1065 – Melhoria da Mobilidade Urbana no Estado de Minas Gerais

A instituição da Governança Metropolitana da Mobilidade Urbana da RMBH por níveis:

Primeiro nível: Seinfra, CBTU, BHTrans;

Segundo nível: Seinfra, CBTU, BHTrans, Prefeitura de Sabará, Prefeitura de Contagem, Prefeitura de Betim, Prefeitura de Santa Luzia, Prefeitura de Ribeirão das Neves, Prefeitura de Ibirité.

Seinfra, CBTU, BHTrans, Prefeitura de Sabará, Prefeitura de Contagem, Prefeitura de Betim, Prefeitura de Santa Luzia, Prefeitura de Ribeirão das Neves, Prefeitura de Ibirité, demais Prefeituras que possuem sistemas de transporte público.

Proposta 32: Ação: 4160 – Gestão do transporte coletivo rodoviário de passageiros

Discutir adaptações e entendimentos necessários entre a Ouvidoria Geral do Estado de MG e Seinfra, com relação aos prazos de respostas das reclamações e solicitações recebidas dos Usuários com relação ao transporte público metropolitano.

Proposta 33: Ação: 4160 – Gestão do Transporte Coletivo Rodoviário de Passageiros

A criação da Ouvidoria de Transporte Público Metropolitano e Intermunicipal da Ouvidoria Geral do Estado de MG – OGE-MG.

Proposta 34: Ação: 4160 – Gestão do Transporte Coletivo Rodoviário de Passageiros

Elaboração de um cronograma, da Ouvidoria Itinerante, projeto da OGE-MG – Ouvidoria Geral do Estado de MG, para ouvir as demandas dos Usuários, do Transporte Público Metropolitano, nos Terminais do Move Metropolitano:

01. Terminal São Benedito. Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2023

02. Terminal São Gabriel. Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2023

03. Terminal Morro Alto. Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2023

04. Terminal Vilarinho. Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2023

05. Terminal Ibirité. Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2023

06. Terminal Eldorado. Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2023

07. Terminal Justinópolis. Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2023

08. Terminal Sarzedo. Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2023

Com relação às datas do cronograma deixo a cargo dos técnicos da OGE-MG.

Proposta 35: Ação Nova: Subsídio do Transporte Público Metropolitano

Unidade responsável: Seinfra

Finalidade: Proporcionar um melhor equilíbrio econômico dos contratos do transporte público metropolitano, concretização do Bilhete Único Metropolitano com integrações tarifárias entre os sistemas de transporte público gerenciados pela CBTU-BH, Seinfra, BHTrans/SUMOB.

Produto: Estou na dúvida, peço ajuda dos técnicos da ALMG

Público-Alvo: Usuários do Transporte Público Metropolitano

Território: RMBH

Meta física: 03/2023. Meta física: 03/2024. Meta física: 03/2025. Meta física: 03/2026.

Meta financeira: R\$\_\_\_\_\_ 2023. R\$\_\_\_\_\_ 2024. R\$\_\_\_\_\_ 2025. R\$\_\_\_\_\_

2026

Deixo a cargo dos técnicos da ALMG e da Seinfra os valores referente a meta financeira desta nova ação.

Proposta 58: Ação 1065 – Território: RMBH

Meta física: 01/2023

A disponibilização no site oficial da Seinfra, com as atualizações mensais diárias, e de forma permanente, da disponibilização do número de reclamações de cada linha do transporte público metropolitano, de forma separada.

Proposta 133: privatização CBTU central brasileira trens urbanos.

Investimento internacional parceria público privada recurso união e governo federal, ampliação linha 1 estação novo eldorado, ampliação linha 2, barreiro e Nova Suíça, ampliação com bilhete integração passagem paga rede transporte público, ampliação linha trens trilhos Minas Gerais trazer investimento turismo cidade de Belo Horizonte e cidade de Contagem. Betim região metropolitana. Geração de trabalho e renda.

Proposta 336: Ação nova: realização de estudos técnicos para viabilizar o bilhete único metropolitano, com integração tarifária dos sistemas de transporte público da RMBH com meta física de 02 estudos técnicos para 2023 e meta financeira a definir.

Proposta 337: Ação nova: elaboração de canal único para recebimento das reclamações de transporte público metropolitano e intermunicipal, de forma que o usuário registre as reclamações no canal de atendimento ao usuário, gerando-se um protocolo para que caso não seja resolvida, seja registrada uma reclamação perante a Seinfra.

Sala de Reuniões, 16 de novembro de 2022.

Iniciativa Popular

**Justificação:** Proposta 16: Proposta 16: Essa medida vai beneficiar um número enorme de Usuários Metropolitanos de vários Municípios da RMBH, com a aprovação destas integrações tarifárias, já que proporciona novas opções de deslocamentos para os Usuários, democratizando o acesso as cidades, tornando os sistemas de transporte público Metropolitano e Metrô mais atrativo.

A última vez que o Governo de MG ainda pela Setop e CBTU aprovaram integrações tarifárias com o Metro, foi a longos 12 anos atrás, em 2010. Nesse período de 2010/2022, houve um grande crescimento populacional da População Metropolitana, onde os sistemas de transporte público devem atender aos anseios dos usuários, e deste crescimento populacional, a partir da aprovação destas integrações tarifárias que tanto beneficia a todos.

É importante que o Governo de MG, através da Seinfra após a realização da privatização do Metrô retome este tema, e aprove a integração das cercas de (91) linhas metropolitanas citadas com o Metro, algo extremamente importante e necessário.

Proposta 17: Foi realizado em 2003, o primeiro Seminário Legislativo de Regiões Metropolitanas, promovido pela ALMG. Houve vários debates e construção de soluções para a Mobilidade Urbana da RMBH, porém se passaram (19) anos e nenhuma proposta saiu do papel. Com o passar das décadas a questão da Mobilidade Urbana, especialmente do transporte público tem se agravado muito em nossa RMBH, especialmente em 2020 e 2021 com a pandemia.

É urgente a discussão/construção de soluções, e a implementação das mesmas, para que tenhamos os sistemas de transporte público, equilibrados financeiramente, totalmente integrados (física e tarifária), e que tenhamos a Gestão Integrada dos sistemas de Transporte Público na RMBH, a cargo dos órgãos gestores do transporte público na RMBH, permitindo assim, a mudança da atual fragmentação dos órgãos gestores, para a construção do Planejamento, Gestão, Monitoramento, Fiscalização, e Operação dos sistemas de transporte público, de forma totalmente integrada.

Enfim, são inúmeros temas e problemas, que precisam ser debatidos e principalmente construirmos soluções, como podem perceber, assim como foi em 2003, é necessário que este importantíssimo Seminário, seja realizado em dois a três dias. Inclusive me coloco a disposição da ALMG, e das Comissões para ajudar na escolha dos temas, e claro para participar deste importante Seminário. Os sistemas de Transporte Público no país, vivem um período muito difícil, que se agravou muito a partir da pandemia em 2020, na RMBH não é diferente. Este tema tem grande relevância metropolitana, já que impacta a vida de praticamente todos os habitantes metropolitano, por isso é mais do que necessário que a ALMG promova este II Seminário de Regiões Metropolitanas.

Proposta 18: Um dos grandes problemas do transporte público na RMBH é ter sistemas de TP fragmentados, com isso surgiu ao longo dos anos os (06) cartões de bilhetagem eletrônica, que não se integram entre si. São eles: Cartão BHBUS, Cartão Ótimo, Cartão Vinscol Card, Cartão Via Ouro, Cartão Betim Card, Cartão MTZ Prático.

A unificação destes cartões em um único cartão chamado Bilhete Único Metropolitano, é demanda antiga na RMBH, porém sem avanços na RMBH. O Bilhete Único Metropolitano visa diminuir as desigualdades com relação ao acesso das Pessoas as cidades, principalmente com relação ao emprego, estudo, cultura, lazer, saúde, etc. A falta do Bilhete Único Metropolitano com integrações tarifárias deixa os sistemas de transporte público pouco atrativo, fazendo com que as Pessoas busquem outras formas para se locomover, algo que impacta direto na redução da demanda.

Proposta 19: A finalidade desta Ação: melhorar as condições de operação e mobilidade do serviço de transporte público e individual de passageiros do estado de Minas Gerais, com o atual recurso proposto no PPAG é muito difícil alcançar os objetivos da finalidade, já que o recurso está muito aquém das necessidades de gerir o Transporte Coletivo Intermunicipal e Metropolitano. Por isso torna-se essencial a revisão dos recursos da ação, visando o aumento dos mesmos.

A mudança no nome da ação visa completar a abrangência do tema de Gestão do Transporte Coletivo, através da inclusão do Transporte Coletivo Metropolitano nesta ação que tem grande importância na construção do transporte público de qualidade. E neste sentido o transporte público metropolitano não pode ficar de forma. Ele precisa ser incluído nessa ação.

Proposta 20: O transporte público metropolitano necessita de modernização e maior eficiência operacional, o que passa obrigatoriamente pela maximização dos pontos de recarga em todos os Municípios da RMBH e posteriormente bairros por onde circulam as linhas do transporte público metropolitano, juntamente da modernização da forma de pagamento das tarifas. Atualmente o que não falta é tecnologia para tornar realidade este avanço tecnológico.

Tornando o transporte público mais moderno, com mais qualidade, e mais atrativo para os Usuários.

Proposta 21: O tema do Transporte Público Metropolitano e Intermunicipal tem muita relação com os Usuários, pois são as Pessoas que utilizam e muitas das vezes dependem destes serviços públicos essenciais para se locomover. Neste sentido não faz muito sentido o Governo de MG ter um Conselho de Transporte Coletivo Intermunicipal e Metropolitano da Seinfra, que discuti pautas de total interesse dos Usuários, e os próprios interessados que são os Usuários tanto do transporte público metropolitano quanto do intermunicipal não tem o direito de participar de forma permanente.

Isso contraria inclusive a Lei Federal nº 12.587/12, da Política Nacional de Mobilidade Urbana. É preciso mudar este cenário e incluir a participação de (02) dois Representantes titulares, e (02) dois Suplentes dos Usuários do transporte público metropolitano e intermunicipal, no Conselho de Transporte Coletivo Intermunicipal e Metropolitano da Seinfra

Proposta 22: É urgente a realização deste Concurso Público por iniciativa da Seinfra, dos cargos mencionados para atender as necessidades do trabalho de Gestão, Planejamento e responder as demandas do Transporte Público Metropolitano. A Sociedade cobra e com razão que haja melhorias nos serviços de transporte público, e uma das medidas principais a serem feitas é da promoção deste importantíssimo Concurso Público, visando um maior atendimento as demandas dos Usuários do transporte público metropolitano, situado em uma grande RMBH, seja pelo grande número de habitantes, a 3º maior do país, quanto pela grande área territorial.

Com o atual número de Servidores a Seinfra, não é possível dar conta do grande volume de trabalho que envolve gerir, planejar e responder as demandas do transporte público metropolitano, por isso é urgente a realização deste Concurso Público.

Proposta 26: A fragmentação histórica dos sistemas de transporte público persiste em nossa RMBH. Um modelo que não tem tido resultados positivos, e que necessita urgentemente ser alterado. É fato que sem a instituição da Governança Metropolitana da Mobilidade Urbana, não vamos conseguir avançar concretamente na melhoria da Mobilidade Urbana, especialmente dos sistemas de transporte público.

Como todos sabem, grande parte dos deslocamentos na RMBH, ocorre entre dois ou mais municípios, ou seja, são deslocamentos metropolitanos. Neste sentido torna-se totalmente inviável seguir com o modelo da fragmentação dos órgãos gestores, a instituição da Governança é o caminho a ser trilhado na RMBH. Cabe ao Governo de MG a iniciativa das ações, e os demais municípios que possuem sistemas de transporte público, de aderirem voluntariamente a esta importantíssima Governança Metropolitana da Mobilidade Urbana.

Proposta 32: Não tenho dúvidas em dizer que a mudança do recebimento das solicitações e reclamações dos Usuários do transporte público metropolitano, do DER-MG para a OGE-MG foi uma medida muito assertiva do Governo de MG. Particularmente gosto muito do trabalho da OGE-MG.

Mas como tudo sempre a oportunidade de desenvolver e melhorar a prestação do serviço público. Neste sentido, tenho observado que existe um prazo para as respostas das demandas encaminhadas da OGE-MG para a Seinfra, com relação às demandas e reclamações do transporte público metropolitano.

Mas gostaria de salientar que existem diferentes tipos de reclamações e de solicitações, que demandam tempos de análise variados, ou seja, as solicitações e reclamações que a Seinfra consegue responder dentro do prazo para a OGE-MG sem problemas, mas a outras solicitações e reclamações que demandam tempo maior, ou seja, necessitam de uma busca e análise de dados, necessita ir a campo, etc.

Com isso, estas reclamações que demandam um tempo de análise maior, acabam tendo uma resposta mais superficial para atender ao prazo estipulado. O que é muito ruim para o Cidadão que registrou a solicitação, e até mesmo para a Seinfra.

É preferível que uma solicitação ou reclamação que demandam uma análise maior, demande maior tempo de resposta completa ao Cidadão, do que uma resposta mais superficial para atender ao prazo estipulado.

Por isso encaminho esta solicitação, para que a OGE-MG e a Seinfra possam conversar o quanto antes, e construir conjuntamente entendimentos, onde seja permitido a Seinfra, um prazo maior para respostas de solicitações e reclamações referentes ao transporte público metropolitano. Justificando uma necessidade de maior análise, levantamento de dados, visitas a campo, etc.

Proposta 33: As reclamações e solicitações dos Usuários do transporte público enviadas para a OGE-MG, através da Ouvidoria de Desenvolvimento Econômico, Infraestrutura e Desenvolvimento Social. O nome desta ouvidoria particularmente acho ruim, pois muitas pessoas desconhecem que a mesma é a responsável pelo recebimento das solicitações e reclamações do transporte público metropolitano e intermunicipal, já que esta Ouvidoria recebe reclamações de temáticas completamente diferentes.

O transporte público metropolitano e intermunicipal, é tema de grande relevância e importância no dia a dia dos usuários que utilizam desses serviços públicos, por isso é fundamental destacar esse tema na OGE-MG, através da criação da Ouvidoria de Transporte Metropolitano e Intermunicipal, inclusive isso tornar a Ouvidoria ainda mais conhecida por parte dos Usuários.

Com isso, não tenho dúvidas que esta nova Ouvidoria vai receber ainda mais reclamações e solicitações, algo que vai de encontro ao importante trabalho da OGE-MG, de ouvir o Cidadão, e pela promoção de melhorias contínuas no serviço público estadual.

Proposta 34: É muito importante este projeto de Ouvidoria Itinerante da OGE-MG, e pode perfeitamente ser realizado nos terminais do Move Metropolitano para ouvir as solicitações e reclamações dos usuários. Algo muito importante, e que vai de encontro com os objetivos da OGE-MG, de ouvir o cidadão. Além de deixar a OGE-MG ainda mais conhecida entre os Usuários do transporte público metropolitano.

Por isso apresento essa solicitação, e conto com o apoio da OGE-MG para que a mesma se torne realidade em 2023, com a elaboração do cronograma, e que o mesmo seja bem divulgado, mediante divulgação nos canais de mídia da OGE-MG, afixação de cartazes no interior dos ônibus das linhas troncais do Move Metropolitano, afixação de cartazes nos terminais metropolitanos.

Proposta 35: O cenário de queda na demanda pagante transportada no transporte público metropolitano vem se intensificando desde alguns anos e se agravou muito em 2020 e 2021, somada à alta dos custos, destaco as seguidas altas dos combustíveis, principalmente do diesel. A alta da taxa de desemprego, que está em 12% no país. O peso das tarifas na renda das Pessoas. Tudo isso, vem agravar a crise do transporte público metropolitano. A discussão com apresentação de propostas do subsídio é necessária, eu diria urgente! Já que para 2023, como podem perceber, o cenário seguirá desafiador, assim como foi em 2020 e 2021, e como está sendo em 2022.

Os nossos sistemas de transporte público da RMBH operam a muitos anos de forma totalmente desintegradas, seja a Gestão, seja a Operação, com isso os Usuários Metropolitanos são muito prejudicados no acesso às oportunidades de trabalho e estudo por exemplo. Pois as tarifas são muito elevadas para a renda das Pessoas, por isso é necessário que o Governo de MG elabore propostas no sentido de viabilizar o subsídio público, e viabilizar o nosso Bilhete Único Metropolitano com interações tarifárias entre os três maiores sistemas de transporte público da RMBH:

Transporte Público Metropolitano – Metrô-transporte público de BH. Beneficiando milhares de Usuários que dependem destes sistemas de transporte público.

Proposta 58: A solicitação se baseia na Lei Federal nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação. A LAI é resultado de um esforço da Administração Pública de trazer mais transparência ao Governo e de disponibilizar ao cidadão as informações de caráter

público, instituindo obrigações, prazos e procedimentos para a divulgação de dados, prevista pela Constituição Federal de 1988 no art. 5º, inc. XXXIII; art. 37, § 3º, inc. II; e art. 216, § 2º.

E baseando ainda na Lei Federal nº 12.587/2012, Política Nacional de Mobilidade Urbana.

A disponibilização com atualizações mensais do número de reclamações registradas na Ouvidoria Geral do Estado de MG, do transporte público metropolitano, vai de encontro com os interesses dos Usuários. Destaco que o aumento da transparência pública é essencial para maior conhecimento das informações por parte da Sociedade, estimulando a participação no planejamento do transporte público metropolitano, gerenciado pelo Governo de MG.

Proposta 133: dificuldade acesso transito trabalhadores cidade de Contagem trabalham BH. Ônibus sem conforto passagem alta

Proposta 336: A falta de uma integração e de um sistema de bilhetagem único entre os municípios da RMBH vêm dificultando a locomoção de vários usuários do transporte público da região, aumentando os custos de deslocamento e de tempo gasto na locomoção, criando-se a necessidade, portanto, da implantação do bilhete único metropolitano.

Proposta 337: A criação do canal único trará mais transparência e agilidade na apresentação e no processamento das reclamações do transporte público metropolitano

– À Comissão de Participação Popular.

#### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 191/2022

Encaminha Sugestão de alteração do Programa 66 – #Vempraminas – Atração de Investimentos, do projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício de 2023.

Proponentes: Junior José da Silva (Movimento Nacional pelo Direitos ao Transporte Público de Qualidade), Agência de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável do Brasil (Agência de Desenvolvimento Econômico Local, Integrado e Sustentável de Três Marias e Região), Geraldo Magela da Silva (Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais), João Humberto Zago (Jh9.Org).

Proposta 27: Proposta 27: Ação Nova: Desenvolvimento Econômico Multiterritorial da RMBH

Unidade Responsável: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

Produto: Desenvolvimento do projeto de atração de investimentos econômico para a RMBH

Finalidade: Desenvolver um plano de atração de investimentos econômico para RMBH, de segmentos variados da economia

Público-alvo: Empresas de variados setores da economia e a População Metropolitana beneficiada com o projeto Território: RMBH

Meta física: 01/2023. 01/2024. 01/2025. 01/2026.

Meta financeira: Deixo a cargo dos técnicos da ALMG e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

A transversalidade da temática da Mobilidade Urbana e especialmente do transporte público nas regiões metropolitanas é fundamental, para que possamos repensar os modelos e propor soluções que beneficiem o maior número de pessoas possível.

Neste sentido surge esta nova ação que tem como objetivo de promover a médio prazo o desenvolvimento multiterritorial da RMBH, para diminuir gradativamente a forte dependência econômica com a Capital, que faz com que grandes milhões de Pessoas que necessitam trabalhar façam grandes deslocamentos para trabalhar diariamente.

Proposta 84: Programa 066 – #VEMPRAMINAS – Atração de Investimentos

Nova Ação: Realização de Encontros Bilaterais com a Alemanha

Unidade Responsável: 1221 – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

Finalidade: Apoiar e subsidiar a realização de Encontros Bilaterais com a Alemanha no Estado de Minas Gerais com o objetivo de promover o desenvolvimento de relações econômicas, culturais e sociais, bem como a transferência de tecnologia, promovidos pela Agência de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável do Brasil – Adesb –, em Belo Horizonte/MG.

Produto: Realização de Evento.

Unidade de Medida: Encontros realizados, negócios concretizados.

Público-Alvo: Empresários Mineiros, Entidades e Órgãos de Estado e Governo, Prefeituras, Consulados.

Proposta 296: Ação 1044 – Elaborar um banco de informações sobre áreas rurais pertencentes a agricultores familiares, sediados nas regiões Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha, que podem ser estimuladas e incentivadas para implantação de microusinas de geração de energia fotovoltaica.

Meta financeira: R\$1.000.000,00 (um milhão de reais)

Meta física: \*\*\*\*\*

público-alvo: agricultores familiares

Finalidade: \*\*\*\*\*

Região: Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha

Sala de Reuniões, 16 de novembro de 2022.

Iniciativa Popular

**Justificação:** Proposta 27: Esta nova ação é extremamente importante e necessária. Pois promover o desenvolvimento multiterritorial da RMBH, visa fortalecer economicamente os municípios da RMBH, diminuir a quilometragem dos deslocamentos para o trabalho, principalmente para as pessoas que utilizam do transporte público, que possui tarifas muito elevadas, o que dificulta consideravelmente com que a população metropolitana consiga oportunidades de trabalho e estudo na Capital.

Ainda podemos falar dos grandes problemas de Mobilidade Urbana na RMBH e principalmente em BH, devido ao grande fluxo de pessoas, veículos e do transporte público para as mesmas regiões.

Por isso é extremamente necessário repensar o atual modelo econômico da RMBH, centrado em grande parte das oportunidades de trabalho na Capital, e promover o desenvolvimento multiterritorial da RMBH.

Proposta 84: A Agência de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Brasil – Adesb –, tem como objetivo promover a aproximação através do seu relacionamento técnico e estratégico com a Abrapress – Agência Brasileira de Imprensa e o Consulado da Alemanha, os Encontros Bilaterais de Negócios com o principal objetivo de promover uma imersão do público-alvo na cultura socioeconômica alemã, ampliando as possibilidades de negócios e a oferta e troca de produtos, experiência e tecnologia.

Proposta 296: A implantação de microusinas de Geração Distribuída de energia solar fotovoltaica nas regiões Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha poderia favorecer inúmeros agricultores familiares que tem terra improdutiva, gerando renda mensal para suas famílias oriunda do arrendamento das áreas para essa finalidade, e ainda contribuir para ampliação da capacidade instalada de geração de energia limpa e sustentável em nosso estado.

– À Comissão de Participação Popular.

### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 192/2022

Encaminha Sugestão de alteração do Programa 49 – Desenvolvimento da Infraestrutura do Norte e Nordeste de Minas Gerais, do projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício de 2023.

Proponentes: Adriana Teixeira Jardim (Associação dos Moradores da Comunidade Barreiro), Claudia Lucia Silveira (Instituto de Incentivo a Extração de Alimentos e Estimulo Ambiental).

Proposta 28: Proposta 28: Na ação 4264, no programa 091 – Realização de estudo técnico para construção de barramento no curso dos Rios Piauí para garantir o abastecimento da população local. Meta financeira: R\$150.000,00

Proposta 29: R\$800.000,00 para o desenvolvimento de ações de promoção de segurança hídrica no Rio Piauí na bacia do Rio Jequitinhonha com a construção barramento no curso dos Rios Piauí.

Proposta 216: Ação 1082 – doação e perfuração de poços artesianos e distribuição de reservatórios de água potável

Proposta 224: Ação 1082 – doação e perfuração de poços artesianos e distribuição de reservatórios de água potável

Proposta 234: Ação 1082 – doação e perfuração de poços artesianos e distribuição de reservatórios de água potável

Proposta 238: Ação 1082 – doação e perfuração de poços artesianos e distribuição de reservatórios de água potável

Proposta 242: ação 1082 – Idene

Doação e perfuração de poços artesianos e distribuição de reservatórios de água potável

Proposta 248: ação 1082 – Idene

Doação e perfuração de poços artesianos e distribuição de reservatórios de água potável

Sala de Reuniões, 16 de novembro de 2022.

Iniciativa Popular

**Justificação:** Proposta 28: Proposta 28: O Rio Piauí, afluente do Rio Jequitinhonha, constitui importantes rios para abastecimento de diversas comunidades rurais nos municípios de Caraí, Araçuaí, Novo Cruzeiro e Itinga.

Proposta 29: Rio Piauí, que é afluente do Rio Jequitinhonha, percorre os municípios de Caraí, Araçuaí e Itinga. Há muitos anos este rio vem parando de correr por um longo período de tempo, o que tem dificultado a sobrevivência da população de comunidades rurais que vivem às margens do seu leito. Além da necessidade de garantir o acesso à água de qualidade para os respectivos moradores, a sua ausência impacta bastante na produção agropecuária da região, sendo essa inclusive, a potencialidade econômica local, por isso a necessidade do barramento da água. O Rio Piauí tem aproximadamente 90 km de extensão, um desnível de 982m da nascente até 309 m no encontro com o Rio Jequitinhonha, e passa por diversas comunidades rurais dos três municípios.

Proposta 216: Monte Azul pertence ao polígono da seca e esta na abrangência da área da Sudene, é uma região que sofre todos os anos com o flagelo da seca, causando escassez de água e por consequência dificultando o acesso a água potável, tanto para consumo humano quanto para produção, a perfuração de poços artesianos e a distribuição de reservatórios de água e tubos viria a mitigar o sofrimento do povo e possibilitar a cultura de alimentos.

Proposta 224: Monte Azul pertence ao polígono da seca e esta na abrangência da área da Sudene, é uma região que sofre todos os anos com o flagelo da seca, causando escassez de água e por consequência dificultando o acesso a água potável, tanto para

consumo humano quanto para produção, a perfuração de poços artesianos e a distribuição de reservatórios de água e tubos viria a mitigar o sofrimento do povo e possibilitar a cultura de alimentos.

Proposta 234: Monte Azul pertence ao polígono da seca e esta na abrangência da área da Sudene, é uma região que sofre todos os anos com o flagelo da seca, causando escassez de água e por consequência dificultando o acesso a água potável, tanto para consumo humano quanto para produção, a perfuração de poços artesianos e a distribuição de reservatórios de água e tubos viria a mitigar o sofrimento do povo e possibilitar a cultura de alimentos.

Proposta 238: Monte Azul pertence ao polígono da seca e esta na abrangência da área da Sudene, é uma região que sofre todos os anos com o flagelo da seca, causando escassez de água e por consequência dificultando o acesso a água potável, tanto para consumo humano quanto para produção, a perfuração de poços artesianos e a distribuição de reservatórios de água e tubos viria a mitigar o sofrimento do povo e possibilitar a cultura de alimentos. A associação quilombola promove geração de trabalho e renda de forma sustentável com a produção e beneficiamento do algodão orgânico e a confecção de moda artesanal.

Proposta 242: Monte Azul pertence ao polígono da seca e esta na abrangência da área da Sudene, é uma região que sofre todos os anos com o flagelo da seca, causando escassez de água e por consequência dificultando o acesso a água potável, tanto para consumo humano quanto para produção, a perfuração de poços artesianos e a distribuição de reservatórios de água e tubos viria a mitigar o sofrimento do povo e possibilitar a cultura de alimentos.

Proposta 248: Monte Azul pertence ao polígono da seca e esta na abrangência da área da Sudene, é uma região que sofre todos os anos com o flagelo da seca, causando escassez de água e por consequência dificultando o acesso a água potável, tanto para consumo humano quanto para produção, a perfuração de poços artesianos e a distribuição de reservatórios de água e tubos viria a mitigar o sofrimento do povo e possibilitar a cultura de alimentos.

– À Comissão de Participação Popular.

### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 193/2022

Encaminha Sugestão de alteração do Programa 112 – Modalidades e Temáticas Especiais de Ensino, do projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício de 2023.

Proponentes: Adriana Teixeira Jardim (Associação dos Moradores da Comunidade Barreiro), Neuzete Fatima Lima (Conselho Estadual de Alimentação Escolar – CAE-MG), Felipe Rodrigues Ávila (Associação dos Técnicos Agrícolas de Minas Gerais), Flaviana Gomes da Silva (Conselho Regional de Fonoaudiologia), Jefferson da Silva Assunção (Universidade do Estado de Minas Gerais), Letícia Correa Borba (Universidade do Estado de Minas Gerais), Célia de Lima Carvalho (Conselho Estadual de Alimentação Escolar – CAE-MG), Tannia Aparecida da Silva Oliveira (Conselho Estadual de Alimentação Escolar – CAE-MG), Rogério Dias dos Santos Junior.

Proposta 31: Proposta 31: Ação 2070 – Desenvolvimento da Educação Infantil

R\$150.000,00 para prefeitura de Araçuaí construir creche na Comunidade Barreiro. para atender as crianças da Comunidade Barreiro e Fazenda Velha.

Proposta 335: Ação 4397 – Acrescentar na finalidade: “que, na elaboração da política de alimentação escolar, seja respeitada a cultura alimentar dos povos indígenas”.

Proposta 339: Ação 4399 – Acrescentar na finalidade: “que, na elaboração da política de alimentação escolar, seja respeitada a cultura alimentar dos povos quilombolas”.

Proposta 341: Ação Nova – Programa de atenção e amparo ao estudante portador do transtorno do espectro autista – TEA.

Unidade Responsável: Secretaria de Estado de Educação

Finalidade: Qualificação dos docentes dos ensinos superior, fundamental e médio com o objetivo de fornecer educação adequada para os estudantes portadores dos diversos níveis do TEA, bem como evitar a evasão escolar dos referidos estudantes.

Produto: Estudante portador de TEA beneficiado

Público-alvo: comunidades escolares

Período: 2023 a 2026

Meta física: 15.000

Meta financeira: a definir (janela orçamentária)

Sala de Reuniões, 16 de novembro de 2022.

Iniciativa Popular

**Justificação:** Proposta 31: Proposta 31: A Comunidade Barreiro atualmente encontra-se cercada por duas grandes mineradoras de lítio, CBL e sigma, e com ótimas oportunidades de emprego. No entanto, as mulheres vem sendo prejudicadas, por não contar com um espaço onde deixar seus filhos essas não podem trabalhar.

Proposta 335: O Conselho de Alimentação Escolar – CAE-MG – observou, em visitas a comunidades indígenas e quilombolas, que a alimentação escolar dos povos tradicionais não são respeitadas culturalmente.

Proposta 339: O Conselho de Alimentação Escolar – CAE-MG – observou, em visitas a comunidades indígenas e quilombolas, que a alimentação escolar dos povos tradicionais não são respeitadas culturalmente.

Proposta 341: O transtorno do espectro autista – TEA – é um transtorno do neurodesenvolvimento que compromete a comunicação e a interação social, também se manifestando por padrões repetitivos de comportamento, interesses restritos, entre outros. Existem níveis dentro do espectro, dependendo do nível de suporte que esse indivíduo necessita. Alunos com TEA principalmente de nível 1 (leve) estão nas instituições de ensino superior e precisam ser acolhidos nas suas demandas individualizadas. Para garantir esse acolhimento e compreensão do transtorno, faz-se necessário instrumentalizar a equipe docente do ensino superior.

– À Comissão de Participação Popular.

### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 194/2022

Encaminha Sugestão de alteração do Programa 56 – Fomento, Democratização e Acesso à Cultura e ao Turismo, do projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício de 2023.

Proponentes: Carlos Augusto de Farias (Instituto Coral Lavadeiras de Almenara), Marcela de Queiroz Bertelli (Instituto Cultural e Ambiental Rosa e Sertão), Daiany Soares Sarmiento (Instituto Clariô), Casa Cult (Grupo Cleyde Yáconis), Saulo Pinto Muniz, Aparecida Donizetti Ferreira de Oliveira (Associação Defesa do Folclore), Claudia Lucia Silveira (Instituto de Incentivo a Extração de Alimentos e Estimulo Ambiental), Agmar Pereira Lima (Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais), João Humberto Zago (Jh9.Org), Maicon Douglas dos santos silva (Prefeitura Municipal de Serranópolis de Minas), Vinicius de Aguiar e Araujo (Prefeitura Municipal de Jequitinhonha), Robélia Maria de Jesus Gomes (Prefeitura Municipal de Jequitinhonha), Amâncio Oliva Neto, Francisco Pereira Damasceno (Instituto Sociocultural do Jequitinhonha), Max Vinícius Aguiar Martins (Prefeitura Municipal de Serranópolis de Minas), Alvimar Neri Pinto (Grêmio Recreativo Escola de Samba Triunfo Barroco), Wilson

Inácio, Amanda Vasconcelos Araújo (Instituto Cultural Amílcar Martins – Icam), Jose Augusto Francisco Pereira (Federação das Entidades Culturais e Artísticas do Vale do Jequitinhonha), Allan Willian Lima Monteadó Filho, Valter Aparecido de Carvalho (Associação de Artesãos de Itamarandiba), Nilce Gomes de Jesus Pinho (Grupo Cultural Sementes do Vale), Thais Emediato Corrêa Lopes (Fundação Dirce Figueiredo), Maria de Lourdes de Souza Nascimento (Associação do Coletivo de Mulheres do Norte de Minas), João Roberto de Souza Silva (Instituto Sociocultural do Jequitinhonha), Saulo Lara Coimbra (Projeto Vida e Verde – Pró-Viver), Cristina Gonçalves de Aguiar (Associação dos Grupos Teatrais do Vale do Jequitinhonha), Vilmar Oliveira de Jesus (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), Maria do Rosario Viana Santos (Instituto Válido Mucuri), Robson de Oliveira Amano, Luiz Gonzaga Medeiros (Instituto Sociocultural do Jequitinhonha), Gisley Lima Viana, João Victor Araújo dos Santos (Associação Buritis de Esporte e Cultura), Maria Aparecida Alves dos Santos (Associação de Artesãos de Itamarandiba), Renato Paranhos dos Santos (Federação das Entidades Culturais e Artísticas do Vale do Jequitinhonha), Maria do Carmo Barbosa Sousa, Amílcar Vianna Martins Filho (Instituto Cultural Amílcar Martins – Icam), Maria de Lourdes Rodrigues da Silva Filha Cordeiro.

Proposta 43: Ação 4322 – Valor solicitado: R\$300.000,00

Finalidade: Circulação com o Coral das Lavadeiras de Almenara por diferentes municípios de Minas Gerais, para a realização das – Rodas de Conversa e Cantoria – em escolas públicas. Os eventos serão gratuitos para o público-alvo.

Proposta 44: Ação 4322 – Valor solicitado: R\$200.000,00

Objetivo: apresentação do projeto “Canções e Histórias do Brasil Profundo” com o cantor e compositor Carlos Farias em escolas públicas de diferentes municípios de Minas Gerais. Os eventos serão gratuitos.

Proposta 53: Ação: 4322. Valor R\$350.000,00

A proposta visa atualizar o mapa Travessias de Turismo de Base Comunitária (TBC) a partir da Rede do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu (MSVP) por meio de processo participativo de cartografia, identificação e construção de roteiros a partir de pontos georreferenciados de comunidades tradicionais, áreas protegidas, atrativos naturais, receptivos locais, associações e entidades.

Os mosaicos são instrumentos de gestão e ordenamento territorial que têm por finalidade a conservação da biodiversidade por meio da gestão integrada entre as áreas protegidas de um determinado território, e são regidos pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Sua governança é regida por um conselho consultivo.

Atualmente, o MSVP abrange 25 áreas protegidas em 13 municípios. O mapa é um dos produtos da formação da Rede e contém 65 pontos georreferenciados levantados entre 2015 e 2016 na implementação do Plano de Desenvolvimento de Base Conservacionista – PDBC –, que delineia um planejamento de 10 anos para ações de turismo, extrativismo, gestão integrada e recursos hídricos.

Assim, o projeto se caracteriza como continuidade de um processo de implementação e fortalecimento da Rede de TBC e está estruturado em 4 etapas, sendo:

- 1) Oficina de balizamento com os agentes de turismo local para ajuste metodológico do trabalho de identificação, georreferenciamento e desenho de roteiros;
- 2) Pesquisa de campo para o mapeamento, georreferenciamento, registro e produção de imagens dos novos pontos;
- 3) Tratamento dos dados e atualização da base de dados geolocalizados, atualização no mapa em formato digital e impresso;
- 4) Realização de encontro de agentes da Rede de TBC do Mosaico SVP para apresentação dos dados, com intuito de refletir e delinear novos roteiros dentro da Rota territorial Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu, como as travessias eco-literárias, rotas de artesanato, visitas aos parques, rota das cozinhas sertanejas, entre outros.

Proposta 152: Ação: 4322. Valor solicitado: R\$600.000,00. Realização da Feira do Doce Mineiro em cidades do interior. A “Feira do Doce” é ação continuada, de intercâmbio e salvaguarda relevante para o fomento da cultura e promoção do turismo gastronômico mineiro. A proposta fomenta o resgate de um dos elementos mais representativos da cultura alimentar do Estado, a “Doçaria Mineira” e tornou-se um dos projetos responsáveis por manter pulsante um dos principais atributos característicos da “Cozinha Mineira”.

O projeto, tem como causa/manifesto o artesanal, especialmente a produção feita em tacho de cobre, com receitas familiares e que são passadas de geração em geração. Inclui-se doces refinados, saudáveis e com ingredientes e sabores que podem ser feitos a partir do leite, frutas e outros produtos – em sua maioria originários da agricultura familiar. A proposta contribui para preservação dos modos de fazer tradicionais e na difusão de conhecimentos aliados ao regionalismo.

Ressalta-se também que a produção de doces artesanais é resguardada principalmente por mulheres, cozinheiras, mestras doceiras que legitimam a salvaguarda das receitas.

Intenta-se o propósito de intercâmbio do projeto, que integra produtores representantes da “Cozinha Mineira” local e regional, e na programação há demonstrações de harmonizações e/ou receitas ao vivo, feitas por *chefs* renomados que são convidados a utilizarem um dos doces dos regionais nas receitas. Esta ação oferece uma oportunidade informativa e interativa para aprender mais sobre a “Doçaria Mineira”, suas histórias e memórias, e a sua inter-relação com a gastronomia contemporânea.

Observa-se que a instituição proponente é mantenedora de uma pesquisa permanente – percorre o estado desde a sua primeira edição e faz o mapeamento dos tradicionais representantes da “Doçaria” nos biomas de Minas Gerais.

Proposta 160: Ação: 4322. Valor: R\$400.000,00 – Realização do projeto itinerante “Mercado das Mineiridades” – uma ação de resgate dos sentidos das feiras e mercados de rua tradicionais Mineiros.

O “Mercado das Mineiridades” reuni em um complexo mercadológico de rua, os principais produtos que são reconhecidos como atributos da “Cozinha Mineira”, queijos, cafés, doces e cachaça, com a música “caipira” mineira. Tornando-se um mosaico representativo da memória e da criatividade do Estado. Intenta-se para uma execução de maneira estratégia que visa fortalecer o turismo gastronômico dos territórios, ao conectar as pessoas com elementos/produtos de reconhecimento e referências dos lugares e destinos.

Os mercados e feiras são originalmente um adjutório na nossa Mineiridade, ofertando brevidades e um sortimento de coisas, afetos e hospitalidade, e o “Mercado das Mineiridades” se apresenta com ativações que criam uma experiência singular, que transborda memória, criatividade e inovação.

Com acesso gratuito a todas as atividades e programação artística, o “Mercado das Mineiridades” é uma proposta com o intuito de gerar intercâmbio entre a comida regional, tradicional do lugar, com expositores da “Cozinha Mineira” de outras regiões de Minas Gerais, juntamente com a música de Viola.

Portanto, o “Mercado das Mineiridades” é uma “feira movimento” – uma ação que movimenta a cultura e o turismo dos lugares, bem como, – a gastronomia, a música, e a economia criativa.

Proposta 162: Ação: 4322. Valor solicitado: R\$200.000,00. Realização da Feira do Doce Mineiro em Poços de Caldas. Uma ação continuada, de intercâmbio e salvaguarda relevante para o fomento da cultura e promoção do turismo gastronômico mineiro. A proposta fomenta o resgate de um dos elementos mais representativos da cultura alimentar do Estado, a Doçaria Mineira e tornou-se um dos projetos responsáveis por manter pulsante um dos principais atributos característicos da Cozinha Mineira.

O projeto, tem como causa/manifesto o artesanal, especialmente a produção feita em tacho de cobre, com receitas familiares que são passadas de geração em geração. Inclui-se doces refinados, saudáveis e com ingredientes e sabores que podem ser

feitos a partir do leite, frutas e outros produtos em sua maioria originários da agricultura familiar. A proposta contribui para preservação dos modos de fazer tradicionais e na difusão de conhecimentos aliados ao regionalismo.

Ressalta-se também que a produção de doces artesanais é resguardada principalmente por mulheres, cozinheiras, mestras doceiras que legitimam a salvaguarda das receitas.

Intenta-se o propósito de intercâmbio do projeto, que integra produtores representantes da “Cozinha Mineira” local e regional, e na programação há demonstrações de harmonizações e/ou receitas ao vivo, feitas por *chefs* renomados que são convidados a utilizarem um dos doces dos regionais nas receitas. Esta ação oferece uma oportunidade informativa e interativa para aprender mais sobre a Doçaria Mineira, suas histórias e memórias, e a sua inter-relação com a gastronomia contemporânea.

Observa-se que a instituição proponente é mantenedora de uma pesquisa permanente – percorre o estado desde a sua primeira edição e faz o mapeamento dos tradicionais representantes da Doçaria nos biomas de Minas Gerais.

Proposta 163: Ação: 4322. Valor solicitado: R\$200.000,00. Realização da Feira do Doce Mineiro em Araxá. Uma ação continuada, de intercâmbio e salvaguarda relevante para o fomento da cultura e promoção do turismo gastronômico mineiro. A proposta fomenta o resgate de um dos elementos mais representativos da cultura alimentar do Estado, a “Doçaria Mineira” e tornou-se um dos projetos responsáveis por manter pulsante um dos principais atributos característicos da “Cozinha Mineira”.

O projeto, tem como causa/manifesto o artesanal, especialmente a produção feita em tacho de cobre, com receitas familiares que são passadas de geração em geração. Inclui-se doces refinados, saudáveis e com ingredientes e sabores que podem ser feitos a partir do leite, frutas e outros produtos – em sua maioria originários da agricultura familiar. A proposta contribui para preservação dos modos de fazer tradicionais e na difusão de conhecimentos aliados ao regionalismo.

Ressalta-se também que a produção de doces artesanais é resguardada principalmente por mulheres, cozinheiras, mestras doceiras que legitimam a salvaguarda das receitas.

Intenta-se o propósito de intercâmbio do projeto, que integra produtores representantes da Cozinha Mineira local e regional, e na programação há demonstrações de harmonizações e/ou receitas ao vivo, feitas por *chefs* renomados que são convidados a utilizarem um dos doces dos regionais nas receitas. Esta ação oferece uma oportunidade informativa e interativa para aprender mais sobre a Doçaria Mineira, suas histórias e memórias, e a sua inter-relação com a gastronomia contemporânea.

Observa-se que a instituição proponente é mantenedora de uma pesquisa permanente – percorre o estado desde a sua primeira edição e faz o mapeamento dos tradicionais representantes da Doçaria nos biomas de Minas Gerais.

Proposta 164: Ação 4322 – Programa 056 / Ação: 4322. Valor solicitado: R\$600.000,00. Realização da Feira do Doce Mineiro em Paracatu. Uma ação continuada, de intercâmbio e salvaguarda relevante para o fomento da cultura e promoção do turismo gastronômico mineiro. A proposta fomenta o resgate de um dos elementos mais representativos da cultura alimentar do Estado, a “Doçaria Mineira” e tornou-se um dos projetos responsáveis por manter pulsante um dos principais atributos característicos da “Cozinha Mineira”.

O projeto, tem como causa/manifesto o artesanal, especialmente a produção feita em tacho de cobre, com receitas familiares que são passadas de geração em geração. Inclui-se doces refinados, saudáveis e com ingredientes e sabores que podem ser feitos a partir do leite, frutas e outros produtos – em sua maioria originários da agricultura familiar. A proposta contribui para preservação dos modos de fazer tradicionais e na difusão de conhecimentos aliados ao regionalismo.

Ressalta-se também que a produção de doces artesanais é resguardada principalmente por mulheres, cozinheiras, mestras doceiras que legitimam a salvaguarda das receitas.

Intenta-se o propósito de intercâmbio do projeto, que integra produtores representantes da “Cozinha Mineira” local e regional, e na programação há demonstrações de harmonizações e/ou receitas ao vivo, feitas por *chefs* renomados que são convidados

a utilizarem um dos doces dos regionais nas receitas. Esta ação oferece uma oportunidade informativa e interativa para aprender mais sobre a “Doçaria Mineira”, suas histórias e memórias, e a sua inter-relação com a gastronomia contemporânea.

Observa-se que a instituição proponente é mantenedora de uma pesquisa permanente – percorre o estado desde a sua primeira edição e faz o mapeamento dos tradicionais representantes da “Doçaria” nos biomas de Minas Gerais.

Proposta 182: Ação 4322 – Valor solicitado: R\$500.000,00.

Ações de registro audiovisual para a composição do “Programa Arrumação” em sua temporada celebrativa de 35 anos. O Arrumação compreende que ações desta amplitude tem um papel mantenedor de tradições, identidades, e do sentimento de pertencimento do povo brasileiro.

Com o objetivo de tornar acessível ao grande público os elementos das artes, na criação e no fazer artístico, com transmissão na TV aberta, para telespectadores mineiros, e para todo país através da internet. O Arrumação também intenta a fruição de públicos nos eventos de gravação, o que repercute em proporcionar experiências marcantes e duradouras que avançam para além da lógica de um evento.

As gravações acontecem em formato de auditório, com entrada gratuita. Realizado em teatros, e/ou em caráter especial, em praças públicas, com o propósito fundamental de encantar seus públicos, e despertar uma reflexão sobre a diversidade cultural brasileira, tanto no que se referem aos temas, lugares, identidades, como também no que diz respeito aos modos de expressar esse diverso.

O Programa Arrumação desenvolve o papel de captar a diversidade de interesses destes públicos, e refletir com qualidade, a fim de divulgar e difundir a arte-cultura brasileira, abrir espaço para novos talentos e promover o intercâmbio com artistas já consagrados, e contribuir para a formação da cidadania cultural.

Proposta 183: Ação 4322 – Valor solicitado: R\$600.000,00.

Caravana Horizontes Culturais” projeto para realizar espetáculos de teatro, dança e música instrumental – itinerantes, com Saulo Laranjeira e Convidados, por 6 (seis) cidades de Minas Gerais. As apresentações acontecem nas ruas, praças públicas, parques, podendo ser executado em uma carreta-palco. Na programação, o espetáculo cênico “Assunta Brasil” de Saulo Laranjeira além de apresentações de grupos convidados de teatro, danças, e música instrumental.

Instrumento para fortalecer as manifestações artísticas, o Circuito, tem em seu sentido promover intercâmbios culturais deixando um rastro simbólico por onde passa, criando uma rede de interação. O projeto tem o compromisso com democracia cultural e estimula diretamente à interiorização, a circulação artística, e a democratização do acesso social a cultura

Desta maneira o projeto não somente adentra nas comunidades, com seus espetáculos sugeridos, mas também absorve as tradições da região, incluindo-as na sua programação, e incentiva a realização de feiras de artesanato e culinária típica, ao redor do evento.

Proposta 186: Ação 4322 – Valor solicitado: R\$300.000,00.

“ASSUNTA BRASIL” Música, humor e poesia com Saulo Laranjeira reúne elementos do teatro, da poesia, dos causos populares e da música brasileira. Em sua vertente cênico-musical, “Assunta Brasil” apresenta um dos pontos mais emblemáticos de Saulo Laranjeira, os personagens, eles vão surgindo no palco criando um clima de imediata empatia com os espectadores multiplicando risos e emoções.

Com humor elegante, para um espetáculo solo, – ou quarteto de músicos, Saulo Laranjeira apresenta suas várias facetas, seus personagens, que transitam entre o cômico e a emoção, e deixam aflorar os traços que nos determinam ser brasileiros.

Dentre eles, a benzedeira “Véia Messina” engraçada e cativante, com lições da vida cotidiana do nosso interior. “Zé da Silva Pereira”, autêntica figura do sertão, enraizado na natureza, inspirado em Manuelzão de Guimarães Rosa. O poeta popular “João Macambira”, e o caipira astuto “Geraldinho” que evidencia que todos nós somos caipiras de algum lugar.

O maestro “Sabiá” é homem que vive das lembranças dos áureos tempos de boemia, arranca gargalhadas de todo o público, e também interpreta Noite do Meu Bem, canção de Dolores Duran. “Kelé Metaleiro”, um contraponto por sua sonoridade hilariante e roqueira, causa euforia.

“Assunta Brasil” também traz causos, poesia, e a música brasileira. Em meio ao espetáculo, Saulo Laranjeira interpreta Romaria, de Renato Teixeira. Nesta toada, o público poderá apreciar não só o ator-cantor como também o poeta e declamador, desses que se encontram na linha dos grandes contadores de causos, como Rolando Boldrin e Lima Duarte.

Com novos parâmetros estéticos, o espetáculo se formata numa magnífica e inesquecível apresentação. Um diferencial em meio aos espetáculos humorísticos convencionais e as comédias *stand-up* do mercado atual.

Proposta 220: Ação 4322 – Área Temática: Cultura e Turismo

Unidade Responsável: 1481 – Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Programa: 056 – Fomento, democratização e acesso à cultura e ao turismo

Programa multissetorial

Ação: 4322 – Apoio a projetos Culturais e Turísticos executados por meio de parcerias

Produto: Associação Guaranésiana em Defesa do Folclore – Município de Guaranésia-MG.

Proposta 235: Ação 4322 – Valor solicitado: R\$200.000,00.

Execução da plataforma “Lugares Criativos” – uma expedição turístico-cultural de reafirmação dos signos da “Mineiridade” como fator agregador para a melhoria da competitividade dos destinos turísticos mineiros. Ação conjunta de capacitação e experiência, – que se desenvolve a partir de quatro pilares, – memória, criatividade, inovação e intercâmbio. O projeto tem o propósito de ativar as singularidades e as características identitárias locais como mobilizadores de afeto, – essenciais para o engajamento das comunidades e desenvolvimento sustentável.

Propõem-se ações de qualificação, nos âmbitos da “Cozinha Mineira” e do “Planejamento Estratégico”, com eixos de produção, gestão cultural e turismo criativo. Para a experiência, a realização de uma “Feira Gastronômica” com produtos compromissados com a agregação de valores históricos dos territórios.

“Lugares Criativos” contribui para o desenvolvimento do turismo em que os valores estejam atrelados a preservação do patrimônio da culinária típica com empatia, afeto, inclusão, diversidade e colaboração. O projeto atua na promoção de experiências com melhor aproveitamento econômico e que impactem positivamente no bem-estar social.

Para tal, a proposta tem o objetivo de incentivar a estruturação do turismo competitivo e da economia criativa, – ajudar a comunidade local a resgatar suas fontes de legitimidade, e usá-los como elementos significativos na contemporaneidade, – de modo a impactar como transformação sem deixar de lado as tradições, a assim contribuir para o desenvolvimento sustentável dos territórios.

Proposta 246: Ação 4322 – Valor solicitado: R\$60.000,00.

Expedição Frente da Gastronomia Mineira, – FGM

Expedição dos membros da FGM cidades do interior do estado para encontros sobre o Plano da Cozinha Mineira – A proposta intenta em abordar os sentidos da Cozinha Mineira nas dimensões da identidade, tradição, patrimônio e memória, – valorizar e promover as práticas culturais das comunidades, fortalecendo o desenvolvimento social e econômico dos territórios de maneira sustentável.

Proposta 249: Ação 4322 – doação de um veículo de serviço tipo Van para transportes de músicos

Proposta 250: Ação 4322 – doação de instrumentos musicais.

Proposta 251: Ação 4322 – doação de equipamentos de informática.

Proposta 331: Ação 4322 –

Ampliar a meta financeira em mais R\$200.000,00, visando ao desenvolvimento de quatro rotas turísticas no Vale do Jequitinhonha.

Proposta 334: Ação 4322 –

Acréscimo de R\$240.000,00 na meta financeira, para realização de evento mensal de divulgação turística e cultural da região do Vale do Jequitinhonha.

Proposta 338: Ação 4322

Acréscimo de R\$150 mil na meta financeira da Região Intermediária de Montes Claros, com vistas a promover os festejos tradicionais, tais como a Cavalgada da Região do Grande Campo Redondo – Cavalgada do Garapão –, as festas juninas nas comunidades de Varzelândia, e as Pastorinhas.

Proposta 342: Ação 4322

Acréscimo de R\$50.000,00 na meta financeira, para financiar projetos em edital de produção gráfica, voltada para a divulgação turística, cultural e de educação ambiental do município de Jequitinhonha.

Proposta 344: Ação 4322

Acrescentar R\$800 mil na meta financeira, para a execução do projeto de entrada da cidade de Serranópolis de Minas, referência no ecoturismo e na cultura.

Proposta 345: Ação 4322

Acréscimo de R\$300.000,00 para a criação e manutenção do centro de referência da cultura dos vales do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas em Belo Horizonte.

Proposta 349: Ação 4322 – Elaboração de projeto executivo (engenharia e arquitetônico) para a construção do Centro Cultural Dirce Figueiredo na cidade de Matozinhos, Minas Gerais, no valor de R\$120.000,00.

Proposta 350: Ação 4322

Promoção do 1º Fest Luz (Festival Itinerante de Luzia) nas cidades de Matozinhos, Capim Branco, e Pedro Leopoldo.

O festival é avaliado no valor de R\$180.000,00 tendo a destinação separada para diferentes ações.

R\$60.000,000: sarau nas três cidades

R\$50.000,00: oficinas artístico/culturais para mulheres e idosos

R\$40.000,00: apresentações culturais dos grupos locais

R\$30.000,00: valorização arte, cultura e gastronomia afro– brasileira.

Proposta 355: Ação 4322

Valor solicitado: R\$300.000,00, para promover a circulação do Coral das Lavadeiras de Almenara por diferentes municípios da Região Intermediária de Teófilo Otoni, para realizar as “Rodas de conversa e cantoria” em escolas públicas, tendo como público-alvo alunos e professores de escolas do ensino fundamental e médio. Os eventos serão gratuitos e acontecerão dentro das escolas escolhidas.

Proposta 364: Ação 4322

Valor solicitado: R\$200.000,00, para apresentação do projeto “canções e histórias do Brasil Profundo” com o cantor e compositor Carlos Farias, em escolas públicas de diferentes municípios de Minas Gerais. Os eventos serão gratuitos e acontecerão em aproximadamente 15 municípios.

Proposta 367: Ação 4322

Acréscimo na meta física em “um” projeto beneficiado.

Acréscimo na meta financeira em R\$200.000,00, para realizar o 1º Festival Regional de congadas do Sul de Minas Gerais.

Proposta 368: Ação 4322

Meta financeira: acréscimo de R\$150.000,00, para manter e executar oficinas de circo, dança e teatro para crianças e adolescentes na região do PTB, em Betim.

Proposta 369: Ação 4322

Valor solicitado: R\$150.000,00, para a realização do Encontro de cultura popular e oficinas de artesanato em Felício dos Santos/MG.

Proposta de execução: 15/10/2023.

Proposta 370: Ação 4322

Valor solicitado: R\$100.000,00, para a execução do 1º encontro e quadrilha de Salto da Divisa/MG. Proposta de execução: 15 a 20/6/2023.

Proposta 371: Ação 4322

Valor: R\$200.000,00, para realizar a Festa do Rosário de Couto de Magalhães de Minas. Proposta de execução de 24 a 30/9/2023.

Proposta 372: Ação 4322. Realizar o evento “Som, Cores e Sabores” no território da Serra Geral.

Meta física: 1 projeto a ser apoiado, para a realização de 3 eventos, em 3 municípios distintos da Serra Geral (Serranópolis de Minas, Monte Azul e Jaíba).

Meta Financeira: acréscimo de R\$450.000,00.

Proposta 373: Ação 4322

Valor solicitado: R\$600.000,00, para a realização do projeto Viola de Feira

Proposta 374: Ação 4322

Previsão orçamentária: R\$500,00, para a implantação da Estação Cultural, na antiga Estação Bahia-Minas, em Araçuaí.

Proposta 375: Ação 4322

Meta financeira: acréscimo de R\$100.000,00, para a realização do Festival de Quadrilha do Jequitinhonha

Proposta 376: Ação 4322

Meta financeira: acréscimo de R\$50.000,00, para a realização da Mostra Cultural Bastião Mão de Onça.

Proposta 377: Ação 4322

Meta financeira: acréscimo R\$500.000,00, para a realização do Festivale – Festival da Cultura Popular do Vale do Jequitinhonha.

Proposta 379: Ação 4322

Meta financeira: acréscimo de R\$500.000,00, para adequação da antiga sede da União Operária Beneficente de Jequitinhonha – Unubenje – em um centro de referência da cultura da cidade de Jequitinhonha.

Proposta 381: Ação 4322

Meta financeira: acrescentar R\$200.000,00, para a realização do 12º Festeje (Festival de Teatro do Vale do Jequitinhonha)

Proposta de execução em 10 a 14 de outubro/2023.

Proposta 382: Ação 4322

Meta financeira: acréscimo de R\$700.600,00, para a manutenção das atividades permanente do Instituto Amílcar Martins, tais como digitalização do acervo, aquisição de obras, manutenção da biblioteca, oficina de restauro e demais despesas.

Proposta 383: Ação 4322

Meta financeira: acréscimo de R\$250.000,00, para a produção do desfile de carnaval da E. S. Triunfo Barroco.

Proposta 384: Ação 4322

Meta financeira: acréscimo de R\$400.000,00, para a realização do MucuriArte – Festival de Arte e Cultura do Vale do Mucuri.

Proposta 385: Ação 4322

Meta financeira: acréscimo de R\$150.000,00, para adquirir equipamentos e manter as atividades do Grêmio Musical Euterpe Conceição, no Município de Minas Novas.

Proposta 386: Ação 4322

Meta financeira: acréscimo de R\$300.000,00, para a realização do Evento de Cultura Quilombola – Canjerê.

Proposta 387: Ação 4322

Meta financeira: acréscimo de R\$300.000,00, para a realização do Festival Nacional de Música de Águas Formosas – Fenacaf.

Proposta 422: Ação 4322

Acréscimo na meta financeira: R\$800.000,00, para realização do projeto Caravana Horizontes Culturais com Saulo Laranjeira e convidados, em 8 cidades do estado.

Proposta 424: Ação 4322

Meta financeira: acréscimo de R\$400.000,00, para realizar a expedição "Lugares Criativos" em 3 cidades do estado de Minas Gerais.

Proposta 426: Ação 4291

Acréscimo de R\$50.000,00 na meta financeira, para criação de editais para produções audiovisuais voltadas para a divulgação turística e cultural da cidade de Jequitinhonha e da região do Baixo Jequitinhonha.

Sala de Reuniões, 16 de novembro de 2022.

Iniciativa Popular

**Justificação:** Proposta 43: Proposta 43: O Coral das Lavadeiras de Almenara completou 32 anos de existência em setembro de 2022. Ao longo desse tempo ele se tornou conhecido em Minas, no Brasil e até no exterior, pela singularidade e excelência das ações realizadas nas áreas da arte, cultura, meio ambiente, turismo e preservação da memória dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri. O Coral é exemplo de inclusão social através da arte. As atividades propostas atendem a todas as diretrizes do Programa 056, especialmente por garantir o pleno exercício dos direitos culturais, o acesso às fontes da cultura, por apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais, contribuindo para a sua preservação. Trata-se de um projeto de continuidade, pois já foram

realizadas cinco edições das “Rodas de Conversa e Cantoria”, sendo três edições com recursos do Fundo Estadual de Cultura (em 2016, 2017 e 2019) e as outras com recursos da Lei Federal de Incentivo à Cultura (2018 e 2022).

Proposta 44: Carlos Farias é pesquisador cultural, psicólogo e folclorista. Dentre suas ações destaca-se a criação do Coral das Lavadeiras de Almenara. Neste ano de 2022 foi agraciado com o título de “Mestre da Cultura Popular de Belo Horizonte”, pela Prefeitura Municipal da Capital. Seu trabalho visa promover a inclusão e a cidadania através da arte. A ação prevista poderá despertar nos alunos e professores o interesse pelas culturas indígenas, quilombolas e o folclore brasileiro, contribuindo para a difusão de uma cultura de paz e respeito ao diferente. Trata-se de um projeto de continuidade, considerando que já aconteceram três edições em anos anteriores.

Proposta 53: A revisão do Plano de Desenvolvimento de Base Conservacionista – PDBC – em seu capítulo sobre Turismo no Território do Mosaico, aponta para o “desenvolvimento de novas metodologias de mobilização social associado às análises conjuntas dos impactos ambientais e à busca por um entendimento sobre as possibilidades do turismo de base comunitária” como fator que proporcionou uma potente plataforma para novas iniciativas, demonstrando como “estratégias de comunicação voltadas à educação, os novos processos de inventariação de patrimônios culturais e valorização de potenciais atrativos turísticos, traduzem significativos avanços” para o TBC. O mesmo documento ressalta, ainda, que “a categoria ‘turismo de base comunitária’ está ligada ao tipo de metodologia de gestão e não a um tipo de turismo em si”, o que nos aponta a necessidade de um trabalho participativo das comunidades envolvidas nesse tipo de arranjo.

Revisar e atualizar o mapa seguindo metodologias de reconhecimento e estratégias participativas responde, portanto, à necessidade de ampliação dos atrativos e da rede que compõe o trade local para comercialização da Rota territorial do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu, para criação de roteiros, bem como para o fortalecimento e cruzamento de estratégias e políticas de turismo na região do norte e noroeste de Minas Gerais em consonância com os povos que ali habitam.

A presente proposta fortalece o desenho de desenvolvimento e identidade territorial proposto, pois revisita os três núcleos preestabelecidos, Grande Sertão, Pandeiros e Peruaçu. Cada núcleo corresponde a uma identidade e resulta de uma relação íntima com suas respectivas bacias hidrográficas. A Rede de TBC do Mosaico é fruto de esforços coletivos para a gestão integrada envolvendo áreas protegidas, povos e comunidades tradicionais e poder público municipal, fundamentais para a construção permanente do turismo sustentável e desenvolvimento regional integrado com a preservação da sociobiodiversidade.

Proposta 152: A “Feira do Doce Mineiro” é originalmente um dos principais projetos temáticos da “Cozinha Mineira” do Estado, – a proposta celebra esse que é um dos mais tradicionais produtos da nossa cultura alimentar, – a “Doçaria Mineira”. Compromissada com a sustentabilidade e a fidelidade ao movimento que representa – a produção de doces artesanais e/ou tradicionais de fabricação ambientalmente responsáveis.

As principais atividades deste projeto utilizam o “doce” como meio de conexão entre as pessoas, os lugares e o tempo, e cria a possibilidade dos participantes se aproximarem do produto/alimento em níveis diferentes da cadeia de valor artesanal e comercial, e até mesmo de aprender com quem produz.

Os produtos da “Doçaria Mineira” são representativos para criar associações com os sentidos da Mineiridade. Tal como, a gastronomia atrelada à culinária típica é uma receita que atrai o deslocamento de moradores, turistas domésticos e estrangeiros. O que faz das ações desta proposta se atrelarem ao recente momento de inovação da “Cozinha Mineira”, sem deixar de lado a valorização das tradições.

Uma das principais causas da “Feira do Doce Mineiro” é a resolução bem-sucedida, alçada com a contribuição dos proponentes do projeto em conjunto com os doceiros de todo Estado, – a liberação da produção de doces artesanais em tacho de cobre, – uma medida de proibição no ano de 2007 gerou impactos no setor, – a comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia da ALMG, divulgou a liberação em uma audiência e pública com representantes do setor neste ano de 2022.

Portanto, as ações propostas além de fomentarem os setores da “Cozinha Mineira” contribuem na promoção dos territórios Mineiros de maneira descentralizada, – tornando-se uma proposta de excelência em sua elaboração, execução, atração e retenção turística.

Proposta 160: “Mercado das Mineiridades” é uma iniciativa com o propósito de ativar as singularidades da “Cozinha Mineira” e da Música de Viola característica de Minas Gerais como mobilizadora de sensibilidades e afetos, e que contribui para a ressignificação dos sentidos das “Feiras” e “Mercados” de rua tradicionais no Estado.

Em diversas cidades do Estado e do País, os mercados são pontos de encontro e de visitação, e as feiras são dispositivos que valorizam a relação entre a comida e a comunidade.

As feiras e os mercados, alinhados aos produtos da culinária, gastronomia, e música regional são atrativos turísticos que posicionam os ingredientes e a “Cozinha Mineira” como um pilar da identidade e do patrimônio do Estado de Minas Gerais.

Portanto, “Mercado das Mineiridades” uma proposta com o objetivo de incentivar a estruturação da economia criativa e suas fontes de legitimidade no patrimônio, e usá-los como elementos significativos no turismo gastronômico, – de modo a impactar como transformação sem deixar de lado a valorização das tradições, a assim contribuir para o desenvolvimento sustentável dos territórios.

Proposta 162: A Feira do Doce Mineiro é originalmente um dos principais projetos temáticos da Cozinha Mineira do Estado, – a proposta celebra esse que é um dos mais tradicionais produtos da nossa cultura alimentar, a Doçaria Mineira. Compromissada com a sustentabilidade e a fidelidade ao movimento que representa a produção de doces artesanais e/ou tradicionais de fabricação ambientalmente responsáveis.

As principais atividades deste projeto utilizam o doce como meio de conexão entre as pessoas, os lugares e o tempo, e cria a possibilidade dos participantes se aproximarem do produto/alimento em níveis diferentes da cadeia de valor artesanal e comercial, e até mesmo de aprender com quem produz.

Os produtos da Doçaria Mineira são representativos para criar associações com os sentidos da Mineiridade. Tal como, a gastronomia atrelada à culinária típica é uma receita que atrai o deslocamento de moradores, turistas domésticos e estrangeiros. O que faz das ações desta proposta se atrelarem ao recente momento de inovação da Cozinha Mineira, sem deixar de lado a valorização das tradições.

Uma das principais causas da Feira do Doce Mineiro é a resolução bem-sucedida, alçada com a contribuição dos proponentes do projeto em conjunto com os doceiros de todo Estado, – a liberação da produção de doces artesanais em tacho de cobre, uma medida de proibição no ano de 2007 gerou impactos no setor, – a comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia da ALMG, divulgou a liberação em uma audiência e pública com representantes do setor neste ano de 2022.

Portanto, as ações propostas além de fomentarem os setores da Cozinha Mineira contribuem na promoção dos territórios Mineiros de maneira descentralizada, – tornando-se uma proposta de excelência em sua elaboração, execução, atração e retenção turística.

Proposta 163: A Feira do Doce Mineiro é originalmente um dos principais projetos temáticos da Cozinha Mineira do Estado, – a proposta celebra esse que é um dos mais tradicionais produtos da nossa cultura alimentar, a Doçaria Mineira. Compromissada com a sustentabilidade e a fidelidade ao movimento que representa a produção de doces artesanais e/ou tradicionais de fabricação ambientalmente responsáveis.

As principais atividades deste projeto utilizam o doce como meio de conexão entre as pessoas, os lugares e o tempo, e cria a possibilidade dos participantes se aproximarem do produto/alimento em níveis diferentes da cadeia de valor artesanal e comercial, e até mesmo de aprender com quem produz.

Os produtos da Doçaria Mineira são representativos para criar associações com os sentidos da Mineiridade. Tal como, a gastronomia atrelada à culinária típica é uma receita que atrai o deslocamento de moradores, turistas domésticos e estrangeiros. O que faz das ações desta proposta se atrelarem ao recente momento de inovação da Cozinha Mineira, sem deixar de lado a valorização das tradições.

Uma das principais causas da Feira do Doce Mineiro é a resolução bem sucedida, alçada com a contribuição dos proponentes do projeto em conjunto com os doceiros de todo Estado, – a liberação da produção de doces artesanais em tacho de cobre, uma medida de proibição no ano de 2007 gerou impactos no setor, – a comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia da ALMG, divulgou a liberação em uma audiência e pública com representantes do setor neste ano de 2022.

Portanto, as ações propostas além de fomentarem os setores da Cozinha Mineira contribuem na promoção dos territórios Mineiros de maneira descentralizada, – tornando-se uma proposta de excelência em sua elaboração, execução, atração e retenção turística.

Proposta 164: A “Feira do Doce Mineiro” é originalmente um dos principais projetos temáticos da “Cozinha Mineira” do Estado, – a proposta celebra esse que é um dos mais tradicionais produtos da nossa cultura alimentar, – a “Doçaria Mineira”. Compromissada com a sustentabilidade e a fidelidade ao movimento que representa – a produção de doces artesanal e/ou tradicional de fabricação ambientalmente responsáveis.

As principais atividades deste projeto utilizam o “doce” como meio de conexão entre as pessoas, os lugares e o tempo, e cria a possibilidade dos participantes se aproximarem do produto/alimento em níveis diferentes da cadeia de valor artesanal e comercial, e até mesmo de aprender com quem produz.

Os produtos da “Doçaria Mineira” são representativos para criar associações com os sentidos da Mineiridade. Tal como, a gastronomia atrelada à culinária típica é uma receita que atrai o deslocamento de moradores, turistas domésticos e estrangeiros. O que faz das ações desta proposta se atrelarem ao recente momento de inovação da “Cozinha Mineira”, sem deixar de lado a valorização das tradições.

Uma das principais causas da “Feira do Doce Mineiro” é a resolução bem-sucedida, alçada com a contribuição dos proponentes do projeto em conjunto com os doceiros de todo Estado, – a liberação da produção de doces artesanais em tacho de cobre, – uma medida de proibição no ano de 2007 gerou impactos no setor, – a comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia da ALMG, divulgou a liberação em uma audiência e pública com representantes do setor neste ano de 2022.

Portanto, as ações propostas além de fomentarem os setores da “Cozinha Mineira” contribuem na promoção dos territórios Mineiros de maneira descentralizada, – tornando-se uma proposta de excelência em sua elaboração, execução, atração e retenção turística.

Proposta 182: Programa Televisivo Apresentado por Saulo Laranjeira no ar Desde 1987.

Legítimo, o Arrumação é um projeto necessário ao público mineiro e brasileiro. Um espaço comprometido com a divulgação, fruição e valorização da nossa diversidade artístico-cultural.

Marcante, no ar desde 1987 tem uma das trajetórias de maior amplitude no estado de Minas Gerais. Respeitado em todo país no campo das séries audiovisuais para televisão.

Sustentável, ao longo de seu percurso, a missão do Programa Arrumação permaneceu constante. Uma ação cultural que fomenta o diálogo com os públicos, cujas vozes múltiplas devem ter acesso à televisão aberta, de modo a proporcionar a oportunidade de contato com as diversas manifestações artísticas e culturais, em suas tradições e inovações, sem exposições saturadas.

Acolhedor, o Arrumação estabelece elos conceituais. O projeto é referência para artistas de todo território nacional, e significativo para seu fiel público. Este acolhimento é mais que abrir espaços para novos talentos, é oferecer troca de saberes entre artistas e públicos.

Cidadania Cultural, potencializado pela figura de seu apresentador, o menestrel Saulo Laranjeira, o Arrumação é um projeto ainda maior, social e institucional, salvaguarda para artistas e públicos. Suas ações repercutem na melhoria da qualidade de vida das pessoas, contribui para a elevação da autoestima, atuando no bem comum da sociedade, e preenche uma lacuna na divulgação da diversidade artística brasileira. Assim, o Programa Arrumação fomenta o caráter educativo e transformador da cultura, um propósito pessoal de Saulo Laranjeira.

Relevante, o Arrumação é de Minas e de todo país, e unir-se a instituições – parceiros, patrocinadores e apoiadores, faz sentido para a manutenção deste projeto, que é um dos principais espaços de divulgação das expressões da arte-cultura nacional na televisão aberta em Minas Gerais tornando-se o principal arquivo audiovisual das expressões brasileiras no estado.

Proposta 183: O projeto Caravana Horizontes Culturais atende como instrumento para qualificar o desenvolvimento local no campo das artes e cultura, e tem o propósito de promover à formação de públicos, reduzindo à desigualdade de acesso social à arte cênica e a música instrumental brasileira.

Assim, este projeto pauta-se no compromisso de não somente facilitar o acesso a produções cênicas brasileiras, mas apresenta uma abordagem diferenciada nas suas atividades, de modo a captar, em sintonia fina, a diversidade de interesses do público, aspectos de integração social e afetiva nas localidades.

Dado seu duplo aspecto, a democratização e a democracia, a Caravana Horizontes Culturais visa uma oferta conjunta de atividades em que se convivem espetáculos cênicos, para crianças, jovens, adultos e idosos, em confluência com a música instrumental.

E assim, projeto faz circular, apresentações de teatro, dança e de música instrumental, em regiões tradicionalmente carentes desse tipo de entretenimento. Arelado às manifestações legítimas, a programação de qualidade, fomenta a produção artística local, através da realização de espetáculos, intervenções e cortejos, de artistas regionais, junto a nomes consagrados.

A escolha do espetáculo “Assunta Brasil” de Saulo Laranjeira vem a respaldar esta ação, o artista é considerado a principal figura agregadora das artes cênicas no estado, e salvaguarda das tradições e manifestações regionais. “Assunta Brasil” é uma performance cênica ampla, que se apresenta os elementos indenitários do povo brasileiro através dos personagens do artista que valorizam a essência de nossas raízes.

O alusivo ao termo “caravana” vem de encontro de que a cultura de qualidade precisa circular para enriquecer diversos públicos – e se dá pelo fato de que projeto poderá utilizar-se ou não de uma carreta/palco. A perspectiva da utilização da “ferramenta” se deve a possibilidades técnicas do local.

Proposta 186: Legitimador do que é ser “Artista Brasileiro” Saulo Laranjeira tem desenvolvido uma das mais relevantes e reconhecidas carreiras como cantor, ator, apresentador e humorista. Artista brasileiro, Saulo Laranjeira tem a versatilidade de fazer rir e emocionar.

Menestrel das Culturas Populares Mineiras tem uma singularidade como intérprete – imprime a atemporalidade da Música Popular Brasileira e se projeta com uma legítima autoridade para a World Music.

Reconhecido por sua postura de cantador, um dos principais intérpretes de Elomar Figueira Mello, também é poeta e declamador. Ator, com criações cênicas próprias – seus personagens são inspirados em Guimarães Rosa, e em pessoas comuns dos sertões do País. Saulo Laranjeira também se tornou um dos humoristas mais influentes do Brasil.

Idealizador e Apresentador do Programa de Televisão Arrumação, que em 2022 celebra 35 anos, – Um projeto que é parte da história musical de Minas Gerais e que tem uma inegável importância para o cenário nacional. Foi colunista de Arte-Cultura convidado da CBN nacional para a CB. Apresentador e curador do projeto “A Música Cantando a Nossa História”, uma realização da Funarj e exibição da TV Alerj. Um dos principais articuladores culturais de Minas Gerais, realizador de projetos de amplitude no estado para o turismo, democracia e cidadania cultural.

Proposta 220: A Associação Guaranésiana em Defesa do Folclore, entidade privada sem fins lucrativos, situada na cidade de Guaranésia-MG, foi fundada em 21/11/2017, portanto há 5 anos vem desenvolvendo um trabalho com a população com o objetivo de fomentar a cultura e desenvolver o folclore e as atividades populares no município de Guaranésia e região. A Associação atende companhias em Guaranésia com seguimento a cultura popular da Companhia de Reis. Algumas das Companhias atendidas pela Associação prestam serviços há mais de trinta anos no município. A Associação também promove encontros folclóricos anuais regionais, envolvendo mais de 30 municípios de Minas Gerais. Os encontros abrange vários seguimentos da cultura popular, atendendo mais de 40 grupos, como grupos de Catira, Reza pelas Almas, Congada, Moçambique, Caiapó, Pastorinho, entre outros. Portanto é com intuito de dar continuidade e ampliar o trabalho realizado pela Associação, que faz-se necessário o apoio do poder público através de investimentos e recursos para a manutenção e melhorias das atividades já desenvolvidas. Assim como a obtenção de recursos para compra de troféus, alimentação para oferecer aos grupos nos encontros, recursos para equipar as Companhias de Guaranésia com a compra de uniformes e instrumentos, além de criar novas ações culturais para incentivar, divulgar e proporcionar o intercâmbio da cultura mineira nos diversos seguimentos culturais regionais.

Proposta 235: Relacionada com o fenômeno atual/global de resgate das originalidades e tradições para a formação do desenvolvimento sustentável nas comunidades, – esta proposta intenta a importância da reafirmação das identidades e da memória, com criatividade e inovação, para o fomento da transformação social nos territórios.

“Lugares Criativos” coloca as características culturais tradicionais como fundamentais para o desenvolvimento comunitário, e um dos principais resultados da proposta é a clareza no diálogo com as comunidades, – dado a suas ações conjuntas de capacitação e experiência.

Os eixos temáticos propostos estimulam as comunidades a reconhecerem os ativos da economia criativa locais, como atributos e vocações, e assim pensar de forma mais ampla em sustentabilidade.

A tríade, memória, criatividade e inovação abordadas na plataforma, – capacitação + experiência gera um sentimento de pertencimento e transformação. A promoção destes ativos sem planejamento estratégico causa impactos e danos, ao desencadear um processo de descodificação nas comunidades.

Em “Lugares Criativos” as singularidades dos territórios são elementos diferenciadores, e quando desenvolvidos com a estruturação de “Plataformas Criativas” toma-se uma ferramenta, que além de apoiar na manutenção do patrimônio e na promoção da cidadania, possibilita um retorno social.

Assim, a proposta “Lugares Criativos” é sobre as comunidades e seu povo, – e as atividades deste projeto posiciona que o conjunto de elementos criativos, quando bem estruturados, atuam no desenvolvimento sustentável nas comunidades, e constituem os significados que geram inovação, sem descartar as tradições.

Proposta 246: A Frente da Gastronomia Mineira foi criada com o intuito de ser um fórum participativo para reunir esforços pela defesa, preservação e promoção da gastronomia do nosso estado. Em toda Minas Gerais existem iniciativas nesse sentido, contudo, era necessário que elas fossem conectadas. Sem personalidade jurídica, a FGM promove essa articulação através de um trabalho em rede que conta com representantes de instituições públicas, privadas e do terceiro setor, formadores de opinião, empreendedores, profissionais e pesquisadores do tema, e todos aqueles que tenham interesse ou participação na cadeia gastronômica.

A estrutura da Frente hoje conta com um coordenador e membros da secretaria executiva, no entanto, é importante destacar que a FGM é formada por todos os seus membros e cada um possui um importante papel para a construção desse movimento.

#### Nossa história

Criada em 14 de maio de 2014, a FGM é fruto do esforço de uma frente que trabalhou durante um ano para construir a unidade necessária para fortalecer o setor, desenvolver uma identidade e criar o Planejamento Estratégico 2015-2018, com auxílio da consultoria do Sebrae. O documento originado desse planejamento norteou as ações da Frente durante esse tempo. Em 2018, um novo Planejamento Estratégico foi desenvolvido, novamente junto ao Sebrae, para o período de 2019-2022. Durante esses anos de história diversos eventos gastronômicos receberam o apoio institucional da Frente e a divulgação deste trabalho gerou a ampliação da quantidade de membros, recebendo, a cada reunião mensal, novas e qualificadas adesões.

Proposta 249: A Associação Banda Filarmônica Emundo Araujo proporciona atividades culturais e aprendizado de música para cidadãos de todas as faixas etárias. promovendo aulas e apresentações de músicas, formação de músicos profissionais e apostações culturais em Monte Azul e região. A aquisição de um veículo para transporte de músicos e equipamentos, irá contribuir com a interação cultural da região. Cumprindo assim a função social da Banda.

Proposta 250: A associação Banda Edmundo Araújo realiza atividades culturais voltadas a música com aulas e apresentações, atende pessoas de todos as faixas etárias, promovendo, além de cultura, o fortalecimento de vínculos comunitários e sociais.

A aquisição de novos instrumentos musicais promoverá a expansão de suas atividades e o aumento de vagas para inserção de novos músicos.

Proposta 251: A associação Banda Edmundo Araújo realiza atividades culturais voltadas a música com aulas e apresentações, atende pessoas de todos as faixas etárias, promovendo, além de cultura, o fortalecimento de vínculos comunitários e sociais.

A aquisição de computadores vai proporcionar maior interação e capacitação.

Proposta 331: O Vale do Jequitinhonha é conhecido por sua riqueza cultural, atraindo turistas e colecionadores de artesanato e visitantes de edificações antigas.

A nossa proposta é investir também no turismo de base comunitária, ecológico, rural, culinário, figuras rupestres e etc. Criando variadas rotas para serem ofertadas aos turistas. Necessitando ser completamente estruturado desde transporte, placas de identificação, capacitação de guias, etc. Assim levando o desenvolvimento econômico através do turismo, sem agressão ao meio ambiente.

Proposta é para quatro rotas de turismo

Proposta 334: Proposta para o desenvolvimento turístico por meio de ações culturais que envolvem diversos setores característicos da região do Vale do Jequitinhonha, como por exemplo as atividades de comercialização de artesanato, apresentações teatrais, poéticas, musicais, educação ambiental, culinária típica, em um único evento realizado mensalmente.

Adesão de empresas parceiras para o auxílio e gestão da ação, como, por exemplo, na realização do evento denominado “Virada Cultural Jequi” realizado na cidade de Jequitinhonha mensalmente, no qual conta com apoio do banco Sicoob na regulamentação financeira dos pequenos empreendedores, conta também com o apoio do Sebrae, no acompanhamento e capacitação dos artesãos e da empresa de reciclagem para viabilização estrutural do evento. O projeto tem custo individual por ação de R\$20 mil, totalizando R\$240 mil na produção de 12 eventos durante o ano.

Proposta 338: Os festejos tradicionais que se realizam visam não só mostrar as raízes culturais do nosso povo mas contribuir com o turismo de negócios, manifestando nossos costumes e cultura.

A tradicional Cavalgada da Região do Grande Campo Redondo. “Cavalgada do Garapão”, que ocorre há 25 anos, no dia 26 de agosto de 2023. Será a 26ª Cavalgada. R\$50 mil.

As tradicionais festas juninas, com realização das quadrilhas e festejos tradicionais na vida cultural das comunidades de Varzelândia. R\$50 mil será a dotação orçamentária necessária para realização. Tradição de temporada, sempre realizada em junho de cada ano.

As tradicionais Pastorinhas, festejos culturais que são realizados em Dezembro, que reúnem diversas comunidades participantes dos festejos populares. Será necessário recurso da ordem de R\$50 mil para realização.

Proposta 342: Proposta a criação de edital para produção gráfica voltada a divulgação turística, cultural e de educação ambiental da cidade de Jequitinhonha. O intuito da ação é a produção de revistas, *folders* e jogos de educação ambiental. O intuito do projeto é o incentivo a inclusão socioambiental e de fomento ao turismo na região. O custo total do projeto é de R\$50.000,00 para premiação de 10 projetos no valor individual de R\$5.000,00.

Proposta 344: O município de Serranópolis de Minas vem se tornando referência no ecoturismo e na cultura. Nossa cidade faz parte do Parque Estadual Nova e Talhado, onde se tem preservadas muitas cachoeiras. Recebemos em média anual cerca de 40 mil visitantes contabilizados dentro dos horários de trabalho do IEF, o que pode ser o dobro se contabilizado de domingo a domingo. Dentro do parque existem cachoeiras, grutas e pinturas rupestres. Já dentro da cidade temos a cultura local como capoeira, cantiga de rodas, duas comunidades quilombolas. O município vem investindo em marketing e a cada dia a cidade vem aumentando o número de visitantes, temos o site <https://www.visiteserranopolis.com.br> onde se pode acompanhar nossas riquezas. Precisamos de R\$800 mil para execução da entrada da cidade, pois a primeira impressão é a que se tem. Isso impulsionaria em torno de 80% a visibilidade de toda obra. O município está disposto a entrar com contrapartida.

O projeto da entrada da cidade já está pronto e de acordo com o prefeito será feita uma praça na entrada da cidade, com portal. O projeto de engenharia e arquitetura também está disponível na prefeitura. O município está de acordo em entrar com contrapartida.

Proposta 345: Os Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas são referências culturais de Minas Gerais, contando com a força da militância de seus agentes culturais. O artesanato, música, teatro, poesia, dança e as manifestações de cultura popular são referências de um povo reconhecido nacionalmente como original em sua criatividade.

O artesanato é destaque, não somente pela beleza da arte em si, mas também pelo que representa coo fator positivo de renda, além da inclusão social.

Apesar da grandeza de oda essa produção cultural, não há, em nenhuma dessas regiões, espaço adequado para preservação, acomodação, exposição e guarda dessa memória, como não há instrumentos e recursos necessários a divulgação/pesquisa/aprimoramento e disponibilização dessa riqueza cultural aos interessados. Por outro lado, representantes dessas manifestações culturais regionais há anos habitam a capital mineira, onde tais possibilidades encontrariam maior e melhor guarida.

Pelas razões expostas, justifica-se a presente proposta, no sentido de se criar um “centro de referência” das regiões mencionadas, como universos da cultura de raiz no estado.

Tal espaço se prestaria a ser, entre outros:

- 1 – Um ponto de encontro da diversidade cultural mineira;
- 2 – Local de formação cultural e organização da sociedade civil;
- 3 – Espaço de preservação da memória cultural;
- 4 – Centro de venda do artesanato;
- 5 – Exposição permanente do artesanato

6 – Enfim, um espaço de referência social, cultural, festividades representativas da cultura de cada uma dessas regiões.

7 – Centro de estudos/cursos/biblioteca.

Proposta 349: A fundação Dirce Figueiredo é um OSC no município de Matozinhos que existe desde 2006. A manutenção e permanência dos novos projetos e espaço acontecem anualmente através das TACS e Ministério Público e Leis Culturais, uma vez que nosso foro são projetos voltados para arte, educação e cultura.

O nosso desafio atualmente não é manter nossas proposições, mas sim não ter um espaço próprio com infraestrutura digna não só para executar nossos projetos, mas também abraçar outras ações do nosso município e região.

A idealização desse projeto de execução poderá abraçar toda a comunidade, uma vez que a nossa região carece de uma estrutura própria que promova o desenvolvimento de ações que valorizem o crescimento sociocultural da nossa sociedade, bem como ações que promovam capacitação e geração de renda na região.

Proposta 350: O FestLuz é o projeto de um festival itinerante que visa unir manifestações artístico-culturais já existentes na região conhecida como “APA cartes”, ou região de Luzia.

Transitamos em uma região que é rica em festejos populares (folia de reis e congado em morambeiro); sarais em Matozinhos e Pedro Leopoldo); propagação e valorização da cultura afro-brasileira; sambas de roda e diversos eventos dentro dessas temáticas. Diante disso a Fundação Dirce Figueiredo, OSC Matozinhense desde 2006, quer unir essas manifestações em um único festival.

Proposta 355: O Coral das Lavadeiras de Almenara completou 32 anos de existência em setembro de 2022, ao longo desses anos, ele se tornou conhecido em Minas, no Brasil e até no exterior.

Trata-se de um projeto de continuidade, pois já foram realizadas cinco edições, e a execução do projeto poderá ser feita pelo Instituto Coral Lavadeiras de Almenara.

Proposta 364: Carlos Farias é cantor, pesquisador cultural, psicólogo e folclorista. O projeto visa promover a inclusão e a cidadania através da arte. A ação prevista poderá despertar nos alunos e professores o interesse pela cultura indígena, quilombola e pelo folclore brasileiro, contribuindo para a difusão de uma cultura de paz e respeito.

Proposta 367: Viemos propor o “1º Festival Regional de congadas do Sul de Minas Gerais”, um festival que tem como principal objetivo, organizar regionalmente as congadas da nossa macrorregião, promovendo além da cultura local, fomentar a economia e turismo em um só evento.

Proposta 368: Em 20 anos o Projeto Proviver com sede no bairro Guanabara e bairro Kennedy na cidade de Betim, atendeu mais de 1000 crianças e adolescentes e hoje 120 crianças e adolescentes são assistidas nas oficinas de circo e natação.

Temos o objetivo de aumentar as oficinas de circo, dança teatro e música, 2 vezes por semana, atendendo em média 6 alunos por turma, 60 alunos por oficina, 240 crianças e adolescentes.

Temos espaço para atender até 500 crianças e adolescentes.

Proposta 369: A proposta refere-se ao encontro de cultura popular e oficinas de artesanato em Felício dos Santos/MG. Esse encontro acontece há mais de 14 anos com o objetivo de fortalecer a cultura popular e as oficinas profissionalizantes, ofertadas dentro do encontro.

O projeto visa executar o encontro de cultura popular e oficinas profissionalizantes de artesanato, além de manter os grupos do Vale e valorizar as tradições culturais.

Proposta 370: A proposta refere-se a execução do 1º encontro e quadrilha de Salto da Divisa/MG esse evento que acontece há mais de 20 anos com capacidade de atender mais de 15 grupos, cerca de 1000 pessoas, diretamente ligada a essa tradição, com o objetivo de fortalecer ainda mais a cultura.

Proposta 371: A proposta refere-se a festa do Rosário, que se celebra no mês de setembro na cidade de Couto Magalhães, festa essa existente há mais de 47 anos, que celebra o povo negro e mostra as crenças, religiosidade costumes e todas as nossas tradições, alavancando a economia da região com o turismo rural, urbano e economia criativa.

Proposta 372: Resgatar apoiar e valorizar a cultura tradicional da Serra Geral de Minas Gerais atendendo 15 municípios com população estimada em 280 mil habitantes. Através de 3 eventos microrregionais em 3 municípios distintos.

Proposta 373: O projeto “Viola de Feira” se tornou um projeto contínuo, iniciado no ano de 2018 no Centro Cultural Padre Eustáquio, com objetivo de preservar a cultura e a tradição, resgatar a música, família e aquele sabor do “Viola de Feira”, de forma gratuita.

O objetivo é realizar 12 apresentações musicais do Projeto Viola de Feira nos municípios de Carbonita, Turmalina, Diamantina, Bocaiuva, Araçuaí, Itamarandiba, Santana do Riacho, Olhos d'Água, e Belo Horizonte.

Proposta 374: O programa Estação Cultural tem o intuito de realizar e ocupar o espaço da antiga estação Bahia-Minas, localizada no bairro esplanada em Araçuaí. A estação Ferroviária Bahia Minas é o ponto referencial para apresentações, debates e exposições de curta.

Proposta 375: Realização do 17º Fequajê – Festival de Quadrilha do Jequitinhonha.

Proposta 376: O evento Mostra Cultural Bastião Mão de Onça, realizado no distrito de General Dutra, tem o objetivo de resgatar a cultura local, fazendo uma exposição na praça local onde reúne toda a comunidade e visitantes para prestigiar o evento.

Proposta 377: O objetivo do projeto é executar o 38º festival – festival da cultura popular do vale do Jequitinhonha, para divulgar e incentivar a produção cultural do Vale do Jequitinhonha.

Proposta 379: A proposta é a adequação da antiga sede da União Operária Beneficente de Jequitinhonha – Unubenje em um centro de referência da cultura da cidade de mesmo nome. O imóvel foi repassado ao município. A futura manutenção do local ficará a cargo do Município.

Proposta 381: A proposta refere-se à execução do 12º Festeje – Festival de Teatro do Vale do Jequitinhonha. O evento é itinerante e acontece em diferentes cidades do Vale do Jequitinhonha e tem como objetivo a manutenção das atividades cênicas.

Proposta 382: O Instituto Cultural Amílcar Martins é um centro de estudos mineiros sem fins lucrativos que se dedica há mais de 20 anos à preservação e divulgação da história e da cultura de Minas Gerais, sendo uma parte importante da memória de Minas, que deve ser usada na formulação de políticas públicas. Planilha de custos foi anexada.

Proposta 383: O desfile da escola de samba Triunfo Barroco – Carnaval representa um enredo com temas das tradições mineiras e históricas que tem por finalidade levar arte e cultura para os moradores das comunidades carentes e periféricas de Belo Horizonte e região de forma gratuita.

Proposta 384: O Mucuriarte – Festival de Arte e Cultura do Vale do Mucuri, é um festival anual que acontece desde 2013 em várias cidades do Vale do Mucuri e visa promover fazeres e saberes culturais do Mucuri e dialogar com outras expressões artísticas e culturais de outras regiões do Brasil.

Proposta 385: O grêmio Musical Euterpe Conceição tem mais de 150 anos de existência e atualmente passa por dificuldades, uma vez que os instrumentos musicais estão em estado precário. Solicitamos o valor para aquisição de equipamentos e manutenção de atividades para o município de Minas Novas.

Proposta 386: O evento “Canjerê” é realizado em Belo Horizonte e é muito importante para a divulgação da cultura quilombola, por isso solicitamos o valor para financiamento das ações de artesanato, danças e costumes.

Proposta 387: Realização do Festival Nacional de Música de Águas Formosas que representará grande avanço no movimento cultural do Nordeste de Minas.

Proposta 422: O projeto é um dos mais consagrados do estado e visa promover a democratização e democracia cultural ao propiciar ao maior número de pessoas o contato direto com as diversas manifestações mineiras gratuitamente.

Proposta 424: Realizar a expedição “Lugares Criativos” em 3 cidades do estado de Minas Gerais, com propósito de ativar as singularidades da cozinha mineira e de resgate das originalidades, reafirmação das identidades, e da memória com criatividade.

Proposta 426: Proposta a criação de editais com intuito de produções audiovisuais voltadas a divulgação turística cultural da cidade de Jequitinhonha ou pela região do Baixo Jequitinhonha.

O intuito da ação é a produção de curta metragens relacionados ao fomento turístico/cultural. O custo total do projeto é de R\$50.000,00 para premiação de 50 projetos, totalizando o valor de R\$ 2.500,00 por produção audiovisual abrangente a todo o Estado.

– À Comissão de Participação Popular.

### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 195/2022

Encaminha Sugestão de alteração do Programa 155 – Promoção de Defesa Civil, do projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício de 2023.

Proponentes: Danilo Marinho Lamêgo Borges (Câmara Municipal de Araçuaí), Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Itaobim (Associação Comercial, Industrial e Agropecuária), Junior José da Silva (Movimento Nacional pelo Direitos ao Transporte Público de Qualidade), Isabela Ferreira Gomes, Rafael Gomes de Oliveira, Wemerson Silva de Oliveira (Sindicato dos Servidores da Polícia Civil de Minas Gerais), Maria de Lourdes Rodrigues da Silva Filha Cordeiro, Pedro Ivo Nogueira Pereira, Tainah Fernandes Teixeira Lessa, Rogério Dias dos Santos Junior.

Proposta 45: Proposta 45: Na ação 4472, alocar R\$400 mil na região intermediária de Teófilo Otoni, para aquisição de uma (01) viatura de autossalvamento leve – ASL – mais equipamentos para o 3º Pelotão do Corpo de Bombeiros em Araçuaí-MG.

Proposta 51: Ação: 4479 – Expansão do CBMMG Através da Criação e Ampliação de Unidades Prediais

Instalação de unidade do Corpo de Bombeiro em Itaobim

Meta financeira: R\$1.500.000,00 Itaobim.

Proposta 394: Ação 4464 – Aumentar em 800 a Meta física e em R\$20.800,00 a Meta financeira

Proposta 395: Ação 4302 – Alterar a meta física de 200 para 400 civis e a meta financeira de R\$ 35.000 para R\$70.000, para os anos de 2023 a 2026.

Proposta 396: Ação 4337 – Acrescer R\$200.000,00 para a aquisição de conjunto de EPI's para serem distribuídos pelas unidades operacionais do CBMMG.

Proposta 398: Ação 4472 – Destinar R\$400.000,00 para a aquisição de uma viatura de autossalvamento florestal (ASF) para o pelotão do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais da cidade de Capelinha, além de equipamentos operacionais.

Sala de Reuniões, 16 de novembro de 2022.

Iniciativa Popular

**Justificação:** Proposta 45: Proposta 45: Ampliação e melhoria dos serviços de salvamento em altura, terrestre, aquático e coordenação de ocorrências complexas, além do aumento da capacidade de deslocamento em locais onde geografia urbana é mais acidentada e aglomerada.

Proposta 51: A presente solicitação destina-se para custear a 2ª parte da obra de instalação do pelotão do Corpo de Bombeiros no município de Itaobim, obras já iniciadas em setembro de 2022.

A instalação de um pelotão do Corpo de Bombeiros em Itaobim tem como objetivo melhorar a qualidade de vida dos moradores através da prevenção e combate a incêndios, serviço de socorro, buscas e salvamentos. Serviços constitucionalmente atribuído ao Corpo de Bombeiro Militar.

O Vale Jequitinhonha como uma das regiões do estado mais seca, é comum na época de estiagem registros de queimada da vegetação e em outra época determinadas cidades registram grande volume de chuva o que, por ausência de infraestrutura, ocasiona grandes enchentes ou afogamento.

Itaobim é uma das cidades do Vale Jequitinhonha que passa a BR-116, que permite um fácil deslocamento para atender as demais cidades da região.

Proposta 394: O aumento das metas físicas e financeiras se justifica pela grande importância preventiva da ação junto aos alunos das escolas estaduais da RMBH, acerca do risco de desastres e acidentes por meio da disseminação de importantes informações de proteção e defesa civil.

Proposta 395: É preciso aumentar o número de pessoas capacitadas para atuarem como brigadistas civis, uma vez que o poder público não consegue estar em todos os locais no momento adequado para responder a uma emergência, e, por isso, um maior número de pessoas capacitadas para agirem nessas situações faz toda a diferença, além de havendo um déficit crescente de pessoal na defesa civil em geral, há a necessidade dessa capacitação.

Proposta 396: No ano de 2021 o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais atendeu a um total de 34.298 ocorrências de incêndios em vegetação. O combate às chamas é realizado diretamente pelos militares, demandando um intenso desgaste físico, desidratação, exposição ao calor e riscos constantes de acidentes. Como forma de mitigar tais riscos e oferecer maior proteção à saúde dos combatentes foi desenvolvido o EPI multimissão, composto por calça e jaqueta resistentes à abrasão, ao calor das chamas e à radiação ultravioleta, ao mesmo tempo em que garantem mobilidade e conforto aos militares. O uso dessas vestimentas no combate às chamas possibilita melhor desempenho dos militares, bem como maior segurança e menor índice de acidentes.

Proposta 398: Instalado em junho de 2022 o pelotão Capelinha do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais atende uma área de aproximadamente 12,5 KM2, uma população de mais de 193 mil habitantes distribuídos tanto em Capelinha com em mais de 12 municípios como Itamarandiba, Minas Novas, Carbonita, dentre outros.

Localizado na área do Vale do Jequitinhonha o pelotão atende um extenso número de comunidades rurais interligadas por estradas de terra em más condições de conservação. A região possui a maior quantidade de florestas de eucalipto do mundo, o que configura um risco elevado de ocorrências de incêndios florestais durante o período de estiagem. Entre julho e setembro de 2022 o pelotão atendeu 31 ocorrências de incêndio em vegetação, situação em que quanto mais rápido for feito o combate, menores as chances do incêndio alcançar grandes proporções.

A viatura de autossalvamento florestal – ASF – é uma caminhonete com tração 4x4 equipada com um tanque de água destinada às ações de combate a incêndios florestais. Por ser menor que um caminhão consegue acessar áreas de difícil acesso e estradas de terra com mais celeridade.

– À Comissão de Participação Popular.

#### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 196/2022

Encaminha Sugestão de alteração do Programa 120 – Gestão Ambiental e Saneamento, do projeto de lei que dispõe sobre a revisão

do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício de 2023.

Proponentes: Danilo Marinho Lamêgo Borges (Câmara Municipal de Araçuaí), Maria Aparecida da Silva, Rogério Dias dos Santos Junior, Mirtes Maria Santos (Projeto Vida e Verde – Pró-Viver), Henrique Damasio Soares (Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais), Saulo Lara Coimbra (Projeto Vida e Verde – Pró-Viver).

Proposta 46: Proposta 46: Na ação 4371, alocar R\$ 400 mil na Região Intermediária de Teófilo Otoni para aquisição de castramóvel para controle populacional de cães e gatos. O castramóvel deverá conter mesa cirúrgica, aquecedor, ar-condicionado, exaustores, tomadas elétricas, cubas com torneiras, reservatório para água potável e caixa para dejetos, entre outros itens. Além disso deve contar com quatro ambientes, sendo de pré-operatório, centro cirúrgico, sala de paramentos e pós-operatório. Destinação do castramóvel para o Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Região do Médio Jequitinhonha – Cidsmeje.

Proposta 207: Ação 4401 – Implementar o Programa política de Saneamento Básico Rural sob a coordenação da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), universalizando o acesso das famílias e comunidades rurais às ações e serviços de saneamento básico;

Proposta 283: Ação 4348 – destinar recursos de 100.000 reais para atividade de educação ambiental a ser executada no Projeto Vida e Verde (Proviver), que fica localizado em uma região carente em Betim, no Bairro Kenedy.

Proposta 284: Realização de concurso público para o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Sisema.

Proposta 293: Ação 4321 – Implantação de 100 fossas biodigestoras nas áreas rurais não atendidas pelo sistema de coleta de esgotos, na região rural de Várzea de Santo Antônio, próximo à Fazenda do Pai Tomé.

Proposta 294: Ação 8006 – Alterar o produto para “economia residencial atendida com abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto sanitário”, no intuito de garantir que as regiões atendidas com o abastecimento de água, também venha a contar com serviço de coleta e tratamento de esgoto sanitário.

Sala de Reuniões, 16 de novembro de 2022.

Iniciativa Popular

**Justificação:** Proposta 46: Proposta 46: O castramóvel é uma unidade móvel de atendimento das demandas de castração de animais de pequeno porte que além de proporcionar controle populacional, reduz o abandono do animal, que é crime, e também a transmissão de doenças dos animais infectados para seres humanos, como a esporotricose e raiva. Entre outros benefícios da castração cirúrgica, provoca ainda, a redução de doenças graves, como tumores, diminuição do estresse, de fugas e de maus-tratos, prolongando a expectativa de vida do animal. É, portanto, mais que um ato de responsabilidade, mas de amor aos animais. É de suma importância tratar a saúde animal dentro do escopo da política pública de responsabilidade da Secretaria Estadual de Saúde, uma vez que melhorar a qualidade de vida dos animais, promovendo o controle de zoonose, consequentemente provoca melhoramento da saúde humana.

Proposta 207: A universalização do acesso a políticas de infraestrutura para os povos do campo, da floresta e da cidade como um política fundamental para o bem-estar social, preservação e conservação do meio ambiente sustentável.

Proposta 283: Vale ressaltar que a instituição já existe há 20 anos e em média, no ano de 2022, vem atendendo 120 crianças e adolescentes, com diversas atividades como circo e arte, mas tem estrutura para atender mais crianças adolescentes, mulheres e idosos.

Proposta 284: É pública e notória a demora para emissão de atos administrativos e licenças ambientais pelo órgão estadual. As demandas para realizar as políticas públicas ambientais sempre são crescentes. Por outro lado, em reuniões públicas os dirigentes dos órgãos sempre falam da pouca mão de obra e que o número de funcionários são insuficientes para executar a prestação dos serviços da Semad. Sendo assim, é necessária a criação de concurso público para suprir essa necessidade.

Proposta 294: Boa parte das localidades atendidas pela Copanor, ainda não conta com coleta e tratamento de esgoto sanitário, prejudicando não só a população em si, como todo o ecossistema da região, em especial os rios Jequitinhonha e Mucuri, que recebem o despejo de esgotos sem tratamento, prejudicando toda a população por extensão.

– À Comissão de Participação Popular.

### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 197/2022

Encaminha Sugestão de alteração do Programa 46 – Políticas de Direitos Humanos, do projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício de 2023.

Proponentes: Danilo Marinho Lamêgo Borges (Câmara Municipal de Araçuaí), José Ribeiro (Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais), Mariana Fernandes Costa (Casa de Referência da Mulher Tina Martins), Pedrina Gomes Olegario Leite (Casa de Referência da Mulher Tina Martins), Luan Gomide de Sousa Cândido (Coletivos Desinterna Minas Gerais e Desencarcera MG), Izabela de Faria Miranda (Indômitas Coletiva Feminista), Glaucia Jaci de Souza (Grupo de mulheres Criação e Solidariedade), João Raphael de Santana (Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados), Camila Álvares dos Reis (Centro Estadual de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores), Henrique Galhano Balieiro (Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados), Maria Aparecida da Silva, José Milton Oliveira Reis (Prefeitura Municipal de Salinas), Amâncio Oliva Neto, Solange Aparecida de Araújo (União Futebol Clube), Lillian Menezes de Almeida (Instituto Ser Feliz), João Victor Araújo dos Santos (Associação Buritis de Esporte e Cultura), Allan Willian Lima Monteadó Filho, Joana Alves Louback (Aprender Produzir Juntos).

Proposta 47: Na ação 4034, alocar R\$400 mil para aquisição de equipamentos (inclusive veículo) na região intermediária de Teófilo Otoni no Conselho Tutelar do Município de Araçuaí.

Proposta 48: Ação: 4110 – Projetos Especiais de Promoção e Proteção de Crianças e Adolescentes

Acréscimo de recursos na Meta Financeira: R\$400.000,00 (300.000,00 Região Estadual + 100.000,00 R.I. Belo Horizonte) para realização de ações educativas sobre a violência sexual e o trabalho infantil para crianças e adolescentes, como o desenvolvimento de atividades lúdicas nas regiões com o maior índice de violência sexual, nos moldes do Projeto Minas Agindo em Rede.

Proposta 63: Ação Nova: Operacionalização do Centro Estadual de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis – CEDDH

Unidade responsável: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social

Finalidade: Proteção e Promoção dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis

Produto: Centro implantado

Valor: R\$450.000,00

Abrangência: Belo Horizonte, Betim, Contagem, Teófilo Otoni, Juiz de Fora, São João del-Rei, Uberlândia, Governador Valadares, Divinópolis, Montes Claros e Passos. Municípios que concentram pessoas em situação de rua.

Público-alvo: Pessoas em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis.

Proposta 195: Instituir caravanas educativas de promoção da igualdade de gênero nas comunidades da zona rural do estado, através da rede de serviços e equipamentos de proteção as mulheres, com participação da sociedade civil local e estadual.

Proposta 200: Implementar o curso de promotoras e promotores populares no estado

Proposta 325:

Sugestão 1:

Aprimorar a capacidade estrutural e humana de atendimento da Casa de Referência da Mulher Tina Martins, visando a proteção de mulheres vítimas de violência doméstica e gênero.

Produto: pessoa protegida/atendida

Unidade de medida: pessoa

público-alvo: mulheres vítimas de violência

Meta: atendimento de mulheres

Regionalização: estadual

2023 – meta física: 1.000 – meta financeira: R\$300.000,00

2024 – meta física: 1.000 – meta financeira: R\$300.000,00

2025 – meta física: 1.000 – meta financeira: R\$300.000,00

2026 – meta física: 1.000 – meta financeira: R\$300.000,00

Sugestão 2:

Realizar caravanas educativas de promoção da igualdade de gênero com mulheres e meninas da zona rural do Estado, por meio dos serviços e equipamentos de proteção às mulheres e meninas, com participação da sociedade civil no âmbito das regiões Zona da Mata, Norte de Minas, Vale do Mucuri, Sul e Jequitinhonha.

Público-alvo: mulheres e meninas da zona rural

Meta física: 300 mulheres e meninas

Meta financeira: R\$300.000,00 divididos entre as regiões.

Realizar caravanas educativas de promoção da igualdade de gênero com mulheres e meninas da zona rural do Estado, por meio dos serviços e equipamentos de proteção às mulheres e meninas, com participação da sociedade civil no âmbito das regiões Zona da Mata, Norte de Minas, Vale do Mucuri, Sul e Jequitinhonha.

Proposta 327: Moção das Comunidades Tradicionais

Nós, representantes do Quilombo de Palmeirinha, no Município de Pedras de Maria da Cruz; Brejos dos Crioulos, no Município de Varzelândia; Grotinha, no Município de Januária; e do Movimento de Economia Solidária do Vale do Mucuri, vimos, por meio desta, ressaltar a falta de atendimento específico voltado aos territórios acima citados pelas ações do Idene e das políticas públicas do Governo do Estado presente nas cidades do interior, porém deixando excluídas as comunidades quilombolas em questão.

Ressaltamos também o abandono dos atores do Governo do Estado aos conselhos de direitos locais como o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMRDS –, fundamentais para as ações da agricultura familiar e articulação dos atores municipais junto às políticas públicas de desenvolvimento regionais, economia solidária, trabalho, emprego e renda e direitos humanos.

Reconhecemos a importância do Idene para o desenvolvimento regional, como também entendemos ser fundamental uma política pública para as comunidades tradicionais sobre a gestão do Idene e da Sedese.

Proposta 328:

Sugestão 1:

Destinação do valor de R\$700.000,00 para continuidade do projeto do CEDDH Pop Rua, com sua ampliação por meio da contratação de outros profissionais

OU

destinação do valor de R\$500.000,00 para a continuidade do projeto do CEDDH Pop Rua.

Sugestão 2:

Retomada do programa de defensores populares para aumentar a incidência dos direitos humanos por meio de mobilizadores populares.

Sugestão 3:

Realização de um seminário sobre direitos humanos voltado para a população em situação de rua.

Sugestão 4:

Acréscimo do valor de R\$600.000,00 no âmbito da Ação 4116 para a execução de projetos e iniciativas de promoção e proteção da dignidade e dos direitos da população migrante e refugiada em situação de vulnerabilidade no Estado de Minas Gerais. (acréscimo deste valor na meta financeira). Acréscimo de 1 na meta física.

Detalhamento da Ação:

- oferta de serviços de proteção documental e orientação jurídica para migrantes e refugiados na RMBH;
- oferta de cursos de português e de qualificação profissional para migrantes e refugiados na RMBH;
- oferta de atendimento psicossocial a migrantes e refugiados na RMBH;
- promoção da integração socioeconômica e de ações de enfrentamento ao racismo e à xenofobia na RMBH;
- orientação e acompanhamento para inserção de migrantes e refugiados no mercado de trabalho formal.

Sugestão 5:

Formação de servidores estaduais e municipais e sociedade civil sobre os direitos e as políticas públicas relacionadas às populações mais vulnerabilizadas, como público LGBTQIAP+, mulheres, juventudes, população em sofrimento mental e pessoas em conflito com a lei, com o objetivo de estreitar a comunicação entre o Estado e a população sobre essas questões, enfrentar as violações e garantir o acesso aos direitos e aos bens públicos, promover o devido acolhimento e encaminhamento aos serviços e equipamentos destinados ao atendimento.

Meta financeira: R\$500.000,00, sem projeção de meta física a princípio.

Sugestão 6:

Criação ou fomento de projetos voltados para o acesso ao trabalho, emprego e renda, à saúde, à educação e à moradia pelas populações mais vulnerabilizadas, como o público LGBTQIAP+, mulheres, juventudes, população em sofrimento mental e pessoas em conflito com a lei, para que consigam organizar suas vidas, em reparação às violações e à omissão de direitos, pela organização e estabilidade biopsicossocial das vítimas.

Meta financeira: R\$500.000,00, sem projeção de meta física, a princípio.

Sala de Reuniões, 16 de novembro de 2022.

Iniciativa Popular

**Justificação:** Proposta 47: Diante a complexidade dos trabalhos desempenhado pelo Conselho Tutelar de Araçuaí e devido à especificidade topográfica e territorial do município em questão, o qual dificulta o acesso e assim consequentemente no desenvolvimento dos trabalhos do conselho, existe uma urgência da aquisição de um veículo 4x4.

Proposta 48: Criado pela Rede Estadual de Proteção das Crianças e adolescentes, o Projeto Minas Agindo em Rede é uma importante ferramenta de combate a violência sexual contra crianças e adolescentes no Vale Jequitinhonha. Apresentação desta emenda tem como objetivo dar seguimento ao projeto que já está em execução pela instituição Papa João XXIII (Casa da Juventude) e estender a outros municípios além dos de hoje já atendidos (Itaobim, Padre Paraíso, Chapada do Norte, Medina e Jequitinhonha).

Proposta 63: “Grupo populacional heterogêneo, caracterizado por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade dos vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular. São pessoas compelidas a habitar logradouros públicos (ruas, praças, cemitérios, etc.), áreas degradadas (galpões e prédios abandonados, ruínas, etc.) e, ocasionalmente, utilizar abrigos e albergues para pernoitar.” Definição apresentada pela Política Nacional da População em Situação de Rua instituída pelo decreto nº 7053 de 23 de dezembro de 2009.

Considerando o exposto em termos de definição, está em questão um grupo populacional que demanda variadas formas de atuação que funcionem de maneira integrada com processos metodológicos pautados na garantia de direitos e protagonismo das pessoas em situação de rua.

Na perspectiva de garantir o direito a ter direitos o Centro Estadual de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis – CEDDH é previsto no inciso sétimo do artigo quinto da Lei nº 20.846, de 6 de agosto de 2013, como um dispositivo de articulação intersetorial.

O CEDDH tem como diretrizes: i) Centralidade na defesa e promoção dos direitos humanos; ii) Protagonismo da população em situação de rua e catadores de material reciclável; iii) Políticas públicas e intersetoriais e iv) Fomento e ações coletivas. A partir das diretrizes colocadas, o trabalho do centro de defesa se mostra fundamental para a articulação de políticas públicas em âmbito estadual, considerando a dimensão territorial de Minas Gerais e das variadas formas de violação de direitos.

O financiamento do CEDDH demanda que o equipamento seja incorporado no orçamento público, cumprindo as previsões legais da política estadual da população em situação de rua e efetivando um espaço capaz de aglutinar saberes para a complexa situação da vulnerabilidade. Ao longo dos últimos anos o funcionamento do centro tem acontecido de maneira inter

Proposta 195: Tem por finalidade levar informações, criar espaços de reflexão e formação junto população da zona rural, sendo mais um mecanismo de participação da sociedade civil e governo no enfrentamento da cultura do machismo. Também possibilitar ampliação de rede de proteção nas regiões do estado, reduzir o número de violência doméstica, construir processos educativos para a superação da desigualdade de gênero, diminuir a vulnerabilidade social, assegurar acesso aos direitos.

Proposta 200: A luz da experiência desta ação em outras localidades do país, servindo como um meio de inclusão no sistema de justiça e políticas públicas, garantir a participação social, qualificar o acesso da população rural. Abrir espaço para comprometimento da população na superação das desigualdades. Comprometimento do Estado na formação e capacitação cidadã.

Proposta 325: Sugestão 1:

Sabe-se que a violência contra a mulher alcança índices alarmantes no país, ferindo os direitos à dignidade humana, à vida e à integridade física dessas cidadãs. Segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgados no ano de 2021, foram registrados 154 casos de feminicídio em todo o estado mineiro, colocando Minas Gerais no triste ranking do estado que mais matou mulheres. E como apontado por essa e outras pesquisas, tal violência é cometida em sua maioria por familiares e/ou companheiros dessas vítimas, demonstrando que o lar se torna, nesses contextos, um espaço de risco. O que demonstra a urgente necessidade de estratégias que promovam o abrigo dessas vítimas. Entretanto, embora os dados da violência sejam alarmantes e a demanda por abrigo crescente, de acordo com o Plano Estadual de Políticas para mulheres no Estado de Minas Gerais, esse serviço ainda é muito insignificante; existem apenas cinco casas-abrigo para o atendimento de 853 municípios mineiros, um número muito tímido que não contempla a alta demanda das vítimas que desejam e precisam sair de seus lares para se protegerem dessa violência. No Município de Belo Horizonte, por exemplo, até a criação da Casa de Referência Tina Martins, em 2016, só havia uma única casa

abrigo, com capacidade para atender 13 mulheres. Assim, diante de uma demanda por casas-abrigo, ainda muito pouco contemplada, além dos elevados índices de violência contra a mulher, a Casa Tina Martins – criada e gerida a partir do movimento de mulheres Olga Benário, que ocupou um prédio desabitado sem cumprir nenhum tipo de função social, reivindicando aquele espaço para a formação de mais uma casa abrigo – cumpre um relevante papel de acolhimento dessas vítimas. Considerando que os serviços da Ação 4316 têm por objeto o desenvolvimento de atividades de acolhimento e acompanhamento de mulheres em situação de violência na Região Metropolitana de Belo Horizonte, entendemos de suma importância a manutenção e a viabilização da continuidade dos serviços da Casa Tina Martins.

#### Sugestão 2:

Importante ressaltar que o Estado de Minas Gerais apresenta uma ampla diversidade e extensão territorial. As realidades vividas apontam a necessidade de investir em processos formativos que contribuam com as mulheres e meninas na superação das violências. A proposta tem por finalidade informar, criar espaços de reflexão e formação com essas mulheres e meninas, fomentando e encorajando o rompimento dos ciclos de violência; criar possibilidades de aplicar a rede de proteção; reduzir o número de violência doméstica no meio rural; criar condições de acesso às políticas públicas, buscar envolvimento da comunidade e fortalecimento da rede de proteção, canais para a autonomia das mulheres. Ressalta-se as dificuldades de acesso e deslocamento das mulheres de suas casas até o centro urbano, onde estão localizados os serviços. Muitas regiões não dispõem de transporte público, em outras as mulheres precisam utilizar ônibus do transporte escolar. A má qualidade das estradas e a falta delas são fatos que dificultam o acesso da população rural e em especial das mulheres. É fundamental a articulação entre Estado e a sociedade civil.

#### Proposta 328: Sugestão 1:

Atuo no Centro Estadual de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis. Este é um instrumento da Política Nacional da População de Rua e que atualmente funciona por emenda parlamentar, com duração de um ano. Nossa principal questão em relação a isso é devido ao fato da emenda terminar e demorarmos para captar recursos para o próximo projeto, o que dificulta a continuidade das ações. Utilizamos atualmente o sistema Sima do Ser-DH para registrar violações de direitos humanos, mas a equipe atual é reduzida para a demanda que temos em Belo Horizonte e Minas Gerais. O Centro de Defesa é estadual, mas cobrimos basicamente Belo Horizonte, por nossa capacidade de pessoal. Nesse sentido, destacamos a importância da continuidade do Centro de Defesa Pop Rua, que tem previsão para finalização em abril de 2023, e da sua ampliação com maior número de profissionais atuando. Atualmente temos uma assessoria de pesquisa, uma agente social responsável pela mobilização da população de rua e uma coordenação. Ressaltamos a importância de uma assessoria jurídica, uma assistente social, uma psicóloga e mais um agente social para atuar em campo, além de uma assessoria de comunicação para ampliar o conhecimento das ações. Estamos vinculados ao Programa 046 – Políticas de Direitos Humanos, unidade orçamentária 1481 (Sedese).

#### Sugestão 2:

Consideramos isso como algo importante, por trabalharmos com uma população carente de informação e que não tem tanto conhecimento sobre seus direitos. Nosso trabalho passa também, portanto, pela promoção do saber sobre os direitos e essa retomada do curso dos defensores capacita maior número de agentes atuando sobre essa possibilidade.

#### Sugestão 4:

Deslocamentos populacionais pelos espaços geográficos, temporários ou permanentes, são feitos desde o início da humanidade, garantindo inclusive nossa sobrevivência. Podemos destacar alguns fatores relevantes para o aumento do fenômeno migratório contemporâneo: por consequência de conflitos armados, violência étnica ou política, ditadura militar, pobreza extrema, causas ambientais e mudanças climáticas. Sendo que as guerras e as tensões entre as nações são as principais fontes de deslocamento forçado, como podemos observar na atual guerra da Ucrânia. Inúmeros são os desafios encontrados por essa população nesse novo local de acolhida. Atualmente, no Estado de Minas Gerais, temos registrados 65.911 imigrantes no Sistema de Registro Nacional

Migratório (Sismigra) e Sistema Nacional de Cadastramento de Registro de Estrangeiros (Sincere), sendo que metade dessa população reside na RMBH. Alguns exemplos de ODS conectados às vulnerabilidades vividas pelos migrantes, como o ODS 8, focado em promover o crescimento econômico, inclusivo e sustentável; o ODS 10.7, diretamente ligado com o próprio pacto global da migração e preocupado em facilitar a migração e a mobilidade das pessoas de maneira ordenada, segura, regular e responsável; e o ODS 17.18, preocupado com a produção de dados para operar a implementação para o desenvolvimento sustentável. Tendo em vista a tramitação do Projeto de Lei nº 3.200/2021 e do Plano Estadual para Refugiados, Migrantes, Apátridas e Retornados de Minas Gerais.

Sugestões 5 e 6:

A Assessoria Popular Maria Felipa, dentre outras organizações da sociedade civil integrantes da Frente Estadual pelo Desencarceramento – Desencarcera MG –, atua com rede interdisciplinar para reparação de vítimas de violações de direitos humanos, em especial mulheres, juventudes, pessoas vulnerabilizadas, pessoas em conflito com a lei, público LGBTQIAP+, usuários dos serviços de saúde mental. As pessoas privadas de liberdade, egressas do sistema prisional, majoritariamente pretas e pobres, as mulheres vítimas de restrições, omissões e violações de direitos, as pessoas LGBTQIAP+, as pessoas que têm conflito com a lei ou sofrimentos de saúde mental têm dificuldades de encontrar trabalho e estabilidade financeira, por discriminação de gênero, etnicorracial, LGBTfobia, medo e preconceitos, ficam à margem de direitos. Não conseguem se organizar e quando alcançam instituições e serviços sofrem mais violações porque a categoria de servidores precisa dialogar com o público-alvo e a sociedade para combater violações, além de fomentar e criar reparação com projetos de formação, acolhimento e encaminhamentos.

– À Comissão de Participação Popular.

#### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 198/2022

Encaminha Sugestão de alteração do Programa 24 – Apoio ao Desenvolvimento Municipal, à Captação e à Coordenação da Transferência de Recursos, do projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício de 2023.

Proponentes: Danilo Marinho Lamêgo Borges (Câmara Municipal de Araçuaí), Maria Aparecida da Silva, Hailton Dias de Moura (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), Emanuelle Bambirra Cabral Gomes, Junior José da Silva (Movimento Nacional pelo Direitos ao Transporte Público de Qualidade), Rogério Dias dos Santos Junior.

Proposta 49: Na ação 4185, alocar R\$400 mil para aquisição de materiais e construção/manutenção de passarelas na Região Intermediária de Teófilo Otoni, sobre o rio Gravatá no município de Araçuaí. A execução deverá ser feita pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável de Araçuaí-MG.

Proposta 218: Ação 2007 – Construção e preservação de estradas no meio rural.

Proposta 332: Ação 2007 – Melhoria da infraestrutura urbana em comunidades que se encontram em situação de maior vulnerabilidade, com vistas a ampliar a mobilidade e o acesso a equipamentos públicos.

Proposta 366: Ação 2007 – Pavimentação de vias de ligação entre os distritos e a sede dos municípios de Funilândia, Baldim, Capim Branco, Matosinhos, Sete Lagoas e Ribeirão das Neves.

Sala de Reuniões, 16 de novembro de 2022.

Iniciativa Popular

**Justificação:** Proposta 49: Com a cheia do rio Gravatá devido ao intenso período chuvoso no final de 2021 e início de 2022, diversas passarelas foram destruídas sobre o rio Gravatá no município de Araçuaí-MG. Essa situação tem impactado

diversas famílias da região no seu direito de ir e vim, além na dificuldade em acessar os serviços públicos e no escoamento da produção agropecuário local. Com o valor mencionado na contribuição estima-se a construção/manutenção de 8 passarelas com 90 metros de extensão em média.

Proposta 218: assegurar o acesso a políticas de infraestrutura para os povos do campo, possibilitando, a locomoção das pessoas e o escoamento da produção, ampliar acessos as políticas públicas, possibilitando a chegada, dos agentes de seguranças, saúde e todos os outros.

Proposta 332: Várias comunidades enfrentam situações como ruas estreitas, falta de equipamentos urbanos, etc, o que acarreta em problemas para seus moradores.

Proposta 366: Melhoria da infraestrutura de transporte para os moradores do município.

– À Comissão de Participação Popular.

### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 199/2022

Encaminha Sugestão de alteração do Programa 88 – Minas Sem Fome, do projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício de 2023.

Proponentes: Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Itaobim (Associação Comercial, Industrial e Agropecuária), Claudia Lucia Silveira (Instituto de Incentivo a Extração de Alimentos e Estimulo Ambiental), Maria Aparecida da Silva, Associação do Coletivo de Mulheres Organizadas do Norte de Minas (Associação do Coletivo de Mulheres do Norte de Minas).

Proposta 52:

Aquisição de um veículo Fiat Strada Endurance Cabine Plus 2022

Meta financeira: acréscimo de R\$90.990,00

Proposta 208: Ação 1011 – Doação de veículo popular com caçamba para transporte de produção de associação do pequeno produtor rural.

Proposta 209:

Doação de Kits com computador, impressora, mesas e cadeiras para associação

Proposta 211: Ação 1011

Ampliar e melhorar a cobertura de rede de telefonia, energia elétrica internet e acesso a tecnologias de informação e comunicação. Ampliar cobertura dos serviços dos correios, buscando uma melhor logística na entrega de correspondências no meio rural.

Proposta 221:

Doação de veículo popular para locomoção de agricultores familiares

Proposta 223:

Doação de Kits com computador, impressora, mesas e cadeiras para associação

Proposta 225: Ação 1011

Doação de insumos para agricultura familiar, (carretas, grades aradoras, colheitadeira)

Proposta 226:

Doação de kits com computador, impressora, mesas e cadeiras para associação

Proposta 228: Ação 1011

Doação de veículo popular para locomoção de agricultores familiares

Proposta 229: Ação 1011

Doação de *kits* com computador, impressora, mesas e cadeiras para associação

Proposta 232: Ação 1011

Doação de veículo popular para locomoção de agricultores familiares

Proposta 233:

Doação de *Kits* com computador, impressora, mesas e cadeiras para associação

Proposta 236:

Doação de veículo popular para locomoção de agricultores familiares e para a cadeia produtiva

Proposta 237:

Doação de *kits* com computador, impressora, mesas e cadeiras para associação

Proposta 240:

Doação de veículo popular para locomoção de agricultores familiares

Proposta 241:

Doação de *kits* com computador, impressora, mesas e cadeiras para associação

Proposta 243:

Doação de veículo popular para locomoção de agricultores familiares

Proposta 247:

Doação de *kits* com computador, impressora, mesas e cadeiras para associação

Proposta 254:

Doação de *kits* com computador, impressora, mesas e cadeiras para associação

Doação de barracas de feira e caixas de transporte de produção

Proposta 263:

Fomentar 300 quintais produtivos no valor de cinco mil reais cada quintal, para beneficiar mulheres trabalhadoras rurais no norte de Minas.

E tem como objetivo garantir alimentação saudável para as famílias beneficiárias com os princípios da agroecologia, possibilitar o aumento da produtividade das unidades de produção das famílias rurais atendidas e garantir as agricultoras condições para uma vida digna. De certa forma a garantia da soberania alimentar é o foco principal dos quintais, provendo alimentos para seu dia a dia e apresentando que seus conhecimentos são fonte de princípios de sustentabilidade para seu ambiente, dando visibilidade à organização e a produção das mulheres norte mineiras.

Sala de Reuniões, 16 de novembro de 2022.

Iniciativa Popular

**Justificação:** Proposta 52: Tem como objetivo melhorar a qualidade de vida dos moradores rurais através de incentivos com ações de educação financeira, geração e difusão de tecnologia e assistência Técnica qualificada, estimulando o cooperativismo. Promovendo dias de campo nas diversas comunidades rurais, no que tange à agricultura familiar, construções de barragens subterrâneas e fossas biodigestoras, portanto necessitamos desse meio de transporte para promover o desenvolvimento

local, com vista a redução das desigualdades sociais, reduzir a vulnerabilidade social promovendo acesso à agricultura familiar e a trajetória para a sua autonomia, com isso erradicação da pobreza em Itaobim MG situada no Vale do Jequitinhonha.

Proposta 208: A região norte mineira tem na base de sua economia a agricultura familiar de subsistência, com negociação da produção excedente, as comunidades rurais estão distantes dos grandes centros o que dificulta o transporte dos produtos para o mercado local, bem como para compra e aquisição de insumos e equipamento. A solução encontrada é a organização em forma de associações comunitárias para ações mutuas e coletivas, a aquisição de um veículo para transporte de produção vai agregar valor ao produto, visto que será transportado a tempo e formas adequadas, contribuindo com a melhoria na geração de renda da comunidade.

Proposta 209: As comunidades rurais estão distantes dos grandes centros, o acesso à informação é necessário para inclusão social e econômica, equipar as associações com tecnologia de informação é primordial para o desenvolvimento econômico das comunidades rurais.

Proposta 211: universalizar o acesso a políticas de infraestrutura para população do campo, possibilitando acesso as tecnologias, melhorando a condição de vida no campo.

Proposta 221: As comunidades rurais da região localizam-se distantes dos grandes centros, dificultando o acesso aos bens e serviços públicos, em sua maioria são formadas por pequenos agricultores familiares, sem recursos suficientes para aquisição de veículo que possa suprir suas necessidades e urgências de transportes.

A aquisição de um veículo popular poderá proporcionar a locomoção dos moradores da comunidade para a sede do município em busca de atendimentos públicos diversos, promovendo a interação entre campo e cidade, a inclusão social e o fortalecimento dos vínculos comunitários

Proposta 223: As comunidades rurais estão distantes dos grandes centros, o acesso à informação é necessário para inclusão social e econômica, equipar as associações com tecnologia de informação é primordial para o desenvolvimento econômico das comunidades rurais.

Proposta 225: O Centro Comunitário de Rebentão atende as diversas demandas de seus associados, desenvolvem atividades e cooperação mutua, fazendo assim com que a cadeia produtiva promova a garantia de renda e trabalho para todos, atuando inclusive no fortalecimento dos vínculos comunitários. Porém, esta organização enfrenta vulnerabilidade financeira, por se localizar em região de vulnerável economicamente, a doação de insumos e equipamentos fortalecerá a economia local.

Proposta 226: As comunidades rurais estão distantes dos grandes centros, o acesso à informação é necessário para inclusão social e econômica, equipar as associações com tecnologia de informação é primordial para o desenvolvimento econômico das comunidades rurais.

Proposta 228: As comunidades rurais da região localizam-se distantes dos grandes centros, dificultando o acesso aos bens e serviços públicos, em sua maioria são formadas por pequenos agricultores familiares, sem recursos suficientes para aquisição de veículo que possa suprir suas necessidades e urgências de transportes.

A aquisição de um veículo popular poderá proporcionar a locomoção dos moradores da comunidade para a sede do município em busca de atendimentos públicos diversos, promovendo a interação entre campo e cidade, a inclusão social e o fortalecimento dos vínculos comunitários

Proposta 229: As comunidades rurais estão distantes dos grandes centros, o acesso à informação é necessário para inclusão social e econômica, equipar as associações com tecnologia de informação é primordial para o desenvolvimento econômico das comunidades rurais.

Proposta 232: As comunidades rurais da região localizam-se distantes dos grandes centros, dificultando o acesso aos bens e serviços públicos, em sua maioria são formadas por pequenos agricultores familiares, sem recursos suficientes para aquisição de veículo que possa suprir suas necessidades e urgências de transportes.

A aquisição de um veículo popular poderá proporcionar a locomoção dos moradores da comunidade para a sede do município em busca de atendimentos públicos diversos, promovendo a interação entre campo e cidade, a inclusão social e o fortalecimento dos vínculos comunitários

Proposta 233: As comunidades rurais estão distantes dos grandes centros, o acesso à informação é necessário para inclusão social e econômica, equipar as associações com tecnologia de informação é primordial para o desenvolvimento econômico das comunidades rurais.

Proposta 236: A associação quilombola promove geração de trabalho e renda de forma sustentável com a produção e beneficiamento do algodão orgânico e a confecção de moda artesanal.

As comunidades rurais da região localizam-se distantes dos grandes centros, dificultando o acesso aos bens e serviços públicos, em sua maioria são formadas por pequenos agricultores familiares, sem recursos suficientes para aquisição de veículo que possa suprir suas necessidades e urgências de transportes..

A aquisição de um veículo popular poderá proporcionar a locomoção dos moradores da comunidade para a sede do município em busca de atendimentos públicos diversos, promovendo a interação entre campo e cidade, a inclusão social e o fortalecimento dos vínculos comunitários

Proposta 237: As comunidades rurais estão distantes dos grandes centros, o acesso à informação é necessário para inclusão social e econômica, equipar as associações com tecnologia de informação é primordial para o desenvolvimento econômico das comunidades rurais.

A associação quilombola promove geração de trabalho e renda de forma sustentável com a produção e beneficiamento do algodão orgânico e a confecção de moda artesanal.

Proposta 240: As comunidades rurais da região localizam-se distantes dos grandes centros, dificultando o acesso aos bens e serviços públicos, em sua maioria são formadas por pequenos agricultores familiares, sem recursos suficientes para aquisição de veículo que possa suprir suas necessidades e urgências de transportes.

A aquisição de um veículo popular poderá proporcionar a locomoção dos moradores da comunidade para a sede do município em busca de atendimentos públicos diversos, promovendo a interação entre campo e cidade, a inclusão social e o fortalecimento dos vínculos comunitários

Proposta 241: As comunidades rurais estão distantes dos grandes centros, o acesso à informação é necessário para inclusão social e econômica, equipar as associações com tecnologia de informação é primordial para o desenvolvimento econômico das comunidades rurais.

Proposta 243: As comunidades rurais da região localizam-se distantes dos grandes centros, dificultando o acesso aos bens e serviços públicos, em sua maioria são formadas por pequenos agricultores familiares, sem recursos suficientes para aquisição de veículo que possa suprir suas necessidades e urgências de transportes.

A aquisição de um veículo popular poderá proporcionar a locomoção dos moradores da comunidade para a sede do município em busca de atendimentos públicos diversos, promovendo a interação entre campo e cidade, a inclusão social e o fortalecimento dos vínculos comunitários

Proposta 247: As comunidades rurais estão distantes dos grandes centros, o acesso à informação é necessário para inclusão social e econômica, equipar as associações com tecnologia de informação é primordial para o desenvolvimento econômico das comunidades rurais.

Proposta 254: A Associação de Artistas e Artesão de Monte Azul promove a organização cultural, promoção de feiras e exposição, bem como a divulgação da cultura, agregando valor turístico.

O acesso à tecnologia de computadores, especialmente para organização interna e mobilização de mídias sociais é fundamental para o desenvolvimento da arte e artesanato.

Caixas e barracas de feira irão proporcionar maiores possibilidades de exposição da produção artesanal em feiras culturais da região.

Proposta 263: A escassez de água no semiárido mineiro exige cada vez mais a resiliência das comunidades e a procura de tecnologias de baixo custo e consumo mínimo das fontes existentes. Os quintais produtivos são tecnologias sociais simples, de baixo custo e adaptada à região semiárida norte mineira, pois diminuem consideravelmente o uso da água durante todo o tempo de produção.

Nesse sentido é fundamental apoiar a produção agroecológica das mulheres no norte de Minas, dando a elas condições de geração de trabalho e renda, proporcionando melhor qualidade de vida e segurança alimentar, buscando potencializar o desenvolvimento sustentável, ampliando o conhecimento agroecológico e promover a solidariedade entre as comunidades rurais, para a melhoria da produção e da qualidade de vida.

– À Comissão de Participação Popular.

#### **PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 200/2022**

Encaminha Sugestão de alteração do Programa 139 – Gestão Integrada de Segurança Pública, do projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício de 2023.

Proponentes: Selmara Mamede Simões Ferreira (Fórum Permanente do Sistema de Atendimento Socioeducativo de Belo Horizonte), Leila Maria Corrêa de Sá e Benevides (Ministério Público de Minas Gerais), Claudia Valéria Fonseca Andrade (23ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude Infracional), Luzana Assis Moreira (Sindicato dos Servidores Públicos do Sistema Socioeducativo do Estado de Minas Gerais), José Odon de Alencar Filho (Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública), Luan Gomide de Sousa Cândido (Coletivos Desinterna Minas Gerais e Desencarcera MG), Ana Clara Martins Albuquerque (Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente), Matheus Henrique Barroso Cunha (Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados), Carlos Henrique de Souza da Silva (Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados), Amanda Carneiro Carvalho, Fábio César Araújo Costa, Jéssica Marina Diniz Borges, Lucas Eduardo de Melo Santos, João Humberto Zago (Jh9.Org).

Proposta 54: Inclusão de Ação Específica para a implantação de Escola da Socioeducação, para formação de servidores que atuam no Sistema Socioeducativo.

Contribuição: Programa: 139 – Gestão Integrada de Segurança Pública. Inclusão, dentro deste programa, de ação específica para a implantação de Escola da Socioeducação, voltada para a formação continuada dos servidores que atuam no sistema socioeducativo. Importante considerar a especificidade da política socioeducativa e a necessidade, portanto, de que a formação dos servidores que atuam nela, seja distinta da formação dos servidores da segurança pública em geral. Por esta razão, não é suficiente

tratar dentro da ação “AÇÃO 4415 – Recrutamento, Seleção, Formação, Capacitação e Treinamento dos Profissionais do Sistema de Justiça e Segurança Pública” a formação continuada de servidores do sistema socioeducativo.

Proposta 417: Ação 4415 – Inclusão de ação específica para implantação de Escola da Socioeducação, voltada para a formação continuada dos servidores que atuam no sistema socioeducativo. Alocação de recursos para a nova ação no valor de R\$500.000,00.

Proposta 420: Ação 4412 – Incluir a temática da Masculinidade e Políticas de Masculinidades na formação e/ou capacitação dos agentes de segurança socioeducativa e dos policiais penais, além dos demais trabalhadores e trabalhadoras da Sejusp como um todo.

Proposta 435: Ação 4412 – Criação do Centro de Referência de Segurança Pública da Comarca de Belo Horizonte para a modernização e prevenção da segurança pública com conselhos municipais, conselhos profissionais, sociedade civil, universidades e estudantes para ações e prevenção da violência, ações protetivas e proativas para a proteção e promoção do homem e do meio ambiente. São oito eixos: 1) Projeto Não à Violência, para o atendimento às pessoas condenadas pelas práticas de violência doméstica ou intrafamiliar e seus familiares. 2) Trânsito Livre, que se propõe ao atendimento de pessoas processadas em razão de multas de trânsito. 3) Projeto de Vida, para o atendimento de pessoas processadas pelo uso de drogas e dependência química e suas famílias. 4) Rede Segura, que contemplem ações destinadas a assessoria às entidades conveniadas com o Sefips para monitorar e fiscalizar beneficiários em cumprimento de prestação de serviços à comunidade – PSC – em diferentes pontos de Belo Horizonte. 5) Projeto Pagar de Boa, destinado ao atendimento de pessoas em situação de penas alternativas e/ou ressocialização de apenados em meio aberto e ações de apoio às famílias. 6) Inovação Segura, para o desenvolvimento de ações para o aprimoramento tecnológico da segurança pública, a prevenção e o combate à criminalidade em Belo Horizonte. 7) Projeto Dignidade e Cidadania, para o desenvolvimento de ações que atendam as entidades que mantenham cumpridores de serviços à comunidade. 8) Projeto Lar, com ações de melhoria da estrutura física das comunidades prisionais de Belo Horizonte.

Valor da ação = R\$500.000,00.

No primeiro ano iremos realizar o diagnóstico do território para nortear as políticas de segurança pública, para aprimorar os processos de integração da segurança pública e defesa social, a partir de dados de inteligência, visando a melhoria dos resultados para enfrentamento da criminalidade e mitigação dos problemas complexos de segurança pública, portanto, sugerimos o acréscimo na ação 4412 de meta física na Região Estadual e meta financeira de R\$500.000,00 para a realização do referido diagnóstico.

Sala de Reuniões, 16 de novembro de 2022.

Iniciativa Popular

**Justificação:** Proposta 54: A política Socioeducativa demanda formação continuada de seus servidores devido a sua singularidade. A qualificação dos que atuam junto a crianças e adolescentes mostra-se fundamental para garantir os direitos dos adolescentes dispostos no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e nas legislações afins, bem como para assegurar uma política alinhada aos direitos humanos.

Atualmente, a formação do sistema socioeducativo do estado foca apenas no ingresso dos servidores e ocorre de maneira incipiente. Não obstante, ela é regida pela ação “Ação 4415 – Recrutamento, Seleção, Formação, Capacitação e Treinamento dos Profissionais do Sistema de Justiça e Segurança Pública” que cuida, primeiramente, da formação e capacitação de servidores da segurança pública.

Contudo, entende-se que, esta organização orçamentária prejudica a ação de formação no sistema socioeducativo, isto pois, coloca, no mesmo íterim, formação para públicos que são e assim deveriam ser reconhecidos, completamente distintos. Ademais, a mensuração da meta física e financeira resta prejudicada, tornando pouco transparente o quanto de cada é direcionado ao sistema socioeducativo. Por fim, importante destacar que devido a fase de desenvolvimento psicossocial do público-alvo atendido, ou seja,

adolescentes, a formação dos profissionais exige pedagogia, temáticas e conteúdos específicos de modo a abarcar a singularidade do serviço, não sendo razoável que a estrutura, material ou equipe docente seja, desta forma, compartilhada com o sistema de segurança.

Proposta 417: A política socioeducativa demanda formação continuada de seus servidores devido à sua singularidade. A qualificação dos que atuam junto a crianças e adolescentes mostra-se fundamental para garantir os direitos dos adolescentes dispostos no ECA e nas legislações afins, bem como para assegurar uma política alinhada aos direitos humanos. Atualmente, a formação do sistema socioeducativo do Estado foca apenas no ingresso dos servidores e ocorre de maneira incipiente. Não obstante, é regida pela Ação 4415, voltada para todos os servidores da segurança pública. Contudo, entende-se que esta organização orçamentária prejudica a formação no sistema socioeducativo, isto, pois, coloca, no mesmo íterim, formação para públicos distintos. Ademais, a mensuração da meta física e financeira resta prejudicada, tornando pouco transparente o quanto é direcionado ao socioeducativo. Por fim, destacamos que, devido à fase de desenvolvimento psicossocial do adolescente, a formação dos profissionais exige pedagogia, temáticas e conteúdos específicos, com estrutura e equipe docente específica que proporcione a oferta continuada de formação à comunidade socioeducativa.

Proposta 420: Quando o tema é segurança pública, é notório que falamos quase unanimemente de um público masculino. Homens são mais de 90% das pessoas assassinadas, presas ou cumprindo medida socioeducativa no Brasil. Além disso, são homens principalmente os policiais (civis, militares e penais), agentes socioeducativos, exército. Mas o que se observa é que não há uma sensibilização dos trabalhadores quanto aos impactos do machismo na sua atuação como agente de segurança e até mesmo na sua própria percepção sobre o que é ser homem. Trabalhadores, não heróis. Falamos aqui de uma categoria constantemente demandada, sucateada, adoecida, com altos índices de autoextermínio. Paralelamente, são protagonistas de acusações de violações de direitos e até mesmo tortura. O papel da sociedade civil é demandar do poder público, para garantia de direitos. Nesse caminho, o trabalhador público pode entender como uma demanda pessoal, ficando acuado e solitário na defesa de seus interesses pessoais e da sua categoria.

Proposta 435: A JH9,ORG é uma Organização da Sociedade Civil sem fins lucrativos, que desenvolve e promove o desenvolvimento econômico, social, tecnológico, ambiental e cultural para que o Brasil e o mundo suporte os desafios da atualidade. Para que os muros de nossas casas sejam sem concertinas e possamos dar um futuro melhor aos nossos jovens, desenvolvendo diversos projetos para a promoção e proteção do meio ambiente, garantindo a existência das futuras gerações e das espécies.

Proteção e promoção do homem e do meio ambiente. Trabalhar a intersetorialidade e intrasetorialidade das políticas públicas, otimizando a utilização dos recursos públicos, tendo em vista a economicidade, eficiência e as boas práticas nas ações de políticas públicas, sendo uma importante ferramenta para as ações de prevenção na segurança pública.

– À Comissão de Participação Popular.

### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 201/2022

Encaminha Sugestão de alteração do Programa 144 – Prevenção à Criminalidade, do projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício de 2023.

Proponentes: Selmara Mamede Simões Ferreira (Fórum Permanente do Sistema de Atendimento Socioeducativo de Belo Horizonte), Daniele Trindade Mesquita, Marcia Francisca de Oliveira Silva, Leila Maria Corrêa de Sá e Benevides (Fórum Permanente do Sistema de Atendimento Socioeducativo de Belo Horizonte), Ana Clara Martins Albuquerque (Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente), Claudia Valéria Fonseca Andrade (23ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude Infracional), José Odon de Alencar Filho (Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública), Luzana Assis Moreira (Sindicato dos Servidores Públicos do Sistema Socioeducativo do Estado de Minas Gerais), Izabela de

Faria Miranda (Indômitas Coletiva Feminista), Hailton Dias de Moura (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), Luan Gomide de Sousa Cândido (Coletivos Desinterna Minas Gerais e Desencarcera MG), Maria Aparecida da Silva, João Humberto Zago (Jh9.Org), Fábio César Araújo Costa, Jéssica Marina Diniz Borges.

Proposta 55: Proposta 55: Fortalecimento do Programa de Egressos do Sistema Socioeducativo e das Políticas de Prevenção à Criminalidade.

Contribuição: Programa: 144 – Prevenção à Criminalidade. Suplementação do valor autorizado para as ações Ação 4417 – Prevenção Social às Violências e Criminalidades. Houve redução do valor em comparação ao ano de 2022, no entanto, esta ação é parte fundamental para a política voltada à criança e ao adolescente. Sugere-se a suplementação visando a expansão dos programas e o atendimento de maior número de adolescentes.

Proposta 144: Ação 4417 – Destinar R\$319.200,00 para a ampliação do número de oficinas do Programa Mediação de Conflitos, que promovem a participação social e o protagonismo comunitário na construção de estratégias de segurança pública cidadã. O recurso será suficiente para custear 40 oficinas por 6 meses, cada uma gerando cerca de 100 atendimentos por mês. Devem ser alteradas as metas física e financeira. Meta física por território em 2023: Região Intermediária de Belo Horizonte: 181.900; Região Intermediária de Governador Valadares: 17.400; Região Intermediária de Ipatinga: 3.700; Região Intermediária de Juiz de Fora: 13.200; Região Intermediária de Montes Claros: 10.200; Região Intermediária de Uberlândia: 13.400. Meta financeira por território em 2023: Região Intermediária de Belo Horizonte: 37.164.329; Região Intermediária de Governador Valadares: 3.365.220; Região Intermediária de Ipatinga: 571.510; Região Intermediária de Juiz de Fora: 2.682.600; Região Intermediária de Montes Claros: 2.015.940; Região Intermediária de Uberlândia: 2.476.340.

Proposta 147: Ação 4417– Ampliar o orçamento destinado ao Programa Fica Vivo!, especificamente para a realização de oficinas de profissionalização, cultura, esporte e arte, a fim de aumentar o número de atendimentos realizados pelo programa e ampliar os fatores de proteção de adolescentes e jovens de comunidades caracterizadas por grande vulnerabilidade social e elevada incidência de crimes violentos. Dessa forma, para que seja possível ampliar o número de oficinas do Programa Fica Vivo!, sugiro a destinação de R\$319.200,00 adicionais à ação 4417 e a alteração das metas físicas e financeiras.

Esse valor deve ser suficiente para a oferta de cerca de 20 oficinas, por 12 meses, cada uma realizando, mensalmente, cerca de 100 atendimentos. Dessa forma, serão alteradas as metas física e financeira. Meta física por território em 2023: Região Intermediária de Belo Horizonte: 183.100; Região Intermediária de Governador Valadares: 17.400; Região Intermediária de Ipatinga: 3.700; Região Intermediária de Juiz de Fora: 13.200; Região Intermediária de Montes Claros: 10.200; Região Intermediária de Uberlândia: 12.200. Meta financeira por território em 2023: Região Intermediária de Belo Horizonte: 37.180.289; Região Intermediária de Governador Valadares: 3.365.220; Região Intermediária de Ipatinga: 571.510; Região Intermediária de Juiz de Fora: 2.682.600; Região Intermediária de Montes Claros: 2.015.940 Região Intermediária de Uberlândia: 2.460.380.

Proposta 405: Ação 4417 – Suplementação da meta física da ação. Houve redução do valor em comparação ao ano de 2022, embora esta ação seja parte fundamental para a política voltada à criança e ao adolescente.

Sugere-se a suplementação visando à expansão dos programas de prevenção para o atendimento de maior número de adolescentes. Suplementação de meta física para 224000 adolescentes e jovens atendidos na região estadual.

Proposta 408: Ação 4417 – Sugestão 1

Instituir trabalho preventivo nas escolas das comunidades e municípios em risco de vulnerabilidade, que contemple o trabalho conjunto das polícias militar, civil e corpo de bombeiros, para a implantação de cursos de capacitação de brigadistas, atletismo, cultura, etc para jovens.

Sugestão 2

Excursões periódicas com jovens aos sistemas prisionais como forma de orientação.

Sugestão 3

Implantar postos de brigadas comunitárias contemplando a formação e o aproveitamento dos jovens formados.

Sugestão 4

Realocação de verbas destinada a mais vagas para programas de prevenção às famílias e entidades voltadas a essa finalidade.

Proposta 410: Ação 4417 – Aumentar o investimento para potencialização dos trabalhos e ampliação do Fica Vivo e do Se Liga. Paralelamente investir na virada de chave do investimento da segurança, da lógica de criação de vagas para uma lógica de prevenção.

Proposta 430: Ação 4417 – A Sugestão é incluir a Região Intermediária de Teófilo Otoni, ampliando a meta física e financeira, de modo a viabilizar atividades de formação e capacitação aos agentes públicos e para a sociedade civil no âmbito do “Programa Selo Prevenção Minas”.

O recurso total a ser destinado será de R\$60.000,00 que viabilizará 140 atendimentos nos municípios da região supramencionada. Tal recurso será utilizado: para construção, impressão e disponibilização de material didático; compra de projetor multimídia e demais equipamentos que favorecem atividades de formação; compra de materiais pedagógicos e de apoio; locação de espaço; lanches para participantes; recursos para transporte; contratação de palestrantes e facilitadores.

A utilização dos recursos nos itens acima mencionados irão possibilitar a execução de atividades de formação, incidindo diretamente na capacidade dos municípios para atuar em prevenção em violências e criminalidade, no âmbito da segurança cidadã.

Destaca-se que a atividade poderá ser viabilizada e executada pelo Estado, quanto por meio de parcerias com organizações da sociedade civil.

Abaixo apresentamos as metas físicas e financeiras:

Inclusão da Região Intermediária de Teófilo Otoni, com meta física – 140 atendimentos e Meta financeira – R\$60.000,00

Sala de Reuniões, 16 de novembro de 2022.

Iniciativa Popular

**Justificação:** Proposta 55: Proposta 55: A prevenção à criminalidade, bem como o atendimento ao egresso do sistema socioeducativo, são políticas essenciais e que necessitam ser priorizadas para que se conquiste a redução de violências, da letalidade e o rompimento da trajetória infracional de crianças e adolescentes. Estudo da Unicef e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública publicado recentemente, mostrou que a cada ano 7 mil crianças e adolescentes são mortos de forma violenta, sendo que, a maioria é formada por meninos, negros cujas mortes foram resultados de homicídios causados por arma de fogo. Ademais, segundo o estudo, os padrões relacionados às mortes de vítimas de 10 a 19 anos no Brasil pouco mudaram ao longo de cinco anos, indicando ser esta uma situação muito estável.

A não desejada estabilidade que este estudo apresenta, bem como os alarmantes dados, justificam a priorização das políticas de prevenção e de atendimento ao egresso do sistema socioeducativo. Entende-se que apenas com a redução das vulnerabilidades, oferta de oportunidades e interrupção de trajetórias que deságuem na criminalidade é que será possível a reversão, tão necessária e desejada, do quadro ora apresentado. Ademais, a mortalidade de crianças e adolescentes é constatação da violação grave de direitos deste público, direitos estes que deveriam ser resguardados pelo Estado, pela sociedade e pela família. No que se apresenta, a suplementação desta ação mostra-se necessária para afirmar o interesse do Estado em proteger e reverter a situação vigente.

Proposta 144: A alocação de um maior orçamento para a ação 4417 possibilitará a ampliação do número de territórios contemplados pelo trabalho das oficinas do Programa Mediação de Conflitos, da Sejusp. Da mesma forma, com a ampliação territorial do trabalho, serão alcançados mais moradores de áreas de grande vulnerabilidade social e elevada incidência de criminalidade violenta, possibilitando maior intervenção do Governo de Minas junto a pessoas inseridas em contextos de vulnerabilidade e violências. As oficinas, moradoras e/ou referências comunitárias dos territórios onde o Programa Mediação de Conflitos atua, recebem uma bolsa para execução de oficinas e encontros com a comunidade, atreladas a discussões que fortaleçam a prevenção e o enfrentamento às diversas violências, sendo acompanhadas e capacitadas pelos analistas sociais do Programa e a Diretoria responsável. Essa ampliação deve favorecer, entre outros, a identificação de conflitos interpessoais, coletivos e comunitários, principalmente aqueles com potencial de se desdobrarem em violência letal; fomentar a desnaturalização de formas violentas de resolução de conflitos; e favorecer a compreensão de fatores de riscos e de proteção relacionados às violências e à criminalidade. Os recursos serão utilizados nas áreas das Unidades de Prevenção à Criminalidade, de acordo com a proposta de trabalho atualmente em execução pela Sejusp.

Proposta 147: As oficinas de profissionalização, cultura, esporte e arte são o principal instrumento de aproximação do Programa Fica Vivo! com adolescentes e jovens inseridos em contextos de vulnerabilidade social. É por meio dessas atividades que o Fica Vivo! consegue atuar e intervir para reduzir a exposição de adolescentes e jovens, de 12 a 24 anos, às possibilidades de vitimização e autoria de crimes, especialmente os violentos contra a pessoa. É necessário ampliar o orçamento destinado à contratação de oficinas, que são os profissionais que lidam diretamente com o público do Programa, para que seja possível promover um número maior de oficinas e, assim, atender um número maior de pessoas. O acréscimo de recursos para essa ação possibilitará a ampliação do número de atividades que promovam: a reflexão de adolescentes e jovens sobre a própria trajetória de vida e condutas de risco; a ampliação do acesso a direitos; a ampliação da perspectiva de adolescentes e jovens quanto à circulação e acesso às cidades; e a reflexão sobre formas de prevenção e redução de conflitos e rivalidades violentas.

Proposta 405: A prevenção à criminalidade, bem como o atendimento ao egresso do sistema socioeducativo são políticas essenciais e que necessitam ser priorizadas para que se conquiste a redução de violências da letalidade e o rompimento da trajetória infracional de adolescentes e jovens. Estudos da Unicef e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostraram que a cada ano 7 mil crianças e adolescentes são mortos por causas violentas, sendo que a maioria é formada por meninos negros cujas mortes foram resultado de homicídios causados por arma de fogo. Ademais, segundo estudos, os padrões relacionados às mortes de vítimas de 10 a 19 anos pouco mudaram nos últimos anos. A não desejada estabilidade que este estudo apresenta, bem como os dados alarmantes, justificam a priorização das políticas de prevenção e atendimento ao egresso do sistema socioeducativo. Assim, a suplementação desta ação mostra-se necessária para afirmar o interesse do Estado em proteger e reverter a situação vigente.

Proposta 408: A questão da violência deve ser resolvida com trabalho focado na prevenção, principalmente entre as famílias vulneráveis e suas crianças e adolescentes.

Fomentar ações conjuntas com a segurança pública de MG, polícias militar, civil e bombeiros, cursos de capacitação nas escolas locais, envolvendo lideranças, pais/responsáveis, as crianças e adolescentes.

Cursos nas áreas de cultura, esportes, lazer, formação de brigadistas.

Promover excursões a sistemas prisionais como forma de orientação.

Implantação de postos de brigada em várias comunidades.

Realização de jogos estudantis entre escolas.

E o principal – realocação de verbas destinadas para mais vagas (presídios) a estes programas.

Apoio social às famílias em risco e às entidades que trabalhem com esse segmento.

Proposta 410: Pelo menos desde 2015 se observa significativa queda do atendimento de adolescentes no CIA/BH (Relatório Estatística Vara Infracional, 2021), de 5718 para 2102 atendimentos.

Em 2021 foram fechadas, ainda, duas unidades socioeducativas de internação (Andradas e Santa Terezinha), com encaminhamento dos adolescentes para outras unidades existentes, demonstrando que existem vagas mais que suficientes. Mas, o que se observa como fluxo da política pública é insistir na criação de vagas. Por outro lado, há um esvaziamento dos programas de prevenção como o Fica Vivo ao suposto argumento de “falta de recursos”.

O gasto do poder público com um adolescente no Fica Vivo é infinitamente menor que seu gasto dentro de uma unidade de internação, tanto na modalidade de atendimento direta, quanto indireta.

Uma política pública de segurança pública cidadã, alinhada aos princípios de um estado democrático de direito deve investir em prevenção e não em encarceramento.

Proposta 430: A Lei nº 23.450/2019, que dispõe sobre a Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade, apresenta também como diretrizes a integração entre as esferas federal, estadual e municipal, bem como entre as redes de prevenção social à criminalidade e instituições públicas e privadas.

Sendo assim é necessário fomentar e/ou fortalecer ações e projetos de prevenção à criminalidade no âmbito municipal dada a efetividade das intervenções que consideram os fatores intrínsecos a cada realidade (local ou regional). Para isso é preciso instrumentalizar os agentes públicos e privados para atuação articulada e em rede, bem como na construção de diagnósticos e planos no âmbito da prevenção social à criminalidade, por meio de atividades de formação e capacitações. Nesse sentido, é necessário destinar recursos orçamentário-financeiros para viabilizar ações, projetos ou programas na Região Intermediária de Teófilo Otoni (que apresenta índices significativos de violências e criminalidade) que possibilitarão disseminar expertises, metodologias e conhecimentos existentes para instituições públicas e sociedade civil (organizada ou não).

– À Comissão de Participação Popular.

### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 202/2022

Encaminha Sugestão de alteração do Programa 143 – Promoção da Política Socioeducativa para Atendimento aos Adolescentes em Conflito Com a Lei, do projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício de 2023.

Proponentes: Selmara Mamede Simões Ferreira (Fórum Permanente do Sistema de Atendimento Socioeducativo de Belo Horizonte), Leila Maria Corrêa de Sá e Benevides (Ministério Público de Minas Gerais), Claudia Valéria Fonseca Andrade (23ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude Infracional), Ana Clara Martins Albuquerque (Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente), Luzana Assis Moreira (Sindicato dos Servidores Públicos do Sistema Socioeducativo do Estado de Minas Gerais), José Odon de Alencar Filho (Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública), Izabela de Faria Miranda (Indômitas Coletiva Feminista), Carlos Henrique de Souza da Silva (Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados), Luan Gomide de Sousa Cândido (Coletivos Desinterna Minas Gerais e Desencarcera MG), Adriana Ferreira (Associação Nacional de Mulheres na Menopausa (Climatério) – Menopausa Feliz), LEONARDO ANSELMO ALVES DANTAS (Sindicato dos Servidores da Polícia Civil de Minas Gerais), Fernando Nogueira de Andrade (Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados), Matheus Henrique Barroso Cunha (Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados), Hailton Dias de Moura (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), Leonardo Mattos Alves Badaró.

Proposta 56: Proposta 56: Alteração da finalidade e do público-alvo da ação 4418 – Manutenção e Ampliação de Vagas para o Cumprimento de Medida Socioeducativa e da ação 4419 – Atendimento aos Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa, ambas do Programa 143 – Promoção da Política Socioeducativa para Atendimento aos Adolescentes em Conflito com a Lei

Contribuição: Sugerimos alterar a descrição da finalidade e do público-alvo das ações 4418 e 4419, a fim de especificar os recursos destinados à execução das medidas socioeducativas de Internação e Semiliberdade, realizada por meio de parceiras com organizações da sociedade civil.

Proposta 399: Ação nova: garantir o atendimento médico psiquiátrico e o acompanhamento psicológico dos agentes de segurança socioeducativos para promoção da saúde mental e prevenção ao suicídio.

Produto: Percentual de agentes socioeducativos atendidos em saúde

público-alvo: agente de segurança socioeducativos

Meta física 2023: 200 atendimentos

Meta financeira 2023: R\$500,000,00

Proposta 401: Ação 4421 – Acrescentar à finalidade: construção e reforma de alojamentos para os agentes de segurança socioeducativo.

Alterar o público-alvo: adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e agentes de segurança socioeducativa.

Proposta 402: Ação 4419 – Criação de uma ação que concentre as alocações destinadas ao atendimento de adolescentes internados nas unidades de administração direta, bem como a transformação da ação 4419 para atendimento específico dos adolescentes da administração indireta, de maneira a garantir transparência para o monitoramento e possibilidade de verificar comparativamente como se dá a alocação de recursos para garantia da execução do Sinase nos diferentes públicos.

Proposta 411: Ação nova: Prevenção e Combate à Tortura, com a finalidade de promover:

- a) inspeção em unidades socioeducativas por organizações da sociedade civil e poderes;
- b) elaboração de relatórios de inspeção;
- c) encontros e grupos de trabalho para reparar violações;
- d) implementação de políticas públicas de combate à tortura estaduais e municipais.

Meta financeira: R\$1.700.000,00

público-alvo: 100 mil pessoas, incluídas privadas de liberdade, familiares e servidores.

Sala de Reuniões, 16 de novembro de 2022.

Iniciativa Popular

**Justificação:** Proposta 56: A proposta de alteração visa conferir maior transparência à alocação dos recursos públicos, favorecendo o monitoramento e o controle social, e assegurando a correspondência entre os relatórios de acompanhamento de gestão dos respectivos Termos de Parceira e de Colaboração e as peças orçamentárias.

Proposta 399: O objetivo é oferecer atenção psicossocial e de saúde no trabalho aos agentes de segurança socioeducativos, incluindo ações de prevenção ao suicídio e promoção da saúde mental.

O trabalho desenvolvido pelos agentes socioeducativos os tornam mais vulneráveis às doenças psíquicas, à dependência química e às doenças psicossomáticas, doenças como depressão e ansiedade estão se tornando comuns aos servidores.

Proposta 401: Hoje os agentes de segurança socioeducativos não possuem um espaço para troca de uniformes e nem para alimentação ou descanso por este motivo pedem para que a construção e manutenção de vestiários. Espaço de convivência dignos geram a redução do estresse e melhoram a qualidade de vida e trabalho.

Proposta 402: A ação 4419 – atendimento aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa tem como objeto garantir o atendimento ao adolescente com cumprimento de medida socioeducativa por meio da execução dos eixos definidos pelo Sinase, quais sejam: família, esporte, cultura, lazer, educação, segurança e profissionalização. Todavia, a execução desta ação concentra-se no pagamento dos contratos de gestão das unidades de administração indireta e no pagamento de pessoal, bem como nos encargos desta contratação. Nesse sentido, o objetivo fim desta ação fica em segundo plano e desconsidera algum grau, a necessidade do atendimento multidisciplinar para a totalidade de adolescentes em cumprimento de medida. Ainda que se saiba que o atendimento aos adolescentes perpassa a contratação de pessoal, entende-se que de nenhuma maneira se restringe a contratação. Por essa razão, e, considerando que os contratos das unidades de administração indireta abarcam todos os âmbitos do atendimento, busca-se situação semelhante para os adolescentes internados em unidades administradas diretamente.

Proposta 411: A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental ADPF 347/2015 reconheceu em 2022 as inconstitucionalidades do sistema prisional, com violações da integridade das pessoas privadas de liberdade, familiares e dos servidores de segurança pública. São cerca de 100 mil pessoas, considerando indivíduos privados de liberdade, familiares e servidores alvos de atos violentos. Na peça orçamentária, não há transparência ou evidência de ações e programas de prevenção e combate contra a tortura, pelo contrário, existem mais recursos destinados à criação de novas unidades prisionais e socioeducativas em sistema de parceria público-privada prevendo lucro com o encarceramento em massa. O Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura fez um relatório de inspeção com inúmeras violações, disponível na internet, com dados precisos.

– À Comissão de Participação Popular.

### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 203/2022

Encaminha Sugestão de alteração do Programa 107 – Ensino Médio, do projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício de 2023.

Proponentes: Luiz Aldo da Silva Santos (Associação Comunitária do Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte), Célia de Lima Carvalho (Conselho Estadual de Alimentação Escolar – CAE-MG), Flaviana Gomes da Silva (Conselho Regional de Fonoaudiologia), Felipe Rodrigues Ávila (Associação dos Técnicos Agrícolas de Minas Gerais), Jefferson da Silva Assunção (Universidade do Estado de Minas Gerais), Neuzete Fatima Lima (Conselho Estadual de Alimentação Escolar – CAE-MG), Rogério Dias dos Santos Junior, Tannia Aparecida da Silva Oliveira (Conselho Estadual de Alimentação Escolar – CAE-MG), Allisson.

Proposta 57:

Obrigatoriedade da Disciplina/Matéria: Direito Básico, no ensino Médio.

Proposta 360:

1) No âmbito dos programas 105, 106 e 107, dobrar o atual percentual mínimo de 30% para 60% até o final deste PPAG e aplicar o mesmo percentual para todos os recursos da alimentação escolar não apenas os recursos oriundos do Pnae.

2) Elevar a média para 1 nutricionista para atender o mínimo de 37 escolas.

Sala de Reuniões, 16 de novembro de 2022.

Iniciativa Popular

**Justificação:** Proposta 57: Sensibilizar despertar e preparar os estudantes para compreenderem o que significa estado democrático de direito e as leis básicas que regem nosso ordenamento jurídico, bem como dos direitos e deveres básicos necessários que podem e devem ser ensinados no ensino médio, uma vez que os estudantes de ensino médio estão saindo da menor idade para, do absolutamente incapaz, para os relativamente incapazes e até mesmo maioridade penal.

Proposta 360:

1) O Estado de Minas Gerais, ao longo dos últimos 4 anos, não conseguiu atingir o percentual mínimo de 30% na compra dos alimentos da agricultura familiar: dos recursos federais e estaduais.

2) O Estado de Minas Gerais possui apenas 1 nutricionista por SRE's. São no total, 47 SRE's, número limitado de profissionais e insuficiente para atender 853 municípios e cerca de 3.471 escolas estaduais. E o nutricionista, o responsável técnico do Pnae, responsável por diversas atividades: controle da elaboração de cardápio, escolha de alimentos nutritivos, testes de aceitabilidade.

– À Comissão de Participação Popular.

### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 204/2022

Encaminha Sugestão de alteração do Programa 64 – Caminhos para o Desenvolvimento – Desenvolvimento e Integração Regional, do projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício de 2023.

Proponentes: Junior José da Silva (Movimento Nacional pelo Direitos ao Transporte Público de Qualidade), Francisco Pereira Damasceno (Instituto Sociocultural do Jequitinhonha), João Roberto de Souza Silva (Instituto Sociocultural do Jequitinhonha), Maria Aparecida Alves dos Santos (Associação de Artesãos de Itamarandiba), Amílcar Vianna Martins Filho (Instituto Cultural Amílcar Martins – Icam), Nilce Gomes de Jesus Pinho (Grupo Cultural Sementes do Vale), Maria do Carmo Barbosa Sousa, Valter Aparecido de Carvalho (Associação de Artesãos de Itamarandiba), Maria de Lourdes Rodrigues da Silva Filha Cordeiro, Luiz Gonzaga Medeiros (Instituto Sociocultural do Jequitinhonha), Vilmar Oliveira de Jesus (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), Carlos Augusto de Farias (Instituto Coral Lavadeiras de Almenara), Cristina Gonçalves de Aguiar (Associação dos Grupos Teatrais do Vale do Jequitinhonha), Gisley Lima Viana, Max Vinícius Aguiar Martins (Prefeitura Municipal de Serranópolis de Minas), Maria Aparecida Dias de Almeida (Secretaria Municipal de Esporte, Lazer, Cultura e Turismo), Alvimar Neri Pinto (Grêmio Recreativo Escola de Samba Triunfo Barroco), Amanda Vasconcelos Araújo (Instituto Cultural Amílcar Martins – Icam), Agmar Pereira Lima (Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais), Saulo Lara Coimbra (Projeto Vida e Verde – Pró-Viver), Solange Aparecida de Araújo (União Futebol Clube), Rita Gomes Lopes (Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais), João Victor Araújo dos Santos (Associação Buritis de Esporte e Cultura), Robson de Oliveira Amano.

Proposta 59: Ação 1020– Território: RMBH

Meta física: 900/2023. 900/2024/ 900/2024. 900/2025. 900/2026.

Meta financeira: deixo a cargo dos técnicos da ALMG e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

Aumento da meta física e financeira da ação na RMBH é extremamente necessária, tendo em vista os enormes desafios e demandas da regularização fundiária na RMBH, onde grande parte dos Municípios da RMBH não tem condições financeiras de realizar a regularização, devido ao alto custo do processo da regularização fundiária.

Proposta 356: Ação 4279 – Realização de um seminário de formação e qualificação técnico-cultural em artesanato, com duração de 5 dias, carga horária de 40 horas-aula, com a docência de técnicos artesãos, no município de Itamarandiba.

Meta física: 1 evento realizado.

Meta financeira: R\$150.000,00

Proposta 357: Ação 4279 – Realização de um Encontro de Artesãos do Vale do Jequitinhonha, no município de Araçuaí, com duração de 3 (três) dias, com a finalidade de debater sobre as políticas públicas do artesanato.

Meta física: 1 evento realizado.

Meta financeira: R\$150.000,00

Proposta 365: Ação 4279 – Meta física: 1

Suplementação da ação 4322 no valor de R\$500.000,00 para a realização do IX Congresso Nacional do Artesão em Ouro Preto – MG.

Proposta 391: Ação 1020 – Fomentar a criação de consórcios intermunicipais para implementação de convênios para regularização de títulos de propriedade urbana por meio da alteração da finalidade da ação 1020.

Envio de requerimento para realização de reuniões lideradas pela SEDE, envolvendo os municípios circunvizinhos das cidades de Divino, Salinas e Contagem para efetivação dos convênios a serem implementados.

Sala de Reuniões, 16 de novembro de 2022.

Iniciativa Popular

**Justificação:** Proposta 59: Trata-se da 3ª Região Metropolitana do país, a RMBH possui grandes demandas relacionadas à regularização fundiária, especialmente ligado à moradia, sendo necessário que o Governo de MG apoie mediante maior repasse de recursos para a regularização fundiária na RMBH. Dessa forma, as metas físicas e financeiras da ação para a RMBH, estão aquém das demandas da População nossa RMBH.

Por isso é preciso revisar as metas físicas e financeiras de forma a atender aos objetivos da ação, e principalmente das demandas da população.

Proposta 356: A necessidade de formação e qualificação no setor de artesanato do Vale do Jequitinhonha é de grande importância, devido às exigências e demandas do mercado, propiciando geração de emprego e renda para a comunidade de artesãos. O processo de atualização constante nos modos e saberes do artesanato, juntamente com a questão estética e artística propiciarão ao artesão agregar valor ao seu produto, que se destacará e se diferenciará dos demais produtos de outras regiões.

Proposta 357: A necessidade de realização deste Encontro justifica-se por consolidar um processo de três outros encontros regionais já realizados no exercício de 2019. Este Encontro contemplará todos os artesãos do Vale do Jequitinhonha, e contribuirá para definir sugestões de políticas públicas para este setor econômico, a serem enviadas a várias órgãos do governo estadual e/ou potenciais parceiros da iniciativa privada.

Proposta 365: Trata-se de ação da Federação do Artesão Mineiro, de importância e relevância para as proposições de políticas públicas para a categoria, além do fomento a produção artesanal e valorização da cultura mineira.

A realização desse evento permite desdobramentos de atividades de engajamento nos Âmbitos social, cultural, econômico e ambiental, ligados a produção artesanal nos territórios tanto de Minas Gerais como dos demais.

Proposta 391: A demanda apresentada pelos municípios de Divino, Salinas e Contagem referente à regularização de títulos de propriedade, exhibe a problemática do estado de Minas Gerais que requer a urgência da intervenção na questão pelo poder público. É de conhecimento geral que a posse regular de seu imóvel possibilita ao cidadão a conquista de sua dignidade e a ampliação de seu sentimento de pertencimento.

– À Comissão de Participação Popular.

**PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 205/2022**

Encaminha Sugestão de alteração do Programa 134 – Moradas Gerais, do projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício de 2023.

Proponentes: José Ribeiro (Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais), Rita Gomes Lopes (Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais), Solange Aparecida de Araújo (União Futebol Clube), Lílian Menezes de Almeida (Instituto Ser Feliz), José Milton Oliveira Reis (Prefeitura Municipal de Salinas), Joana Alves Louback (Aprender Produzir Juntos), João Victor Araújo dos Santos (Associação Buritis de Esporte e Cultura), Camila Álvares dos Reis (Centro Estadual de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores), João Raphael de Santana (Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados), Henrique Galhano Balieiro (Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados), Luan Gomide de Sousa Cândido (Coletivos Desinterna Minas Gerais e Desencarcera MG), Izabela de Faria Miranda (Indômitas Coletiva Feminista), Glaucia Jaci de Souza (Grupo de mulheres Criação e Solidariedade), Pedrina Gomes Olegario Leite (Casa de Referência da Mulher Tina Martins), Mariana Fernandes Costa (Casa de Referência da Mulher Tina Martins), Maria Aparecida da Silva.

Proposta 64: Ação 4420

Objeto: implantação do projeto piloto do projeto Moradia Primeiro (Housing First), para a população em situação de rua.

Valor: R\$500.000,00 (despesa de capital), para a implantação do projeto-piloto do projeto Moradia Primeiro (Housing First), para a população em situação de rua.

Proposta 320: Ação nova:

Implementação de Núcleos de Práticas Arquitetônicas e Urbanísticas

Unidade Responsável: 1481 (Sedese)

Finalidade: Promover atividade profissional de ATHIS (assistência técnica de habitação de interesse social) por arquitetos urbanistas em todo o Estado.

Produto: Núcleo Implementado

Público-alvo: População vulnerável nas áreas urbanas e prefeituras

Meta: 2023 – 1 núcleo

Proposta 326: Ação 4420 – Alterar:

– Unidade responsável: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social.

– Finalidade: Contribuir para a redução do déficit habitacional em Minas Gerais, promovendo a construção, reforma e melhoria de moradias para a população vulnerável, inclusive mulheres vítimas de violência, povos e comunidades tradicionais.

– Produto: Unidade habitacional construída/reformada/melhorada.

– Unidade de medida: Unidade habitacional.

– público-alvo: População em situação de vulnerabilidade social com renda menor que 3 salários-mínimos e mulheres vítimas de violência.

Sala de Reuniões, 16 de novembro de 2022.

Iniciativa Popular

**Justificação:** Proposta 64: Justifica-se devido ao déficit de moradia no que consiste a este público que se encontra em situação de rua.

Proposta 320: Desde 2008 vigora a lei federal nº 11.888, que assegura o direito das famílias de baixa renda à Athis, como parte integrante do direito social à moradia digna, regular e dotada de serviços públicos. Ocorre que, segundo a Fundação João Pinheiro, a porcentagem de domicílios inadequados em MG em relação ao total de municípios é de 16,46%. Assim, a criação e instituição piloto de um núcleo de práticas se mostra oportuna. Essa ação deve ser executada em parceria com o CAU/MG, por meio do Termo de Cooperação SEI/GOVMG 16049717.

Proposta 326: Segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2019), a cada 2 minutos é realizado um novo registro de denúncia de violência de gênero, em âmbito doméstico. Analisando estas pesquisas, é possível também concluir que tal violência é cometida, em sua maioria, por familiares e/ou companheiros dessas vítimas, demonstrando que o lar se torna, nesses contextos, um espaço de risco. Dessa forma, promover a realocação dessas mulheres, disponibilizando moradias dignas, seria um passo importante para a interrupção do ciclo da violência, fortalecendo e empoderando essas mulheres.

Essa proposta foi apresentada pela Rede Estadual de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, aqui representadas por: Associação Tina Martins, Grupo de Mulheres, Criação e Solidariedade, Indômitas Coletiva Feminista e também por sua coordenadora Izabela de Faria Miranda.

– À Comissão de Participação Popular.

#### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 206/2022

Encaminha Sugestão de alteração do Programa 5 – Investigação, do projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício de 2023.

Proponentes: Fábio José Moreira da Silva (Puc Minas – Faculdade Mineira de Direito), Andre Dias de Freitas, Bárbara Fernanda Gonçalves Arruda de Brito Ribeiro, Lucas Gabriel de Abreu Costa, Guilherme Rodrigues de Figueiredo, Mateus Gomes de Oliveira (Polícia Civil do Estado de Minas Gerais), Victoria da Silva Santos (Polícia Civil do Estado de Minas Gerais), Ana Luísa de Paula Cunha Melo, Juan David Rangel Santana (Polícia Civil do Estado de Minas Gerais), Edvan Felipe (Polícia Civil do Estado de Minas Gerais), Erislaine Tavares, Caio Augusto Santos do Rosario, Karine Pinheiro, Adriano de Sá Braga, Eduardo Humberto Campos Borges, Washington Luis Rocha, Cristian Pedro da Silva, Romulo Santos, Caíque Brandel Gardino de Melo, Célio, Ana Luiza Silva, Thiago Ferreira Rodrigues, Guilherme Cardoso de Lima, Poliana Cristina Silva Custodio, Jeferson Garcia de Oliveira Silveira, Josimara Cardoso Santos, Edelson Rodrigues, Lucas Luann (Polícia Civil do Estado de Minas Gerais), Douglas (Polícia Civil do Estado de Minas Gerais), Allison Paula de Moraes Costa, Jacqueline Laviola Mostaro de Oliveira Penna, Guilherme Lima Tiago, Thiago Martins Alberto, Larissa Monique Ferraz Leal, Roberto da Conceição Viana Braga (Polícia Civil do Estado de Minas Gerais), Isabela Cristina Paradela de Oliveira, Gianni Maia Melo Felipe, Claudio Antonio de Paula, Aline Ferreira da Silva, Raone Claret Santos, Camila de Jesus França, Eduardo Goulart do Nascimento, Renata Valeska, Lara Sena Nunes da Silva (Polícia Civil do Estado de Minas Gerais), Lucas Duran, Josemille Alves dos Santos Borborema, Maria Angélica Machado Dâmaso, Poliana da Silva Guimarães, Alex Martins de Souza Santos (Polícia Civil do Estado de Minas Gerais), Fernanda Alves, Josiane Pinto de Lima, Iara Lys de Freitas, Raphaell Ferreira Santos, Joice, David Goes da Rocha Queiroz, Anete Simone Felipe Favaro, Leonne Frederico Carvalho Alves, Nayara Lorraine da Silva Vaz, Débora Beatriz Oliveira (Polícia Civil do Estado de Minas Gerais), Rodrigo Pereira Dias, Kelly Luana de Souza, Rafael Emerson Freitas, Caio (Polícia Civil do Estado de Minas Gerais), Cláudia Caroline Fernandes da Silva (Polícia Civil do Estado de Minas Gerais), Henrique Flausino Siqueira, Isaias de Souza Correa, Kássio Filipi Mendes de Jesus, Muriel Chahud Maestrello, Kenia, Vinicius Santos de Oliveira, Edson Nunes da Silva Júnior, Cássio Matheus Araújo Cavalcante, Lucas Paranhos Pêgo, Amanda Carneiro Carvalho, João Humberto Zago (Jh9.Org), Lucas Eduardo de Melo Santos, Maria de Lourdes Rodrigues da Silva Filha Cordeiro, Wemerson Silva de Oliveira (Sindicato dos Servidores da Polícia Civil de Minas Gerais), Tainah

Fernandes Teixeira Lessa, Rogério Dias dos Santos Junior, Pedro Ivo Nogueira Pereira, Junior José da Silva (Movimento Nacional pelo Direitos ao Transporte Público de Qualidade), Rafael Gomes de Oliveira.

Proposta 96: Proposta 96: Aumento do efetivo da PCMG convocando os excedentes do último concurso.

Proposta 98: Convocação de todos excedentes da PCMG, concurso 2021, para os cargos de escrivão de polícia, investigador e delegados.

Proposta 99: Reposição do déficit efetivo da Polícia Civil de Minas Gerais, bem como a nomeação dos excedentes aprovados em todas as etapas dos concursos de 2021.

Proposta 101: Reposição total do efetivo da Polícia Civil de Minas Gerais ao Programa 005 – Investigação – aproveitando os excedentes aprovados em todas as etapas do concurso de 2021.

Proposta 102: Promover a recomposição do quadro da PCMG através da convocação imediata dos excedentes aprovados e aptos ao ingresso na instituição.

Proposta 103: Promover a recomposição do quadro da PCMG, através da convocação imediata dos excedentes aprovados e aptos ao ingresso na instituição.

Proposta 104: Incluir na Ação 1004 – Modernização da Polícia Judiciária –, a unificação das carreiras de Investigador de Polícia e Escrivão de Polícia e a reposição do efetivo que está abaixo do previsto em lei aproveitando os excedentes do concurso de 2021.

Proposta 105: Promover a recomposição do quadro da PCMG, através da convocação imediata dos excedentes aprovados e aptos ao ingresso na instituição.

Proposta 106: Reposição do déficit de efetivo, bem como a nomeação dos excedentes aprovados em todas as fases do concurso de 2021.

Proposta 107: Reposição do déficit de efetivo da PCMG, especialmente a nomeação dos excedentes aprovados em todas as fases do concurso de 2021.

Proposta 108: Recomposição do efetivo da PCMG, com a nomeação de todos os excedentes aprovados no concurso de 2021, ainda vigente.

Proposta 109: Reposição do déficit de efetivo, bem como a nomeação dos excedentes, aprovados em todas as fases do concurso de 2021.

Proposta 111: Reposição do déficit de efetivo, bem como a nomeação dos excedentes, aprovados em todas as fases do concurso da PCMG de 2021.

Proposta 114: Reposição do déficit de efetivo, bem como a nomeação dos excedentes, aprovados em todas as fases do concurso de 2021.

Proposta 115: Convocação de uma segunda turma dos excedentes aprovados em todas as fases no concurso da Polícia Civil.

Proposta 116: Nomeação dos excedentes, aprovados em todas as fases do concurso da PCMG de 2021.

Proposta 117: Reposição do déficit de efetivo, bem como a nomeação dos excedentes, aprovados em todas as fases do concurso de 2021.

Proposta 118: Recomposição do quadro da PCMG, por meio da convocação imediata dos excedentes aprovados em todas as etapas do Concurso de 2021.

Proposta 119: Reposição do déficit de efetivo, bem como a nomeação dos excedentes, aprovados em todas as fases do concurso de 2021.

Proposta 120: Incluir na Ação 1004 – Modernização da Polícia Judiciária –, a unificação das carreiras de Investigador de Polícia e Escrivão de Polícia e a reposição do efetivo que está abaixo do previsto em lei aproveitando os excedentes do concurso de 2021.

Proposta 121: Nomeação dos excedentes aprovados em todas as fases do concurso da Polícia Civil de Minas Gerais de 2021, que já estão aptos e prontos para iniciar o curso de formação, principalmente o cargo de escrivão, onde ocorre a maior defasagem.

Proposta 123: Nomeação dos excedentes da PCMG.

Proposta 124: Reposição do déficit de efetivo da PCMG e nomeação dos excedentes do concurso de 2021 nos cargos de escrivão, investigador, delegado e demais cargos.

Proposta 125: Nomeação dos excedentes do concurso PCMG 2021.

Proposta 126: Reposição do déficit efetivo bem como a nomeação dos excedentes, aprovados em todas as fases do concurso de 2021.

Proposta 127: Nomeação dos excedentes do concurso da PCMG.

Proposta 128: Nomeação dos excedentes, aprovados em todas as etapas, do concurso de 2021, aptos a ingressar na Academia de Polícia e atuar efetivamente no combate à criminalidade.

Proposta 131: Reposição do déficit de efetivo da PCMG, com a nomeação dos excedentes, aprovados em todas as fases do concurso de 2021.

Proposta 134: Reposição do déficit de efetivo, bem como a nomeação dos excedentes, aprovados em todas as fases do concurso da PCMG edital 2021.

Proposta 136: Nomeação dos excedentes, aprovados em todas as etapas do concurso de 2021, aptos a ingressar na Academia de Polícia e atuar efetivamente no combate à criminalidade.

Proposta 137: Reposição do déficit de efetivo da Polícia Judiciária, através de nomeações de candidatos aprovados em todas as fases do concurso de 2021.

Proposta 138: Nomeação de excedentes para recomposição do efetivo da PCMG, concretizando o princípio da eficiência, previsto na CF/88 – Para o programa 005 – Inclusão da reposição do déficit de efetivo, bem como a nomeação dos excedentes, aprovados em todas as fases do concurso de 2021.

Proposta 141: Reposição do déficit de efetivo, bem como a nomeação dos excedentes, aprovados em todas as fases do concurso de 2021.

Proposta 142: Nomeação dos excedentes aprovados em todas as fases do concurso da PCMG para recomposição do efetivo, efetivando-se os princípios da eficiência, previsto na Constituição Federal, de 1988, bem como o princípio da economicidade, desdobramento do referido princípio constitucional – Para o programa 005 – Inclusão da reposição do déficit de efetivo, bem como a nomeação dos excedentes, aprovados em todas as fases do concurso de 2021.

Proposta 143: Recomposição efetiva do déficit de servidores da PCMG.

Proposta 145: Nomeação dos excedentes da Polícia Civil, para que o Estado possa garantir um atendimento de qualidade ao cidadão que, além de sofrer com o crime, ainda sofre com as longas espera nas delegacias para que possa ser ouvido por um policial, causada pela falta de efetivo.

Proposta 148: Reposição do déficit de efetivo, bem como a nomeação dos excedentes, aprovados em todas as fases do concurso de 2021.

Proposta 149: Pela nomeação dos excedentes da Polícia Civil, para que o Estado possa garantir um atendimento de qualidade ao cidadão e à sociedade.

Proposta 153: Reposição do déficit do efetivo da PCMG e nomeação de excedentes do concurso vigente.

Proposta 154: Nomeação dos excedentes aprovados em todas as etapas do concurso de 2021 e aptos a trabalhar pela sociedade mineira.

Proposta 155: Nomeação dos excedentes, aprovados em todas as fases do concurso da PCMG de 2021, para recomposição do efetivo da instituição.

Proposta 158: Reposição do déficit de efetivo, bem como a nomeação dos excedentes, aprovados em todas as fases do concurso da PCMG de 2021.

Proposta 165: Reposição do déficit de efetivo, bem como a nomeação dos excedentes, aprovados em todas as fases do concurso de 2021.

Proposta 166: Reposição do déficit de efetivo, bem como a nomeação dos excedentes, aprovados em todas as fases do concurso de 2021 da PCMG.

Proposta 167: Recomposição do efetivo da PCMG, com a nomeação de todos os excedentes aprovados no concurso de 2021 ainda vigente.

Proposta 168: Reposição do déficit de efetivo da PCMG, especialmente a nomeação dos excedentes aprovados em todas as fases do concurso de 2021.

Proposta 169: Reposição do déficit de efetivo, bem como a nomeação dos excedentes, aprovados em todas as fases do concurso de 2021.

Proposta 170: Reposição do déficit de efetivo, bem como a nomeação dos excedentes, aprovados em todas as fases do concurso de 2021.

Proposta 171: Reposições do déficit do efetivo, por meio da nomeação dos excedentes, aprovados em todas as fases do concurso de 2021.

Proposta 172: Reposição do déficit de efetivo, bem como a nomeação dos excedentes, aprovados em todas as fases do concurso de 2021 da PCMG.

Proposta 177: Reposição do déficit de efetivo, bem como a nomeação dos excedentes, aprovados em todas as fases do concurso de 2021 da PCMG.

Proposta 178: Nomeação de excedentes dos concursos da PCMG.

Proposta 179: Reposição do déficit de efetivo da PCMG, bem como a nomeação dos excedentes aprovados em todas as fases do concurso de 2021.

Proposta 180: Reposição do déficit de efetivo da PCMG e o chamamento dos excedentes aprovados em todas as etapas do concurso 2021.

Proposta 181: Recomposição do déficit de efetivo, bem como a nomeação dos excedentes, aprovados em todas as fases do concurso de 2021

Proposta 184: Como forma de economia para o Estado, que seja aproveitado todos os excedentes do concurso da PCMG, fazendo com que melhore o material humano e a população possa ter o retorno que espera do Governo, atitude mais sensata e visando sempre alcançar o fim almejado, que é o bem popular. Estamos prontos aguardando apenas a autorização do Sr. Governador para podermos contribuir com a segurança pública.

Proposta 185: Reposição dos cargos vagos da PCMG e nomeação de todos os excedentes do último concurso.

Proposta 188: Reposição do déficit de efetivo, bem como nomeação dos excedentes, aprovados em todas as fases do concurso de 2021.

Proposta 189: Nomeação dos excedentes da Polícia Civil.

Proposta 190: Reposição do déficit de efetivo, bem como nomeação dos excedentes, aprovados em todas as fases do concurso de 2021.

Proposta 191: Reposição do déficit de efetivo, bem como nomeação dos excedentes, aprovados em todas as fases do concurso de 2021 da PCMG.

Proposta 192: Reposição do déficit de efetivo da PCMG e nomeação de excedentes aprovados em todas as etapas do concurso de 2021.

Proposta 193: Convocação de todos os aprovados no último concurso 2021/2022, que somam mais de 500 pessoas, que já foram aprovadas em todas as etapas e estão aptas para atuar em conjunto com a sociedade.

Proposta 194: Reposição do déficit de efetivo da PCMG e também a nomeação de excedentes aprovados em todas as etapas do concurso de 2021.

Proposta 196: Reposição do déficit de efetivo, através da nomeação dos excedentes, aprovados em todas as fases do concurso da Polícia Civil, realizado no ano de 2021.

Proposta 198: Reposição do déficit de efetivo, bem como nomeação dos excedentes, aprovados em todas as fases do concurso de 2021.

Proposta 199: Reposição do déficit de efetivo, bem como a nomeação dos excedentes, aprovados em todas as fases do concurso de 2021.

Proposta 201: Reposição do déficit de efetivo da PCMG, bem como a nomeação dos excedentes aprovados em todas as fases do concurso de 2021.

Proposta 202: Nomeação de todos os excedentes aprovados em todas as etapas do concurso da PCMG 2021.

Proposta 203: Reposição do déficit de 50% do efetivo da PCMG, sendo necessária a nomeação de todos os excedentes aprovados em todas as etapas do concurso PCMG 2021.

Proposta 204: Reposição do déficit do efetivo, bem como a nomeação dos excedentes aprovados em todas as fases do concurso de 2021.

Proposta 205: Reposição do déficit de efetivo, bem como a nomeação dos excedentes, aprovados em todas as fases do concurso 2021.

Proposta 206: Nomeação de todos os aprovados no concurso Edital 04/2021 de Escrivão de Polícia.

Proposta 210: Reposição do déficit da PCMG, através da nomeação dos aprovados em todas as etapas.

Proposta 212: Nomeação dos excedentes do concurso da PCMG 202 para o cargo de escrivão de polícia (aprovados em todas as fases), para reposição do déficit efetivo da Polícia Civil, visando a efetividade da segurança pública e a redução da criminalidade.

Proposta 213: Reposição do déficit de efetivo, bem como a nomeação dos excedentes, aprovados em todas as fases do concurso de 2021.

Proposta 215: Nomeação de concursados da PCMG.

Proposta 217: Reposição do déficit de efetivo, bem como a nomeação dos excedentes, aprovados em todas as fases do concurso de 2021 da PCMG.

Proposta 219: Reposição do déficit de efetivo, bem como a nomeação dos excedentes, aprovados em todas as fases do concurso de 2021.

Proposta 239: Convocação dos excedentes em todas as fases do concurso público de 2021 para o cargo de escrivão de polícia.

Proposta 255: Recomposição do déficit de efetivo da Polícia Civil de Minas Gerais, bem como a nomeação dos excedentes, aprovados em todas as fases do concurso de 2021.

Proposta 258: Nomeação dos candidatos excedentes, aprovados em todas as etapas, no concurso da PCMG 2021. Recomposição de efetivo.

Proposta 259: Sendo de extrema necessidade a nomeação dos aprovados no concurso da PCMG 2021, o mais rápido possível, pois mesmo com a convocação da primeira turma o déficit de servidores está longe de ser amenizado.

Proposta 260: Recomposição de pessoal da PCMG, com a nomeação dos excedentes aprovados em concurso.

Proposta 261: Reposição do déficit de efetivo da Polícia Civil de Minas Gerais e nomeação dos excedentes do concurso da PCMG de 2021.

Proposta 262: Reposição do déficit de efetivo, bem como nomeação dos excedentes aprovados em todas as fases do concurso de 2021 da Polícia Civil de Minas Gerais.

Proposta 264: Aumento do efetivo da Polícia Civil – Profissionalização da atividade-fim da Polícia Judiciária – Desempenho das atividades reservadas ao Cargo de Escrivão por policiais – Nomeação dos excedentes aprovados em todas as fases do Concurso da Polícia Civil de Minas Gerais, cargo escrivão.

Proposta 265: Nomeação de concursados da PCMG.

Proposta 266: Recomposição do déficit da PCMG, através da convocação dos excedentes aprovados em todas as fases do concurso de 2021.

Proposta 267: Reposição do déficit de efetivo, bem como nomeação dos excedentes, aprovados em todas as fases do concurso da Polícia Civil de Minas Gerais de 2021.

Proposta 268: Nomeação de excedentes do concurso da Polícia Civil de MG.

Proposta 392: Moção

Nós, participantes do grupo Prevenção ao Crime e Justiça Criminal, reiteramos a urgência e necessidade de nomeação dos excedentes de escrivão de polícia I, em virtude do déficit no quadro de pessoal da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – que alcança o percentual de 50%. Cumpre trazer as vacâncias do cargo de escrivão em um intervalo de três meses (1º/5/2022 a 30/7/2022): aposentadoria 42, exoneração 21, falecimento 3, perfazendo um total de 73. Após 30/7/2022 e até 4/11/22, foram publicadas mais 21 vacâncias. E conforme o art. 117, §1º, IV e V, da Lei Orgânica da PCMG, existem 1.012 cargos vagos de escrivão de polícia I. Portanto, há pelo menos 1.085 cargos vagos, e o número de excedentes perfaz a quantidade de 544.

A Chefia da Polícia Civil já solicitou, e reiterou (em agosto/22), a necessidade de nomeação de 482 escrivães e investigadores dentre os excedentes do concurso Edital 04/2021. Importante ressaltar que o número solicitado não excede os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

(Dados extraídos do Ofício PCMG/GAB SEC nº 3386/2022, do gabinete da Chefia da PCMG, datado de 22 de agosto de 2022).

Proposta 393: Solicitar a nomeação dos 176 aprovados como excedentes em todas as etapas do concurso público de Investigador de Polícia I.

Proposta 397: Ação 1004 – Acrescentar R\$4 milhões para aquisição de rádios de comunicação, bem como sua instalação nas viaturas caracterizadas e descaracterizadas da PCMG.

Proposta 409: Ação 1039 – Sugere-se o incremento na Região Estadual, em 2023, de R\$1.500.000,000 (um milhão e quinhentos mil reais) na meta financeira, para a compra de viaturas e equipamentos de informática e contratação de equipe para ampliar e aprimorar os procedimentos, viabilizando melhores condições de atendimento às mulheres vítimas de violência domésticas nas delegacias especializadas.

Neste momento, não é possível mensurar o impacto nas metas físicas, tendo em vista a necessidade de se realizar estudos mais aprofundados.

Proposta 432: Nomeação de 500 escrivães de polícia e 150 investigadores de polícia aprovados no concurso de 2021, de modo a possibilitar a modernização da PCMG, o que inclui o Plantão Digital, que busca atender às diversas cidades interioranas de Minas Gerais, ampliando a capilaridade das ações e um atendimento mais próximo e humano.

Acréscimo na Ação 2500 (valores a serem definidos por equipe técnica).

Sugestão R\$3.313.134,50 (cálculo baseado no vencimento líquido do escrivão de Polícia I multiplicado por 650 policiais a serem nomeados).

Sala de Reuniões, 16 de novembro de 2022.

Iniciativa Popular

**Justificação:** Proposta 96: O efetivo atual é em torno de 50% do total previsto.

Proposta 98: O número de efetivos está bem abaixo do previsto em lei, principalmente para o cargo de escrivão de polícia com 49% de vacâncias, isso acarreta sobrecarga aos colegas da ativa assim como atraso no andamento do inquérito entre outros.

Proposta 99: Atualmente a Polícia Civil de Minas Gerais sofre com um déficit efetivo de mais de 50% em todas as carreiras, déficit esse que impacta diretamente na eficiência e qualidade do serviço prestado à população. O programa tem como objetivos o aumento da sensação de segurança e a redução da criminalidade. Sabemos que tais objetivos só podem ser alcançados com o fortalecimento e investimentos nas instituições de segurança pública.

Muitas delegacias atuam, hoje, com um baixo efetivo, falta profissionais efetivos para atender dignamente a população e para dar continuidade a processos. O crime não pode ser combatido sem a elucidação de investigações. Em contrapartida há excedentes aprovados em todas as etapas do concurso de 2021 aptos a ingressar na Academia de Polícia e atuar efetivamente no combate a criminalidade. Vale salientar que o número de nomeados no concurso de 2021 é ínfimo diante do déficit atual do quadro efetivo da PCMG e que foram investidos mais de 12 milhões de reais para a conclusão das etapas do certame.

A nomeação dos excedentes, aprovados em todas as fases, preza pelo princípio Constitucional Administrativo da Economicidade já que reporia cargos vagos e não traria ônus ao Estado.

Proposta 101: Aumentar a segurança e a sensação de segurança.

Evitar que sejam gastos milhões com outro concurso até que todos os aprovados estejam nomeados.

Repor o efetivo que está muito abaixo do efetivo mínimo previsto em lei.

Proposta 102: A ação 1039 – enfrentamento da violência contra a mulher e melhores condições de atendimento nas delegacias de atendimento à mulher – requer a imediata recomposição do quadro policial da PCMG, que conta atualmente com um déficit que torna insustentável o atendimento ágil e efetivo à população mineira. Dessa forma, sugiro a convocação célere e imediata

de todos os excedentes, aprovados e aptos ao ingresso na instituição, visando atender de forma mais rápida, efetiva e digna as mineiras em todas as delegacias do Estado, e particularmente nas delegacias de atendimento à mulher.

Proposta 103: A ação 1004 – modernização da polícia judiciária e reestruturação da prestação de serviços da Polícia Judiciária visando aumentar a elucidação de crimes – depende de um efetivo robusto em exercício nas funções de polícia judiciária do Estado, particularmente na PCMG. Faz-se necessária a recomposição do quadro policial da instituição, que conta atualmente com um déficit que torna insustentável o atendimento ágil e efetivo à população mineira. Dessa forma, sugiro a convocação célere e imediata de todos os excedentes, aprovados e aptos ao ingresso na instituição, como pilar da reestruturação da prestação de serviços de polícia judiciária no Estado, em alinhamento a modernização e fortalecimento da PCMG.

Proposta 104: Aumentar a taxa de elucidação de crimes.

Efetivo está abaixo do mínimo previsto em lei.

Desburocratização da investigação.

Maior celeridade ao atendimento a sociedade civil.

Proposta 105: O programa 005 – Investigação – aumentar a segurança e sensação de segurança, contribuir para a redução da criminalidade – depende de um efetivo robusto em exercício, para atuar de forma rápida e efetiva na investigação, prevenção e repressão de crimes no Estado. Faz-se necessária a recomposição do quadro policial da PCMG, que conta atualmente com um déficit que torna insustentável o atendimento ágil e efetivo à população mineira. Dessa forma, sugiro a convocação célere e imediata de todos os excedentes, aprovados e aptos ao ingresso na instituição, visto que a redução da criminalidade depende diretamente de instituições fortalecidas na segurança pública, ainda mais considerando-se as funções tão vitais que exerce a PCMG no âmbito da segurança do Estado.

Proposta 106: Atualmente a Polícia Civil de Minas Gerais sofre com um déficit efetivo de mais de 50% em todas as carreiras, déficit esse que impacta diretamente na eficiência e qualidade do serviço prestado à população. O programa tem como objetivos o aumento da sensação de segurança e a redução da criminalidade. Sabemos que tais objetivos só podem ser alcançados com o fortalecimento e investimentos nas instituições de segurança pública.

Muitas delegacias atuam, hoje, com um baixo efetivo, falta profissionais efetivos para atender dignamente a população e para dar continuidade a processos. O crime não pode ser combatido sem a elucidação de investigações. Em contrapartida há excedentes, aprovados em todas as etapas, do concurso de 2021 aptos a ingressar na Academia de Polícia e atuar efetivamente no combate à criminalidade. Vale salientar que o número de nomeados no concurso de 2021 é ínfimo diante do déficit atual do quadro efetivo da PCMG, e que foram investidos mais de 12 milhões de reais para a conclusão das etapas do certame.

A nomeação dos excedentes, aprovados em todas as fases, preza pelo princípio Constitucional Administrativo da Economicidade já que reporia cargos vagos e não traria ônus ao Estado.

Proposta 107: Atualmente a Polícia Civil de Minas Gerais sofre com um déficit efetivo de mais de 50% em todas as carreiras, déficit esse que impacta diretamente na eficiência e qualidade do serviço prestado à população. O programa tem como objetivos o aumento da sensação de segurança e a redução da criminalidade. Sabemos que tais objetivos só podem ser alcançados com o fortalecimento e investimentos nas instituições de segurança pública.

Muitas delegacias atuam, hoje, com um baixo efetivo, falta profissionais efetivos para atender dignamente a população e para dar continuidade a processos. O crime não pode ser combatido sem a elucidação de investigações. Em contrapartida há excedentes, aprovados em todas as etapas, do concurso de 2021 aptos a ingressar na Academia de Polícia e atuar efetivamente no combate à criminalidade. Vale salientar que o número de nomeados no concurso de 2021 é ínfimo diante do déficit atual do quadro efetivo da PCMG, e que foram investidos mais de 12 milhões de reais para a conclusão das etapas do certame.

A nomeação dos excedentes, aprovados em todas as fases, preza pelo princípio Constitucional Administrativo da Economicidade já que reporia cargos vagos e não traria ônus ao Estado.

Proposta 108: Considerando o objetivo da Ação 1004 em aumentar a elucidação dos crimes através da modernização da polícia judiciária, nota-se que há extrema necessidade na recomposição do déficit das carreiras da Polícia Civil, em especial a de Escrivão, que, atualmente, o déficit de servidores chega a quase 50%. Para uma polícia judiciária modernizada e apta a prestar serviço público célere e de qualidade, é necessário que haja profissionais capacitados para servir a sociedade. Por isso, é de grande importância a nomeação de TODOS os excedentes da PCMG que estão aptos para contribuírem com a Ação 1004 e com a sociedade.

Proposta 109: Atualmente a Polícia Civil de Minas Gerais sofre com um déficit efetivo de mais de 50% em todas as carreiras, déficit esse que impacta diretamente na eficiência e qualidade do serviço prestado à população. O programa tem como objetivos o aumento da sensação de segurança e a redução da criminalidade. Sabemos que tais objetivos só podem ser alcançados com o fortalecimento e investimentos nas instituições de segurança pública.

Muitas delegacias atuam, hoje, com um baixo efetivo, falta profissionais efetivos para atender dignamente a população e para dar continuidade a processos. O crime não pode ser combatido sem a elucidação de investigações. Em contrapartida há excedentes, aprovados em todas as etapas, do concurso de 2021 aptos a ingressar na Academia de Polícia e atuar efetivamente no combate à criminalidade. Vale salientar que o número de nomeados no concurso de 2021 é ínfimo diante do déficit atual do quadro efetivo da PCMG e que foram investidos mais de 12 milhões de reais para a conclusão das etapas do certame.

A nomeação dos excedentes, aprovados em todas as fases, preza pelo princípio Constitucional Administrativo da Economicidade já que reporia cargos vagos e não traria ônus ao Estado.

Proposta 111: É de público fato notório que a Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) vem sofrendo com um déficit efetivo demasiadamente expressivo, ou seja, de mais de 50% em todas as carreiras, déficit esse que impacta diretamente na eficiência e qualidade do serviço prestado à população mineira.

O programa objetiva o aumento da sensação de segurança e a redução da criminalidade no Estado de MG.

É inegável que tais objetivos só podem ser alcançados com o fortalecimento e investimentos nas instituições de segurança pública.

Outra agravante se observa pelo fato de que muitas delegacias atuam, hoje, com um baixo efetivo, falta profissionais efetivos para atender dignamente a população e para dar continuidade a processos.

Ou seja, um verdadeiro sucateamento humano. Além de que estes policiais atuam em escala sobre-humana, simplesmente pelo substancial déficit. O crime não pode ser combatido sem a elucidação de investigações, mas para tal não basta apenas tecnologia, é necessário material humano.

Frisa-se, com bons olhos, que há excedentes, aprovados em todas as etapas do concurso de 2021 aptos a ingressar na Academia de Polícia e atuar efetivamente no combate à criminalidade. Vale salientar que o número de nomeados no concurso de 2021 é ínfimo diante do déficit atual do quadro efetivo da PCMG e que foram investidos mais de 12 milhões de reais para a conclusão das etapas do certame.

A nomeação dos excedentes, aprovados em todas as fases, preza pelo princípio Constitucional Administrativo da economicidade, moralidade e eficiência já que reporia cargos vagos e não traria ônus ao Estado, e este estaria atuando com probidade e responsabilidade diante da sociedade.

Nesta mesma linha, o aproveitamento dos excedentes aprovados em todas as etapas e aptos a iniciar o curso de formação, seria uma atitude republicana e beneficiaria a sociedade, visto que o dinheiro que haveria de ser investido em novo concurso poderia ser investido em educação, saúde, e transporte.

Proposta 114: Atualmente a Polícia Civil de Minas Gerais sofre com um déficit efetivo de mais de 50% em todas as carreiras, déficit esse que impacta diretamente na eficiência e qualidade do serviço prestado à população. O programa tem como objetivos o aumento da sensação de segurança e a redução da criminalidade. Sabemos que tais objetivos só podem ser alcançados com o fortalecimento e investimentos nas instituições de segurança pública.

Muitas delegacias atuam, hoje, com um baixo efetivo, falta profissionais efetivos para atender dignamente a população e para dar continuidade a processos. O crime não pode ser combatido sem a elucidação de investigações. Em contrapartida há excedentes, aprovados em todas as etapas, do concurso de 2021 aptos a ingressar na Academia de Polícia e atuar efetivamente no combate à criminalidade. Vale salientar que o número de nomeados no concurso de 2021 é ínfimo diante do déficit atual do quadro efetivo da PCMG, e que foram investidos mais de 12 milhões de reais para a conclusão das etapas do certame.

A nomeação dos excedentes, aprovados em todas as fases, preza pelo princípio Constitucional Administrativo da Economicidade já que reporia cargos vagos e não traria ônus ao Estado.

Proposta 115: O cargo de Escrivão de Polícia passa por um estado crítico de falta de efetivos. E o atual concurso que foi homologado esse ano de 2022, possui pouco mais de 500 aprovados em todas as etapas do certame, estamos aptos a entrar no curso de formação e fazer parte da Polícia Civil se Minas Gerais. Contamos pelo menos com uma previsão ou cronograma de nomeação das próximas turmas.

Proposta 116: Programa 005 – investigação aumentar a segurança e a sensação de segurança, contribuir para redução da criminalidade.

Ação 1004 – Modernização da Polícia judiciária e reestruturação da prestação de serviços da polícia judiciária, visando aumentar a elucidação de crimes.

Atualmente a Polícia Civil de Minas Gerais sofre com um déficit efetivo de mais de 50% em todas as carreiras, déficit esse que impacta diretamente na eficiência e qualidade do serviço prestado à população. O programa tem como objetivos o aumento da sensação de segurança e a redução da criminalidade. Sabemos que tais objetivos só podem ser alcançados com o fortalecimento e investimentos nas instituições de segurança pública.

Muitas delegacias atuam, hoje, com um baixo efetivo, falta profissionais efetivos para atender dignamente a população e para dar continuidade a processos. O crime não pode ser combatido sem a elucidação de investigações. Em contrapartida há excedentes, aprovados em todas as etapas, do concurso de 2021 aptos a ingressar na Academia de Polícia e atuar efetivamente no combate à criminalidade. Vale salientar que o número de nomeados no concurso de 2021 é ínfimo diante do déficit atual do quadro efetivo da PCMG, e que foram investidos mais de 12 milhões de reais para a conclusão das etapas do certame.

A nomeação dos excedentes, aprovados em todas as fases, preza pelo princípio Constitucional Administrativo da Economicidade já que reporia cargos vagos e não traria ônus ao Estado.

Proposta 117: É consabido que a Polícia Civil de Minas Gerais tem enorme déficit no seu quadro de pessoal. Por isso, é urgente a nomeação de todos os excedentes aprovados em todas as etapas do certame de 2021, aumentando a segurança, a sensação de segurança e contribuindo para a redução da criminalidade como o programa prevê. Aliás, a nomeação dos excedentes ainda sim não será capaz de suprir o enorme déficit do estado.

A nomeação dos excedentes, aprovados em todas as fases, preza pelo princípio Constitucional da Economicidade já que reporia cargos vagos e não traria ônus ao Estado, o que deve ser observado pelo estado mineiro, que agora se encontra em regime de recuperação fiscal.

Proposta 118: A Polícia Civil de Minas Gerais sofre com um déficit do efetivo em todas as carreiras, impactando diretamente na eficiência e qualidade do serviço prestado à população. O Estado possui o maior número de municípios e muitas

delegacias atuam com um baixo efetivo, prejudicando no atendimento e no combate da criminalidade, além da qualidade de vida dos servidores.

Houve a nomeação do concurso de 2021, porém a quantidade é ínfima comparada com a necessidade ideal para o bom funcionamento da instituição. Por outro lado, há excedentes que foram aprovados em todas as etapas e estão aptos a ingressar na Academia de Polícia. Vale lembrar que muitos obtiveram uma nota maior na avaliação e estavam dentro das vagas, mas perderam diversas posições em virtude da Prova de Títulos. Portanto, não há melhor nem pior, todos os aprovados têm o mérito dessa conquista.

Sendo assim, a nomeação dos excedentes do Concurso da PCMG é crucial para a reposição de cargos vagos e fortalecimento/valorização da Segurança Pública, além de prezar pelo Princípio Constitucional da Economicidade, em vista do investimento aplicado para a realização de todo o certame.

Proposta 119: Atualmente a Polícia Civil de Minas Gerais sofre com um déficit efetivo de mais de 50% em todas as carreiras, déficit esse que impacta diretamente na eficiência e qualidade do serviço prestado à população. O programa tem como objetivos o aumento da sensação de segurança e a redução da criminalidade. Sabemos que tais objetivos só podem ser alcançados com o fortalecimento e investimentos nas instituições de segurança pública.

Muitas delegacias atuam, hoje, com um baixo efetivo, falta profissionais efetivos para atender dignamente a população e para dar continuidade a processos. O crime não pode ser combatido sem a elucidação de investigações. Em contrapartida há excedentes, aprovados em todas as etapas, do concurso de 2021 aptos a ingressar na Academia de Polícia e atuar efetivamente no combate à criminalidade. Vale salientar que o número de nomeados no concurso de 2021 é ínfimo diante do déficit atual do quadro efetivo da PCMG, e que foram investidos mais de 12 milhões de reais para a conclusão das etapas do certame.

A nomeação dos excedentes, aprovados em todas as fases, preza pelo princípio Constitucional Administrativo da Economicidade já que reporia cargos vagos e não traria ônus ao Estado.

Proposta 120: Aumentar a taxa de elucidação de crimes. Efetivo está abaixo do mínimo previsto em lei. Desburocratização da investigação. Maior celeridade ao atendimento a sociedade civil.

Proposta 121: Ação 1039 – Enfrentamento a Violência contra a Mulher

Ação 1004 – Modernização da Polícia Judiciária

Programa: 005 – Investigação

A Polícia Civil de Minas Gerais se encontra com o maior déficit de pessoal da história da instituição. Hoje o cargo de Escrivão de Polícia está com uma defasagem de 50% em seu quadro de pessoal. Essa situação impacta diretamente no atendimento à população, prejudica o andamento dos inquéritos, adoece e sobrecarrega os profissionais que estão na ativa.

É necessário em caráter de urgência a nomeação dos Excedentes aprovados em todas as fases do concurso da Polícia Civil de Minas Gerais de 2021 que já estão aptos e prontos para iniciar o curso de formação. Principalmente o cargo de escrivão, onde ocorre a maior defasagem.

Toda Ação e Programas de Modernização deve passar primeiro pela complementação do efetivo mínimo para que os trabalhos sejam concluídos com agilidade. A Violência contra a mulher tem assolado nosso estado mineiro, sem pessoal para seguir com as investigações após o crime, sem o escrivão atuando nos inquéritos policiais, a sensação de impunidade tende a aumentar. Por isso é primordial a nomeação imediata dos aprovados em todas as fases do certame de 2021 da Polícia Civil de Minas Gerais.

Proposta 123: Ação 1004

A modernização da PCMG é urgente, hoje temos uma falta de efetivo imensa, beirando os 50%.

A falta de efetivo afeta diretamente a população no seu atendimento e na elucidação de crimes.

Contudo, já existe efetivo pronto para nomeação, dependendo exclusivamente da aprovação do governo.

Hoje em dia o cidadão muitas vezes não tem atendimento próximo de casa e tem que se deslocar muitos km.

Além do fato de que para um novo concurso o gasto será imenso, valor que poderia ser utilizado para reformar delegacias, comprar viaturas e equipamentos.

Proposta 124: Visto que o Estado de Minas Gerais está com quadro bem inferior à demanda de prestação de serviço de qualidade para toda população do Estado. Atualmente a PCMG sofre um déficit de mais de 50% em todos os cargos, impactando diretamente na prestação de atendimento à sociedade e com isso sobrecarregando o efetivo no atendimento, impactando diretamente na qualidade do atendimento à população. Dificultando a agilidade nos processos da polícia judiciária e todas as regiões de Minas Gerais.

Proposta 125: Todos sabemos que para a rapidez e eficiência na investigação e segurança é necessário efetivo. Hoje a PCMG possui metade do efetivo que deveria ter, para um estado imenso.

Além do efetivo de investigadores ser metade do necessário os escrivães que poderiam ajudar nas operações estão com déficit de 50% sendo substituídos por funcionários de prefeituras que não podem sair em operações para garantir a segurança da população.

A solução é simples e já foi solicitada pela PCMG ao governo a nomeação dos excedentes do concurso PCMG 21. O que garantiria um reforço imenso na segurança pública de MG.

Proposta 126: Atualmente a Polícia Civil de Minas Gerais sofre com um déficit efetivo de mais de 50% em todas as carreiras, déficit esse que impacta diretamente na eficiência e qualidade do serviço prestado à população. O programa tem como objetivos o aumento da sensação de segurança e a redução da criminalidade. Sabemos que tais objetivos só podem ser alcançados com o fortalecimento e investimentos nas instituições de segurança pública. Muitas delegacias atuam, hoje, com um baixo efetivo, falta profissionais efetivos para atender dignamente a população e para dar continuidade a processos. O crime não pode ser combatido sem a elucidação de investigações. Em contrapartida há excedentes, aprovados em todas as etapas, do concurso de 2021 aptos a ingressar na Academia de Polícia e atuar efetivamente no combate à criminalidade. Vale salientar que o número de nomeados no concurso de 2021 é ínfimo diante do déficit atual do quadro efetivo da PCMG, e que foram investidos mais de 12 milhões de reais para a conclusão das etapas do certame. A nomeação dos excedentes, aprovados em todas as fases, preza pelo princípio Constitucional Administrativo da Economicidade já que reporia cargos vagos e não traria ônus ao Estado.

Proposta 127: Atualmente a Polícia Civil de Minas Gerais sofre com um déficit efetivo de mais de 50% em todas as carreiras, déficit esse que impacta diretamente na eficiência e qualidade do serviço prestado à população. O programa tem como objetivos o aumento da sensação de segurança e a redução da criminalidade. Sabemos que tais objetivos só podem ser alcançados com o fortalecimento e investimentos nas instituições de segurança pública.

Muitas delegacias atuam, hoje, com um baixo efetivo, falta profissionais efetivos para atender dignamente a população e para dar continuidade a processos. O crime não pode ser combatido sem a elucidação de investigações. Em contrapartida há excedentes, aprovados em todas as etapas, do concurso de 2021 aptos a ingressar na Academia de Polícia e atuar efetivamente no combate à criminalidade. Vale salientar que o número de nomeados no concurso de 2021 é ínfimo diante do déficit atual do quadro efetivo da PCMG, e que foram investidos mais de 12 milhões de reais para a conclusão das etapas do certame.

A nomeação dos excedentes, aprovados em todas as fases, preza pelo princípio Constitucional Administrativo da Economicidade já que reporia cargos vagos e não traria ônus ao Estado.

Proposta 128: Ação 1004 – Modernização da Polícia Judiciária e reestruturação da prestação de serviços da polícia judiciária visando aumentar a elucidação de crimes.

Atualmente a Polícia Civil de Minas Gerais sofre com um déficit efetivo de mais de 50% em todas as carreiras, déficit esse que impacta diretamente na eficiência e qualidade do serviço prestado à população.

Muitas delegacias atuam hoje com um baixo efetivo, falta profissionais para atender dignamente a população e para a elucidação de crimes, que se acumulam, sobrecarregando os servidores.

Em contrapartida há excedentes, aprovados em todas as etapas, do concurso de 2021 aptos a ingressar na Academia de Polícia e atuar efetivamente no combate à criminalidade. Vale salientar que o número de nomeados no concurso de 2021 é ínfimo diante do déficit atual do quadro efetivo da PCMG, e que foram investidos mais de 12 milhões de reais para a conclusão das etapas do certame.

A nomeação dos excedentes, aprovados em todas as fases, preza pelo princípio Constitucional Administrativo da Economicidade já que iria repor cargos vagos e não traria ônus ao Estado.

Proposta 131: Atualmente a Polícia Civil de Minas Gerais sofre com um déficit efetivo de mais de 50% em todas as carreiras, déficit esse que impacta diretamente na eficiência e qualidade do serviço prestado à população. O programa tem como objetivos o aumento da sensação de segurança e a redução da criminalidade. Sabemos que tais objetivos só podem ser alcançados com o fortalecimento e investimentos nas instituições de segurança pública.

Muitas delegacias atuam, hoje, com um baixo efetivo, falta profissionais efetivos para atender dignamente a população e para dar continuidade a processos. O crime não pode ser combatido sem a elucidação de investigações. Em contrapartida há excedentes, aprovados em todas as etapas, do concurso de 2021 aptos a ingressar na Academia de Polícia e atuar efetivamente no combate à criminalidade. Vale salientar que o número de nomeados no concurso de 2021 é ínfimo diante do déficit atual do quadro efetivo da PCMG, e que foram investidos mais de 12 milhões de reais para a conclusão das etapas do certame.

A nomeação dos excedentes, aprovados em todas as fases, preza pelo princípio Constitucional Administrativo da Economicidade já que reporia cargos vagos e não traria ônus ao Estado.

Proposta 134: Atualmente a Polícia Civil de Minas Gerais sofre com um déficit efetivo de mais de 50% em todas as carreiras, déficit esse que impacta diretamente na eficiência e qualidade do serviço prestado à população. O programa tem como objetivos o aumento da sensação de segurança e a redução da criminalidade. Sabemos que tais objetivos só podem ser alcançados com o fortalecimento e investimentos nas instituições de segurança pública.

Muitas delegacias atuam, hoje, com um baixo efetivo, falta profissionais efetivos para atender dignamente a população e para dar continuidade a processos. O crime não pode ser combatido sem a elucidação de investigações. Em contrapartida há excedentes, aprovados em todas as etapas, do concurso de 2021 aptos a ingressar na Academia de Polícia e atuar efetivamente no combate à criminalidade. Vale salientar que o número de nomeados no concurso de 2021 é ínfimo diante do déficit atual do quadro efetivo da PCMG, e que foram investidos mais de 12 milhões de reais para a conclusão das etapas do certame.

A nomeação dos excedentes, aprovados em todas as fases, preza pelo princípio Constitucional Administrativo da Economicidade já que reporia cargos vagos e não traria ônus ao Estado.

Proposta 136: É de público fato notório que a Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – vem sofrendo com um déficit de efetivo demasiadamente expressivo, ou seja, de mais de 50% em todas as carreiras, déficit esse que impacta diretamente na eficiência e qualidade do serviço prestado à população mineira.

O programa objetiva o aumento da sensação de segurança e a redução da criminalidade no Estado de MG.

É inegável que tais objetivos só podem ser alcançados com o fortalecimento e investimentos nas instituições de segurança pública.

Outra agravante se observa pelo fato de que muitas delegacias atuam, hoje, com um baixo efetivo, falta profissionais efetivos para atender dignamente a população e para dar continuidade a processos.

Ou seja, um verdadeiro sucateamento humano. Além de que estes policiais atuam em escala sobre-humana, simplesmente pelo substancial déficit. O crime não pode ser combatido sem a elucidação de investigações, mas para tal não basta apenas tecnologia, é necessário material humano.

Frisa-se, com bons olhos, que há excedentes, aprovados em todas as etapas do concurso de 2021 aptos a ingressar na Academia de Polícia e atuar efetivamente no combate à criminalidade. Vale salientar que o número de nomeados no concurso de 2021 é ínfimo diante do déficit atual do quadro efetivo da PCMG, e que foram investidos mais de 12 milhões de reais para a conclusão das etapas do certame.

A nomeação dos excedentes, aprovados em todas as fases, preza pelo princípio Constitucional Administrativo da economicidade, moralidade e eficiência já que reporia cargos vagos e não traria ônus ao Estado, e este estaria atuando com probidade e responsabilidade diante da sociedade.

Nesta mesma linha, o aproveitamento dos excedentes aprovados em todas as etapas e aptos a iniciar o curso de formação, seria uma atitude republicana e beneficiaria a sociedade, visto que o dinheiro que haveria de ser investido em novo concurso poderia ser investido em educação, saúde, e transporte.

Proposta 137: A Polícia Civil de Minas Gerais tem sofrido enormemente com o baixo efetivo em todas as suas carreiras, hoje calculado em torno de 50%, impacta negativamente na qualidade do serviço prestado aos cidadãos. O programa em questão busca aumentar a sensação de segurança da População através da redução da criminalidade. É notório que sem servidores para executar as tarefas do processo investigativo torna-se impossível uma prestação de serviço satisfatória à sociedade. Há aprovados em todas as fases aptos para atender os anseios da PCMG e consequentemente da população. Gostaria de sugerir para apreciação a nomeação dos excedentes, uma vez que isso prezaria pelo princípio da Eficiência da Administração Pública, já que os gastos já foram realizados pelo órgão. Também vale salientar que durante e após as fases o número de vacâncias tem aumentado consideravelmente, se este efetivo será reposto pelo menos em parte, que seja com pessoas que já estão aptas para assumir quase que imediatamente.

Proposta 138: É sabido que a PCMG carece de pessoal, especialmente no cargo de escrivão, e que devido à necessidade premente de pessoal, existem funcionário cedidos desempenhando as funções inerentes a tal cargo, o que constituiu ofensa aos princípios constitucionais da isonomia, impessoalidade, moralidade e eficiência. Foi realizado concurso público em 2021, com o dispêndio de mais de 12 milhões de reais do Estado, o qual foi homologado com a cerca de 1000 candidatos classificados, submetidos a todas as fases do certame (prova objetiva, exames médicos, psicológicos e de capacidade física), e nelas aprovados, mas apenas cerca de 40% deles foram nomeados até então. Embora o certame de 2021 esteja em plena validade (pois homologado em julho/2022, com validade de 2 anos, prorrogável por mais 2) e com cerca de 600 candidatos incontestavelmente aptos aguardando nomeação, o governo especula, agora, a realização de um novo concurso público, em flagrante oposição ao interesse público, diante da oposição aos princípios da eficiência, da economicidade, e da proporcionalidade.

Proposta 141: Atualmente a Polícia Civil de Minas Gerais sofre com um déficit efetivo de mais de 50% em todas as carreiras, déficit esse que impacta diretamente na eficiência e qualidade do serviço prestado à população. O programa tem como objetivos o aumento da sensação de segurança e a redução da criminalidade. Sabemos que tais objetivos só podem ser alcançados com o fortalecimento e investimentos nas instituições de segurança pública.

Muitas delegacias atuam, hoje, com um baixo efetivo, falta profissionais efetivos para atender dignamente a população e para dar continuidade a processos. O crime não pode ser combatido sem a elucidação de investigações. Em contrapartida há excedentes, aprovados em todas as etapas, do concurso de 2021 aptos a ingressar na Academia de Polícia e atuar efetivamente no

combate à criminalidade. Vale salientar que o número de nomeados no concurso de 2021 é ínfimo diante do déficit atual do quadro efetivo da PCMG, e que foram investidos mais de 12 milhões de reais para a conclusão das etapas do certame.

A nomeação dos excedentes, aprovados em todas as fases, preza pelo princípio Constitucional Administrativo da Economicidade já que reporia cargos vagos e não traria ônus ao Estado.

Proposta 142: É notória a falta de efetivo da PCMG, em especial no cargo de escrivão de polícia, o qual possui um déficit de 49,20% do efetivo, conforme dados do Armazém Sisap, tendo em vista essa necessidade de pessoal, assevera-se que existem funcionários cedidos por prefeituras exercendo às funções inerentes a tal cargo, o que constituiu ofensa direta aos princípios constitucionais da isonomia, impessoalidade, moralidade e eficiência pública.

Ressalta-se ainda, que foi realizado em 2021 concurso público, com o dispêndio de mais de R\$12 milhões de reais aos cofres públicos do Estado, o qual foi homologado com cerca de 1000 candidatos classificados, submetidos a todas as fases do certame (prova objetiva, exames médicos, psicológicos e de capacidade física), e nelas aprovados, mas apenas cerca de 40% deles foram nomeados até então. Embora o certame de 2021 esteja em plena validade (pois homologado em julho/2022, com validade de 2 anos, prorrogável por mais 2) e com cerca de 600 candidatos aptos aguardando nomeação, o governo especula, agora, a realização de um novo concurso público, em flagrante oposição ao interesse público, diante da oposição aos princípios da eficiência, da economicidade, e da proporcionalidade. Ademais, o Estado já nomeou excedentes para os cargos de Perito e Médico Legista, nomeando 6 vezes mais o número de vagas efetivas para Peritos (21) foram nomeados 123, bem como Médicos Legistas, 05 vezes mais (09) e foram nomeados 46 Médicos Legistas. Desse modo, espera-se que a devida proporcionalidade seja aplicada para todos os cargos, respeitando-se os princípios constitucionais já asseverados, bem como os bons ditames da gestão pública que pautam a economicidade e razoabilidade.

Proposta 143: Sem pessoal é impossível prestar os serviços necessários e que já estão supercarentes, existem candidatos aprovados em todas as etapas do último certame somente aguardando serem nomeados, é uma forma mais econômica e rápida para o governo!

Proposta 145: Programa 005

Ação 1004

Ação 1039

Para que o programa 005 e as ações 1004 e 1039 surtam efeito é necessário um bom efetivo, para melhoras as investigações e para dar agilidade nos inquéritos policiais. Os cargos de investigador de polícia e escrivão de polícia estão com um déficit de 50% de policiais, tornam impossível uma prestação de trabalho adequado e ágil.

Proposta 148: Atualmente a Polícia Civil de Minas Gerais sofre com um déficit efetivo de mais de 50% em todas as carreiras, déficit esse que impacta diretamente na eficiência e qualidade do serviço prestado à população. O programa tem como objetivos o aumento da sensação de segurança e a redução da criminalidade. Sabemos que tais objetivos só podem ser alcançados com o fortalecimento e investimentos nas instituições de segurança pública.

Muitas delegacias atuam, hoje, com um baixo efetivo, falta profissionais efetivos para atender dignamente a população e para dar continuidade a processos. O crime não pode ser combatido sem a elucidação de investigações. Em contrapartida há excedentes, aprovados em todas as etapas, do concurso de 2021 aptos a ingressar na Academia de Polícia e atuar efetivamente no combate à criminalidade. Vale salientar que o número de nomeados no concurso de 2021 é ínfimo diante do déficit atual do quadro efetivo da PCMG, e que foram investidos mais de 12 milhões de reais para a conclusão das etapas do certame.

A nomeação dos excedentes, aprovados em todas as fases, preza pelo princípio Constitucional Administrativo da Economicidade já que reporia cargos vagos e não traria ônus ao Estado.

Proposta 149: Ação 1004

Ação 1039

A PCMG conta com um déficit de mais de 50% em seu efetivo, sendo urgente a convocação dos excedentes, aprovados em todas as etapas do concurso de 2021, para recomposição do seu quadro de Escrivão de Polícia.

Proposta 153: Há aprovados em todas as fases do concurso de 2021 da PCMG e, portanto, já estão aptos a serem nomeados para recompor o efetivo.

Além disso, nomear esses excedentes antes de um novo concurso é algo que “casa” perfeitamente com princípios da Administração Pública, como o da economicidade e da eficiência.

A PCMG está com déficit de mais de 50% em todas as carreiras, dessa forma é humanamente impossível garantir o aumento da sensação de segurança da população e a diminuição da criminalidade, objetivos do programa.

Ressalta-se que o número de nomeados no concurso de 2021 é irrisório diante do déficit atual da PCMG, e que foram investidos mais de 12 milhões de reais para a conclusão das etapas do certame. Assim, não se deve desperdiçar o dinheiro público investido, nem os excedentes. Nomeá-los é de extrema importância para que a população seja atendida dignamente em suas demandas e as investigações criminais avancem.

Proposta 154: O déficit de servidores na Polícia Civil de Minas Gerais é uma realidade e traz insegurança para os mineiros e ineficiência para a estratégica execução da função de Polícia Judiciária em todas as suas áreas de atuação. Tendo em vista as várias ações programadas para a corporação, tais como o plantão digital, as delegacias rurais, e o incremento em atividades de inteligência e solução de crimes; e priorizando o princípio da economicidade administrativa, tendo em vista que a realização de outro concurso público é demorada e dispendiosa.

Programa 005 – Investigação – Polícia Civil, e ações 1004, 1046, 1067, 1068, 4025:

Proposta 155: Em 2021 foi contratada pela Polícia Civil de Minas Gerais a Fundação Mariana Resende Costa – Fumarc – para organização e execução de concurso público para provimento de diversos cargos dentro da estrutura policial mineira. O contrato gerou um custo de R\$12.118.600,00 (doze milhões cento e dezoito mil e seiscentos reais) aos cofres do estado, gasto esse que é de fato necessário para a recomposição do déficit de mais de 50% do efetivo da instituição. Entretanto, apenas uma parcela dos aprovados em todas as fases do concurso foi convocada para o curso de formação na Academia de Polícia, restando ainda um grupo significativo de excedentes que poderia também ser convocado sem gerar custo adicional nenhum ao estado. A convocação de todos os excedentes, que segue sem previsão, é de extrema relevância não só por respeitar o princípio da economicidade, mas também para garantir que alarmantes índices de falta de efetivo nas delegacias estaduais não afetem a vida do cidadão mineiro. A diminuição dos índices de criminalidade em MG é possível e pode ser realizada de forma eficiente e econômica pelo governo, bastando apenas que ações como a exemplificada sejam tomadas.

Proposta 158: Ação 1004 – O déficit atual dos servidores da Polícia Civil de Minas Gerais prejudica a elucidação de crimes e o andamento dos processos.

A reestruturação na prestação de serviços da polícia judiciária necessita de que os policiais em atividade estejam trabalhando de forma digna e sem sobrecarga de trabalho, já que a saúde mental de cada um reflete nas rotinas laborais.

Portanto, é indispensável a rápida nomeação dos excedentes do último concurso da PCMG, pois isso implica em eficiência na prestação dos serviços de segurança pública para a população. Além disso, abre caminho para que a modernização da polícia se faça de forma mais abrangente nos mais de 800 municípios mineiros, já que irá contar com uma força maior de trabalho agindo para essa finalidade.

Proposta 165: Atualmente a Polícia Civil de Minas Gerais sofre com um déficit efetivo de mais de 50% em todas as carreiras, déficit esse que impacta diretamente na eficiência e qualidade do serviço prestado à população. O programa tem como objetivos o aumento da sensação de segurança e a redução da criminalidade. Sabemos que tais objetivos só podem ser alcançados com o fortalecimento e investimentos nas instituições de segurança pública.

Muitas delegacias atuam, hoje, com um baixo efetivo, falta profissionais efetivos para atender dignamente a população e para dar continuidade a processos. O crime não pode ser combatido sem a elucidação de investigações. Em contrapartida há excedentes, aprovados em todas as etapas, do concurso de 2021 aptos a ingressar na Academia de Polícia e atuar efetivamente no combate à criminalidade. Vale salientar que o número de nomeados no concurso de 2021 é ínfimo diante do déficit atual do quadro efetivo da PCMG, e que foram investidos mais de 12 milhões de reais para a conclusão das etapas do certame.

A nomeação dos excedentes, aprovados em todas as fases, preza pelo princípio Constitucional Administrativo da Economicidade já que reporia cargos vagos e não traria ônus ao Estado.

Proposta 166: Ação 1039 – O enfrentamento da violência contra a mulher e melhores condições de atendimento nas delegacias de atendimento à mulher exige que o quadro das carreiras da PCMG esteja de acordo com a demanda, que é enorme. O que observamos atualmente é que faltam policiais nas delegacias e nas ruas em busca da elucidação dos crimes.

Os delitos contra a mulher ganham destaque na mídia e amedrontam a classe feminina, além de destruir muitas famílias. Por isso, é urgente diminuir a ação desses criminosos e aumentar a proteção das mulheres, para que o pior não aconteça, ou seja, para que não percam suas vidas. Para que essas ações sejam concretas e progressivas é necessário recompor o déficit da PCMG, sendo que a melhor forma é nomeando os excedentes do concurso de 2021 (ainda vigente).

Tendo em vista as ações planejadas pela instituição, como o plantão digital e o trabalho nas delegacias da mulher, há muito trabalho para ser feito. É contrário aos princípios constitucionais da Administração pública (economicidade e eficiência) desperdiçar o cadastro reserva do concurso de 2021, já que a realização de um novo concurso se dá de forma mais demorada e dispendiosa.

Proposta 167: Considerando o objetivo da Ação 1004 em aumentar a elucidação dos crimes através da modernização da polícia judiciária, nota-se que há extrema necessidade na recomposição do déficit das carreiras da Polícia Civil, em especial a de Escrivão, que, atualmente, o déficit de servidores chega a quase 50%. Para uma polícia judiciária modernizada e apta a prestar serviço público célere e de qualidade, é necessário que haja profissionais capacitados para servir a sociedade. Por isso, é de grande importância a nomeação de todos os excedentes da PCMG que estão aptos para contribuir com a Ação 1004 e com a sociedade.

Proposta 168: Atualmente a Polícia Civil de Minas Gerais sofre com um déficit efetivo de mais de 50% em todas as carreiras, déficit esse que impacta diretamente na eficiência e qualidade do serviço prestado à população. O programa tem como objetivos o aumento da sensação de segurança e a redução da criminalidade. Sabemos que tais objetivos só podem ser alcançados com o fortalecimento e investimentos nas instituições de segurança pública. Muitas delegacias atuam, hoje, com um baixo efetivo, falta profissionais efetivos para atender dignamente a população e para dar continuidade a processos. O crime não pode ser combatido sem a elucidação de investigações. Em contrapartida há excedentes, aprovados em todas as etapas, do concurso de 2021 aptos a ingressar na Academia de Polícia e atuar efetivamente no combate à criminalidade. Vale salientar que o número de nomeados no concurso de 2021 é ínfimo diante do déficit atual do quadro efetivo da PCMG, e que foram investidos mais de 12 milhões de reais para a conclusão das etapas do certame. A nomeação dos excedentes, aprovados em todas as fases, preza pelo princípio Constitucional Administrativo da Economicidade já que reporia cargos vagos e não traria ônus ao Estado.

Proposta 169: Para o programa 005 – Inclusão da reposição do Déficit efetivo bem como a nomeação dos Excedentes, aprovados em todas as fases do concurso de 2021. Aumentar a segurança e sensação de segurança, contribuir para a redução da criminalidade

Ação 1039 – Enfrentamento da violência contra a mulher e melhores condições de atendimento nas delegacias de atendimento à mulher

Ação 1004 – Modernização da Polícia Judiciária e reestruturação da prestação de serviços da polícia judiciária visando aumentar a elucidação de crimes.

Atualmente a Polícia Civil de Minas Gerais sofre com um déficit efetivo de mais de 50% em todas as carreiras, déficit esse que impacta diretamente na eficiência e qualidade do serviço prestado à população. O programa tem como objetivos o aumento da sensação de segurança e a redução da criminalidade. Sabemos que tais objetivos só podem ser alcançados com o fortalecimento e investimentos nas instituições de segurança pública.

Muitas delegacias atuam, hoje, com um baixo efetivo, falta profissionais efetivos para atender dignamente a população e para dar continuidade a processos. O crime não pode ser combatido sem a elucidação de investigações. Em contrapartida há excedentes, aprovados em todas as etapas, do concurso de 2021 aptos a ingressar na Academia de Polícia e atuar efetivamente no combate à criminalidade. Vale salientar que o número de nomeados no concurso de 2021 é ínfimo diante do déficit atual do quadro efetivo da PCMG, e que foram investidos mais de 12 milhões de reais para a conclusão das etapas do certame.

A nomeação dos excedentes, aprovados em todas as fases, preza pelo princípio Constitucional Administrativo da Economicidade já que reporia cargos vagos e não traria ônus ao Estado.

Proposta 170: Atualmente a Polícia Civil de Minas Gerais sofre com um déficit efetivo de mais de 50% em todas as carreiras, déficit esse que impacta diretamente na eficiência e qualidade do serviço prestado à população. O programa tem como objetivos o aumento da sensação de segurança e a redução da criminalidade. Sabemos que tais objetivos só podem ser alcançados com o fortalecimento e investimentos nas instituições de segurança pública.

Muitas delegacias atuam, hoje, com um baixo efetivo, falta profissionais efetivos para atender dignamente a população e para dar continuidade a processos. O crime não pode ser combatido sem a elucidação de investigações. Em contrapartida há excedentes, aprovados em todas as etapas, do concurso de 2021 aptos a ingressar na Academia de Polícia e atuar efetivamente no combate à criminalidade. Vale salientar que o número de nomeados no concurso de 2021 é ínfimo diante do déficit atual do quadro efetivo da PCMG, e que foram investidos mais de 12 milhões de reais para a conclusão das etapas do certame.

A nomeação dos excedentes, aprovados em todas as fases, preza pelo princípio Constitucional Administrativo da Economicidade já que reporia cargos vagos e não traria ônus ao Estado.

Proposta 171: Atualmente sofre a Polícia Civil de Minas Gerais com um efetivo de mais de 50% as carreiras, déficit esse que impacta diretamente na eficiência e qualidade do serviço prestado à população. O programa tem como objetivos o aumento da sensação de segurança e a redução da criminalidade. Sabemos que tais objetivos podem ser seguros com o fortalecimento e investimentos nas instituições públicas. A maioria das pessoas atuantes, hoje, com um baixo fluxo, a falta e a continuidade da dignação a todos os profissionais. O crime não pode ser combatido sem a elucidação de investigação. Em contrapartida há contratados, aprovado em todas as etapas, do concurso de 2021 apto para se inscrever na Academia de Polícia e atuar à não combate à criminalidade. Vale que o número de nomeados no concurso de 2021 é ínfimo diante do déficit atual do quadro efetivo da PCMG, e que foram investidos mais de 12 milhões de reais para a conclusão das etapas do certo. A nomeação dos excedentes, aprovada em todas as fases, preza pelo princípio Constitucional da Economicidade já que reporia cargas vago e não traria ônus ao Estado. e que foram investidos de mais de 12 milhões de reais para a conclusão das etapas do certo. A nomeação dos excedentes, aprovada em todas as fases, preza pelo princípio Constitucional da Economicidade já que reporia cargas vago e não traria ônus ao Estado. e que foram investidos de mais de 12 milhões de reais para a conclusão das etapas do certo. A nomeação dos excedentes, aprovada em todas as fases, preza pelo princípio Constitucional da Economicidade já que reporia cargas vago e não traria ônus ao Estado.

Proposta 172: Ação 1039 – O enfrentamento da violência contra a mulher e melhores condições de atendimento nas delegacias de atendimento à mulher exige que o quadro das carreiras da PCMG esteja de acordo com a demanda, que é enorme. O que observamos atualmente é que faltam policiais nas delegacias e nas ruas em busca da elucidação dos crimes. Os delitos contra a mulher destacam na mídia e amedrontam a classe feminina, além de destruir a vida de muitas famílias. Por isso, urgentemente diminuirá as vidas, principalmente, para aumentar a vida das mulheres que não é pior que aconteça, ou seja, suas vidas. Para que essas ações sejam concretas e progressivas é necessário recompor o déficit da PCMG, sendo que a melhor forma é nomeando os excedentes do concurso de 2021 (ainda vigente). Tendo em vista como verdadeiras ações pela instituição, como o plantão digital e o trabalho nas delegacias da mulher, há muito trabalho para ser feito. É um cadastro público aos princípios da administração pública, um aviso prévio de concurso público, e mais recente o cadastro constitucional<sup>202</sup> que a realização do concurso é dispendido.

Proposta 177: Ação 1039 – O enfrentamento da violência contra a mulher e melhores condições de atendimento nas delegacias de atendimento à mulher exige que o quadro das carreiras da PCMG esteja de acordo com a demanda, que é enorme. O que observamos atualmente é que faltam policiais nas delegacias e nas ruas em busca da elucidação dos crimes.

Os delitos contra a mulher ganham destaque na mídia e amedrontam a classe feminina, além de destruir a vida de muitas famílias. Por isso, é urgente diminuir a ação desses criminosos e aumentar a proteção das mulheres, para que o pior não aconteça, ou seja, para que não percam suas vidas. Para que essas ações sejam concretas e progressivas é necessário recompor o déficit da PCMG, sendo que a melhor forma é nomeando os excedentes do concurso de 2021 (ainda vigente).

Tendo em vista as ações planejadas pela instituição, como o plantão digital e o trabalho nas delegacias da mulher, há muito trabalho para ser feito. É contrário aos princípios constitucionais da Administração pública (economicidade e eficiência) desperdiçar o cadastro reserva do concurso de 2021, já que a realização de um novo concurso é dispendiosa e mais demorada.

Proposta 178: Foi realizado no ano de 2021 e 2022 Concurso Público pra todas as carreiras da PCMG inclusive áreas administrativas. Ao final de todas as etapas, restaram alguns excedentes, estes aptos a entrarem na Instituição e amenizar o déficit da Polícia Civil.

Foi investido quase 20 milhões na realização do Concurso.

O governo propõe realização de Concurso anual pra PCMG, o que honorária em quatro anos quase 100 milhões dos cofres públicos. Diante do exposto, aproveitar os excedentes seria economia do dinheiro público. Dinheiro este que poderia ser investido na aquisição de viaturas, equipamentos de informática, capacitação dos servidores, melhorias no sistema da PCMG. Ou seja, um novo concurso em 2023, com excedentes aptos, aprovados em todas as etapas é um gasto desnecessário e fere o princípio da eficiência, que impõe que a Administração Pública DEVE evitar o desperdício e a falha. Uma proposta talvez seria a realização do Concurso de 2 em 2 anos e o aproveitamento de todos os excedentes APTOS, que chegaram ao final de todas as etapas.

Proposta 179: A Polícia Civil do Estado de Minas Gerais enfrenta atualmente um déficit de mais de 50% em seu quadro efetivo para todos os cargos. Muitas delegacias atuam com um número reduzido de servidores, isso dificulta todo o processo de investigação e elucidação de crimes, aumenta a sensação de insegurança da população e dos próprios policiais civis que arriscam suas vidas para preservar a ordem pública. O investimento na recomposição do quadro da PCMG se faz necessário e urgente ao passo que a criminalidade está aumentando e se fortalecendo por meio das organizações criminosas.

O programa tem como objetivo aumentar a segurança e contribuir para a redução da criminalidade. O número de nomeados no concurso de 2021 foi muito baixo se comparado ao efetivo previsto para o Órgão, por outro lado há excedentes aprovados em todas as fases do mesmo concurso, prontos para ingressar na Acadepol e contribuir para o fortalecimento da segurança pública.

Proposta 180: A polícia possui um déficit gigantesco, isso impacta diretamente a sociedade que sofre com a demora no atendimento e na resolução de casos, e com isso a criminalidade só aumento. O chamamento dos excedentes vai ao encontro do princípio da economicidade, uma vez que o estado de Minas Gerais ainda se encontra com dificuldades financeiras.

Proposta 181: A Polícia Civil de Minas Gerais vem sofrendo com a enorme falta de recursos humanos na instituição. Tal situação impacta na qualidade e eficiência desta força policial, prejudicando o andamento de investigações e prestando um serviço que não atende as demandas da sociedade. Atualmente o último concurso da PCMG conta com excedentes que estão aprovados em todas as etapas que conseguiria suprir boa parte deste déficit de uma forma mais econômica que a realização de novo concurso.

Visando preservar o princípio da economicidade visto que o estado encontra-se em regime de recuperação fiscal, o aproveitamento dos excedentes evitar para a manutenção e restabelecimento do bom funcionamento da PCMG.

O concurso teve um gasto de 12 milhões de reais além das custas nas outras etapas do certame.

Proposta 184: Questão de economia para o Estado, uma vez que todos os excedentes já concluíram todas as etapas do concurso público de 2021, aguardando apenas a convocação pelo Governador.

Proposta 185: A PCMG se encontra com um déficit de servidores muito grande, o que prejudica a investigação e a elucidação de crimes. Assim, considerando que há excedentes do último concurso, que já passaram em todas as etapas do concurso, e que aguardam apenas a nomeação para o curso de formação e posteriormente entrar em exercício, é interessante que seja dado posse a estes candidatos o mais rápido possível, a fim de suprir o déficit de servidores forma célere. A medida, com certeza, seria um ótimo passo para garantir um estado mais seguro.

Proposta 188: A Polícia Civil de Minas Gerais apresenta um déficit do efetivo de mais de 50% em todas as carreiras, e isso gera um prejuízo à sociedade pois piora a qualidade do serviço prestado, diminuindo a sensação de segurança da população mineira. O programa em questão tem o objetivo de fortalecer a Polícia Civil de Minas Gerais com os excedentes, aprovados em todas etapas, portanto aptos, no concurso de 2021, visando combater o baixo efetivo que é apresentado atualmente, e consequentemente trazer uma melhoria na Segurança do Estado, e na redução da Criminalidade. Além disso, é válido salientar que a nomeação dos excedentes, preza pelo princípio Constitucional Administrativo da Economicidade já que busca repor cargos vagos e não traria mais ônus para o Estado, já que até aqui, foram investidos mais de 12 milhões de reais para a conclusão das etapas do certame de 2021.

Proposta 189: A nomeação dos excedentes aprovados em todas as fases do Concurso da Polícia Civil é de extrema necessidade e interesse público para aumentar a segurança e contribuir para a redução da criminalidade e da impunidade.

Atualmente o déficit das carreiras nessa instituição é de mais de 50%, motivo esse que impacta diretamente na eficiência do serviço público prestado. A nomeação desses excedentes trará economia para o Estado tendo em vista que no último concurso foram gastos mais de 12 milhões de reais em todas as etapas, além disso o aproveitamento desses excedentes é questão também de celeridade, pois a necessidade de efetivo policial é urgente e imediata.

Proposta 190: Atualmente a Polícia Civil de Minas Gerais sofre com um déficit efetivo de mais de 50% em todas as carreiras, déficit esse que impacta diretamente na eficiência e qualidade do serviço prestado à população. O programa tem como objetivos o aumento da sensação de segurança e a redução da criminalidade. Sabemos que tais objetivos só podem ser alcançados com o fortalecimento e investimentos nas instituições de segurança pública.

Muitas delegacias atuam, hoje, com um baixo efetivo, falta profissionais efetivos para atender dignamente a população e para dar continuidade a processos. O crime não pode ser combatido sem a elucidação de investigações. Em contrapartida há excedentes, aprovados em todas as etapas, do concurso de 2021 aptos a ingressar na Academia de Polícia e atuar efetivamente no combate à criminalidade. Vale salientar que o número de nomeados no concurso de 2021 é ínfimo diante do déficit atual do quadro efetivo da PCMG, e que foram investidos mais de 12 milhões de reais para a conclusão das etapas do certame.

A nomeação dos excedentes, aprovados em todas as fases, preza pelo princípio Constitucional Administrativo da Economicidade já que reporia cargos vagos e não traria ônus ao Estado.

Proposta 191: Ação 1039 – O enfrentamento da violência contra a mulher e melhores condições de atendimento nas delegacias de atendimento à mulher exige que o quadro das carreiras da PCMG esteja de acordo com a demanda, que é enorme. O que observamos atualmente é que faltam policiais nas delegacias e nas ruas em busca da elucidação dos crimes.

Os delitos contra a mulher ganham destaque na mídia e amedrontam a classe feminina, além de destruir a vida de muitas famílias. Por isso, é urgente diminuir a ação desses criminosos e aumentar a proteção das mulheres, para que o pior não aconteça, ou seja, para que não percam suas vidas. Para que essas ações sejam concretas e progressivas é necessário recompor o déficit da PCMG, sendo que a melhor forma é nomeando os excedentes do concurso de 2021 (ainda vigente).

Tendo em vista as ações planejadas pela instituição, como o plantão digital e o trabalho nas delegacias da mulher, há muito trabalho para ser feito. É contrário aos princípios constitucionais da Administração pública (economicidade e eficiência) desperdiçar o cadastro reserva do concurso de 2021, já que a realização de um novo concurso é dispendiosa e mais demorada.

Proposta 192: Atualmente a Polícia Civil de Minas Gerais sofre com um déficit efetivo de mais de 50% em todas as carreiras. Esse déficit tem grande impacto nos serviços prestados à população. Os objetivos do programa só podem ser alcançados com fortalecimento e investimento nas instituições de segurança pública. Grande parte das delegacias do Estado atuam, hoje, com um baixo efetivo, dificultando o atendimento da população bem como a continuidade dos processos. Existem excedentes aprovados em todas as etapas do concurso da Polícia Civil de 2021 aptos para ingressar na Academia de Polícia e atuar efetivamente no combate à criminalidade. Vale salientar que esse número é ínfimo diante do déficit atual, e que foram investidos mais de 12 milhões de reais para a conclusão das etapas do certame. Sendo assim, a nomeação dos excedentes aprovados em todas as fases do concurso de 2021 da PCMG, preza pelo princípio constitucional da Economicidade já que reporia cargos vagos e não traria ônus ao Estado.

Proposta 193: Ação 1039 – Enfrentamento da Violência contra a Mulher e Melhores Condições de Atendimento nas Delegacias de Atendimento à Mulher.

O efetivo da Polícia Civil não está conseguindo suprir a extrema necessidade de atendimento as mulheres vítimas de violência, isso fica claro pela falta de pessoal nos plantões noturnos, horário em que as solicitações de atendimento aumentam. Com isso, acredito na real necessidade de convocação de todos os aprovados no último concurso 2021/2022, que somam mais de 500 pessoas, que já foram aprovados em todas as etapas e estão aptos para atuar em conjunto com a sociedade.

Proposta 194: Atualmente a Polícia Civil de Minas Gerais sofre com um déficit efetivo de mais de 50% em todas as carreiras, déficit esse que impacta diretamente na eficiência e qualidade do serviço prestado à população. O programa tem como objetivos o aumento da sensação de segurança e a redução da criminalidade. Sabemos que tais objetivos só podem ser alcançados com o fortalecimento e investimentos nas instituições de segurança pública.

Muitas delegacias atuam, hoje, com um baixo efetivo, falta profissionais efetivos para atender dignamente a população e para dar continuidade a processos. O crime não pode ser combatido sem a elucidação de investigações. Em contrapartida há excedentes, aprovados em todas as etapas, do concurso de 2021 aptos a ingressar na Academia de Polícia e atuar efetivamente no combate à criminalidade. Vale salientar que o número de nomeados no concurso de 2021 é ínfimo diante do déficit atual do quadro efetivo da PCMG, e que foram investidos mais de 12 milhões de reais para a conclusão das etapas do certame.

A nomeação dos excedentes, aprovados em todas as fases, preza pelo princípio Constitucional Administrativo da Economicidade já que reporia cargos vagos e não traria ônus ao Estado.

Proposta 196: Ação 1039 – Enfrentamento da violência contra a mulher e melhores condições de atendimento nas delegacias de atendimento à mulher e Ação 1004 – Modernização da Polícia Judiciária e reestruturação da prestação de serviços da polícia judiciária visando aumentar a elucidação de crimes.

O Baixo Contingente de Policiais Cíveis foi tema de todas as edições do Assembleia Fiscaliza, organizadas pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais – ALMG – nos últimos anos. Atualmente, a instituição conta com cerca de 10 mil servidores. O número

vem diminuindo a cada ano, sendo que 10 anos atrás, a Polícia Civil contava com quase 18 mil servidores. O baixo número de servidores afeta o funcionamento de vários serviços prestados pela polícia judiciária, como o Plantão Digital e as investigações policiais, bem como à saúde dos atuais servidores. Por isso, a nomeação dos aprovados em TODAS as etapas do concurso da Polícia Civil no ano de 2021 é fundamental para solucionar as demandas tão urgentes discriminadas acima. Somos 564 Excedentes, apenas no cargo de Escrivão de Polícia, cargo esse que possui um déficit atual de 49,2% em seu Efetivo, o que significa na prática, 1422 cargos vagos, sem contar os Excedentes para os demais cargos. Para os Deputados que participaram do Assembleia Fiscaliza no último dia 06 de Julho, as Entregas da Instituição apenas serão Normalizadas após o aumento do número de servidores. Dessa forma, a Nomeação dos Excedentes Aprovados em todas as fases do concurso da Polícia Civil no ano de 2021 é Essencial e Oportuna, considerando o cenário atual.

Proposta 198: Atualmente a Polícia Civil de Minas Gerais sofre com um déficit efetivo de mais de 50% em todas as carreiras, déficit esse que impacta diretamente na eficiência e qualidade do serviço prestado à população. O programa tem como objetivos o aumento da sensação de segurança e a redução da criminalidade.

Sabemos que tais objetivos só podem ser alcançados com o fortalecimento e investimentos nas instituições de segurança pública. Muitas delegacias atuam, hoje, com um baixo efetivo, falta profissionais efetivos para atender dignamente a população e para dar continuidade a processos.

O crime não pode ser combatido sem a elucidação de investigações. Em contrapartida há excedentes, aprovados em todas as etapas, do concurso de 2021 aptos a ingressar na Academia de Polícia e atuar efetivamente no combate à criminalidade. Vale salientar que o número de nomeados no concurso de 2021 é ínfimo diante do déficit atual do quadro efetivo da PCMG, e que foram investidos mais de 12 milhões de reais para a conclusão das etapas do certame.

A nomeação dos excedentes, aprovados em todas as fases, preza pelo princípio Constitucional Administrativo da Economicidade já que reporia cargos vagos e não traria ônus ao Estado.

Proposta 199: Ações 1004 – Modernização da Polícia Judiciária e reestruturação da prestação de serviços da polícia judiciária –, visando aumentar a elucidação de crimes e 1039 – Enfrentamento da violência contra a mulher e melhores condições de atendimento nas delegacias de atendimento à mulher.

A PCMG tem sofrido para atender à sociedade, pois está com um déficit de mais de 50% no seu quadro de servidores. A falta de pessoal tem impedido a elucidação de crimes e atraso nas investigações demandas pela população mineira, o que gera a insatisfação social com o poder público. A reposição do quadro funcional de órgãos públicos é dever do Estado e direito da população. Muitas delegacias atuam, hoje, com um baixo efetivo, falta profissionais efetivos para atender dignamente a população e para dar continuidade a processos. O crime não pode ser combatido sem a elucidação de investigações. Para contribuir com a redução de problema de efetivo da PCMG faz-se necessária a nomeação dos aprovados em todas as fases do último concurso realizado pela PCMG do edital de 2021. Estão todos aptos, ou seja, aprovados em todas as etapas do concurso, aguardando apenas a nomeação pelo Governo Estadual. A nomeação dos excedentes, aprovados em todas as fases, preza pelo princípio Constitucional Administrativo da Economicidade já que reporia cargos vagos e não traria ônus ao Estado. O não aproveitamento dos aprovados e a realização de novo concurso público sem a nomeação dos já aprovados, que passaram por todas as etapas gerando ônus financeiro ao Estado, iria com o princípio da economicidade e eficiência estatal e mostraria desperdício de recursos públicos, ação sob controle da sociedade mineira.

Proposta 201: A Polícia Civil de Minas Gerais é um órgão de extrema importância para garantir direitos essenciais da sociedade. Infelizmente, hoje, sofre com um déficit efetivo de mais de 50% em todas as carreiras, déficit esse que impacta diretamente na eficiência e qualidade do serviço prestado à população. O programa tem como objetivos o aumento da sensação de segurança e a redução da criminalidade. Sabemos que tais objetivos só podem ser alcançados com o fortalecimento e investimentos nas instituições de segurança pública.

A nomeação dos excedentes, aprovados em todas as fases, é necessária e preza pelo princípio Constitucional Administrativo da Economicidade tendo em vista que foram investidos mais de 12 milhões de reais com o certame. Os excedentes estão aptos para compor e fortalecer a PCMG.

Proposta 202: A recomposição do efetivo se faz necessária para aumentar a segurança e reduzir a criminalidade.

Proposta 203: Recomposição do efetivo

Proposta 204: Atualmente a PCMG sofre com um déficit expressivo de efetivo, que não será suprido apenas pelas vagas ofertadas no concurso de 2021, afetando de maneira direta a prestação do serviço à população, assim como aumenta a sensação de insegurança e, conseqüentemente, contribui para o aumento da criminalidade. Diversas delegacias sofrem com a falta de recursos humanos, gerando problemas como inquéritos parados, falta de atendimento e, nos casos mais extremos, chegando a fechar. Não há como enfrentar a criminalidade sem investigação, sem inquéritos e sem um eficiente trabalho cartorário. O estado de Minas Gerais teve um gasto de 12 milhões de reais para a realização do concurso de 2021 e hoje conta com excedentes aprovados em todas as etapas do concurso, aptos para a nomeação e posse do cargo. Buscando a aplicação eficaz do princípio da economicidade, e diante do cenário atual, a nomeação dos excedentes aprovados em todas as etapas é o melhor, mais direto e econômico caminho para trazer segurança e uma boa prestação de serviço à população mineira.

Proposta 205: Atualmente a Polícia Civil de Minas Gerais sofre com um déficit efetivo de mais de 50% em todas as carreiras, déficit esse que impacta diretamente na eficiência e qualidade do serviço prestado à população. O programa tem como objetivos o aumento da sensação de segurança e a redução da criminalidade. Sabemos que tais objetivos só podem ser alcançados com o fortalecimento e investimentos nas instituições de segurança pública.

Muitas delegacias atuam, hoje, com um baixo efetivo, falta profissionais efetivos para atender dignamente a população e para dar continuidade a processos. O crime não pode ser combatido sem a elucidação de investigações. Em contrapartida há excedentes, aprovados em todas as etapas, do concurso de 2021 aptos a ingressar na Academia de Polícia e atuar efetivamente no combate à criminalidade. Vale salientar que o número de nomeados no concurso de 2021 é ínfimo diante do déficit atual do quadro efetivo da PCMG, e que foram investidos mais de 12 milhões de reais para a conclusão das etapas do certame.

A nomeação dos excedentes, aprovados em todas as fases, preza pelo princípio Constitucional Administrativo da Economicidade já que reporia cargos vagos e não traria ônus ao Estado.

Proposta 206: Não é novidade que a PCMG é órgão fundamental para garantir uma sociedade justa e acesso à justiça e à paz. Proponho esta contribuição uma vez que os mineiros estão assistindo a PC-MG encolher em termo de efetivo nos últimos anos e a reposição não está acontecendo a altura, caso ainda mais evidente na carreira de Escrivão de Polícia que conta com o maior número de cargos vagos.

Sendo assim, tal ação contribui para uma segurança mais robusta e competente. Além disso, tomando esta decisão o estado reafirma o compromisso de fazer bom uso do dinheiro público investido no certame e obedece ao princípio da Economicidade.

Proposta 210: A PCMG carece de efetivo, e que devido à necessidade premente de pessoal, existem funcionário cedidos desempenhando as funções inerentes a tal cargo, o que constitui ofensa aos princípios constitucionais da isonomia, impessoalidade, moralidade e eficiência.

Foi realizado concurso público em 2021, com o dispêndio de mais de 12 milhões de reais do Estado, o qual foi homologado com a cerca de 1000 candidatos classificados, submetidos a todas as fases do certame (prova objetiva, exames médicos, psicológicos e de capacidade física), e nelas aprovados, mas apenas cerca de 40% deles foram nomeados até então. Embora o certame de 2021 esteja em plena validade (pois homologado em julho/2022, com validade de 2 anos, prorrogável por mais 2) e com cerca de 600 candidatos incontrovertidamente aptos aguardando nomeação, o governo especula, agora, a realização de um novo concurso público, em flagrante oposição ao interesse público, diante da oposição aos princípios da eficiência, da economicidade, e da proporcionalidade.

Desta forma, resta necessário a nomeação dos excedentes para reposição dos quadros da PCMG e por conseguinte o cumprimento dos princípios constitucionais.

Proposta 212: É notória a falta de efetivo nos quadros da PCMG, especialmente em relação ao cargo de escrivão de polícia, que contribui para o atendimento ao público com presteza valendo-se do dever de polícia.

Atualmente, a maioria das Delegacias estão sem escrivães efetivos, com funcionários cedidos pela Prefeitura para exercer as funções inerentes ao cargo de Escrivão, o que é ilegal!!!

Pelo princípio da economicidade, preza-se pela nomeação de todos os aprovados no concurso da PCMG/2021, para o cargo de escrivão de polícia!!!!

Proposta 213: Atualmente a Polícia Civil de Minas Gerais sofre com um déficit efetivo de mais de 50% em todas as carreiras, déficit esse que impacta diretamente na eficiência e qualidade do serviço prestado à população. O programa tem como objetivos o aumento da sensação de segurança e a redução da criminalidade. Sabemos que tais objetivos só podem ser alcançados com o fortalecimento e investimentos nas instituições de segurança pública.

Muitas delegacias atuam, hoje, com um baixo efetivo, falta profissionais efetivos para atender dignamente a população e para dar continuidade a processos. O crime não pode ser combatido sem a elucidação de investigações. Em contrapartida há excedentes, aprovados em todas as etapas, do concurso de 2021 aptos a ingressar na Academia de Polícia e atuar efetivamente no combate à criminalidade. Vale salientar que o número de nomeados no concurso de 2021 é ínfimo diante do déficit atual do quadro efetivo da PCMG, e que foram investidos mais de 12 milhões de reais para a conclusão das etapas do certame.

A nomeação dos excedentes, aprovados em todas as fases, preza pelo princípio Constitucional Administrativo da Economicidade já que reporia cargos vagos e não traria ônus ao Estado.

Proposta 215: Para o programa 005 – Incluir a reposição do efetivo das forças de segurança pública, principalmente da Polícia Civil de Minas Gerais, que vem sofrendo com a falta de efetivo e consequente impactando de maneira negativa a elucidação dos crimes. É necessário o aproveitamento de todos os excedentes do último concurso realizado em 2021, para que haja uma economicidade com o aproveitamento desses excedentes aprovados em todas as fases e também uma eficiência no serviço público que necessita urgentemente de recompor os efetivos da segurança pública. E mais que urgente o debate sobre o tema, pois Minas precisa avançar.

Proposta 217: Ação 1039 – Nomeação dos excedentes do último concurso da Polícia Civil de Minas Gerais realizado em 2021. É necessário completar o efetivo da Polícia que se encontra em déficit de pessoal, impactando no atendimento ao público que necessita desses serviços. Prezando pelo princípio da economicidade é necessário o aproveitamento de todos os excedentes para que o estado não tenha o gasto com novo concurso.

Proposta 219: Atualmente a Polícia Civil de Minas Gerais sofre com um déficit efetivo de mais de 50% em todas as carreiras, déficit esse que impacta diretamente na eficiência e qualidade do serviço prestado à população. Somos mais de 500 escrivães aprovados em todas as etapas do último concurso prontos para começar a atuar e sabemos que tais objetivos só podem ser alcançados com o fortalecimento e investimentos nas instituições de segurança pública. Muitas delegacias atuam, hoje, com um baixo efetivo. O crime não pode ser combatido sem a elucidação de investigações. Vale salientar que o número de nomeados no concurso de 2021 é ínfimo diante do déficit atual do quadro efetivo da PCMG, e que foram investidos mais de 12 milhões de reais para a conclusão das etapas do certame. A nomeação dos excedentes, aprovados em todas as fases, preza pelo princípio Constitucional Administrativo da Economicidade já que reporia cargos vagos e não traria ônus ao Estado. Respeito aos princípios da eficiência e economicidade.

Proposta 239: Ação 1004 – Para se efetivar a elucidação de crimes é necessário investir em efetivo. Dessa forma, é importante salientar que existem excedentes de escrivão de polícia aprovados em todas as fases do concurso público realizado em

2021. Ademais, para que se possa colocar em prática o princípio da economicidade na Administração Pública, é plausível a convocação dos devidos excedentes.

Proposta 255: A Polícia Civil de Minas Gerais sofre com um déficit de servidores de mais de 50% em todas as carreiras, o que impacta diretamente na eficiência e qualidade do serviço prestado à população. O programa tem como objetivos o aumento da sensação de segurança e a redução da criminalidade, os quais somente serão alcançados com o fortalecimento e investimento nas instituições de segurança pública. A recomposição do efetivo é urgente e necessária!

A deficiência de recursos humanos nas delegacias impede o atendimento digno aos cidadãos e dificulta sobremaneira a elucidação das infrações penais. Entretanto, há excedentes do concurso de 2021, aprovados em todas as etapas, aptos a ingressar na Academia de Polícia e atuar efetivamente no combate à criminalidade. Vale salientar que o número de nomeados no concurso de 2021 é ínfimo diante do déficit atual do quadro efetivo da PCMG, e que foram investidos mais de 12 milhões de reais para a conclusão das etapas do certame.

A nomeação dos excedentes, aprovados em todas as fases do concurso, preza pelo princípio Constitucional Administrativo da Economicidade, já que reporia cargos vagos e não traria ônus ao Estado.

Proposta 258: Atualmente a Polícia Civil de Minas Gerais sofre com um déficit efetivo de mais de 50% em todas as carreiras, déficit esse que impacta diretamente na eficiência e qualidade do serviço prestado à população. O programa tem como objetivos o aumento da sensação de segurança e a redução da criminalidade. Sabemos que tais objetivos só podem ser alcançados com o fortalecimento e investimentos nas instituições de segurança pública.

Muitas delegacias atuam, hoje, com um baixo efetivo, falta profissionais efetivos para atender dignamente a população e para dar continuidade a processos. O crime não pode ser combatido sem a elucidação de investigações. Em contrapartida, há excedentes, aprovados em todas as etapas, do concurso de 2021, aptos a ingressar na Academia de Polícia e atuar efetivamente no combate à criminalidade. Vale salientar que o número de nomeados no concurso de 2021 é ínfimo diante do déficit atual do quadro efetivo da PCMG, e que foram investidos mais de 12 milhões de reais para a conclusão das etapas do certame. A nomeação dos excedentes, aprovados em todas as etapas, preza pelo princípio Constitucional da Economicidade, já que visa repor cargos vagos e não traz ônus ao Estado.

Proposta 259: Um maior número de escrivães de polícia proporciona mais celeridade nos trâmites dos inquéritos policiais e consequentemente proporcionando a devida resposta sobre as práticas criminosas à sociedade mineira.

Proposta 260: O aumento do efetivo de servidores da PCMG, uma vez que há um déficit muito grande na instituição, acarretando menor eficiência nas execuções das suas funções. Para isso há excedentes aprovados em todas as etapas dos últimos concursos para os cargos de Escrivão, Investigador, Delegado, Perito e Médico Legista, todos aptos a iniciar a qualquer momento para servir o Estado e à população. Além de economicidade, já que houve um enorme gasto público para comprimento de todas as etapas do último certame.

Concursos público é importante, mas se há excedentes aprovados em todas as etapas, a recomposição de pessoal será mais ágil.

Proposta 261: Atualmente no Estado de Minas Gerais a Polícia Civil conta com um déficit de aproximadamente 50% no cargo de Escrivão de Polícia, desse modo, torna-se importante recompor esse efetivo com os aprovados dentro das vagas e também com os aprovados como excedentes, já que, todos foram aprovados em todas as fases do certame, vale destacar, também, que as delegacias do estado passa por dificuldades no atendimento a sociedade devido ao baixo números de escrivães que tem um papel essencial dentro da instituição. Ademais, o Governo do Estado está sempre prezando pelo princípio da economicidade, desse modo, torna-se mais viável o aproveitamento de todos os aprovados, como foi feito em todos os concursos anteriores da PCMG, pois seria uma forma mais célere de atender a população do que fazer novo concurso neste momento, já que, o Estado tem a mão de obra pronta

para servir. Por fim, o aproveitamento dos excedentes do concurso da PCMG geraria uma economia para o estado, pois o último concurso da PCMG custou aos cofres públicos do estado mais de 12 milhões de reais, sendo assim, qual o motivo da realização de outro concurso neste momento, já que o governo pode aproveitar todos os aprovados no certame?

Proposta 262: À Polícia Civil, conforme dispõe o § 4º do art. 144 da CRFB, incumbe a função de polícia judiciária e a apuração de infrações penais. Para que seja possível desempenhar tais atribuições constitucionais, faz-se necessário manter as delegacias de polícia em pleno funcionamento, leia-se, com efetivo completo. A Polícia Civil de MG encontra-se, no presente momento, com um déficit de funcionários públicos concursados de mais de 50% em todas as carreiras, fato que impacta diretamente na eficiência e qualidade do serviço prestado à população. O programa 005 tem como objetivos o aumento da sensação de segurança e a redução da criminalidade, entretanto, para que tais objetivos sejam alcançados, o Estado deve investir e fortalecer as instituições de segurança pública. A polícia judiciária de MG tem atuado com baixo número de funcionários efetivos e, pior, operam com funcionários emprestados pelas Prefeituras, ferindo cabalmente vários princípios que norteiam a Administração Pública. De outro giro, visando recompor os quadros da Polícia Civil, houve realização de concurso público de provas e títulos no ano de 2021, cuja homologação ocorreu em junho de 2022. Assim, há um bom número de excedentes aptos a desempenharem suas funções, posto que aprovados em todas as fases do concurso e aguardando a nomeação pelo Governador do estado. Importante frisar que, tendo candidatos aprovados em concurso público já homologado, é desarrazoado permitir a continuação da utilização de funcionários emprestados pela Prefeitura que se quer têm treinamento para atuar como policiais civis, independentemente dos cargos ocupados por tais funcionários dentro da delegacia. Por fim, cumpre, ainda, salientar que mesmo que haja a nomeação dos excedentes (que deverá ser efetivada em nome do princípio da economicidade, já que o Estado gastou mais de 12 milhões para a conclusão do certame), ainda haverá déficit diante do atual quadro efetivo da PCMG, tamanha gravidade da situação.

Proposta 264: Ação 1004 – A nomeação dos aprovados em todas as fases do concurso da PCMG, além de atender aos princípios administrativos de economicidade e interesse público, contribuirá para melhor aparelhamento da Polícia Judiciária, na medida que possibilitará a distribuição de efetivo pelas regiões do Estado, aumentando a estrutura das delegacias por servidores pertencentes à Polícia Civil, treinados e capacitados por esta e de acordo com modernas técnicas policiais (o que não ocorre no caso de escrivães *ad hoc* e cedidos por Prefeituras), de modo a possibilitar o desempenho da atividade-fim da polícia judiciária com efetividade. O uso de funcionários *ad hoc* em detrimento de policiais para a atividade-fim policiais contribui para falhas na prestação da atividade-fim da PCMG. Há recursos humanos para resolver esta situação com maior economicidade e atendendo ao interesse público, por meio da nomeação dos candidatos aprovados em todas as fases do Concurso Público da Polícia Civil de Minas Gerais, cargo escrivão.

A profissionalização e emprego de policiais para desempenho da atividade-fim de polícia, em vez de funcionários de *ad hoc*, é medida importantíssima para a modernização da Polícia Judiciária.

Proposta 265: Somos apenas 176 excedentes aptos em todas as etapas. O povo mineiro precisa desse reforço. Contamos com apoio dos senhores deputados.

Proposta 266: É público e notório que o Estado de Minas Gerais está em dificuldade financeira, mas, ao mesmo tempo, é necessário reforçar a PCMG. A forma mais célere e econômica é a convocação dos excedentes, já que foram aprovados em todas as fases.

Proposta 267: A Polícia Civil de Minas Gerais, atualmente, conta um déficit de mais de 50% em todas as suas carreiras. O referido déficit impacta negativamente em todos os aspectos: I) prestação de serviços deficitária à sociedade; II) aumento de impunidade / criminalidade; III) sobrecarga de serviço aos servidores públicos; IV) sensação de insegurança.

Dessa forma, urge dizer que o princípio do interesse público, que norteia a administração pública, está sendo reiteradamente afrontado com o déficit dos quadros de servidores da PCMG.

Por fim, destaca-se que há excedentes (aprovados em todas as fases do concurso) apenas aguardando a nomeação e, desse modo, reduzindo (ainda que parcialmente) o déficit do efetivo ora mencionado.

Imperioso ainda dizer que o concurso custou aos cofres do Estado de Minas Gerais a quantia de 12 milhões de reais e, sendo nomeados os referidos excedentes, estará indo ao encontro dos princípios da Economicidade e da Eficiência, o que toda boa administração preza e zela.

Proposta 268: Ação 1004 – Modernização da Polícia Judiciária – Sabe-se que o déficit de pessoal na Polícia Civil de MG é elevado. Nesse sentido, para que o Estado continue sendo referência em índices de baixa criminalidade é preciso sempre manter o efetivo da Polícia Judiciária com os quadros preenchidos. Ressalta-se que a elucidação de crimes por meio da investigação policial contribui para a sensação de segurança da sociedade, bem como evita e desestimula a criminalidade.

Diante disso, a nomeação dos excedentes do concurso da Polícia Civil de Minas Gerais já aprovados em todas as etapas (prova objetiva, exames médicos, teste de aptidão física, psicotécnico e investigação social) contribuirá no fortalecimento da segurança pública do Estado.

Além disso, a convocação destes excedentes evita o dispêndio de gastos para a realização de um novo concurso que seria composto por todas as etapas acima mencionadas, uma vez que resta pendente tão somente o ato de nomeação destes excedentes e a realização do respectivo curso de formação na Acadepol.

Proposta 392: A nomeação dos excedentes se faz de extrema urgência, de modo a possibilitar a modernização da PCMG, o que inclui o plantão digital, que busca atender as cidades interioranas de Minas Gerais, ampliando a capilaridade das ações e um atendimento mais próximo e humano da população.

Segundo informações divulgadas pelo Sindpol/MG em março de 2021 há delegacias onde existem apenas estagiários e escrivães de polícia *ad hoc*, e frisa-se que esses escrivães *ad hoc* não participaram do curso de formação profissional que os habilitaria ao exercício das funções inerentes ao cargo.

O governo do Estado especula, agora, a realização de um novo concurso público, em flagrante oposição ao interesse público, diante da violação aos princípios da eficiência, da economicidade e da proporcionalidade: foram investidos mais de 12 milhões de reais do Estado (R\$12.118.600,00) na realização do certame de Edital 04/2021, para provimento de cargos de escrivão I; o certame está válido até julho/2024, prorrogável por mais dois anos.

Proposta 393: O último concurso, Edital 05/2021, previa apenas 30 vagas para o cargo de Investigador de Polícia I, mas de maio de 2021 a julho de 2022 já existem mais de 200 cargos vagos. Além disso, desde a última nomeação significativa de servidores para o referido cargo (que aconteceu em julho de 2019), até a publicação do edital, já se acumularam 544 vacâncias, tendo esse valor aumentado ainda mais até a data de escrita deste texto (9/11/2022), o que representa mais que o dobro da quantidade de excedentes (176) do atual concurso.

Vale ressaltar que a Lei Complementar nº 101, de 4/5/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), permite o preenchimento dos cargos vagos a partir de 30 de setembro de 2015. Frisa-se que, como sabido por Vossa Excelência, o preenchimento dos cargos para repor vacância não acarreta impacto no limite prudencial do orçamento do Estado, uma vez que ocorre apenas o ingresso de novos servidores devido à saída de outros. Desde já agradecemos a receptividade perante a demanda.

Proposta 397: A inexistência de rádios de comunicação nas viaturas da PCMG é fato dificultador da atividade policial, obrigando o policial a fazer uso de seu equipamento celular para comunicações oficiais e pedidos de apoio em determinadas operações. Tal equipamento, embora primário na atividade policial é praticamente inexistente nas viaturas caracterizadas e descaracterizadas da PCMG.

Proposta 409: Percebe-se aumento das notificações de violência doméstica ao longo do tempo. Além disso, importa frisar a necessidade de aprimorar e qualificar o atendimento às mulheres vítimas de violência, principalmente por parte da Polícia Civil.

Considerando que a estrutura da Polícia Civil no interior é mais precária, é urgente melhorá-la por meio de compras de viaturas e equipamentos de informática para as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher.

Importante também a contratação de equipe multidisciplinar com profissionais qualificados, como psicólogos e assistentes sociais, por exemplo, para realizar o acolhimento, atendimento e acompanhamento dos casos que chegam até as delegacias especializadas.

Proposta 432: Para a modernização da Polícia Civil há a necessidade de convocação de escrivães e investigadores para que não haja um colapso iminente e real, devido ao déficit de cerca de 49%.

Os excedentes estão aprovados em todas as etapas e prontos para servir ao Estado de Minas Gerais. Há que se mencionar a grande quantidade de escrivães *ad hoc*, cedidos pelas Prefeituras, atuando sem prerrogativa policial. Além disso, não se mostra razoável a realização de um novo concurso, já que existem policiais aprovados e aptos a entrar em exercício, de forma imediata. Assim, o concurso está vigente até julho de 2024, podendo ser prorrogado até 2026. A atual jurisprudência é sedimentada, no sentido de que fere ao princípio da economicidade, da eficiência e da razoabilidade, a realização de um novo concurso, quando existem excedentes aptos à nomeação e quando o concurso anterior ainda está em vigência.

Por fim, não se mostra possível exercer uma justiça criminal eficiente sem que haja um quadro de pessoal razoável.

Ressalto que o chefe da Polícia Civil já fez a solicitação de nomeação dos excedentes, sendo indiscutível o interesse da instituição da PCMG.

– À Comissão de Participação Popular.

#### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 207/2022

Encaminha Sugestão de alteração do Programa 117 – Regulação e Fiscalização dos Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário e Atendimento aos Usuários, do projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício de 2023.

Proponente: Samuel Santos Rocha Machado.

Texto: Ação 4295 – criar lei preservação e fiscalização lagoa vargem flores cidade de contagem, despoluição e lei preservação ambiental lagoa que abastece cidade de contagem e região metropolitana

Sala de Reuniões, 16 de novembro de 2022.

Iniciativa Popular

**Justificação:** Poluição e mau cheiro na estação esgoto em Nova Contagem

– À Comissão de Participação Popular.

#### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 208/2022

Encaminha Sugestão de alteração do Programa 67 – Políticas de Integração e Segurança Alimentar e Nutricional, do projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício de 2023.

Proponentes: Lívia Maciel Peres (Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais), Luciana Caldeira de Paula Ricardo (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea), Neuzete Fatima Lima (Conselho Estadual de Alimentação Escolar – CAE-MG), Adriana Santos Nascimento Pereira (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Josiane Maria Pascoal de Moura (Conselho Estadual de Alimentação Escolar – CAE-MG), Cecília Aparecida do Carmo, Maria Aparecida da Silva, Célia de Lima Carvalho (Conselho Estadual de Alimentação Escolar – CAE-MG), Graziela Moraes Macedo (Centro Estadual de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores), Felipe Rodrigues Ávila (Associação dos Técnicos Agrícolas de Minas Gerais), Cecília Aparecida do Carmo, Maria Aparecida da Silva, Cecília Aparecida do Carmo, Maria Aparecida da Silva.

Proposta 161: AProposta 161: Ação nova – Manutenção do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais – Consea-MG

Unidade Responsável – 1481 – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social

Finalidade – Garantir recursos financeiros e orçamentários para a manutenção do Consea-MG e das 17 comissões regionais para o cumprimento de suas competências de acordo com a Lei 22.806 de 2017, Art. 16, incisos: “I – aprovar o Plesans e deliberar sobre suas prioridades; II – monitorar e avaliar, de forma permanente, a implementação da Pesans, em regime de colaboração com os demais integrantes do Sisan no âmbito do Estado; III – convocar e realizar a Conferência Estadual, bem como definir seus parâmetros de composição, organização e funcionamento, nos termos de regulamento; IV – apresentar, aos órgãos públicos, proposições com conteúdo relacionado à Pesans e ao Plesans, visando à elaboração de propostas orçamentárias a serem incorporadas ao Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – e às respectivas leis orçamentárias;” (...) “XI – apreciar e avaliar quadrimestralmente o relatório de execução e monitoramento dos programas e ações de que trata esta lei apresentado pela Caisans-MG, de acordo com o inciso VI do art. 20”.

Produto – Evento realizado

Unidade de Medida – Evento

Público-alvo – Gestores de políticas públicas e sociedade civil.

META: R\$1.000.000,00 (5 eventos estaduais e 34 regionais)

Proposta 279: Ação 2035 – Ampliar metas físicas em 1 (Conferência Estadual) e metas financeiras em R\$ 1.000.000,00

Proposta 280: Ação 4011 – Ampliar metas física (acrescentar 15) e financeira (acrescentar R\$ 1.500.000,00 na meta existente).

Proposta 281: Ação 4011 – Alteração da meta física para 6.700 e da meta financeira para R\$ 10.000.000,00

Sala de Reuniões, 16 de novembro de 2022.

Iniciativa Popular

**Justificação:** Proposta 161: O Consea-MG é órgão colegiado, autônomo, de caráter consultivo, deliberativo e fiscalizador, subordinado diretamente ao Governador, tem o objetivo de promover a articulação entre o poder público e a sociedade civil, para garantir a implementação da política de que trata a Lei 22.806 de 2017. Trata-se de órgão instituído para garantir participação social na formulação, na execução, no acompanhamento, no monitoramento e no controle das políticas e dos planos de segurança alimentar e nutricional sustentável (lei 22.806/2017). Para Di Pietro (2012) o Estado ao outorgar determinados instrumentos de controle ao cidadão em particular torna esse, provavelmente, o mais eficaz meio de controle da Administração Pública e credibilidade do Governo. Diante do exposto apresentamos a proposta de criação de uma ação para a garantia do funcionamento e manutenção do conselho, das comissões regionais e conferências regionais e estadual enquanto base de controle social da política de estadual de SAN.

Proposta 279: Ampliar recursos para garantir a participação da sociedade civil nas instâncias deliberativas da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional e para a realização da Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional.

Proposta 280: A ampliação de recurso se faz necessária para viabilizar a implementação de bancos de alimentos em todos os municípios do Estado, além da aquisição de veículos refrigerados para transporte da produção.

Proposta 281: Todas as ações de Segurança Alimentar estão na Ação 4011. No entanto, o recurso é insuficiente para execução.

– À Comissão de Participação Popular.

### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 209/2022

Encaminha Sugestão de alteração do Programa 147 – Programa de Apoio às Cadeias Produtivas da Agropecuária, do projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício de 2023.

Proponentes: Agência de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável do Brasil (Agência de Desenvolvimento Econômico Local, Integrado e Sustentável de Três Marias e Região), Luciana Caldeira de Paula Ricardo (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea), Célia de Lima Carvalho (Conselho Estadual de Alimentação Escolar – CAE-MG), Neuzete Fatima Lima (Conselho Estadual de Alimentação Escolar – CAE-MG), Tannia Aparecida da Silva Oliveira (Conselho Estadual de Alimentação Escolar – CAE-MG), Felipe Rodrigues Ávila (Associação dos Técnicos Agrícolas de Minas Gerais), Josiane Maria Pascoal de Moura (Conselho Estadual de Alimentação Escolar – CAE-MG), Adriana Santos Nascimento Pereira (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Rute Moura Santos (Associação dos Técnicos Agrícolas de Minas Gerais), Mônica Ignes Monteiro (Agência de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável do Brasil), Afonso Corrêa Diana (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), João Humberto Zago (Jh9.Org), Mariana Simões Mendes (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Senar), Neide Aparecida Santos (Agência de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável do Brasil), Robélia Maria de Jesus Gomes (Prefeitura Municipal de Jequitinhonha), Eliane Aparecida Fernandes Souto Silva (Associação do Coletivo de Mulheres do Norte de Minas), Thais Helena Teixeira (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg), Regina Aparecida de Castro (União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado de Minas Gerais), Laerte Mendonça Neto (Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais), Marcos Vinicius Dias Nunes (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Paulo Cesar Gomes Amorim Junior (União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado de Minas Gerais), Marcos Vinicius de Andrade Gomes (União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária), Alaíde Lúcia Bagetto Moraes, Maria de Lourdes Rodrigues da Silva Filha Cordeiro, Amâncio Oliva Neto, Cecília Aparecida do Carmo.

Proposta 197: Proposta 197 – Ação Nova

Unidade responsável: 1231 – Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Finalidade: Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Piscicultura na Região Norte de Minas Gerais, apoiando e subsidiando iniciativas voltadas para melhoria da infraestrutura e implementos, bem como a aquisição de insumos.

Produto: Agricultor Familiar Beneficiado

Unidade De Medida: Agricultor

Público-alvo: Agricultores Familiares, Associações ou Cooperativas de Agricultores Familiares.

METAS: Recursos da ordem de 500 mil reais para atender projetos em 5 municípios.

Proposta 288: Garantir capacitações dos produtores visando regular os itens de menor oferta e maior preço. Aumentar acompanhamento técnico para monitorar a produção de frutas. Realizar pesquisas para identificação de melhores locais de produção e espécies a serem produzidos.

Proposta 295: Ação nova: Fomentar a criação e a manutenção dos serviços de inspeção municipal organizado através de consórcios municipais.

Unidade responsável: Seapa

público-alvo: Agricultores familiares, prefeituras e consumidores.

Região: Estado.

Meta física: 26 consórcios

Meta financeira: R\$1.500.000,00

Finalidade: Fomentar, manter, articular consórcio municipal para habilitação dos produtos da agroindústria familiar de origem animal visando o funcionamento do serviço municipal de inspeção — SIM —, o que possibilitará a habilitação das agroindústrias.

Proposta 307: Ação nova – Disseminar a elaboração e a utilização de biofertilizantes.

Proposta 311: Ação 4515 – – Alterar o início do texto da finalidade para “Promover o conhecimento e fomentar o desenvolvimento de tecnologias de produção”.

– Viabilizar o fornecimento de recursos/materiais/kits para que os jovens possam desenvolver projetos próprios quando concluem os estudos nas EFAs.

– Fomentar a organização de grupos de jovens rurais e escutá-los com relação às demandas regionais.

– Realizar, em parceria com as organizações da sociedade civil, seminário estadual da juventude rural, de todas as regiões, com meta física de 300 jovens e meta financeira de R\$ 500 mil.

Proposta 313: Ação 4245 – Aumentar a meta física para 300 e aumentar a meta financeira para R\$1.500.000,00.

Proposta 316: Ação nova: “Fomentar e dar suporte para consórcios agropecuários intermunicipais existentes ou em processo de criação. Garantir, por parte do Estado, suporte e auxílio na implantação, estruturação e manutenção dos consórcios”.  
Unidade responsável: Seapa. Meta física: 3 (projetos-piloto). Meta financeira: R\$500.000,00. Produto: consórcio apoiado. Público-alvo: municípios consorciados.

Proposta 317: Ação nova: Regularização da oferta de hortifrutigranjeiros

Finalidade: Capacitar técnicos, produtores rurais e agentes públicos e regularização da oferta de hortifrutigranjeiros.

Público-alvo: Associações e cooperativas de hortifrutigranjeiros

Meta física: Aumentar a produção dos hortifrutigranjeiros com menos oferta.

Meta financeira: R\$500.000,00

Proposta 318: Ação nova: Fortalecimento da cadeia produtiva da piscicultura para os pequenos e médios produtores no Norte de Minas Gerais, por meio da construção de entreposto dos pescados gerido de forma coletiva.

Finalidade: Construção de entreposto de pescado.

Público-alvo: Associação ou cooperativa de piscicultores

Meta física: 1 projeto

Meta financeira: R\$500.000,00

Obs: Carimbo para a Agência de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável do Brasil (Adesb).

Sala de Reuniões, 16 de novembro de 2022.

Iniciativa Popular

**Justificação:** Proposta 197: Proposta 197: A Cadeia Produtiva da Piscicultura tem como objetivo na Região Norte de Minas, em especial a região que compreende a Microrregião de Pirapora, beneficiar além da segurança alimentar uma oportunidade de renda para os produtores e seus familiares, bem como garantir uma reposição natural dos peixes do Rio São Francisco. As pesquisas e dados técnicos dessa atividade, bem como a Assistência Técnica são objetos de uma projeto da CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, em acordo de cooperação com a Adesb – Agência de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Brasil, e permitem apresentar uma projeção de demanda de consumo e garantia de atendimento ao mercado.

Proposta 288: Atualmente a maioria das frutas comercializadas no Estado de MG vem de outros estados, o que encarece o preço dos alimentos diminuindo o consumo destes. Assim, a alimentação da população se torna pobre nesses alimentos impactando negativamente na saúde.

Devido à diversidade climática no Estado de MG é possível ampliar e diversificar a produção, no entanto, demanda pesquisa, extensão, acompanhamento técnico e distribuição de sementes.

A produção diversificada de frutas no Estado de MG garantirá uma alimentação saudável com menor custo.

Proposta 295: Que a Seapa viabilize o acesso e/ou a formalização sanitária da agroindústria de pequeno porte sob a gestão da agricultura familiar, via consórcio municipal.

Com o intuito de ampliar a oferta de alimentos sanitariamente seguros para a sociedade consumidora e consequentemente desenvolvimento e autonomia social e econômica das famílias do campo, bem como a oferta de serviços de inspeção sanitária no município com a otimização dos recursos humanos e econômicos nos respectivos municípios.

Essa ação deverá ainda ser fomentada nos consórcios hoje existentes, no caso, 26 consórcios municipais mineiros.

Proposta 307: A Sugestão da Associação dos Técnicos Agrícolas de Minas Gerais – Atamg – é disseminar, por meio de minicursos, cartilhas e palestras, a elaboração e a utilização de biofertilizantes.

Com a considerável alta no valor comercializado dos adubos químicos, o biofertilizante é uma alternativa para substituição parcial ou total dos adubos químicos e vem obtendo bons resultados no cultivo de cereais, pastagens e hortaliças. Assim, a utilização do biofertilizante assegura ao produtor mineiro qualidade na produção dos produtos hortifrutícolas e considerável redução nos custos, viabilizando uma grande estratégia para políticas públicas voltadas para a redução do valor comercializado ao consumidor final.

Proposta 311: Fortalecer a juventude rural e fomentar a sucessão rural.

Proposta 313: Fomentar quintais produtivos com foco na agroecologia para atender às mulheres trabalhadoras rurais em todo o Estado.

Proposta 317: Através dos dados técnicos obtidos pelas Centrais de Abastecimento de MG S/A, observa-se uma baixa oferta dos hortifrutigranjeiros, principalmente do segmento de frutas, dos produtores mineiros. Em 2021, na unidade da Grande BH, foram comercializados 630.947.030kg de frutas, sendo 216.916.630kg ofertados pelos produtores mineiros, gerando uma contribuição de apenas 34,37%. Já para o segmento hortaliças, os produtores mineiros contribuíram com 80,85% de um total de 764.904.325kg comercializados na unidade Grande BH da CeasaMinas. Esta condição proporciona o aumento do valor médio dos hortifrutigranjeiros e nos leva a criar um direcionamento para construção de um projeto voltado para as políticas públicas de agricultura e abastecimento alimentar. Por apresentar a quarta maior extensão territorial do País, o Estado de Minas Gerais apresenta condições edafoclimáticas diversificadas, ou seja, possibilita o cultivo de grande diversidade de hortifrutigranjeiros, inclusive aqueles menos ofertados.

A Associação dos Técnicos Agrícolas de Minas Gerais – Atamg –, preocupada com a atual conjuntura, está disponível para construir um projeto de horticultura em conjunto com a Secretaria de Agricultura, empresas públicas e autarquias do Estado de Minas Gerais. Portanto, sugerimos a capacitação direcionada de certos hortifrutícolas, conforme um levantamento técnico dos itens mais encarecidos, como a principal estratégia para reduzir o valor médio, a longo prazo, desses hortifrutícolas.

Para realização da capacitação, será necessário criar uma plataforma virtual e visita em regiões produtoras. O projeto deverá contar com as inteligências dos órgãos e empresas do Estado de Minas Gerais e entidades afins para melhor direcionamentos das estratégias para conquista dos objetivos proporcionados.

Escopo:

- Visita às unidades de teste da Epamig que tenham trabalhado com as culturas dos cursos oferecidos.
- Visita aos principais barracões de produtores do Estado de MG.
- Visita às escolas de agricultura do Estado.
- Visita aos principais municípios ofertantes de hortifrutigranjeiros.

Orçamentos – Meta financeira:

- Elaboração dos projetos – 180hs – R\$ 14.229,51
- Visitas/diárias – 50 diárias – R\$17.500,00
- Pró-labore coordenador – 12 meses – R\$78.000,00
- Gasolina – 24 mil km – R\$14.000,00
- Seguro viagem – R\$1.000,00
- Projetor – R\$1.700,00
- Plataforma virtual – R\$8.000,00
- Palestrantes dos cursos – 10 palestras – R\$30.000,00
- Material publicitário e mídias sociais – R\$7.000,00
- Relatório final e resultados – 180hs – R\$14.229,51
- Aluguel de carro: R\$20.400,00
- Outras despesas: R\$293.940,98

Proposta 318: O Brasil é o 12º maior produtor mundial em aquicultura, com a produção de 707.461 toneladas de peixe, e seu potencial de recursos hídricos proporciona ao País condições de competição entre os cinco maiores produtores do mundo. Busca-se converter as potencialidades naturais do País em reais vantagens competitivas no Norte de Minas e permitir a ampliação da cadeia produtiva, em especial dos pequenos e médios produtores que atuam em barragens e reservatórios de água.

- À Comissão de Participação Popular.

#### **PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 210/2022**

Encaminha Sugestão de alteração do Programa 90 – Promoção do Desenvolvimento Socioeconômico do Norte e Nordeste de Minas Gerais, do projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício de 2023.

Proponentes: Claudia Lucia Silveira (Instituto de Incentivo a Extração de Alimentos e Estimulo Ambiental), Cecília Aparecida do Carmo, Neide Aparecida Santos (Agência de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável do Brasil), Mônica Ignes Monteiro (Agência de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável do Brasil), Felipe Rodrigues Ávila (Associação dos Técnicos Agrícolas de Minas Gerais), Rute Moura Santos (Associação dos Técnicos Agrícolas de Minas Gerais), Afonso Corrêa Diana (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), João Humberto Zago (Jh9.Org), Mariana Simões Mendes (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Senar), Robélia Maria de Jesus Gomes (Prefeitura Municipal de Jequitinhonha), Maria de Lourdes Rodrigues da Silva Filha Cordeiro, Paulo Cesar Gomes Amorim Junior (União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado de Minas Gerais), Marcos Vinicius Dias Nunes (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Regina Aparecida de Castro (União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado de Minas Gerais), Laerte Mendonça Neto (Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais), Alaíde Lúcia Bagetto Moraes, Thais Helena Teixeira (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg), Eliane Aparecida Fernandes Souto Silva (Associação do Coletivo de Mulheres do Norte de Minas), Amâncio Oliva Neto, Marcos Vinicius de Andrade Gomes (União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária), Francisco Pereira Damasceno (Instituto Sociocultural do Jequitinhonha), Alvimar Neri Pinto (Grêmio Recreativo Escola de Samba Triunfo Barroco), Carlos Augusto de Farias (Instituto Coral Lavadeiras de Almenara), Amílcar Vianna Martins Filho (Instituto Cultural Amilcar Martins – Icam), Amanda Vasconcelos Araújo (Instituto Cultural Amilcar Martins – Icam), Cristina Gonçalves de Aguiar (Associação dos Grupos Teatrais do Vale do Jequitinhonha), VALTER APARECIDO DE CARVALHO (Associação de Artesãos de Itamarandiba), Nilce Gomes de Jesus Pinho (Grupo Cultural Sementes do Vale), Maria do Carmo Barbosa Sousa, João Roberto de Souza Silva (Instituto Sociocultural do Jequitinhonha), Maria Aparecida Alves dos Santos (Associação de Artesãos de Itamarandiba), Vilmar Oliveira de Jesus (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), Robson de Oliveira Amano, Thais Emediato Corrêa Lopes (Fundação Dirce Figueiredo).

Proposta 227: Ação 4358 – fortalecimento da agricultura familiar local por meio de doação de kit feira com barracas e caixas de transporte de produção

Proposta 230: Ação 4358 – Fortalecimento da agricultura familiar local por meio de doação de kit feira com barracas e caixas de transporte de produção

Proposta 300: Ação 4367 – Ampliar no município de Varzelândia, região do Norte de Minas, número de produtores atendidos com kit irrigação

Acréscimo de meta física: 150 produtores atendidos

Acréscimo de meta financeira: R\$ 225.000,00

Carimbar para Município de Varzelândia.

Proposta 303: Ação nova

Nome: Promoção da fruticultura irrigada no Vale do Jequitinhonha

Finalidade: Apoiar a estruturação de projeto de irrigação ao longo da calha do rio Jequitinhonha

público-alvo: Assentamentos ou comunidades atendidas

Meta Física: 3

Meta Financeira: R\$ 1.500.000,00

Proposta 308: Ação 4367 – Alterar a finalidade para incluir a expressão “priorizando mulheres” após “artesãos e pequenos produtores”.

Proposta 309: Ação 4358 – Duplicar as metas físicas e financeiras

Proposta 358: Ação 4367 – Realização de 3 (três) feiras de artesanato, sendo uma no Jequitinhonha, uma no Mucuri e uma no Norte de Minas, em convênio com o IDENE.

Meta física: 3 eventos realizados.

Meta financeira: R\$300.000,00

Proposta 359: Ação 4367 – Promoção e comercialização do artesanato da área de atuação do IDENE, por meio de realização de feiras temporárias de âmbito nacional.

Meta física: 1 evento em participação.

Meta financeira: R\$150.000,00.

Sala de Reuniões, 16 de novembro de 2022.

Iniciativa Popular

**Justificação:** Proposta 227: A comunidade rural depende economicamente da produção da agricultura familiar, onde retiram o alimento de suas famílias e comercializam a produção, há diversos locais para comercialização, na sede do município e cidades circunvizinhas, barracas de feira e caixas para transporte irá proporcionar transporte e exposição dos produtos adequados para a comercialização

Proposta 230: A comunidade rural depende economicamente da produção da agricultura familiar, de onde retiram o alimento de suas famílias e comercializam a produção, há diversos locais para comercialização, na sede do município e cidades circunvizinhas, barracas de feira e caixas para transporte irá proporcionar transporte e exposição dos produtos adequados para a comercialização

Proposta 303:

O Vale do Jequitinhonha faz parte do nordeste mineiro e boa parte do ano convive com a escassez de chuvas.

Porém o Vale é cortado pelo rio Jequitinhonha e em suas margens se localizam assentamentos rurais ou comunidades compostas de pequenos agricultores familiares. Esses vendem o que produzem em feiras livres locais.

Com essa ação as águas do rio poderão ser usadas para levar desenvolvimento econômico ao Vale. Pretende-se investir na fruticultura irrigada desde a captação da água do rio , até a comercialização da produção, ou seja, estrutura produtiva + assistência técnica + assistência comercial.

Assim combateríamos a desigualdade social com mais ênfase e com resultados para além da necessidade mínima.

Proposta 308: Prever explicitamente o fomento à participação de mulheres (agricultoras familiares e artesãs) nos editais os eventos e feiras de modo a fortalecer esse público.

Proposta 358: As feiras de artesanato tem por finalidade fomentar a produção artesanal da região do Jequitinhonha, bem como incrementar os meios de escoamento e renda dos produtos diretamente ao consumidor final, sem intermediário.

Pela proposta, pretende-se realizar 3 (três) feiras de artesanato em cidades-pólo no estado de Minas Gerais, em parceria com as prefeituras locais, selecionadas, preferencialmente, durante eventos culturais ou festivos, nas referidas cidades. Pretende-se, assim, diminuir custos e alcançar o maior número possível de artesãos.

A inscrição do artesão se dará por meio de edital de chamamento público, com seleção feita a partir de cada seguimento de produção, totalizando, no mínimo, 100 (cem) artesãos inscritos e participantes, por feira realizada.

Proposta 359: Fortalecer as oportunidades de divulgação e comercialização do artesanato da área de atuação do Idene, com a criação de novos canais de comercialização. Esta ação está alinhada com a atuação do Idene, na promoção de desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais, por meio de apoio às feiras e eventos de artesanato.

– À Comissão de Participação Popular.

### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 211/2022

Encaminha Sugestão de alteração do Programa 158 – Atenção Secundária e Terciária à Saúde, do projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício de 2023.

Proponentes: Rogério Dias dos Santos Junior, Gláucia de Fátima Batista (Conselho Estadual de Saúde), Nilce Heloísa Campos de Araújo (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Juliana Araujo do Espírito Santo (Federação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos de Minas Gerais).

Proposta 271: Proposta 271: Ação 4465 – Acréscimo de meta financeira no valor de R\$ 2.000.000,00 na região estadual para execução das ações de assistência integral às pessoas em situação de violência sexual nas cadeias de custódia, implementando-as em todas as regiões.

Envio de requerimento à SES com pedido de providências para descentralizar as cadeias de custódia para as demais microrregiões de saúde.

Proposta 5: Criar NOVA AÇÃO, conforme os seguintes atributos:

Ação: Moradia Primeiro para pessoas em uso prejudicial de álcool e outras drogas.

UR: Sedese

Finalidade: acolher as pessoas em uso prejudicial de álcool e outras drogas, com dignidade, e de acordo com a Política Estadual de Saúde Mental, nos moldes do Programa Moradia Primeiro.

Produto: vagas ocupadas.

Público-alvo: pessoas em uso prejudicial de álcool e outras drogas.

Região: estadual.

Meta física: 6.386

Meta financeira: R\$7.651.000,00 (sete milhões e seiscientos e cinquenta e um mil reais)

Proposta 273: Ação 4463 – Alteração da meta física da região intermediária de Teófilo Otoni, de 10 para 11.

Alteração da respectiva meta financeira de R\$ 16.557.929,00 para R\$ 19.557.929,00.

Proposta 427: Moção:

“Nós, participantes do grupo de Saúde Pública da Discussão Participativa do PPAG, tendo em vista a redução do aporte orçamentário para a Saúde, instamos ao Governo do Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, o aumento da alocação de recursos destinados à Saúde, no intuito de garantir a universalização e a integralização do acesso à Saúde promovido por parte dos órgãos competentes, sem delegá-lo à iniciativa privada, haja vista que o direito à Saúde é um dever do Estado e um direito de todos e todas”.

Sala de Reuniões, 16 de novembro de 2022.

Iniciativa Popular

**Justificação:** Proposta 271: Justifica-se a alteração da meta devido ao aumento dos casos de violência sexual em crianças, adolescentes e mulheres, sendo 50 % em crianças e adolescentes em Minas Gerais.

Justifica-se ainda a necessidade de descentralizar as cadeias de custódia para atender todos os municípios do Estado, haja vista que esse serviço encontra-se centralizado na região metropolitana de Belo Horizonte.

Proposta 5: O CES-MG aprovou resolução sobre a não-utilização de recursos da saúde para as comunidades terapêuticas, por não atenderem os princípios do SUS e do Estado Democrático de Direito – Estado laico.

As Políticas Nacional e Estadual de Saúde Mental contam com serviços substitutivos, antimanicomiais, que consideram a dignidade das pessoas, como a Constituição Federal, cidadã, garante.

Por essa razão, pedimos o remanejamento dos recursos alocados na Ação 4149 e destinados às Comunidades Terapêuticas, da ordem de R\$7.651.000,00, para essa nova ação, relacionada à moradia para pessoas em uso prejudicial de álcool e outras drogas.

Proposta 273: Os municípios da região intermediária de Teófilo Otoni carecem de maior atenção especializada, uma vez que os referidos municípios não possuem estrutura, por si só, de ampliar essa atenção. Devido a essa carência, surge a necessidade de ampliar a atenção especializada nessa região.

– À Comissão de Participação Popular.

### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 212/2022

Encaminha Sugestão de alteração do Programa 104 – Proteção das Áreas Ambientalmente Conservadas, da Fauna e da Biodiversidade Florestal, do projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício de 2023.

Proponentes: Henrique Damasio Soares (Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais), SAULO LARA COIMBRA (Projeto Vida e Verde – Pró-Viver), Agmar Pereira Lima (Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais), João Humberto Zago (Jh9.Org), Robélia Maria de Jesus Gomes (Prefeitura Municipal de Jequitinhonha), Vinicius de Aguiar e Araujo (Prefeitura Municipal de Jequitinhonha).

Proposta 285: Ação 4276 – Incluir no produto a criação e a revitalização dos viveiros do Instituto Estadual de Florestas – IEF.

Proposta 286: Ação 4276 – Incluir no produto a análise dos cadastros ambientais rurais dos imóveis rurais do Estado.

Proposta 287: Ação nova – Regularização fundiária de imóveis rurais afetados pela criação, expansão das unidades, zonas de amortecimento, a fim de ressarcir devidamente os donos dos imóveis.

Proposta 289: Ação 4283 – Acrescentar a Região Intermediária do Vale do Rio Doce (Leste de Minas) para promover reintrodução do estoque pesqueiro no Rio Santo Antônio e demais afluentes do Rio Doce e Vale do Aço.

Proposta 329: Ação 4280 – Acréscimo da região intermediária de Janaúba com meta física 1 e meta financeira de R\$200.000,00 (duzentos mil reais).

Sala de Reuniões, 16 de novembro de 2022.

Iniciativa Popular

**Justificação:** Proposta 285: Proposta 285: A produção de mudas, nativas ou não, é uma ação imprescindível para que pequenos e médios produtores rurais realizem as ações de regularização e recuperação das áreas de preservação permanente – APPs – e reserva legal. Com o programa de regularização ambiental – PRA – será necessário que o Estado disponibilize mudas para os agricultores familiares e fomenta a reposição florestal em nosso Estado.

Proposta 286: Análise dos cadastros ambientais rurais dos mais de 900.000 imóveis rurais no Estado. Necessidade de iniciar as análises, obtenção de imagens de satélite, anterior ao ano de 2002, processamento no sistema e validação do cadastro ambiental rural nos imóveis. O Cadastro Ambiental Rural é um instrumento criado pela Lei 12651/2012. Os produtores rurais fizeram o cadastro, porém uma década após a inscrição ainda não foram realizadas as análises, o que era insegurança jurídica e dificuldades de obtenção de créditos, bem como solicitação de intervenções ambientais.

Proposta 287: Essa ação deve ser priorizada para as unidades de conservação de proteção integral federais e estaduais em território mineiro. Com a criação de unidades, produtores rurais ficam impossibilitados de exercer atividades econômicas.

Proposta 329: Solicitação de estudo específico das pinturas rupestres que existem dentro do Parque Estadual Serra Nova e Talhado, para saber a data das pinturas, das espécies que ali habitavam, a fim de gerar propriedade para o trabalho dos guias e curiosidades aos turistas. O Parque está localizado na serra geral, abrange 5 municípios e o estudo beneficiaria cerca de 150 mil habitantes. Municípios abrangentes: Serranópolis de Minas, Porteirinha, Riacho dos Machados, Mato Verde e Rio Pardo de Minas. Trata-se de serra de grande importância para proteção dos bens arqueológicos, tendo relatos de danos e subtração destes bens pertencentes ao parque.

– À Comissão de Participação Popular.

#### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 213/2022

Encaminha Sugestão de alteração do Programa 127 – Infraestrutura Rural e Agricultura Sustentável, do projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício de 2023.

Proponentes: Rogério Dias dos Santos Junior, Mirtes Maria Santos (Projeto Vida e Verde – Pró-Viver), Cecília Aparecida do Carmo.

Proposta 290: Proposta 290: Ação 4512 – Aumento da meta física e financeira com inclusão da Região Intermediária de Governador Valadares, visando a elaboração de projetos executivos/ diagnóstico de sub-bacias da região do Vale do Rio Doce.

Proposta 291: Ação 4512 – Alterar a meta financeira no aporte de R\$2.000,00 (dois milhões de reais) com o objetivo de garantir recursos necessários para a revitalização das bacias e subbacias componentes das bacias dos rios Jequitinhonha e Mucuri.

Proposta 292: Ação 4492 – Aumento da meta física e financeira com inclusão da Região Intermediária de Governador Valadares

Sala de Reuniões, 16 de novembro de 2022.

Iniciativa Popular

**Justificação:** Proposta 290: Proposta 290: Visto à necessidade de atendimento a outros municípios onde haja escassez hídrica.

Proposta 291: Com o passar dos anos, vêm ocorrendo deterioração das bacias dos rios Jequitinhonha e Mucuri, sendo essas bacias vitais para os moradores da região, que vem sofrendo com a sua degradação e por isso, surge a necessidade de garantirmos recursos para a revitalização dessas bacias e por, consequência, a garantia desses recursos é essencial para os moradores dos vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Proposta 292: Visto a necessidade de atendimento a outros municípios onde haja escassez hídrica.

– À Comissão de Participação Popular.

**PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 214/2022**

Encaminha Sugestão de alteração do Programa 87 – Assistência Técnica e Extensão Rural para o Estado de Minas Gerais, do projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício de 2023.

Proponentes: Maria de Lourdes Rodrigues da Silva Filha Cordeiro, Robélia Maria de Jesus Gomes (Prefeitura Municipal de Jequitinhonha), Mariana Simões Mendes (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Senar), Afonso Corrêa Diana (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Cecília Aparecida do Carmo, João Humberto Zago (Jh9.Org), Mônica Ignes Monteiro (Agência de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável do Brasil), Neide Aparecida Santos (Agência de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável do Brasil), Felipe Rodrigues Ávila (Associação dos Técnicos Agrícolas de Minas Gerais), Rute Moura Santos (Associação dos Técnicos Agrícolas de Minas Gerais).

Texto: Ação 4210 – Serviço oficial de Ater do Estado

Recomendações:

a) Aprimoramento do modelo de Ater do programa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado e sua apresentação no PPAG;

b) Criar dentro da Emater a opção de terceirizar os serviços de Ater para atender melhor e com mais atenção o produtor rural, tendo na implantação dos projetos quanto na continuidade dos mesmos, para assim incentivar o produtor rural gerando aumento em sua renda e interferindo direto na economia local.

Sala de Reuniões, 16 de novembro de 2022.

Iniciativa Popular

**Justificação:** Muitos agricultores familiares não dão seguimento ao projeto por não ter uma assistência técnica.

– À Comissão de Participação Popular.

**PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 215/2022**

Encaminha Sugestão de alteração do Programa 164 – Acesso à Mercados, do projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício de 2023.

Proponentes: Marcos Vinicius de Andrade Gomes (União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária), Paulo Cesar Gomes Amorim Junior (União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado de Minas Gerais), Laerte Mendonça Neto (Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais), Regina Aparecida de Castro (União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado de Minas Gerais), Antonio Carlos Bagle (União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado de Minas Gerais), Getúlio Gomes Vieira (União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado de Minas Gerais), Eliane Aparecida Fernandes Souto Silva (Associação do Coletivo de Mulheres do Norte de Minas), Alaíde Lúcia Bagetto Moraes, Marcos Vinicius Dias Nunes (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Thais Helena Teixeira (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg), Maria Aparecida da Silva, Associação do Coletivo de Mulheres Organizadas do Norte de Minas (Associação do Coletivo de Mulheres do Norte de Minas).

Proposta 301: Proposta 301:

Sugestão 1:

Ação 4424 – Ampliação da meta financeira em R\$1 milhão e ampliação da meta física para 43 feiras livres para realização de três feiras regionais para agricultoras familiares, no Norte de Minas, Vale do Jequitinhonha/Mucuri e Muriaé.

Sugestão 2:

Realizar, no âmbito das regiões do Estado, 12 feiras regionais da agricultura familiar, sendo uma por região, visando valorizar a produção das mulheres e proporcionar acesso a mercados institucionais e não institucionais, fomentando ainda o acesso à tecnologia e à assistência técnica para mulheres trabalhadoras rurais.

Público: mulheres trabalhadoras rurais de 12 regiões do Estado

Meta física: 200 mulheres por região

Meta financeira: R\$400.000,00 para cada região (para deslocamento, montagem da estrutura, alojamento e alimentação).

Proposta 214: Ação 4424 – Ampliar e diversificar os canais de comercialização local de alimentos como feiras da agricultura familiar, fomentar circuitos curtos e de proximidade visando a inclusão das mulheres no mercado e a descentralização do abastecimento na cidade.

Proposta 222: Ação 4426 – Ampliar o orçamento da ação, com vistas a estruturação de centros de distribuição dos alimentos produzidos pelos agricultores familiares mineiros, organizados em cooperativas e associações, possibilitando investimento para a realização de obras e adequações que se façam necessárias.

Alterar a meta financeira para no mínimo R\$4.313.030,00 e física para no mínimo 45 iniciativas.

Proposta 231: Ação 4426 – Promover o acesso dos agricultores familiares e seus empreendimentos (cooperativas e associações) aos mercados formais (públicos e privados) por meio da estruturação e organização da produção, da regularização das agroindústrias, do aprimoramento dos processos logísticos (armazenamento, circulação e distribuição) e de comercialização.

Alterar a meta financeira para no mínimo R\$4.313.030,00 e física para no mínimo 45 iniciativas.

Proposta 244: Ação 4426 – Promover o acesso dos agricultores familiares e seus empreendimentos (cooperativas e associações) aos mercados formais (públicos e privados) por meio da estruturação e organização da produção, da regularização das agroindústrias, do aprimoramento dos processos logísticos (armazenamento, circulação e distribuição) e de comercialização.

Alterar a meta financeira para no mínimo R\$4.313.030,00 e física para no mínimo 45 iniciativas.

Proposta 245: Ação 4426 – Sugestão de intervenção (Obs.: Apresentar uma Sugestão de intervenção, incluindo cada um dos atributos da Ação que deverão ser alterados):

Ampliar o orçamento da ação, com vistas a estruturação de centros de distribuição dos alimentos produzidos pelos agricultores familiares mineiros, organizados em cooperativas e associações, possibilitando investimento para obras necessárias ao processo de adequação para a instalação de um Centro de Distribuição de alimentos da agricultura familiar em Belo Horizonte.

Alterar a meta financeira para no mínimo R\$4.313.030,00 e física para no mínimo 45 iniciativas.

Proposta 257: Ação 4424 – Realizar 05 feiras Microrregionais da Agricultura Familiar para mulheres no Norte de Minas com consultoria de acesso a mercados institucionais, fomento para acesso a tecnologia e assistência técnica para mulheres trabalhadoras rurais.

Proposta 299: Ação 4426 – Ampliar meta financeira para R\$2,5 milhões e meta física para 30 cooperativas e agroindústrias atendidas

Proposta 302: Ação 4424 – Realização de uma feira estadual da agricultura familiar – Agriminas –, por meio de acréscimo de R\$900 mil na meta financeira.

Proposta 304: Ação 4424 – Acrescentar R\$ 1 milhão em recursos financeiros para aquisição de kits feira para distribuição em todo o Estado.

Sala de Reuniões, 16 de novembro de 2022.

Iniciativa Popular

**Justificação:** Proposta 301: Proposta 301:

Sugestão 1:

A autonomia econômica das mulheres é essencial para que essas possam prover seu próprio sustento e decidir sobre suas vidas. É uma questão que não engloba somente a questão da independência financeira, mas diz respeito a suas liberdades de escolhas.

Sugestão 2:

A autonomia econômica das mulheres é essencial para que elas possam prover seu próprio sustento e decidir sobre suas próprias vidas. É uma questão que não engloba somente a questão da independência financeira, mas diz respeito da liberdade para fazer escolhas. Acreditamos ser necessário alterar a divisão sexual do trabalho e que as mulheres sejam reconhecidas pelo trabalho produtivo. Alcançar a igualdade de oportunidades, romper com a pobreza e a exclusão das mulheres são propostas reais para as mulheres do campo, como sujeitas de direitos.

Proposta 214: Garantir abastecimento alimentar e acesso alimentos, garantir sustentabilidade das mulheres, criar condições para autonomia econômica para trabalhadoras rurais, estimular a produção de alimentos, fomentar e ampliar as práticas agroecológicas,

Proposta 222: Em 2003 com a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e em 2009 com a Política Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – inúmeras oportunidades foram apresentadas aos agricultores e agricultoras familiares do Brasil, tais como: inclusão econômica, segurança e soberania alimentar, estímulo ao associativismo e ao cooperativismo, fortalecimento dos circuitos locais, regionais e redes de comercialização, participação social e promoção de biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos (CUNHA *et al*, 2017).

No entanto, a cada novo passo dado pelos agricultores e suas organizações em direção aos novos mercados, novos desafios surgiam diante dos mesmos. Padilha (2018) identificou estes como os principais desafios: a) dificuldade de organização dos agricultores para atender a nova demanda; b) despreparo para lidar com questões burocráticas; c) falta de capacidade dos agricultores para atender as exigências sanitárias e de regularidade de fornecimento os principais desafios e d) logística dos produtos, ou seja, casos em que nem os agricultores conseguem realizar as entregas e nem tampouco o município ou estado possui um centro de recebimento dos produtos.

Desta forma, nós da Unicafe Minas acreditamos que a estruturação de um centro de distribuição de alimentos gerido por organizações da agricultura familiar irá contribuir muito para o abastecimento do PAA e do Pnae na região metropolitana de Belo Horizonte, também, proporcionará o acesso a novas oportunidades de mercado (redes varejistas, por exemplo) e gerará novos postos de trabalho e renda no campo para as famílias agricultoras. Para tanto, julgamos necessário prever no orçamento R\$ R\$ 500.000,00 a mais nessa ação, para realização as obras necessárias à adequação do Centro de Distribuição.

Proposta 231: Segundo o censo agropecuário de 2017, mais de 60% dos empreendimentos no campo em Minas Gerais são de agricultores familiares. Estes empreendimentos em sua maioria compostos por cooperativas e associações de agricultores familiares, sendo de fundamental importância para gerar trabalho, renda, inclusão socioprodutiva de jovens e mulheres, produção de alimentos, abastecimento e permanência no campo (IBGE, 2006).

A partir de 2003, com a criação do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA – e de 2009 com o Programa Nacional de Alimentação Escolar inúmeros empreendimentos dessa natureza foram constituídos para fins de organizar e escoar a produção, além

de corroborar para o abastecimento de alimentos em Minas. Neste período, estes empreendimentos ganharam protagonismo como promotores de desenvolvimento local, gerando trabalho, renda, riqueza e o mais importante, contribuindo para a soberania alimentar dos mineiros.

Nesse sentido, a revisão aqui proposta tem o objetivo de fomentar o desenvolvimento econômico, gerando oportunidades de trabalho e renda no campo a partir da consolidação dos Empreendimentos Econômicos Solidários. Por meio deste objetivo, vislumbramos a contratação de profissionais que atuarão junto aos empreendimentos com formações e capacitações nas seguintes áreas temáticas: produção, processamento, gestão, contábil, jurídica, financeira e comercial.

Para a implementação dessa proposta, julgamos como necessário o investimento de R\$ 3.310.000,00 (três milhões e trezentos e dez mil reais), para contratação de profissionais especializados, aquisição de equipamentos e custeio das atividades.

Proposta 244: Segundo o censo agropecuário de 2017, mais de 60% dos empreendimentos no campo em Minas Gerais são de agricultores familiares. Estes empreendimentos em sua maioria compostos por cooperativas e associações de agricultores familiares, sendo de fundamental importância para gerar trabalho, renda, inclusão socioproductiva de jovens e mulheres, produção de alimentos, abastecimento e permanência no campo (IBGE, 2006).

A partir de 2003, com a criação do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA – e de 2009 com o Programa Nacional de Alimentação Escolar inúmeros empreendimentos dessa natureza foram constituídos para fins de organizar e escoar a produção, além de corroborar para o abastecimento de alimentos em Minas. Neste período, estes empreendimentos ganharam protagonismo como promotores de desenvolvimento local, gerando trabalho, renda, riqueza e o mais importante, contribuindo para a soberania alimentar dos mineiros.

Nesse sentido, a revisão aqui proposta tem o objetivo de fomentar o desenvolvimento econômico, gerando oportunidades de trabalho e renda no campo a partir da consolidação dos Empreendimentos Econômicos Solidários. Por meio deste objetivo, vislumbramos a contratação de profissionais que atuarão junto aos empreendimentos com formações e capacitações nas seguintes áreas temáticas: produção, processamento, gestão, contábil, jurídica, financeira e comercial.

Para a implementação dessa proposta, julgamos como necessário o investimento de R\$ 3.310.000,00 (três milhões e trezentos e dez mil reais), para contratação de profissionais especializados, aquisição de equipamentos e custeio das atividades.

Proposta 245: Em 2003 com a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e em 2009 com a Política Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – inúmeras oportunidades foram apresentadas aos agricultores e agricultoras familiares do Brasil, tais como: inclusão econômica, segurança e soberania alimentar, estímulo ao associativismo e ao cooperativismo, fortalecimento dos circuitos locais, regionais e redes de comercialização, participação social e promoção de biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos (CUNHA et al, 2017).

No entanto, a cada novo passo dado pelos agricultores e suas organizações em direção aos novos mercados, novos desafios surgiam diante dos mesmos. Padilha (2018) identificou estes como os principais desafios: a) dificuldade de organização dos agricultores para atender a nova demanda; b) despreparo para lidar com questões burocráticas; c) falta de capacidade dos agricultores para atender as exigências sanitárias e de regularidade de fornecimento os principais desafios e d) logística dos produtos, ou seja, casos em que nem os agricultores conseguem realizar as entregas e nem tampouco o município ou estado possui um centro de recebimento dos produtos.

Desta forma, nós da Unicafe Minas acreditamos que a estruturação de um centro de distribuição de alimentos gerido por organizações da agricultura familiar irá contribuir muito para o abastecimento do PAA e do Pnae na região metropolitana de Belo Horizonte, também, proporcionará o acesso a novas oportunidades de mercado (redes varejistas, por exemplo) e gerará novos postos de trabalho e renda no campo para as famílias agricultoras. Para tanto, julgamos necessário prever no orçamento R\$ R\$ 500.000,00 a mais nessa ação, para realização as obras necessárias à adequação do Centro de Distribuição.

Proposta 257: A autonomia econômica é essencial para que as mulheres possam prover seu próprio sustento e decidir sobre suas próprias vidas. é uma questão que não se engloba somente a questão da independência financeira, mas diz respeito também a liberdade de fazer suas escolhas.

Portanto é fundamental estimular e fortalecer grupos de comercialização com feiras microrregionais com base agroecológica, para que as mulheres possam comercializar seus produtos através de cadeias curtas de produção e a descentralização do abastecimento nas cidades. Nesse sentido, defendemos a proposta como uma possibilidade real para as mulheres do campo enquanto sujeitas de direito e oportunidades.

Proposta 299: Ampliar e qualificar o escopo de atuação dentro dos objetivos estabelecidos pelo Decreto 47.999, de 2 de julho de 2020, visando ampliar o número de cooperativas atendidas e melhorar a qualidade dos serviços prestados.

Proposta 302: Realização de uma feira estadual da agricultura familiar – Agriminas –, abrangendo agricultores e agricultoras de todas as regiões do Estado, tendo como objetivo criar espaços de comercialização e troca de experiências entre empreendimentos, sejam eles individuais (grupos familiares) ou coletivos (associações e cooperativas).

– À Comissão de Participação Popular.

#### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 216/2022

Encaminha Sugestão de alteração do Programa 22 – Inovações e Soluções Tecnológicas para a Agropecuária e a Agroindústria, do projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício de 2023.

Proponentes: Marcos Vinicius de Andrade Gomes (União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária), Marcos Vinicius Dias Nunes (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Regina Aparecida de Castro (União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado de Minas Gerais), Laerte Mendonça Neto (Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais), Alaíde Lúcia Bagetto Moraes, Thais Helena Teixeira (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg), Eliane Aparecida Fernandes Souto Silva (Associação do Coletivo de Mulheres do Norte de Minas).

Texto: Ação 4035 – Acréscimo de R\$1,5 milhão para estruturação da Epamig.

Sala de Reuniões, 16 de novembro de 2022.

Iniciativa Popular

**Justificação:** Os recursos serão destinados para investimentos em aquisição de equipamentos e realização de obras que servirão de apoio para as pesquisas e para treinamentos de agricultores familiares do Estado de Minas em suas diversas regiões.

– À Comissão de Participação Popular.

#### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 217/2022

Encaminha Sugestão de alteração do Programa 126 – Regularização Fundiária – Ampliação da Segurança Jurídica no Campo, do projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício de 2023.

Proponentes: Afonso Corrêa Diana (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Cecília Aparecida do Carmo, João Humberto Zago (Jh9.Org), Robélia Maria de Jesus Gomes (Prefeitura Municipal de Jequitinhonha),

Mônica Ignes Monteiro (Agência de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável do Brasil), Neide Aparecida Santos (Agência de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável do Brasil), Felipe Rodrigues Ávila (Associação dos Técnicos Agrícolas de Minas Gerais), Rute Moura Santos (Associação dos Técnicos Agrícolas de Minas Gerais), Mariana Simões Mendes (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Senar), Maria de Lourdes Rodrigues da Silva Filha Cordeiro.

Texto: Ação 4342 – Aumentar a meta física para 3000 e a meta financeira para R\$11.518.722,00.

Recomenda-se, ainda, aumento da equipe responsável em 50% do pessoal hoje alocado.

Sala de Reuniões, 16 de novembro de 2022.

Iniciativa Popular

**Justificação:** Ao aumentar a ação se promove a segurança jurídica, se garante a sucessão rural, garantindo inclusão social e acesso às políticas públicas (crédito, Pronaf e etc.).

Em função da grande demanda há a necessidade desse aumento de capacidade técnica da equipe de servidores responsável e de recursos financeiros para ampliação do programa.

– À Comissão de Participação Popular.

#### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 218/2022

Encaminha Sugestão de alteração do Programa 726 – Acesso à Justiça, do projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício de 2023.

Proponentes: Camila Álvares dos Reis (Centro Estadual de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores), João Raphael de Santana (Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados), Henrique Galhano Balieiro (Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados), Luan Gomide de Sousa Cândido (Coletivos Desinterna Minas Gerais e Desencarcera MG), Izabela de Faria Miranda (Indômitas Coletiva Feminista), Glaucia Jaci de Souza (Grupo de mulheres Criação e Solidariedade), Pedrina Gomes Olegario Leite (Casa de Referência da Mulher Tina Martins), Mariana Fernandes Costa (Casa de Referência da Mulher Tina Martins), Maria Aparecida da Silva.

Texto: Ação 1099 – Alterar a finalidade e as metas física e financeira, de forma a incluir as unidades móveis das defensorias especializadas e dos núcleos de defensoria pública, para atendimento e/ou atuação na área rural, com especial atenção às mulheres, idosos, crianças e adolescentes.

Alterar a meta física para implantação de 1 unidade móvel e a meta financeira para 500.000,00 para a aquisição de veículo e circulação com a equipe composta por promotor, assistente social e psicólogo nas Comarcas do Estado.

Sala de Reuniões, 16 de novembro de 2022.

Iniciativa Popular

**Justificação:** A proposta tem por finalidade assegurar o acesso à justiça e aos direitos da população que vive na zona rural do Estado. Tendo como dificultador a ausência de estrada de qualidade, transporte público, dependência financeira, vivenciada em especial pelas mulheres, idosos, crianças e adolescentes. Outro ponto que dificulta o acesso ao sistema de justiça e políticas públicas em geral são a distância geográfica e a extensão rural.

– À Comissão de Participação Popular.

### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 219/2022

Encaminha Sugestão de alteração do Programa 50 – Turismo Competitivo, do projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício de 2023.

Proponentes: Vinicius de Aguiar e Araujo (Prefeitura Municipal de Jequitinhonha), Maicon Douglas dos santos silva (Prefeitura Municipal de Serranópolis de Minas), Amâncio Oliva Neto, Agmar Pereira Lima (Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais), João Humberto Zago (Jh9.Org).

Texto: Nova Ação: Fomento às Feiras Regionais

Finalidade: Apoiar a realização de feiras artesanais de artesanato, cultura e culinária, mediante apoio às prefeituras e organizações da sociedade civil.

UO: Secult

IAG: Demais projetos

Produto: feira apoiada

Unidade de medida: feira

público-alvo: entidades da sociedade civil

Meta física: 8

Regionalização: Estadual (São João Del Rey, Tiradentes, Araxá, Monte Verde, Ouro Preto, Serro, Diamantina e São Lourenço)

Meta financeira: R\$ 1.000.000,00

Sala de Reuniões, 16 de novembro de 2022.

Iniciativa Popular

**Justificação:** Fomento ao turismo com geração de emprego e renda, explorando as potencialidades turísticas e promovendo o homem e o meio ambiente, tornando essas atividades autossustentáveis e integradas ao calendário turístico dos municípios. Esta ação tem que ser inclusiva como uma ação permanente do Estado de Minas Gerais, tendo em vista as boas práticas da administração pública.

– À Comissão de Participação Popular.

### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 220/2022

Encaminha Sugestão de alteração do Programa 54 – Equipamentos Culturais, Corpos Artísticos e Órgãos Colegiados, do projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício de 2023.

Proponentes: João Victor Araújo dos Santos (Associação Buritis de Esporte e Cultura), Amanda Vasconcelos Araújo (Instituto Cultural Amilcar Martins – Icam), Alvimar Neri Pinto (Grêmio Recreativo Escola de Samba Triunfo Barroco), Vilmar Oliveira de Jesus (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), Max Vinícius Aguiar Martins (Prefeitura Municipal de Serranópolis de Minas), SAULO LARA COIMBRA (Projeto Vida e Verde – Pró-Viver), Maria do Rosario Viana Santos (Instituto Válido Mucuri), Gisley Lima Viana.

Texto: Ação 4119 – Atividades de manutenção do Centro Esportivo e Cultural da Associação Buritis de Esporte e Cultura

Acréscimo de 240 metas físicas e R\$300.000,00/ ano na meta financeira na região intermediária metropolitana de Belo Horizonte para manutenção de atividades culturais e de formação de jovens, como aulas de pandeiro, violão, percussão e sopros no equipamento, cedido pela Fundação João Pinheiro à Abesc para realização de ações esportivas e culturais.

Sala de Reuniões, 16 de novembro de 2022.

Iniciativa Popular

**Justificação:** 240 atendimentos semanais em várias modalidades de ensino musical, compra de instrumentos musicais para ensino musical de crianças e adolescentes, 8 apresentações em centros culturais localizados em áreas periféricas ou que historicamente possuem pouco acesso a bens culturais em Belo Horizonte.

Compra de instrumentos musicais e contratação de professores para aulas semanais de música gratuitas para as crianças e adolescentes, atualmente a Abesc consegue atender cerca de 40 alunos semanalmente, com o projeto pretende-se ampliar este número para 240 atendimentos semanais.

Realização de apresentações gratuitas e abertas ao público em geral em centros culturais localizados em áreas periféricas ou que historicamente possuem pouco acesso a bens culturais em Belo Horizonte,

– À Comissão de Participação Popular.

### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 221/2022

Encaminha Sugestão de alteração do Programa 68 – #Aceleraminas – Desenvolvimento de Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação, do projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício de 2023.

Proponentes: Rogério Dias dos Santos Junior, Célia de Lima Carvalho (Conselho Estadual de Alimentação Escolar – CAE-MG), Felipe Rodrigues Ávila (Associação dos Técnicos Agrícolas de Minas Gerais), Flaviana Gomes da Silva (Conselho Regional de Fonoaudiologia), Neuzete Fatima Lima (Conselho Estadual de Alimentação Escolar – CAE-MG), Tannia Aparecida da Silva Oliveira (Conselho Estadual de Alimentação Escolar – CAE-MG), Leticia Correa Borba (Universidade do Estado de Minas Gerais), Jefferson da Silva Assunção (Universidade do Estado de Minas Gerais).

Texto: Ação nova: Amparo à pesquisa no setor público

Unidade Responsável: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais

Finalidade: oferecer bolsas de financiamento a projetos de pesquisa elaborados por estudantes de ensino superior do Estado de Minas Gerais que visam estabelecer novos métodos e tecnologias para a solução de problemas e desafios enfrentados nas várias frentes de atuação dos órgãos e instituições responsáveis pela oferta e promoção dos serviços públicos.

Produto: bolsas de financiamento

Público-alvo: estudantes do ensino superior da rede pública e privada do Estado de Minas Gerais.

Meta física; 20.000

Meta financeira: a definir (janela orçamentária)

Sala de Reuniões, 16 de novembro de 2022.

Iniciativa Popular

**Justificação:** Os projetos de pesquisa, de maneira geral, elaborados por estudantes de ensino superior não vêm tendo acesso a bolsas de financiamento, prejudicando a elaboração de novas pesquisas, que visam estabelecer novas soluções para os problemas enfrentados na prestação do serviço público, criando-se necessidade da presente ação.

– À Comissão de Participação Popular.

#### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 222/2022

Encaminha Sugestão de alteração do Programa 125 – Desenvolvimento da Educação Básica, do projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício de 2023.

Proponentes: Flaviana Gomes da Silva (Conselho Regional de Fonoaudiologia), Rogério Dias dos Santos Junior, Neuzete Fatima Lima (Conselho Estadual de Alimentação Escolar – CAE-MG), Tannia Aparecida da Silva Oliveira (Conselho Estadual de Alimentação Escolar – CAE-MG), Célia de Lima Carvalho (Conselho Estadual de Alimentação Escolar – CAE-MG), Allisson.

Texto: Ação 4356 – Alteração da meta financeira, destinando 200 mil reais para o programa de educação bilíngue da Fundação Helena Antipoff.

Sala de Reuniões, 16 de novembro de 2022.

Iniciativa Popular

**Justificação:** Com a internacionalização das economias e culturas, o ensino de uma segunda língua na educação básica, bem como no convívio com culturas distintas, tem se apresentado como instrumento fundamental de facilitação da inserção dos jovens no futuro mercado de trabalho, além de ampliar os horizontes e fortalecer o processo de preparação para as novas demandas sociais, típica de uma cidadania global. Nessa linha, as 30 unidades do Colégio Tiradentes da PMMG e a Fundação Helena Antipoff iniciaram processo pioneiro de educação bilíngue e intercultural, proporcionando mecanismos para construção de conhecimentos na comunidade escolar, buscando a internacionalização dos currículos. Para viabilizar esse projeto são necessárias ações para preparação do ambiente, dos materiais didáticos e dos corpos docentes e discentes, ações essas para as quais é necessário viabilizarmos recursos públicos.

– À Comissão de Participação Popular.

#### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 223/2022

Encaminha Sugestão de alteração do Programa 106 – Ensino Fundamental, do projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício de 2023.

Proponentes: Tannia Aparecida da Silva Oliveira (Conselho Estadual de Alimentação Escolar – CAE-MG), Neuzete Fatima Lima (Conselho Estadual de Alimentação Escolar – CAE-MG), Felipe Rodrigues Ávila (Associação dos Técnicos Agrícolas de Minas Gerais), Flaviana Gomes da Silva (Conselho Regional de Fonoaudiologia), Jefferson da Silva Assunção (Universidade do Estado de Minas Gerais), Letícia Correa Borba (Universidade do Estado de Minas Gerais), Célia de Lima Carvalho (Conselho Estadual de Alimentação Escolar – CAE-MG), Rogério Dias dos Santos Junior, Allisson.

Proposta 347: Proposta 347: Ação 2065 – Incluir na finalidade: Pagamento de pessoal e auxílios aos profissionais do magistério que atuam no ensino fundamental, “garantindo recursos financeiros para o cumprimento do pagamento do piso salarial dos professores da rede de ensino”.

Proposta 354: 1) No âmbito dos programas 105, 106 e 107, dobrar o atual percentual mínimo de 30% para 60% até o final deste PPAG e aplicar o mesmo percentual para todos os recursos da alimentação escolar não apenas os recursos oriundos do Pnae.

2) Elevar a média para 1 nutricionista para atender o mínimo de 37 escolas.

Sala de Reuniões, 16 de novembro de 2022.

Iniciativa Popular

**Justificação:** Proposta 347: Proposta 347: Garantir o pagamento do piso salarial do magistério como determina a Lei Federal 11.738/2008 e a Lei Estadual 21.710/2015.

Proposta 354: 1) O Estado de Minas Gerais, ao longo dos últimos 4 anos, não conseguiu atingir o percentual mínimo de 30% na compra dos alimentos da agricultura familiar: dos recursos federais e estaduais.

2) O Estado de Minas Gerais possui apenas 1 nutricionista por SREs. São no total, 47 SREs, número limitado de profissionais e insuficiente para atender 853 municípios e cerca de 3.471 escolas estaduais. E o nutricionista, o responsável técnico do Pnae, responsável por diversas atividades: controle da elaboração de cardápio, escolha de alimentos nutritivos, testes de aceitabilidade.

– À Comissão de Participação Popular.

#### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 224/2022

Encaminha Sugestão de alteração do Programa 105 – Educação Integral, do projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício de 2023.

Proponentes: Neuzete Fatima Lima (Conselho Estadual de Alimentação Escolar – CAE-MG), Flaviana Gomes da Silva (Conselho Regional de Fonoaudiologia), Rogério Dias dos Santos Junior, Jefferson da Silva Assunção (Universidade do Estado de Minas Gerais), Célia de Lima Carvalho (Conselho Estadual de Alimentação Escolar – CAE-MG), Tannia Aparecida da Silva Oliveira (Conselho Estadual de Alimentação Escolar – CAE-MG), Felipe Rodrigues Ávila (Associação dos Técnicos Agrícolas de Minas Gerais), Allisson.

Texto: 1) No âmbito dos programas 105, 106 e 107, dobrar o atual percentual mínimo de 30% para 60% até o final deste PPAG e aplicar o mesmo percentual para todos os recursos da alimentação escolar não apenas os recursos oriundos do Pnae.

2) Elevar a média para 1 nutricionista para atender o mínimo de 37 escolas.

Sala de Reuniões, 16 de novembro de 2022.

Iniciativa Popular

**Justificação:** 1) O Estado de Minas Gerais, ao longo dos últimos 4 anos, não conseguiu atingir o percentual mínimo de 30% na compra dos alimentos da agricultura familiar: dos recursos federais e estaduais.

2) O Estado de Minas Gerais possui apenas 1 nutricionista por SREs. São no total, 47 SREs, número limitado de profissionais e insuficiente para atender 853 municípios e cerca de 3.471 escolas estaduais. E o nutricionista, o responsável técnico do Pnae, responsável por diversas atividades: controle da elaboração de cardápio, escolha de alimentos nutritivos, testes de aceitabilidade.

– À Comissão de Participação Popular.

### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 225/2022

Encaminha Sugestão de alteração do Programa 81 – Infraestrutura Rodoviária, do projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício de 2023.

Proponentes: Rogério Dias dos Santos Junior, Junior José da Silva (Movimento Nacional pelo Direitos ao Transporte Público de Qualidade), Hailton Dias de Moura (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), Emanuelle Bambirra Cabral Gomes.

Proposta 352: Proposta 352: Ação nova: Elaboração do projeto da rodovia estadual ligando o município de Sabará à BR-381 em Ravena com meta física de 01 para 2023 e financeira a definir (janela orçamentária)

Proposta 12: Ação nova: pavimentação asfáltica da estrada estadual Sabará-BR-381

Conclusão do projeto e principalmente da pavimentação dos cerca de 12km da Estrada Estadual que liga a Sede do Município de Sabará a BR-381 na região do Distrito de Ravena, em Sabará.

Conclusão do projeto, e principalmente da pavimentação asfáltica com recursos próprios do Governo de Minas Gerais, ou com os recursos do acordo do rompimento da Barragem de Mariana de 2015.

Proposta 14: Ação nova: a destinação de 2 bilhões de reais do acordo de Mariana para a duplicação da BR-381 em Minas Gerais

Proposta 361: Ação nova: revitalização da BR 367, por meio da regionalização estadual, com a finalidade de realizar ações e estimar recursos, incluindo, mas não se limitando à assinatura de convênio/cooperação técnica com o Dnit, usando a assunção de trechos hoje sob jurisdição federal, recuperação e adaptação dos trechos pavimentados, pavimentação de trechos não pavimentados, instalação de postos de fiscalização, instalação de praças de pesagem e radares de velocidade, melhorias dos trechos de acesso e melhoria da sinalização horizontal e vertical.

Sala de Reuniões, 16 de novembro de 2022.

Iniciativa Popular

**Justificação:** Proposta 352: Proposta 352: A falta de uma estrada que ligue o município de Sabará à BR-381 em Ravena vem causando problemas aos habitantes do município de Sabará, obrigando-os a usarem outras rotas mais longas e perigosas, dificultando-os em muitos aspectos, e a construção da referida rodovia melhoraria e muito o acesso ao referido município.

Proposta 12: Desde 2015 venho solicitando no PPAG Estadual a pavimentação asfáltica dos cerca de 12 KM da Estrada Estadual que liga a Sede do Município de Sabará a BR-381 na região do Distrito de Ravena, em Sabará. Trata-se de uma estrada extremamente importante, como desvio alternativo à caótica BR-381 no trecho entre Ravena/Sabará até BH, que sempre está congestionada. E até mesmo para o futuro com a concessão e principalmente duplicação do lote 8 da BR-381 MG (Caeté a BH), que sem a existência de um desvio será um caos ainda maior.

Destaco ainda a importância da pavimentação asfáltica desta Estrada Estadual para uma maior eficiência operacional das linhas dos sistemas de transporte público metropolitano, municipal, intermunicipal e interestadual, que trafega diariamente por esse trecho caótico de trânsito da BR-381 MG e que devido à ausência de uma rota de desvio ficam cada vez mais presos nesses congestionamentos quilométricos.

Ou seja, a pavimentação desta Estrada Estadual têm inúmeras vantagens e benefícios a Sociedade, inclusive consta no Plano de Mobilidade da RMBH (ainda em andamento), como de grande relevância a sua pavimentação asfáltica. Vejo que é o momento do Governo do Estado de Minas Gerais, promover a pavimentação asfáltica desta Estrada Estadual, que como justifiquei acima tem inúmeras justificativas e necessidades. É um sonho antigo ver essa estrada estadual pavimentada.

Observação: A Estrada Estadual que liga a Sede do Município de Sabará a BR-381 na região do Distrito de Ravena, em Sabará, não é a mesma Estrada Estadual MGC-262 que liga os Municípios de Caeté/Sabará/BH. São Estradas Estaduais diferentes.

Proposta 14: O acordo dos recursos do rompimento da barragem de Mariana, em 2015, ainda está sendo discutido entre: o Governo do Estado de MG, Governo do Estado do ES, o Ministério da Infraestrutura e o Conselho Nacional de Justiça. E dentre as propostas vi algumas reportagens na mídia falando de uma proposta de destinação de 2 bilhões de reais para a duplicação da BR-381 MG, porém as discussões tiveram uma parada um tempo atrás, e mais recentemente foram retomadas.

No dia 6/6/2022 o jornal *Estado de Minas* fez a seguinte reportagem:

“Zema diz que acordo de Mariana sairá em 2022 e será investido na BR-381

Rompimento de barragem no distrito de Bento Rodrigues, em Mariana, aconteceu em novembro de 2015, com morte de 18 pessoas e vasto dano socioambiental

Governador de Minas Gerais, afirmou nesta segunda-feira (06/06) que o chamado "acordo de Mariana" será concluído em 2022 e terá impacto direto na BR-381, rodovia federal que liga o estado mineiro a São Paulo e Espírito Santo. Segundo Zema, R\$ 2 bilhões do acordo serão direcionados na concessão do trecho que liga Minas ao Espírito Santo.

“Teve uma licitação da 381, sentido Espírito Santo, que deu vazio infelizmente, mas tanto eu quanto o governador (Renato) Casagrande já nos comprometemos a reservar pelo menos R\$ 2 bilhões do acordo de Mariana, que vai sair este ano, para viabilizar a concessão da 381, que é a conexão de Minas com Espírito Santo, com Vale do Aço, com Leste do estado, que é sonho de décadas”, afirmou, em entrevista ao Estado de Minas”.

Vejo essa proposta como de grande importância para o Estado de Minas Gerais, tendo em vista que as obras de duplicação da BR-381 MG seguem num ritmo muito lento, com apenas um único lote duplicado (07), e outro (03) ainda em obras de duplicação. A duplicação desta rodovia, especialmente dos lotes 8, 6 e 5 é urgente, pois os congestionamentos com filas quilométricas, tornaram-se uma realidade diária, além do elevadíssimo número de acidentes e atropelamentos.

A BR-381 com pistas simples e traçado perigoso, causa enormes prejuízos a Sociedade e a nossa economia. É preciso buscar uma solução rápida para o caos desta rodovia, que, a meu ver, está na construção deste acordo, referente ao rompimento da barragem de Mariana em 2015. Destinando recursos para a duplicação imediata desta rodovia.

Proposta 361: Os habitantes do Vale do Jequitinhonha vêm sofrendo há anos com a deteriorização e o descaso com a BR367, com trechos ainda não pavimentados e outros com péssimo estado de conservação, prejudicando os municípios da região em todos os sentidos, criando-se a necessidade da presente ação.

– À Comissão de Participação Popular.

#### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 226/2022

Encaminha Sugestão de alteração do Programa 108 – Educação Profissional, do projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício de 2023.

Proponentes: Felipe Rodrigues Ávila (Associação dos Técnicos Agrícolas de Minas Gerais), Célia de Lima Carvalho (Conselho Estadual de Alimentação Escolar – CAE-MG), Flaviana Gomes da Silva (Conselho Regional de Fonoaudiologia), Neuzete Fatima Lima (Conselho Estadual de Alimentação Escolar – CAE-MG), Rogério Dias dos Santos Junior, Tannia Aparecida da Silva Oliveira (Conselho Estadual de Alimentação Escolar – CAE-MG), Jefferson da Silva Assunção (Universidade do Estado de Minas Gerais), Letícia Correa Borba (Universidade do Estado de Minas Gerais).

Texto: Ação 4324 – Alterar a finalidade, incluindo após "arranjos produtivos locais" o seguinte texto:

“... contemplando, no conteúdo programático dos cursos relacionados às ciências agrárias, a capacitação dos estudantes para atuarem em culturas agrícolas com aptidão e condições edafoclimáticas, mas que apresentam baixa oferta dos hortifrutigranjeiros”.

Sala de Reuniões, 16 de novembro de 2022.

Iniciativa Popular

**Justificação:** Conforme os dados técnicos apresentados pela Ceasa Minas, sugerimos ajustar a grade curricular de todos os cursos relacionados às ciências agrárias ofertados pelo Estado de Minas Gerais, pois esses dados revelam a baixa oferta de itens do hortifrutigranjeiros pelos produtores mineiros.

– À Comissão de Participação Popular.

### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 227/2022

Encaminha Sugestão de alteração do Programa 36 – Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Médio nos Colégios Tiradentes da Polícia Militar, do projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício de 2023.

Proponentes: Felipe Rodrigues Ávila (Associação dos Técnicos Agrícolas de Minas Gerais), Célia de Lima Carvalho (Conselho Estadual de Alimentação Escolar – CAE-MG), Neuzete Fatima Lima (Conselho Estadual de Alimentação Escolar – CAE-MG), Tannia Aparecida da Silva Oliveira (Conselho Estadual de Alimentação Escolar – CAE-MG), Flaviana Gomes da Silva (Conselho Regional de Fonoaudiologia), Allisson, Rogério Dias dos Santos Junior, Maria Aparecida da Silva.

Proposta 362: Proposta 362 Ação 2019 – Alteração da meta financeira das ações 2019 e 2020 destinando 700 mil reais para a expansão do programa aluno bilíngue tanto no ensino fundamental como no ensino médio dos Colégios Tiradentes da Polícia Militar.

Proposta 363: Ação 2020 – Alteração da meta financeira das ações 2019 e 2020 destinando 700 mil reais para a expansão do programa aluno bilíngue tanto no ensino fundamental como no ensino médio dos Colégios Tiradentes da Polícia Militar.

Sala de Reuniões, 16 de novembro de 2022.

Iniciativa Popular

**Justificação:** Proposta 362: Proposta 362: Com a internacionalização das economias e culturas, o ensino de uma segunda língua na educação básica, bem como no convívio com culturas distintas, tem se apresentado como instrumento fundamental de facilitação da inserção dos jovens no futuro mercado de trabalho, além de ampliar os horizontes e fortalecer o processo de preparação para as novas demandas sociais, típica de uma cidadania global. Nessa linha, as 30 unidades do Colégio Tiradentes da PMMG e a Fundação Helena Antipoff iniciaram processo pioneiro de educação bilíngue e intercultural, proporcionando mecanismos para construção de conhecimentos na comunidade escolar, buscando a internacionalização dos currículos. Para viabilizar esse projeto são

necessárias ações para preparação do ambiente, dos materiais didáticos e dos corpos docentes e discentes, ações essas para as quais é necessário viabilizarmos recursos públicos.

Proposta 363: Com a internacionalização das economias e culturas, o ensino de uma segunda língua na educação básica, bem como no convívio com culturas distintas, tem se apresentado como instrumento fundamental de facilitação da inserção dos jovens no futuro mercado de trabalho, além de ampliar os horizontes e fortalecer o processo de preparação para as novas demandas sociais, típica de uma cidadania global. Nessa linha, as 30 unidades do Colégio Tiradentes da PMMG e a Fundação Helena Antipoff iniciaram processo pioneiro de educação bilíngue e intercultural, proporcionando mecanismos para construção de conhecimentos na comunidade escolar, buscando a internacionalização dos currículos. Para viabilizar esse projeto são necessárias ações para preparação do ambiente, dos materiais didáticos e dos corpos docentes e discentes, ações essas para as quais é necessário viabilizarmos recursos públicos.

– À Comissão de Participação Popular.

#### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 228/2022

Encaminha Sugestão de alteração do Programa 110 – Organização, Avaliação e Gestão Escolar, do projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício de 2023.

Proponentes: Célia de Lima Carvalho (Conselho Estadual de Alimentação Escolar – CAE-MG), Felipe Rodrigues Ávila (Associação dos Técnicos Agrícolas de Minas Gerais), Flaviana Gomes da Silva (Conselho Regional de Fonoaudiologia), Neuzete Fatima Lima (Conselho Estadual de Alimentação Escolar – CAE-MG), Rogério Dias dos Santos Junior, Tannia Aparecida da Silva Oliveira (Conselho Estadual de Alimentação Escolar – CAE-MG), Jefferson da Silva Assunção (Universidade do Estado de Minas Gerais), Letícia Correa Borba (Universidade do Estado de Minas Gerais), Allisson.

Texto: Ação 2037 – Acrescentar à finalidade: “atenção à saúde mental individualizada, incluindo nessa política ações de acompanhamento da saúde mental junto ao núcleo familiar do estudante”.

Sala de Reuniões, 16 de novembro de 2022.

Iniciativa Popular

**Justificação:** A Sugestão se dá devido ao enorme impacto da pandemia na saúde mental das crianças e adolescentes estudantes. Dessa forma, pensando na promoção do atendimento individualizado dos outros atendimentos executados na rede pública de ensino. Além disso, incluindo a família no atendimento.

– À Comissão de Participação Popular.

#### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 229/2022

Encaminha Sugestão de alteração do Programa 85 – Ensino Superior, do projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício de 2023.

Proponentes: Neuzete Fatima Lima (Conselho Estadual de Alimentação Escolar – CAE-MG), Célia de Lima Carvalho (Conselho Estadual de Alimentação Escolar – CAE-MG), Felipe Rodrigues Ávila (Associação dos Técnicos Agrícolas de Minas Gerais), Flaviana Gomes da Silva (Conselho Regional de Fonoaudiologia), Rogério Dias dos Santos Junior, Tannia Aparecida da Silva

Oliveira (Conselho Estadual de Alimentação Escolar – CAE-MG), Jefferson da Silva Assunção (Universidade do Estado de Minas Gerais), Letícia Correa Borba (Universidade do Estado de Minas Gerais).

Texto: MOÇÃO

“Nós, participantes do grupo de Educação da discussão participativa do PPAG 2020-2023, apresentamos a seguinte moção: para que seja excluída dos currículos de educação superior nas áreas de saúde o ensino a distância, pois tais cursos necessitam de um embasamento teórico-prático que não é possível exercer em uma educação a distância e, por isso, instamos às autoridades de educação federal e estadual para abolir tal prática”.

Sala de Reuniões, 16 de novembro de 2022.

Iniciativa Popular

**Justificação:** Os cursos da área de saúde necessitam todo o embasamento teórico e da vivência prática para formar bons profissionais. Essa formação humanizada é o diferencial dos outros cursos, pois estamos lidando com os sentimentos, expectativas, frustrações, etc, e somente o atendimento presencial atenderá essa demanda. O ensino a distância de cursos da saúde privam o aluno de amadurecer e aprender o relacionamento e vínculo terapeuta-paciente.

– À Comissão de Participação Popular.

#### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 230/2022

Encaminha Sugestão de alteração do Programa 61 – Proteção e Salvaguarda de Acervos Culturais, do projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício de 2023.

Proponentes: SAULO LARA COIMBRA (Projeto Vida e Verde – Pró-Viver), Vilmar Oliveira de Jesus (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), João Victor Araújo dos Santos (Associação Buritis de Esporte e Cultura), Max Vinícius Aguiar Martins (Prefeitura Municipal de Serranópolis de Minas), Amanda Vasconcelos Araújo (Instituto Cultural Amílcar Martins – Icam), Carlos Augusto de Farias (Instituto Coral Lavadeiras de Almenara), VALTER APARECIDO DE CARVALHO (Associação de Artesãos de Itamarandiba), Maria de Lourdes Rodrigues da Silva Filha Cordeiro, Alvimar Neri Pinto (Grêmio Recreativo Escola de Samba Triunfo Barroco), Robson de Oliveira Amano, Cristina Gonçalves de Aguiar (Associação dos Grupos Teatrais do Vale do Jequitinhonha), Agmar Pereira Lima (Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais), Amâncio Oliva Neto, Vinicius de Aguiar e Araujo (Prefeitura Municipal de Jequitinhonha), Maria do Carmo Barbosa Sousa, Maria Aparecida Alves dos Santos (Associação de Artesãos de Itamarandiba), João Roberto de Souza Silva (Instituto Sociocultural do Jequitinhonha), Thais Emediato Corrêa Lopes (Fundação Dirce Figueiredo).

Proposta 388: Proposta 388: Ação 4125

Meta financeira: acréscimo de R\$300.000,00, visando à realização de estudos para o registro das bandas e corporações musicais como patrimônio imaterial do Estado.

Proposta 389: Ação 4123

Meta financeira: acréscimo de 1.500.000,00, para a restauração da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, no Município de Matias Cardoso.

Sala de Reuniões, 16 de novembro de 2022.

Iniciativa Popular

**Justificação:** Proposta 388: Proteger as bandas de músicas e corporações como participação cultural de natureza imaterial pelo estado, em especial a banda musical Nossa Senhora do Carmo, com 124 anos de existência, localizada em Betim. O recurso será destinado para contratação do dossiê e processo de registro das bandas e corporações de música do estado de Minas Gerais.

Proposta 389: Reforma da igreja e restauração dos elementos artísticos integrados. O projeto foi contratado pelo Iepha em 2014.

– À Comissão de Participação Popular.

### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 231/2022

Encaminha Sugestão de alteração do Programa 145 – Infraestrutura do Sistema Prisional, do projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício de 2023.

Proponentes: Leonardo Anselmo Alves Dantas (Sindicato dos Servidores da Polícia Civil de Minas Gerais), Fernando Nogueira de Andrade (Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados), Matheus Henrique Barroso Cunha (Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados), Carlos Henrique de Souza da Silva (Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados), Hailton Dias de Moura (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), Luan Gomide de Sousa Cândido (Coletivos Desinterna Minas Gerais e Desencarcera MG), Leonardo Mattos Alves Badaró.

Proposta 400: Ação 4427 – Equipar e mobiliar duas unidades de Apac nas cidades de Guanhães (Região Intermediária de Teófilo Otoni) e Nepomuceno (Região Intermediária de Varginha), por meio do aporte financeiro de R\$1.000.000,00 (R\$500.000,00 para cada unidade).

Proposta 403: Ação 4427 – Adquirir 12 (doze) veículos de passeio para atender a 12 (doze) unidades de Apac, bem como a Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados – Febac –, por meio do aporte financeiro de R\$1.000.000,00, na região Estadual.

Proposta 404: Ação 4427 – Adquirir mobiliário e equipamentos para aparelhagem de consultórios odontológicos para atender cinco unidades de Apac, na Região Estadual, por meio do aporte financeiro de R\$450.000,00.

Proposta 406: Valorizar os servidores da segurança pública através de capacitação, plano de carreira, salário digno, plano de saúde para todos os segmentos de segurança, estrutura adequada dos locais de trabalho, modernização dos equipamentos, veículos e motos tracionados para as estradas de terra E proibição imediata da privatização do sistema prisional, já que isto tende a criar vagas desnecessárias.

Proposta 407: Ação nova: Prevenção e Combate à Tortura, com a finalidade de promover:

- a) inspeção em unidades prisionais por organizações da sociedade civil e poderes;
- b) elaboração de relatórios de inspeção;
- c) encontros e grupos de trabalho para reparar violações;
- d) implementação de políticas públicas de combate à tortura estaduais e municipais.

Meta financeira: R\$1.700.000,00

público-alvo: 100 mil pessoas, incluídas privadas de liberdade, familiares e servidores.

Proposta 412: 1. Suspensão de qualquer verba voltada para a construção de novas unidades prisionais ou de internação: inclui soltar pessoas que precisem de atenção contínua de saúde, via prontuário do SUS/Judiciário, para que possam fazer tratamento e responder a pena em regime domiciliar.

2. Exigência de redução massiva da população prisional e das violências produzidas pela prisão.

3. Alterações legislativas para a máxima limitação da aplicação de prisões preventivas: inclui ações de fomento e discussão com os Três Poderes pela soltura de pessoas que não têm sentença transitada em julgado, e em outros casos, para que essa medida seja minimizada como prevenção ao crime.

4. Contra a criminalização do uso e comércio de drogas: inclui ações de discussão e fomento de políticas de drogas que não sejam ostensivas, para descriminalizar a venda e o uso e reduzir a população prisional e a letalidade policial.

5. Redução máxima do sistema penal e retomada da autonomia comunitária para a resolução de conflitos: criar ações em parceria com comunidades.

6. Ampliação das garantias da Lei de Execução Penal.

7. Ainda no âmbito da Lei de Execução Penal, abertura do cárcere e criação de mecanismos de controle popular (ações de monitoramento pela sociedade).

8. Proibição da privatização do sistema prisional: inclui ações de fomento à segurança essencialmente pública.

9. Prevenção e combate à tortura: inclui ações para implementar os mecanismos e comitês estaduais e municipais de combate e prevenção à tortura.

10. Desmilitarização das polícias e desarmamento da sociedade: inclui desarmamento da população e do Estado, de acordo com a implementação de uma segurança pacífica, com garantia de direitos e Estado e sociedade fortes na formação e cidadania do indivíduo.

Sala de Reuniões, 16 de novembro de 2022.

Iniciativa Popular

**Justificação:** Proposta 400: Equipar e mobiliar duas unidades de Apac com o objetivo de otimizar o início das atividades, atendendo com 138 novas vagas. Em um contexto em que há déficit de vagas no sistema prisional de Minas Gerais, é de suma importância a abertura de novas vagas, sobretudo nas Apacs, que apresenta índice de reincidência de cerca de 13%. Tal ação implicará em maior proteção da sociedade, promoção da justiça restaurativa e recuperação do preso. Ressalta-se que hoje existem dois prédios (Centros de Reintegração Social) prontos para receber os recuperandos, sendo necessário o mínimo de equipamentos. O objetivo é a aquisição de todo mobiliário para o bom funcionamento das atividades desenvolvidas na Apac, como oficinas profissionalizantes, cozinha, setor administrativo, com o atendimento às necessidades básicas dos recuperandos.

Proposta 403: Necessidade de aquisição de veículos de passeio com o objetivo único de uso exclusivo das Apacs para transporte de recuperandos para audiências, escoltas diversas, serviços administrativos e viagens para cursos e treinamentos. Ressalta-se que as Apacs têm a missão de humanizar o cumprimento das penas privativas de liberdade, oferecendo ao condenado e à condenada condições de recuperar-se e, ainda, proteger a sociedade, promover a justiça restaurativa, socorro à vítima e recuperação do(a) preso(a), por meio de uma terapia penal própria, composta de 12 elementos, a saber: participação da comunidade, recuperando ajudando recuperando, trabalho, espiritualidade, assistência jurídica, assistência à saúde, valorização humana, família, o voluntário, Centro de Reintegração Social, mérito e jornada de libertação com Cristo. A Apac atinge o índice de reincidência de cerca de 13%.

Proposta 404: Necessidade de aquisição de mobiliário e equipamentos para aparelhagem de consultórios odontológicos em cinco unidades da Apac, uma vez que é direito do recuperando à assistência à saúde. A consolidação de consultórios odontológicos reduz consideravelmente a demanda no SUS, bem como a otimização dos serviços prestados pela Central das Apacs.

Proposta 406: A segurança pública se encontra um tanto quanto sucateada e os servidores de todas as áreas, com raras exceções, em situação difícil de atuação por falta de apoio do poder público. Para que essa realidade seja mudada são necessárias intervenções do governo e até da sociedade civil. Existem municípios que, além do efetivo ser insuficiente para atender as demandas, nem veículo adequado para trafegar estrada de terra possuem.

Proposta 407: A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental ADPF 347/2015 reconheceu em 2022 as inconstitucionalidades do sistema prisional, com violações da integridade das pessoas privadas de liberdade, familiares e dos servidores de segurança pública. São cerca de 100 mil pessoas, considerando indivíduos privados de liberdade, familiares e servidores alvos de atos violentos. Na peça orçamentária, não há transparência ou evidência de ações e programas de prevenção e combate contra a tortura, pelo contrário, existem mais recursos destinados à criação de novas unidades prisionais e socioeducativas em sistema de parceria público-privada prevendo lucro com o encarceramento em massa. O Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura fez um relatório de inspeção com inúmeras violações, disponível na internet, com dados precisos.

Proposta 412: A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental ADPF 347/2015 reconheceu em 2022 as inconstitucionalidades do sistema prisional, com violações da integridade das pessoas privadas de liberdade, familiares e dos servidores de segurança pública. A peça orçamentária prevê recursos para ampliação de vagas para tentar resolver a superlotação, mas não há outro investimento pela integridade e cidadania de pessoas em conflito com a lei que não sejam mais unidades. A Frente Estadual Desencarcera-MG propõe um programa de dez pontos elaborados em conferência popular com sobreviventes do cárcere e familiares pela redução massiva da população prisional ou internada, por meio da garantia e empoderamento de direitos. Há pessoas que sofrem negligências e violações de direitos de forma sistemática, causando vulnerabilidade e óbitos entre pessoas privadas de liberdade e autoextermínio entre servidores.

– À Comissão de Participação Popular.

### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 232/2022

Encaminha Sugestão de alteração do Programa 6 – Identificação Civil e Criminal, do projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício de 2023.

Proponentes: Jéssica Marina Diniz Borges, Fábio César Araújo Costa, João Humberto Zago (Jh9.Org).

Texto: Ação 4222 – Sugere-se incremento na Região estadual, em 2023, de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na meta financeira, para a compra de veículo e equipamentos de informática (despesas de capital).

Não é possível mensurar, nesta etapa, o impacto na meta física, sendo necessário realizar análises mais aprofundadas, mas o objetivo é ampliar a identificação civil em todo o Estado, principalmente nas comunidades indígenas e quilombolas.

Sala de Reuniões, 16 de novembro de 2022.

Iniciativa Popular

**Justificação:** Os públicos mais vulneráveis precisam de maior suporte por parte do poder público, principalmente as comunidades indígenas e quilombolas. Foi demonstrada, pela Polícia Civil, a dificuldade de garantir a regular identificação civil desse público, uma vez que não possuem meios e recursos para que, de forma autônoma, vá até o órgão para realizar tal identificação. Esse cenário demonstra o reforço da invisibilização dos povos originários e graves ferimentos de direitos garantidos pela Constituição Federal.

Nesse sentido, faz-se necessário garantir recursos orçamentários para que se promova identificação civil in loco nas comunidades indígenas e quilombolas para qualificação, inclusive, das políticas públicas direcionadas a esse público.

O recurso se destinará à compra de equipamentos e automóvel para a identificação civil in loco nas comunidades indígenas e quilombolas.

– À Comissão de Participação Popular.

#### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 233/2022

Encaminha Sugestão de alteração do Programa 55 – Proteção e Defesa Civil, do projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício de 2023.

Proponentes: Junior José da Silva (Movimento Nacional pelo Direitos ao Transporte Público de Qualidade), Wemerson Silva de Oliveira (Sindicato dos Servidores da Polícia Civil de Minas Gerais), Isabela Ferreira Gomes, Tainah Fernandes Teixeira Lessa, Rogério Dias dos Santos Junior, Maria de Lourdes Rodrigues da Silva Filha Cordeiro, Pedro Ivo Nogueira Pereira.

Proposta 414: Proposta 414: Ação 4162

Aquisição de *kit* de defesa civil para os municípios não beneficiados do Estado.

Meta física:

Meta financeira: 2.760.000,00 para o ano de 2023

Proposta 415: Ação 4162

Alterar a meta física de 250 para 460 nos períodos de 2023 a 2026, com o respectivo aumento da meta financeira de R\$ 424.027 para R\$ 785.729, para o mesmo período.

Proposta 416: Ação 4162

Aquisição de *kits* de proteção e defesa civil constituídos por: 1 caminhonete 4x4, 1 *notebook*, 5 coletes de defesa civil, 1 trena digital.

Cada *kit* tem um valor aproximado de R\$ 230.000,00 e sugerimos a aquisição para 15 municípios ou o que for disponibilizado.

Sala de Reuniões, 16 de novembro de 2022.

Iniciativa Popular

**Justificação:** Proposta 414: Proposta 414: A destinação deste recurso é fundamental pois será possível beneficiar 12 municípios do Estado com esse Kit que é tão importante para fortalecer o sistema de defesa civil municipal. Quando um desastre acontece o município precisa estar preparado e equipado para prover as ações de assistência à população. Infelizmente 374 municípios não possuem uma estrutura mínima de defesa civil, por isso nossa preocupação na aquisição dos kits de defesa civil.

Proposta 415: Devido ao aumento dos eventos climáticos externos, é mais que fundamental aumentar o número de municípios capacitados para ações de capacitação e prevenção de defesa civil, pois cada vez mais aumenta-se o número de localidades e de pessoas afetadas por esses eventos externos, que infelizmente, estão cada vez mais comuns.

Proposta 416: É notório que os eventos naturais e tecnológicos (desastres) impactam a sociedade de forma severa tornando as cidades mais vulneráveis aos riscos. Conforme a política nacional de defesa civil devemos adotar medidas para reduzir os riscos de desastres, fortalecendo principalmente o gestor local (municípios) a quem compete dar a primeira resposta. Hoje 375 cidades em

Minas Gerais não possuem a estrutura mínima necessária para realizar o seu trabalho. A Defesa Civil de Minas Gerais executou a primeira fase de distribuição de kits contemplando 479 municípios, contudo não houve mais recursos para continuar essa ação.

– À Comissão de Participação Popular.

### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 234/2022

Encaminha Sugestão de alteração do Programa 70 – Políticas Sobre Drogas, do projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício de 2023.

Proponentes: Lucas Eduardo de Melo Santos, Amanda Carneiro Carvalho, Fábio César Araújo Costa, João Humberto Zago (Jh9.Org), Felipe Martins Comonian (Instituto Saída de Ação Social), Francisco de Assis Almeida, Dayane Soares Barbosa, Emmanoel de Oliveira Martins Correa.

Proposta 419: Ação 4151 – Garantir os recursos para a publicação do “Edital de Boas Práticas” realizadas por pessoas físicas e jurídicas no campo da prevenção do uso/abuso de álcool, tabaco e outras drogas.

Objetivo: selecionar 22 projetos de boas práticas.

Valor por projeto: R\$30.000,00.

Valor Total: 22 X R\$30.000,00 = R\$660.000,00.

Proposta 425: Ação 4151 – Acréscimo de R\$660.000,00 para o edital de premiação de entidades que contribuem significativamente para a sociedade civil.

Acréscimo de R\$30.000,00 para a reforma da sede do Instituto Saúde de Ação Social – ISASOC – e de R\$90.000,00 para a aquisição de um novo veículo para o programa que desenvolve\*.

Total de acréscimo na meta financeira da Ação 4151: R\$780.000,00.

\*Adesão a programas de auxílio à formações recorrentes do Estado.

\*Indicação de programas parceiros para trabalhos e outros assuntos relacionados.

\*Apoio à formação de equipe que trabalha no Isasoc e aos ajudantes solidários.

Sala de Reuniões, 16 de novembro de 2022.

Iniciativa Popular

**Justificação:** Proposta 419: “Projeto de Vida” para atendimento de pessoas processadas pelo uso de drogas e dependência química e suas famílias.

Ações: levantamento da demanda, diagnóstico social de pessoas processadas e de suas famílias, planejamento e execução de encontros socioeducativos a grupos de até cinco pessoas processadas e de 20 familiares, elaboração de material didático-pedagógico, elaboração de estratégias de avaliação dos participantes.

Execução: 12 meses com dois encontros semanais para cada grupo formado. Atendimentos individuais com equipe de profissionais (serviço social, direitos, psicólogo), se necessário.

Proposta 425: Solicito e indico a necessidade de se aportar recursos para a reforma da estrutura de entidades, sem fins lucrativos, que já auxiliam a segurança, bem como a reinserção através de programas socioeducativos e que, em sua maioria, prestam um serviço ímpar para a sociedade.

Como, por exemplo, a nossa entidade Instituto Saúde de Ação Social – Isasoc – que está em atividade desde 2013, e desde esta data não recebemos nenhum apoio financeiro do governo estadual.

Portanto, tendo em vista o trabalho de excelência executado pela instituição e toda a contribuição do mesmo para a sociedade civil, gostaria de pleitear a entrada do projeto em programas sociais do governo do Estado de Minas Gerais, para auxílio de estruturação e financeiros recorrentes, um recurso para reformar a nossa sede e um veículo novo para auxiliar nos trabalhos e nas ações da entidade.

Obs.: ao final da justificção, há dois CNPJs do Isasoc (matriz e filial) e dados para contato, além da informação de que se trata da Comunidade Terapêutica Fonte da Vida.

– À Comissão de Participação Popular.

### OFÍCIOS

Da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 2.974/2021, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.698/2022, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.734/2022, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.735/2022, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.842/2022, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.843/2022, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.849/2022, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

### 2ª Fase (Grande Expediente)

#### Apresentação de Proposições

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

### PROJETO DE LEI Nº 4.053/2022

Altera a Lei nº 12462, de 7/4/1997, que cria o Fundo Estadual de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes – Funpren – e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Acrescente-se onde convier:

“Art. ... – O Poder Executivo credenciará o Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais – IPSM e o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg para a realização de exame toxicológico em servidores públicos civis e militares que exerçam as funções de motorista e motociclista no Estado, nos termos da Lei nº 14.071, de 2020”.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 9 de novembro de 2022.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

### REQUERIMENTOS

Nº 12.028/2022, do deputado Léo Portela, em que requer seja formulado voto de congratulações com a deputada Alê Portela, por sua eleição no pleito de 2022, no qual obteve 42.179 votos. (– À Comissão de Administração Pública.)

Nº 12.029/2022, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de informações o papel do Núcleo de Atendimento ao Idoso – NAI –, da Polícia Civil em Juiz de Fora. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 12.030/2022, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que sejam atendidos os seguintes pontos sobre o Núcleo de Atendimento ao Idoso – NAI – da Polícia Civil em Juiz de Fora: que seja apurado se a unidade tem cumprido seu papel; que seja apurado se tem havido reclamações sobre seu atendimento; e que seja observada a contratação de servidores especializados de psicologia e serviço social para a unidade.

Nº 12.031/2022, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais civis do 11º Departamento de Polícia Civil pela operação Bull'Eye, em 24/10/2022, que desarticulou uma organização criminosa que atuava subtraindo gado no Norte do Estado e causou prejuízo estimado em R\$1.000.000,00 na região.

Nº 12.032/2022, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para que todos os aprovados no concurso público regido pelo Edital Sejusp nº 2/2021 sejam convocados para a realização do Curso de Formação Técnico Profissional – CFTP – e, posteriormente, nomeados para o cargo de policial penal.

Nº 12.033/2022, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para que sejam adotadas escalas de revezamento entre guarnições que fazem escolta hospitalar, com o objetivo de resguardar intervalos para repouso ou alimentação.

Nº 12.034/2022, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja formulado voto de congratulações com as equipes de tênis de mesa do WRTT Tênis de Mesa, da Associação Varginhense de Esportes e da TM – Academia de Tênis de Mesa, pela conquista de nove, quatro e uma medalha de ouro, respectivamente, na terceira etapa do Campeonato Mineiro de Tênis de Mesa, realizada em Varginha, em 5 de novembro de 2022. (– À Comissão de Educação.)

Nº 12.035/2022, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja formulado voto de congratulações com a atleta Fernanda Reis pela conquista da medalha de ouro em duas categorias da terceira etapa do Campeonato Mineiro de Tênis de Mesa, realizado em Varginha, em 5 de novembro de 2022, sagrando-se tetracampeã mineira juvenil e pentacampeã no absoluto. (– À Comissão de Esporte.)

**REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 1.262/2022**

Do deputado Doutor Jean Freire e outros, em que requerem a convocação de reunião especial para homenagear o Fórum de Enfrentamento à Violência Sexual – Fevcamg – e o Fórum de Erradicação e Combate ao Trabalho Infantil e Proteção aos Adolescentes de Minas Gerais – Fectipa-MG – pela passagem do 20º aniversário do Fevcamg e do 28º aniversário do Fectipa e pelo trabalho que desenvolvem na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes.

**Comunicações**

– São também encaminhadas à presidência Comunicações da Comissão da Pessoa com Deficiência e dos deputados Sávio Souza Cruz, Tito Torres e Betinho Pinto Coelho.

**Oradores Inscritos**

O deputado Virgílio Guimarães – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o mundo inteiro, que já antevia com otimismo a possibilidade da eleição do presidente Lula, no Brasil, constata agora, no Egito, com a sua presença, ou seja, do nosso companheiro, do nosso presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, que, de fato, a situação do Brasil e do mundo já estão diferentes, desde antes da posse. Está diferente pelo otimismo que desperta não só no Brasil mas no mundo inteiro; um otimismo de ser o Brasil um país que dialoga, um país que propõe, um país que se ajusta de uma maneira autônoma, porém companheira, solidária aos problemas do mundo.

E esse contraste entre um governo que entra e um governo que sai é visível também no próprio Brasil. Trata-se de um governo que sai com má vontade de ver o seu sonho, que é o nosso pesadelo de continuidade, desabar, por força da vontade popular. É constatado que toda a força da vontade popular está nos olhos de todos: observadores, técnicos e até das próprias Forças Armadas, que puderam constatar a lisura do processo eleitoral eletrônico do Brasil. Portanto, ao que assistimos nas ruas é um espetáculo de que discordo, mas não tenho dúvida de que, a seu modo, também é democrático, mesmo que, no seu conteúdo, a sua aspiração seja profundamente antidemocrática, mas o que importa é que esse grupo que se arvora em representar a vontade brasileira – que não é – não seria apenas um percentual que teve o presidente Lula, por sua escolha como presidente, mas haveria um percentual, como dizem as pesquisas, infinitamente maior se o País tivesse que optar entre uma ditadura militar ou uma ditadura de qualquer tipo e a democracia. As pesquisas dão algo mais de 70%, quase 80%, e o brasileiro, portanto, que expressa a vontade na urna pelo nome do presidente Lula não é a totalidade daqueles que expressam a vontade de ver o País marchar e insistir rumo à democracia.

Com mais razão ainda está o pensamento do resto do mundo, que vê com otimismo a presença do Brasil, não se escondendo, não evitando o encontro com outros países, com outras lideranças mundiais. Alguém que, procurado, é encontrado, dialoga, firma compromissos, traz ideias novas para o meio ambiente mundial e, ao lado da ideia da sustentabilidade ambiental, traz também o sopro no sentido da sustentabilidade humana, do desenvolvimento social, do combate à fome e da busca pela paz. Não tenho dúvida nenhuma de que esse encontro do Egito significa um marco também na busca pela paz, na presença cada vez mais forte dos países emergentes, dos Brics que, sem dúvida nenhuma, vão crescer com a participação da Argentina e, quem sabe no futuro, do México, da Arábia Saudita e de outros países que irão constituir, finalmente, um polo de um mundo naturalmente multifacetado.

Falo isso num discurso aqui, da tribuna da Assembleia, porque esses ares também vão alcançar as nossas Alterosas, as montanhas de Minas. Não tenho dúvida de que esse novo momento de otimismo, de diálogo, de busca de paz vai ser também a marca da relação do presidente Lula com os estados, a marca da relação do Executivo com os Legislativos Nacionais e com os Legislativos Estaduais. Não tenho dúvida nenhuma, Sr. Presidente, de que esta Assembleia Legislativa terá um papel proeminente no concerto nacional com os outros estados, no diálogo também com o governo federal, com seus ministros, com seus representantes. Portanto, o governo do Estado, que teve um embate, às vezes, acalorado e, às vezes, até de uma maneira que pareceu ultrapassar os limites do calor natural de uma disputa eleitoral, também pode ter certeza de que a paz vai prevalecer no Brasil, assim como a busca da sustentabilidade das políticas econômicas e das políticas sociais. Não políticas emanadas, evidentemente, só em vésperas de eleição

ou, o que é pior, das sequelas de uma pandemia. Não. Teremos e precisamos ter políticas sociais permanentes que só serão superadas se for superada também a realidade da miséria absoluta, da fome e do desemprego, que são as metas mais importantes que devemos perseguir todos: Legislativos Estaduais junto com Legislativos Nacionais – as duas Casas –, os nossos municípios e o nosso presidente Lula hoje já eleito, hoje já reconhecido mundialmente como líder desta nação.

Portanto, presidente, falo aqui de um dia com muito júbilo, com muita alegria, com muita paciência, inclusive, para ver algumas pessoas, cada vez em número menor, clamando por algo que o País já virou, já deixou para trás. Vi até declarações de militares reconhecendo a boa relação que tiveram com o presidente Lula durante seu mandato. Isso é verdade, e não adianta dizer que... Houve algum excesso? Quem sabe houve. Vi um militar lembrando que a Comissão da Verdade foi além daquilo que lhe era adequado: a busca da verdade histórica para registro, para exemplo e para formação das futuras gerações. Alguém teve uma ideia, que não foi do governo, não foi da própria comissão, de ir além da busca desse registro, dessa verdade histórica de buscar a punição de pessoas, revogação de anistia. Que fique claro que isso não emanou do governo Lula; isso não foi uma posição oficial. Da mesma forma que respeito as pessoas, quem sabe não as ideias, que hoje clamam por intervenção das Forças Armadas, eu também respeito as pessoas com muito mais razão, as suas intenções, as suas práticas, as suas experiências, para fazer tal pedido neste momento. Por isso não foi aprovado. A anistia ficou para todos, sobretudo para o governo que foi eleito agora, o novo governo, depois de intensa perseguição, depois de mais de 500 dias ali de plantão popular. Ai, sim! Foram mais de 500 dias. Tive a oportunidade por quatro vezes de fazer parte desse plantão lá em Curitiba, dando apoio, firme apoio, e esperança porque a verdade iria prevalecer. Pois a inocência, diante das acusações infundadas, iria transparecer para toda a população brasileira, como assim o houve, como assim foi feito. Portanto, urge agora buscar a organização dos governos, mesmo dos governos reeleitos, como aqui, em Minas Gerais, que tem um momento de reciclagem, de revisão, de correção de rumos – mesmo dos governos reeleitos. O que dizer de um governo eleito com uma oposição, uma batalha renhida eleitoral, mas uma batalha vencida com lisura e sobretudo com amor, com amor, com sentimento de paz, de harmonia de todo o País?

Portanto, deixo aqui, acima de tudo, a minha saudação a esta Assembleia Legislativa, dentro deste novo espírito de construção do novo, da paz, da sustentabilidade ambiental, do desenvolvimento econômico e sobretudo do desenvolvimento social para todo o povo brasileiro. Tenho dito.

### Questões de Ordem

O deputado Guilherme da Cunha – Sr. Presidente, posso estar queimando a largada aqui, mas me parece que já vai encerrar, não sei. Mas eu queria aqui deixar registrado, no dia 16 de novembro, os parabéns para a minha mãe, D. Nete Pereira da Cunha. A maioria não teve a oportunidade de conhecê-la, mas acabou por tabela convivendo um pouquinho com ela através de mim, porque certamente vem dela a firmeza na defesa dos princípios que eu trouxe para o Parlamento nestes quatro anos, como também a dedicação e a disciplina no trabalho, mesmo nas tarefas mais chatas, repetitivas ou em dia em que a gente está sem paciência, mas tenho dedicação e disciplina para conhecer cada detalhe das leis, dos projetos que a gente está votando aqui. Eu não sei se vocês gostaram da parte em que tiveram a oportunidade de conviver com ela através de mim, mas posso dizer que ela é mais que isso, é uma pessoa adorável, amável, alegre. É contagiante estar perto dela. Eu sou muito grato pela oportunidade que Deus me deu de poder ter nascido de D. Nete Pereira da Cunha, que faz aniversário hoje, dia 16 de novembro. Não acho que ela vai estar acompanhando, mas vou recortar o vídeo e mandar para ela depois. Parabéns, mamãe! Te amo muito.

O deputado Virgílio Guimarães – Tive o prazer e a alegria de conhecer a D. Nete. Fiquei surpreso e tive a alegria depois de conhecê-la, com sua família, com seu marido, com seus parentes. A primeira alegria que tive foi ao conhecê-la, ao ver que é uma pessoa alegre, festiva, descontraída, que tem conhecimento das coisas. Às vezes a pessoa é só descontraída. Ela não; ela é descontraída e tem uma visão de mundo, uma visão dos acontecimentos todos. A segunda alegria que tive foi saber que ela era a mãe do nosso colega Guilherme da Cunha. Foi depois de um convívio tão feliz com uma família tão integrada. Tive essa segunda alegria.

E a terceira, a mais inesperada de todas: saber que somos parentes – ela me comunicou. Eu não sei em que grau, mas parente é parente, não é? A D. Nete falava que, quando eu aparecia na televisão – e Guilherme devia ser um projeto de gente ainda –, a mãe dela dizia: “Aquele lá é nosso primo, porque é sobrinho também da tia Petrina”. Então, em nome dessa relação antiga com a tia Petrina, que deve ser sua tia-bisavó ou tataravó talvez, façam as constas... Mas, se D. Nete falou que somos parentes, a alegria... Aquele laço de amizade que surgiu ali foi a terceira grande alegria que me deu num dia só: do convívio com ela, de saber que é sua mãe e, por fim, de saber que temos um grau de parentesco, o que me deixou mais feliz ainda. Parabéns para ela! Parabéns para você, Guilherme!

O presidente – Muito bem. Também eu gostaria de parabenizar o nosso querido deputado Guilherme, a sua progenitora e todos os seus familiares por esta importante passagem de aniversário. Parabéns! Que Deus o abençoe muito!

## **2ª Parte (Ordem do Dia)**

### **1ª Fase**

#### **Abertura de Inscrições**

O presidente – Não havendo outros oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

#### **Comunicação da Presidência**

A presidência informa que foram aprovados, conclusivamente, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, os Requerimentos nºs 12.030 a 12.033/2022, da Comissão de Segurança Pública. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

#### **Leitura de Comunicações**

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário da comunicação apresentada nesta reunião pela Comissão da Pessoa com Deficiência – aprovação, na 7ª Reunião Extraordinária, em 10/11/2022, do Requerimento nº 11.486/2022, da Comissão de Defesa do Consumidor (Ciente. Publique-se.).

#### **Despacho de Requerimentos**

– A seguir, o presidente defere, nos termos do inciso XXI do art. 232 do Regimento Interno, o Requerimento Ordinário nº 1.262/2022, do deputado Doutor Jean Freire e outros, em que solicitam a convocação de reunião especial para homenagear o Fórum de Enfrentamento à Violência Sexual, pelos 20 anos de sua fundação, e o Fórum de Erradicação e Combate ao Trabalho Infantil e Proteção aos Adolescentes de Minas Gerais, pelos 28 anos de sua fundação.

#### **Questão de Ordem**

O deputado João Vítor Xavier – Presidente Dalmo, é apenas para registrar o meu cumprimento à mãe do deputado Guilherme da Cunha. Apreendi uma mensagem hoje belíssima do nosso querido deputado Virgílio Guimarães de que, às vezes, a gente discorda das ideias, mas respeita as pessoas. Eu quero aqui deixar esse serviço de respeito à pessoa do deputado Guilherme, apesar de eventuais discordâncias ao longo destes quatro anos, e fazer o registro do meu abraço à sua mãe. Certamente do quão cidadão de bem, com princípios democráticos e republicanos... Quero aproveitar também a oportunidade, presidente, para registrar, nos anais da Casa, a minha palavra de respeito por um grande mineiro, que é o Milton Nascimento, que fez a despedida dos palcos, da sua carreira, neste final de semana, em Belo Horizonte. Foi um dos momentos mais bonitos da história da cultura da nossa cidade e do nosso estado. Sem sombra de dúvida, um dos maiores, senão o maior artista de Minas Gerais. A par de um pequeno detalhe, ou seja, de ter nascido no Rio de Janeiro por um acaso, Milton Nascimento é mineiro de fato, de direito e de reconhecimento de cidadania honorária por parte desta Casa e, acima de tudo, de coração, que é o que mais importa. Mineiro não é só aquele que nasceu em Minas, mas, acima

de tudo, é aquele que escolheu Minas Gerais. Então, faço aqui o meu registro de carinho e de homenagem em nome do meu mandato. Mas creio que falo aqui, em nome do 77 deputados, desta extraordinária figura. (– Segue.) A Assembleia de Minas não poderia deixar de se manifestar, quando um dos maiores artistas da história de Minas Gerais encerra a sua trajetória nos palcos. Minas Gerais viveu um momento de verdadeira catarse no domingo, um momento que vai ficar marcado na história de Minas Gerais. Em nome do meu mandato, mas tenho certeza de que contando com a solidariedade de todos os colegas, posso levar o carinho e a saudação dos representantes do povo a um dos maiores artistas da história do nosso estado. Então a nossa homenagem ao grande Milton Nascimento por tudo que fez, por tudo que faz e por tudo que representa para a cultura de Minas Gerais. Muito obrigado, presidente.

### Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 17, às 14 horas, com a ordem do dia que foi publicada na edição anterior. Levanta-se a reunião.

### **ATA DA 23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 8/11/2022**

Às 14h14min, comparece à reunião a deputada Ana Paula Siqueira, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Ana Paula Siqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a importância de ações de prevenção e combate ao câncer de mama, por ocasião da campanha Outubro Rosa. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Fernanda Santos Pereira, assessora da Superintendência de Redes de Atenção à Saúde, representando o secretário de Estado de Saúde; Daniele Bellettato Nesrala, defensora pública da Defensoria Especializada na Infância e Juventude da Defensoria Pública de Minas Gerais – DPMG –, representando o coordenador da Defensoria Especializada de Saúde; Mônica Bessa Reis, presidente da Associação de Prevenção do Câncer na Mulher – Asprecam – e integrante da Comissão Minas contra o Câncer; Cláudia Maria Vasconcellos de Magalhães, diretora administrativa da Asprecam; e os Srs. Vinícius Eduardo Belo Rodrigues, assessor da Subsecretaria de Políticas e Ações de Saúde, representando o secretário de Estado de Saúde; Henrique Lima Couto, médico mastologista, doutor em Saúde da Mulher pela UFMG e vice-presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia – Regional Minas Gerais; Ellias Magalhaes e Abreu Lima, médico oncologista e coordenador do Serviço de Oncologia do Instituto Mário Penna; Thadeu Rezende Provenza, sócio-fundador da Asprecam, cirurgião plástico e mastologista; Marcelo Luiz Pedroso, presidente da Ação Solidária às Pessoas com Câncer – Aspec – e integrante da Comissão Minas contra o Câncer; e Rodrigo Júlio dos Santos, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Manhuaçu. A presidenta, autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Registra-se a presença remota das deputadas Andréia de Jesus e Leninha e dos deputados Doutor Jean Freire e Mauro Tramonte. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de novembro de 2022.

Ana Paula Siqueira, presidenta – Leninha – Ione Pinheiro.

### **ATA DA 42ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 16/11/2022**

Às 10h13min, comparecem à reunião a deputada Beatriz Cerqueira e o deputado Mauro Tramonte, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art.

132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a situação da carreira e a valorização dos servidores ocupantes de cargos que integram o quadro administrativo da Universidade do Estado de Minas Gerais e da Universidade Estadual de Montes Claros, conforme encaminhamento da 29ª Reunião Extraordinária da comissão, ocorrida em 9 de agosto de 2022, que debateu a importância da promoção de investimentos, da destinação de orçamento e da autonomia das universidades do Estado. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Marina Santos Costa de Almeida, analista universitária e membro da Comissão Permanente de Gestão dos Servidores Técnicos Administrativos; Vanessa Canton Pereira, analista universitária e presidente da Comissão Permanente de Gestão dos Serviços Técnicos Administrativos da Uemg; Viviane dos Reis Magnani Lage Mansoldo, técnica universitária e membro da Comissão Permanente de Gestão dos Servidores Técnicos Administrativos; Lavínia Rosa Rodrigues, reitora da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg; Sidnéia Aparecida Mainete, analista universitária e vice-presidente da Comissão Permanente de Gestão dos Serviços Técnicos Administrativos; Renata Janaína do Carmo, técnica universitária e membro da Comissão Permanente de Gestão dos Serviços Técnicos Administrativos; e Adilene Borges Leal e Silva, analista universitária e membro da Comissão Permanente de Gestão dos Servidores Técnicos Administrativos; e os Srs. Joaquim Garcia de Aguiar, analista universitário e membro da Comissão Permanente de Gestão dos Servidores Técnicos Administrativos; Janderlúcio Ferreira da Silva, técnico universitário e membro da Comissão Permanente de Gestão dos Servidores Técnicos Administrativos; Thiago Torres Costa Pereira, vice-reitor da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg; e Irineu Ribeiro Lopes, diretor de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes –, representando o reitor. A presidenta, na condição de autora do requerimento que deu origem aos debates, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de novembro de 2022.

Beatriz Cerqueira, presidenta – Professor Cleiton – Bartô.



## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 10 horas do dia 18 de novembro de 2022, destinada a homenagear o Tribunal Regional Eleitoral – TRE-MG – e o Gabinete Institucional de Segurança – GIS – pelos relevantes serviços prestados na condução do pleito de 2022.

Palácio da Inconfidência, 17 de novembro de 2022.

Agostinho Patrus, presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Visita da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco a deputada Laura Serrano e os deputados Betão, Coronel Sandro e Professor Cleiton, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 18/11/2022, às 13 horas, à Escola Estadual Daura de Carvalho

Neto, em Ouro Preto, com a finalidade de verificar as condições da comunidade escolar no contexto de risco de rompimento da Barragem de Doutor e a violação de direitos da comunidade escolar por parte da mineradora Vale S.A.

Sala das Comissões, 17 de novembro de 2022.

Beatriz Cerqueira, presidente.



## COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO PRESIDENTE

### COMUNICAÇÕES

– O presidente despachou, em 16/11/2022, as seguintes comunicações:

Do deputado Sávio Souza Cruz em que notifica o falecimento de Irida Mendes Machado, ocorrido em 8/11/2022, em São José da Lagoa. (– Ciente. Oficie-se.)

Do deputado Tito Torres em que notifica o falecimento de Railton Franklin Silva, médico, ex-vereador e ex-vice-prefeito municipal de João Monlevade, ocorrido em 11/11/2022, em Belo Horizonte. (– Ciente. Oficie-se.)

Do deputado Betinho Pinto Coelho em que notifica o falecimento de Clóvis Geraldo Barroso, ocorrido em 10/11/2022, em Belo Horizonte. (– Ciente. Oficie-se.)



## REQUERIMENTOS APROVADOS

### REQUERIMENTOS APROVADOS

– Publicam-se a seguir requerimentos aprovados e com tramitação concluída, aplicando-se o prazo estabelecido pelo art. 5º da Deliberação nº 2.738, de 2020:

#### REQUERIMENTO Nº 11.961/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 48ª Reunião Extraordinária, realizada em 1º/11/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria Nacional de Trânsito e ao Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais – IPSM – pedido de providências para que o IPSM seja credenciado para a realização de exame toxicológico quando da renovação da Carteira Nacional de Habilitação – CNH – de policiais e bombeiros militares que exerçam, nas respectivas instituições, as funções de motorista e motociclista e para que o citado exame seja incluído no rol dos serviços de saúde disponíveis aos seus beneficiários.

Sala das Reuniões, 1º de novembro de 2022.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

#### REQUERIMENTO Nº 11.962/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 48ª Reunião Extraordinária, realizada em 1º/11/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – e à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejust – pedido de providências para que sejam apuradas, com urgência, supostas irregularidades no Centro Socioeducativo de Uberaba.

Sala das Reuniões, 1º de novembro de 2022.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

#### REQUERIMENTO Nº 11.963/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 48ª Reunião Extraordinária, realizada em 1º/11/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria Nacional de Trânsito e ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg – pedido de providências para que o Ipsemg seja credenciado para a realização de exame toxicológico quando da renovação da Carteira Nacional de Habilitação – CNH – de policiais civis e penais, agentes de segurança penitenciários e socioeducativos que exerçam, nas respectivas instituições, as funções de motorista e motociclista e para que o Ipsemg inclua o citado exame no rol dos serviços de saúde disponíveis aos seus beneficiários.

Sala das Reuniões, 1º de novembro de 2022.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

#### REQUERIMENTO Nº 11.964/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 48ª Reunião Extraordinária, realizada em 1º/11/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam fornecidos, em número suficiente, novos coletes balísticos para todos os militares lotados no 2º Batalhão de Polícia Militar, em Juiz de Fora.

Sala das Reuniões, 1º de novembro de 2022.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

**Justificação:** Ressalte-se que citado equipamento de proteção individual é imprescindível à segurança do próprio agente, razão pela qual a Lei nº 18.015, de 8/1/2009, obriga ao Estado o seu fornecimento.



### MATÉRIA ADMINISTRATIVA

#### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 17/11/2022, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Raquel Martins Cesar, padrão VL-51, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Professor Irineu;

nomeando Carlos Magno Ribeiro Costa, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cristiano Silveira;

nomeando Raquel Martins Cesar, padrão VL-51, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas São Muitas;

nomeando Regina de Assis França, padrão VL-40, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Alencar da Silveira Jr..

**AVISO DE LICITAÇÃO****Pregão Eletrônico nº 87/2022****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 156/2022**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 7/12/2022, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo maior oferta, através da internet, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para a concessão onerosa de uso de espaço público para exploração comercial, destinado à instalação de restaurante.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br).

Belo Horizonte, 17 de novembro de 2022.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

**AVISO DE LICITAÇÃO****Pregão Eletrônico nº 90/2022****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 163/2022**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 12/12/2022, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para o fornecimento de equipamentos e materiais para iluminação temática.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br).

Belo Horizonte, 17 de novembro de 2022.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

**TERMO DE CONTRATO Nº 47/2022****Número no Siad: 9345977/2022**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Homenageart Indústria e Comércio de Aço Inox Ltda. – EPP. Objeto: aquisição de placas de homenagem. Vigência: 12 meses contados a partir da data de assinatura, inclusive. Licitação: Pregão Eletrônico nº 54/2022. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4.239.0001.3.3.90.10.1.